



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

ÁREA DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA
MATEMÁTICA E SEUS FUNDAMENTOS FILOSÓFICO-CIENTÍFICOS

**MÃES PELA DIVERSIDADE:
Maternidades e seus efeitos para a Educação
Matemática de pessoas LGBTQIA+**

MARIANA DA COSTA MÜLLER

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
RIO CLARO - SP

2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

MARIANA DA COSTA MÜLLER

MÃES PELA DIVERSIDADE:
Maternidades e seus efeitos para a Educação Matemática de pessoas
LGBTQIA+

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Matemática.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Andréia Lunkes
Conrado

Coorientador: Prof. Dr. Roger Miarka

Rio Claro - SP

2026

M958m Müller, Mariana da Costa
Mães pela Diversidade : Maternidades e seus efeitos para a Educação Matemática de pessoas LGBTQIA+ / Mariana da Costa Müller. -- Rio Claro, 2026
203 p. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientadora: Andréia Lunkes Conrado
Coorientador: Roger Miarka

1. Coletivo Mães Pela Diversidade. 2. Educação Matemática. 3. Etnomatemática. 4. Gêneros e Sexualidades. 5. Maternidade. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa, desenvolvida em diálogo com o coletivo Mães Pela Diversidade, que apoiam causas LGBTQIA+ contribui para compreensões acerca dos modos como a maternidade pode produzir efeitos positivos na aprendizagem e no acolhimento de estudantes LGBTQIA+ na educação escolar básica. Ao promover maiores condições para a garantia da equidade nos processos educativos, e na educação matemática, em particular, a pesquisa permite repensar a formação docente, as relações cotidianas na escola e o aprimoramento de políticas públicas em diálogo com propostas relacionadas aos ODS 4 “Educação de Qualidade”, 5 “Equidade de Gênero” e 10 “Redução de desigualdades”.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The research, developed in dialogue with the collective Mães Pela Diversidade (Mothers for Diversity), which supports LGBTQIA+ causes, contributes to an understanding of how motherhood can foster positive outcomes regarding the learning and inclusion of LGBTQIA+ students in basic education. By promoting conditions that ensure equity in educational processes, and in mathematics education, specifically, the study enables a rethinking of teacher training, daily school interactions, and the enhancement of public policies, aligning with the goals of SDG 4 (Quality Education), SDG 5 (Gender Equality), and SDG 10 (Reduced Inequalities).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

MARIANA DA COSTA MÜLLER

MÃES PELA DIVERSIDADE:

Maternidades e seus efeitos para a Educação Matemática de pessoas
LGBTQIA+

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Geociências e Ciências
Exatas do Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho”, como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Mestre em Educação Matemática.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Andréia Lunkes Conrado
(orientadora) IGCE/Unesp/Rio Claro (SP)

Profa. Dra. Vanessa Franco Neto
FAED/UFMS/Campo Grande (MS)

Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai
ICHL/UNIFAL/Alfenas (MG)

Conceito: Aprovado.

Rio Claro (SP), 06 de julho de 2026.

*Dedico este trabalho a todas as
mães que lutam diariamente, em
especial, a minha mãe, Marlene.*

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação foi atravessada por encontros, diálogos, afetos e apoios que tornaram possível este percurso que não realizei sozinha. Por isso, registro aqui minha gratidão às pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para a construção desta pesquisa.

Primeiramente, à minha mãe, Marlene, agradeço pelo amor, pelo apoio e pela presença, e pelo incentivo desde criança para os estudos. Sem você essa pesquisa não faria nenhum sentido!

Ao meu querido irmão, Maurício, pela influência do desejo ao meio acadêmico, desde pequena quero ser como você.

À minha noiva, Letícia, obrigada por sempre estar ao meu lado e acreditar em mim mesmo quando eu não acreditei. Eu escolho todos os dias compartilhar todas as coisas da vida e não existe ninguém que me entenda tão verdadeiramente como você.

À minha professora de Matemática, Juliana, que me deu aulas no último ano do Ensino Médio e que talvez não saiba a dimensão da influência que teve na minha trajetória. Além de me ensinar Matemática, foi também por meio de sua história que pude imaginar a possibilidade de seguir um caminho que, até então, parecia distante: estudar na UNESP. Por isso, quando olho para o caminho que me trouxe até aqui, reconheço que sua presença foi parte importante. Obrigada por ter sido uma das pessoas que me ajudaram a encontrar esse caminho.

Agradeço à minha orientadora Andréia por toda parceria, pela orientação cuidadosa, pela paciência, pelo incentivo constante e pela confiança depositada em meu trabalho. Tenho a plena certeza de que nosso encontro foi um alinhamento de astros. Obrigada por acolher todas as minhas ideias e nunca me restringir nesse fluxo, isso é muito importante para mim, essa pesquisa não seria nada sem você. Que continuemos juntas. Foguete não tem ré!

Ao meu coorientador Roger, suas aulas foram um alívio e uma fonte de inspiração em meio a pandemia de COVID-19 durante a graduação. Agradeço por ter me aberto os caminhos da pesquisa e a paixão pela Educação Matemática e, sobretudo, por ter possibilitado, desde a Iniciação Científica, o estudo das temáticas que hoje constituem esta dissertação. Sua orientação e apoio em todos os momentos são fundamentais para mim.

Às integrantes da banca, Marta e Vanessa, pelas quais tenho imensa admiração e o prazer de conhecê-las. Agradeço pelas contribuições fundamentais durante a qualificação, que levaram esta pesquisa a um novo rumo, mais atento e comprometido com as experiências das

participantes. Obrigada também por me mostrarem que meu trabalho não é lacuna de nada, e me fazerem admitir que eu acho incrível o que eu faço.

À Heloisa e Jeimy, expresso minha enorme admiração. Agradeço todas as conversas e contribuições durante o percurso da minha caminhada acadêmica.

Agradeço ao coletivo Mães Pela Diversidade, a Coordenadora Regional de Campinas, Cássia e principalmente às participantes desta pesquisa Isaura, Maria Cristina, Sirlene, Renata, Mariana e Fabiana pela disponibilidade em compartilhar suas histórias, experiências e lutas. Este trabalho só foi possível a partir da abertura para o diálogo e da confiança construída durante o percurso investigativo.

Agradeço ao Coletivo Cronopies+ por todos os encontros revigorantes as terças-feiras de manhã, pelas leituras atentas, pelas provocações teóricas e pelos caminhos compartilhados ao longo desta trajetória, que contribuíram não apenas para a construção desta dissertação, mas também para minha formação como pesquisadora. Vocês são o motivo do meu querer ingressar no PPGEM.

Ao GEPEm pelos encontros animados das quintas-feiras à tarde e pelas conversas inspiradoras que seguem mantendo vivas as essências, os ensinamentos, os sonhos e legados de Maria do Carmo Domite e Ubiratan D'Ambrosio.

Ao meu psicólogo Felipe que acompanhou todo meu processo durante o mestrado. Nossas sessões são sempre muito necessárias para que eu lembre os motivos que sustentam minha caminhada.

Agradeço ao Matheus, Victória, Lorena, Carolina e Nathália, que estiveram comigo desde o início da graduação, por todos os rolês e momentos de apoio e desestresse, vocês tornam minha vida mais leve.

À comunidade do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática, docentes, discentes, servidores técnicos administrativos e equipe terceirizada, agradeço pelo espaço confortável e seguro de formação, pelas discussões e pelas possibilidades de encontro que fortaleceram meu caminho.

Agradeço também àquelas pessoas que, de maneira direta ou indireta, fizeram parte desta trajetória e deixaram marcas neste trabalho.

À todas as pessoas, minha sincera gratidão.

Agradeço à CAPES pelo financiamento da bolsa durante o período do mestrado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

“J'accepte la grande aventure d'être moi.”

(Simone de Beauvoir)

Vilarejo
Marisa Monte e Arnaldo Antunes

***Há um vilarejo ali
Onde areja um vento bom
Na varanda, quem descansa
Vê o horizonte deitar no chão***

***Pra acalmar o coração
Lá o mundo tem razão
Terra de heróis, lares de mãe
Paraíso se mudou para lá
Por cima das casas, cal
Frutos em qualquer quintal
Peitos fartos, filhos fortes***

***Sonho semeando o mundo real
Toda gente cabe lá
Palestina, Shangri-La
Vem andar e voar
Vem andar e voar
Vem andar e voar
Lá o tempo espera
Lá é primavera
Portas e janelas ficam sempre abertas
Pra sorte entrar
Em todas as mesas, pão
Flores enfeitando
Os caminhos, os vestidos, os destinos
E essa canção
Tem um verdadeiro amor
Para quando você for***

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender de quais modos a maternidade pode produzir efeitos positivos para a relação de pessoas LGBTQIA+ com a escola e com a educação matemática. Assume-se como fundamentação teórica estudos no campo da Etnomatemática e pesquisas que aproximam as temáticas da diversidade de gêneros e sexualidades na Educação Matemática. Dialoga-se com a Etnomatemática para questionar visões homogêneas, eurocêntricas e masculinas sobre ciência e matemática. A temática é justificada pelo reconhecimento das discriminações sofridas por pessoas de gêneros e sexualidades diversas, o que pode ocasionar processos de exclusão e violências dentro das escolas. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se desenvolve em dois movimentos que se fundamentam pela abordagem qualitativa de pesquisa. O primeiro descreve minha aproximação junto ao coletivo "Mães pela Diversidade", que mobiliza mães em torno de causas LGBTQIA+, a partir do qual realiza um conjunto de seis entrevistas com participantes do coletivo. O segundo movimento é a descrição de materiais, diretrizes e orientações públicas desse grupo. Além disso, do encontro com o coletivo, essas mães e minhas próprias vivências, são produzidas escritas ficcionais que dialogam com os elementos da pesquisa. As experiências, organizam-se em dois eixos, a maternidade vivida por essas mulheres-mães de pessoas LGBTQIA+ e sua atuação coletiva, e suas reflexões em torno de questões relativas à educação (matemática) básica de suas filhas/os/es. Ao discutir de maneira mais profunda, as vivências de mães de pessoas LGBTQIA+, dentro e fora do ambiente escolar, os resultados apontam que o suporte de coletivos podem desempenhar um papel significativo para a qualidade da formação básica de estudantes LGBTQIA+. Tem-se como resultado da investigação, discussões que permitem repensar a pesquisa em Educação Matemática, a Formação de Docentes de Matemática, no sentido da promoção de práticas inclusivas, capazes de alimentar o aprimoramento de políticas públicas.

Palavras-chave: Coletivo Mães Pela Diversidade; Educação Matemática; Etnomatemática; Gêneros e Sexualidades; Maternidade.

ABSTRACT

This study aims to understand how motherhood can yield positive effects on the relationship LGBTQIA+ individuals have with schools and mathematics education. It draws its theoretical framework from studies in the field of Ethnomathematics and research bridging the themes of gender and sexual diversity with Mathematics Education. It engages with Ethnomathematics to challenge homogeneous, Eurocentric, and male-centric perspectives on science and mathematics. The study is justified by the recognition of the discrimination faced by individuals of diverse genders and sexualities, which can lead to exclusion and violence within schools. Methodologically, the research unfolds in two movements grounded in a qualitative research approach. The first describes my engagement with the "Mães pela Diversidade" (Mothers for Diversity) collective which mobilizes mothers around LGBTQIA+ causes and details a series of six interviews conducted with its members. The second movement involves describing the group's materials, guidelines, and public directives. Furthermore, drawing on my encounters with the collective and these mothers, as well as my own lived experiences, I have produced fictional writings that engage with the research elements. The experiences are organized around two axes: the motherhood lived by these women-mothers of LGBTQIA+ individuals and their collective activism; and their reflections on issues regarding their children's basic (mathematics) education. A deeper discussion of the lived experiences of mothers of LGBTQIA+ individuals, both inside and outside the school environment, reveals that the support provided by collectives can play a significant role in the quality of basic education for LGBTQIA+ students. The investigation yields discussions that allow for a rethinking of research in Mathematics Education and mathematics teacher training, aiming to promote inclusive practices capable of fostering the improvement of public policies.

Keywords: Collective Mães Pela Diversidade; Mathematics Education; Ethnomathematics; Gender and Sexualities; Motherhood.

Title: MÃES PELA DIVERSIDADE: Motherhoods and their effects on the Mathematics Education of LGBTQIA+ people.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Listagem de trabalhos selecionados pela Revisão Sistemática	28
Quadro 02 – Trabalhos selecionados dos Anais da 1ª Escola de Estudos de Gênero e Sexualidade em Educação Matemática	32

SUMÁRIO

1 PERCURSO INICIAL DA PESQUISA	11
1.1 Trajetória da pesquisadora	11
1.2 As intenções da pesquisa	15
1.3 Justificativas para o estudo	17
1.4 Escritas Outras	19
1.5 Estrutura da Pesquisa	21
2 MATERNIDADES, GÊNEROS E SEXUALIDADES	23
2.1 O Programa Etnomatemática	23
2.2 Pesquisas brasileiras sobre gêneros e sexualidades.	25
2.3 Gêneros e Sexualidades na Educação Matemática	27
2.4 Maternidades como construção social e prática política	31
2.5 Maternidades na Educação Matemática: uma revisão bibliográfica	36
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	43
3.1 Da pesquisa etnográfica à pesquisa narrativa	43
3.2 Dos temas que mobilizam as entrevistas	44
3.3 O Coletivo Mães pela Diversidade	45
4 O ENCONTRO COM AS MULHERES-MÃES	51
4.1 Os documentos encontrados e as interpretações produzidas	51
4.2 O encontro com as mães que compõem o estudo	62
4.3 Narrativas das mulheres-mães	63
4.4 Mães Pela Diversidade – Da Luta Individual à Mobilização Coletiva	103
4.5 Mães Pela Diversidade - Educação Matemática	110
4.6 Por uma Educação (Matemática) acolhedora	114
5 OUTROS MODOS DE EXISTIR, EDUCAR E RESISTIR	121
REFERÊNCIAS	131
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	139
ANEXO B – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS	141

1 PERCURSO INICIAL DA PESQUISA

1.1 Trajetória da pesquisadora

Da Zona Leste Paulistana à cidade de Rio Claro

Nasci¹ em 16 de dezembro de 2000, em um dia de chuva, pelo menos é o que minha mãe contou, não me lembro. Falando de coisas que eu lembro, cresci em Itaquera, Zona Leste da grande cidade de São Paulo. Minha família é composta por mim, meu irmão mais velho e minha mãe que, por problemas de saúde, se aposentou cedo e pude tê-la em casa durante toda minha infância. Desde pequena, ela me ensinou a ser independente e responsável.

Como a maioria das crianças, eu desejava ser várias coisas diferentes, incluindo professora. Muitas vezes, pedia para minha mãe comprar giz para que eu pudesse “lecionar” em minha pequena lousa aos meus alunos de pelúcia. No entanto, ao longo da Educação Básica, fui modificando as opções, quis ser médica, veterinária, historiadora, física e, se eu tivesse outras condições financeiras, teria sido psiquiatra. Acabei me encontrando na matemática depois que minha professora do Ensino Médio me convidou para participar em cursos temáticos de Matemática no Mackenzie², uma faculdade privada na cidade de São Paulo. Então, às terças e quintas-feiras nos anos de 2016 e 2017, após a escola, eu fazia um trajeto de metrô até o centro da cidade para aprender um pouco mais sobre matemática. Foi então que me decidi e já não me via em outro lugar.

Mesmo com o apoio da família e dos docentes, muitas pessoas questionaram o motivo de eu querer fazer matemática, já que meu irmão, o primeiro da família a ingressar em uma universidade pública, escolheu a área “oposta”, a sociologia. Hoje, consigo perceber que isso não era bem verdade, já que reconheço na Educação Matemática a presença das humanas.

Passei no vestibular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) pela primeira vez em 2018, mas como não tinha 18 anos, minha mãe preferiu que eu não me mudasse. Finalmente, em 2019, re-ingressei nessa universidade, com interesse inicial no curso de bacharelado. No entanto, durante a primeira Semana de Estudos da Matemática

¹ Neste início, optei pelo tempo verbal em primeira pessoa por se tratar de trajetórias pessoais.

² Os cursos foram realizados com carga horária de 8 a 16 horas e tinham como conteúdos de matemática da Educação Básica, como Matrizes, Análise Combinatória, Conjuntos Numéricos e Números Complexos.

(Semat), após uma palestra³, me apaixonei pela licenciatura e ela se tornou minha área de interesse, com foco na Educação Inclusiva. Neste caminho, fui bolsista por um semestre no projeto de extensão “Escola dos Astros⁴”, que visa realizar atividades e palestras sobre astronomia para estudantes da educação básica de Rio Claro.

Além disso, aos poucos, me envolvi com o Centro Acadêmico da Matemática (Camat), cujas atividades estavam paralisadas desde 2016. Sua retomada e regularização foram muito importantes para mim e para outros integrantes do curso. Ocupei o cargo de primeira secretária na gestão de 2022 e primeira tesoureira na gestão de 2023.

Primeiras experiências de pesquisa

Entre 2020 e 2022, mesmo no contexto da pandemia, pude atuar como bolsista no Pibid (Programa de Iniciação à Docência) e, em seguida, interessei-me pela Álgebra Linear, o que me levou a realizar minha primeira Iniciação Científica com o tema “Álgebra Matricial e Aplicações” sob orientação da Prof^a. Dr^a. Marta Cilene Gadotti.

Outro interesse dessa época foi a Etnomatemática, apresentada pelo Prof. Dr. Roger Miarka, na disciplina ofertada no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEM), “Tópicos Especiais em Educação Matemática: Etnomatemática, cinema, cultura e diferença”, que cursei como aluna especial.

Neste movimento, com o interesse em pesquisar sobre etnomatemática, diversidade e gênero, realizei uma outra Iniciação Científica como bolsista no Programa Pibic, com o título “Diferença e Identidade: gênero em territórios de formação”, sob orientação desse professor. Nesta IC, tive a oportunidade de estudar as perspectivas teóricas sobre gênero, identidade e diferença, dialogando com estudantes de cursos de exatas do campus de Rio Claro, analisando a incidência de aceitação e permanência de diferentes expressões de gênero e compreendendo quais os fatores sociais que influenciam na busca ou afastamento de diversas identidades de gênero à essa área de ensino. Os resultados da pesquisa foram apresentados no XXXIV Congresso de Iniciação Científica da Unesp (CIC) no ano de 2022. Minha inserção no debate acadêmico em torno desse tema surgiu em razão de minhas próprias vivências como uma

³ Palestra com o título: “Leitura e Escrita do Mundo com a Matemática: O Direito e o Dever da Mudança” ministrada pelo Prof. Dr. Denner Dias Barros.

⁴ Mais informações: <https://igce.rc.unesp.br/#!/departamentos/fisica/projetos-de-extensao/escola-dos-astros/>

mulher lésbica, por ter um irmão transsexual e ainda por observar a falta de pessoas LGBTQIA+ no meu curso de graduação em matemática, o que me intrigava.

Em 2022, me tornei bolsista do Programa Residência Pedagógica, coordenado pela Profª Drª Heloisa da Silva, com quem realizei uma terceira IC com o título “Análise comparativa dos documentos curriculares nacionais brasileiros do início do século XXI: questões da Educação Matemática”, na qual discuto como as questões de gênero se expressam nos documentos oficiais curriculares, BNCC e os PCNs, no que tange à educação matemática. Desde então, venho participando do grupo de Estudos de Gênero, constituído por outros docentes e discentes do PPGEM.

O ingresso na pós-graduação

O desejo de ingressar na pós-graduação foi cultivado desde o início da graduação, influenciada por meu irmão, que seguiu o mesmo caminho. Esse percurso me levou a construir um projeto de mestrado e a cursar, como ouvinte, a disciplina optativa “Cultura, Matemática e Etnomatemática” ministrada em 2023 para a graduação, pela professora Andréia Conrado, minha orientadora nesta pesquisa. Com entrada no PPGEM, sigo também atuando no movimento estudantil, por meio do qual atuei na gestão da Associação de Pós-Graduandos do campus (APG-Rio Claro) no período de 2024-2025. No programa, pude integrar a Comissão de Ações Afirmativas, cuja temática se aproxima diretamente dos debates mobilizados nesta pesquisa.

Paralelamente, participo do Grupo de Estudos e Pesquisa em Etnomatemática (GEPEm), espaço em que pude aprofundar discussões dentro das temáticas do grupo, e do Coletivo Cronopies+ cujas discussões despertaram meu interesse nas obras de Deleuze e Guattari. Essas aproximações teóricas, ainda que não constituam o eixo central da pesquisa, atravessam minha escrita e influenciam a forma como compreendo e analiso o campo, os sujeitos e as narrativas construídas ao longo do trabalho.

Neolinguagem

A neolinguagem constitui uma adaptação gramatical e social que busca incluir pessoas não binárias e problematizar o uso do masculino genérico, abrangendo diferentes estratégias

linguísticas que extrapolam as formas previstas pela norma-padrão da língua portuguesa. Nesse sentido, vale mencionar uma experiência que influenciou o processo de escrita desta dissertação: a realização da Oficina de Neolinguagem, durante a graduação, voltada à comunidade do campus de Rio Claro e, posteriormente, em 2024, na 1ª Escola de Inverno do PPGEM, destinada a estudantes do Ensino Médio de uma Escola Técnica Estadual.

A partir dessa experiência, optei por adotar, ao longo desta dissertação, uma escrita que procura evitar o masculino genérico sempre que possível, privilegiando termos não marcados por gênero, como *docente*, *estudante* e outras formas equivalentes. Vale destacar, contudo, que houve uma intenção de acolher essa forma de escrita, especialmente nas referências a pessoas docentes, estudantes, filhos e outras pessoas cujas experiências e identidades tensionam as marcações tradicionais de gênero na língua. Essa escolha, entretanto, não se apresenta de maneira integral e uniforme em todo o texto, uma vez que a adoção sistemática de formas neolinguísticas ainda constitui um exercício em processo, que envolve desafios linguísticos e de escrita. Assim, mais do que afirmar uma adesão completa a essa proposta, reconheço a tentativa de construir uma escrita atenta às possibilidades de inclusão e às questões de gênero que atravessam esta pesquisa.

O uso da neolinguagem, portanto, não é empregado de maneira uniforme em todo o texto, mas de forma contextual, especialmente quando as estruturas da língua dificultam uma escrita inclusiva. Da mesma forma, quando me refiro a pessoas que se identificam como mulheres ou homens, utilizo os pronomes e as flexões de gênero por elas assumidos, entendendo que o respeito à autodeclaração de gênero também constitui um princípio de uma linguagem inclusiva. Para orientar essas escolhas, tomo como referência o *Manual para uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa* (Almeida, 2020) e o *Guia para Linguagem Neutra* (Cassiano, 2019).

Por fim, utilizo o termo neolinguagem em detrimento de outras denominações, por compreender que não se trata de uma linguagem neutra, mas de uma proposta que tensiona as normas de gênero presentes na língua. Nesse sentido, acompanho a provocação de Rita Von Hunty (2021), no vídeo LGBTQIA+⁵ em que explica sobre a sigla em sua dimensão completa e realiza algumas provocações sobre o entendimento de que a luta da comunidade não é identitária, na qual refuta a neutralidade no campo das ciências humanas: “Neutro só shampoo de bebê”.

⁵ https://youtu.be/jl3BQD1KmlU?is=K2qkk_Vknn9PVgJt

O adoção pela sigla LGBTQIA+

A sigla LGBTQIA+ refere-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas queer, intersexo e assexuais. O símbolo “+” contempla outras identidades de gênero, orientações sexuais e características sexuais não explicitamente representadas na sigla. Ao longo deste trabalho podem aparecer outras variações, como LGBT+, LGBTQIAP+ e semelhantes, em respeito às nomenclaturas adotadas pelas participantes, autories e documentos citados. Contudo, utiliza-se prioritariamente LGBTQIA+, por corresponder à nomenclatura atualmente adotada pelo Governo Federal brasileiro em suas políticas públicas e instâncias de participação social, como o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+) na 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ ocorrida em outubro de 2025. Dessa forma, a escolha da sigla busca manter consonância com a terminologia empregada nos documentos oficiais contemporâneos voltados à promoção e garantia dos direitos dessa população.

1.2 As intenções da pesquisa

Pelo caminho apresentado, surgem reflexões sobre como pessoas LGBTQIA+ vivem suas experiências escolares, com a hipótese de que tais experiências podem ser diretamente influenciadas pelos processos de construção de suas identidades de gênero e/ou sexualidade. Sabe-se que estudantes LGBTQIA+ podem enfrentar impactos negativos em seu desempenho acadêmico e aspirações educacionais devido às discriminações e preconceitos vividos dentro e/ou fora da escola, o que pode afetar diretamente o engajamento dos estudantes na educação e no seu interesse e motivação em relação à matemática (Souza; Silva, 2017).

Deste movimento reflexivo, a presente pesquisa mobiliza-se a partir da seguinte pergunta:

Como questões relativas a gêneros e sexualidades são mobilizadas pelas perspectivas e ações de mães de pessoas LGBTQIA+ organizadas em coletivos, em relação às vivências sociais e escolares com a matemática de suas filhas?

Desta pergunta inicial, a pesquisa pode então ser mais bem delineada, a partir do seguinte **objetivo geral**:

Compreender de quais modos a maternidade pode produzir efeitos positivos na relação de pessoas LGBTQIA+ com a escola e com a educação matemática.

E do **objetivo específico**:

Investigar como os atravessamentos de gêneros-sexualidades se manifestam no processo de ensino e aprendizagem da matemática, na educação básica de pessoas LGBTQIA+.

A escolha por investigar com mães de pessoas LGBTQIA+ se deu, em primeiro lugar, pelo reconhecimento, no campo educacional, dos efeitos positivos do acompanhamento de mães no desempenho educacional de seus filhos e, em paralelo, pela pouca presença de discussões nesta temática no campo da Educação Matemática. Além disso, também se observam frequentes relatos de pessoas LGBTQIA+ sobre a importância do papel das mães como elemento de apoio e segurança nos processos de aceitação e afirmação de gêneros e sexualidades diversas de filhos LGBTQIA+.

Deste foco, foi natural a busca por movimentos sociais que lutam por tais direitos, incluindo coletivos de mulheres-mães que pudessem colaborar com o estudo. Isso também sofreu influências de estudos desenvolvidos no campo da Educação Matemática que vem reconhecendo e afirmando sobre a potência de compreender os desafios sociais e políticos vividos por esses movimentos sociais e coletivos, com implicações para a educação matemática (Suárez, 2025; Lopes, 2025).

Neste processo, que será melhor descrito posteriormente, identifiquei inicialmente três coletivos de mães, sediados próximos das cidades no interior paulista, em que vivo, com os quais busquei estabelecer diálogo. Assim, a pesquisa se desenvolveu metodologicamente seguindo uma abordagem qualitativa, em três movimentos:

- Estudo Bibliográfico e revisão da literatura nas temáticas de Maternidade e Educação Matemática;

- Descrição de produções públicas do coletivo Mães pela Diversidade;
- Realização de entrevistas com seis mulheres-mães atuantes no coletivo Mães pela Diversidade.

1.3 Justificativas para o estudo

Pessoas que não seguem em conformidade com os padrões de gênero sofrem discriminações e violências. Segundo o Dossiê “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras” (Benevides, 2025), a média de assassinatos entre 2008 e 2014 foi de 125 pessoas trans ao ano. Entre 2017 e 2024, São Paulo foi o Estado que mais registrou mortes de pessoas trans, totalizando 151 mortes no período. Nesse intervalo, observa-se que a proporção de mortes de adolescentes entre 13 e 17 anos, em relação ao total nacional, oscilou entre 3% e 6,5% ao ano (Benevides, 2025).

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), em 2016, intitulada “A Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil”, analisou experiências de adolescentes LGBTQIA+ em ambientes escolares. Dentre seus principais resultados, destacou-se que 60% dos estudantes se sentiam inseguras/es/os na escola por causa de sua orientação sexual e 43% se sentiam inseguras/es/os por causa de sua identidade/expressão de gênero. Além disso, 73% foram agredidas/es/os verbalmente por causa de sua orientação sexual e 68% por causa de sua identidade/expressão de gênero. Apesar desses dados, apenas 8,3% das/es/os estudantes afirmaram que o regulamento da escola tinha alguma disposição sobre orientação sexual, identidade/expressão de gênero, ou ambas (ABGLT, 2016).

Assim, nota-se que este tipo de violência está presente em meio a nossa sociedade e, por se tratar de um fenômeno que ocorre por fatores sociais e culturais, pode-se inferir que a escola tende muitas vezes a reproduzir tais práticas de preconceito, violência e discriminação, muitas vezes impondo um modo de vida de certo ideal normativo.

Em outras palavras,

A escola está estruturada sob um modelo normatizador, sempre foi e ainda é um espaço fechado, com os olhos focados numa cultura colonial, etnocêntrica, hierarquizada pautada na dominação e na exclusão (Souza; Rodrigues; Figueiredo, 2017, p. 29).

Esse modelo de escola, caracteriza-se pela imposição de uma perspectiva cultural única, marcada pela cultura dominante e pela exclusão de outras formas de conhecimento ou diversidade de práticas. Tal característica vai de encontro com a visão proposta pela Etnomatemática de D'Ambrosio ao reconhecer a diversidade cultural e a busca por incorporar diferentes sistemas e práticas no ensino, como caminhos para a construção de uma sociedade e uma educação mais justa, igualitária e diversa indo além de conceitos eurocêtricos hierarquizantes tradicionais (D'Ambrosio, 2018).

Essa violência fica evidente diante de depoimentos como os recolhidos pela pesquisa de Guse (2022).

[...]Fui um pouco garotinho nerd que apanhava algumas vezes. Já apanhei por ser gay na escola [...] apanhei algumas vezes por ser gay (Guse, 2022, p. 109).

Nessa fase, de infância, eu estava muito mais retraído. Eu estava ainda muito nessa vibe de passar despercebido, então eu meio que não dava muita chance assim de ser muito visto, criticado, interagido, sofrer alguma coisa [...] Eu era muito fechada, eu não falava sobre, [...] porque se eu fizesse, era zoação o tempo todo. Então ... durante o Ensino Médio, eu fiquei muito dentro do armário (Guse, 2022, p. 110).

No primeiro ano eu ainda conseguia me safar [de situações de discriminação] porque eu dava muita cola para os alunos menos capacitados de entender os assuntos. Aí eu me safava... Mas aí, depois eu fui me tornando um aluno não tão muito bom, e aí eu não tinha nem para mim quanto mais para dar para os outros, então eu já comecei a sofrer essas coisas (Guse, 2022, p. 114).

Já tive muitos problemas, já tive problemas seríssimos inclusive, com alunos que praticaram violência de gênero com uma menina que depois tentou se matar, por exemplo, tentou suicídio [...] a menina sofreu uma violência de gênero, falaram coisas horróssas para ela. [...] O atual presidente [Jair Messias Bolsonaro] tem um discurso que ainda reverbera muito entre adolescentes que nada entendem de política, então a menina foi questionar isso e passou por uma situação, uma violência extrema (Guse, 2022, p. 111)

Já em um artigo, Guse e Esquincalha (2022) apresentam falas que destacam tipos de violência sofrida por estudantes pertencentes à comunidade LGBTQIA+, que, por medo de sofrer tal violência, concebem-se estudantes silenciados, inviabilizados e até mesmo evadidos da sala de aula.

Há outros relatos públicos, como as publicadas no canal do YouTube “ter.a.pia”, no qual pessoas contam histórias lavando a louça. Há 58 vídeos que tratam do tema da diversidade sexual e identitária de forma plural e aberta em uma *playlist* intitulada “Histórias de #OrgulhoLGBTQIA+”. No episódio #314, Mari faz um depoimento sobre a descoberta do seu filho trans, onde há a seguinte passagem sobre a escola.

A professora, que também já tinha dialogado bastante com ele, foi informada por mim de que ele havia decidido trocar de nome. Perguntei como deveríamos

proceder a partir daquele momento. A professora, muito atenta, contou que já tinha começado a estudar sobre o assunto. No dia seguinte, a escola me pediu que eu não levasse nem ele nem a sua irmã, porque queriam conversar antes com as outras crianças, deixando-as à vontade para fazer qualquer pergunta. As crianças receberam a notícia com naturalidade, “tá tudo bem”, foi a reação geral. Mesmo assim, como mãe, eu fiquei angustiada. Não sabia como as crianças iriam agir na prática, no convívio do dia seguinte. A professora chegou a me enviar uma mensagem dizendo que tinha sido tudo muito tranquilo, mas ainda assim permanecia aquela preocupação: como ele seria recebido quando voltasse para a escola? No outro dia, levei as crianças e entrei na recepção. Ele caminhou em direção à porta de vidro da escola e, assim que entrou, ouvi as crianças chamando o nome dele com entusiasmo. Foi tão bonito. Naquele instante senti um enorme alívio, um verdadeiro “ufa”, sabe? (TER.A.PIA, 2023, 4min30s–5min20s).

Dado o considerado, é possível justificar que vivências escolares de pessoas LGBTQIA+ podem impactar positiva ou negativamente suas vidas pessoais, acadêmicas e sociais, e vice-versa, a depender de como a instituição escolar se organiza frente ao acolhimento dessas diversidades, em particular as de gênero e sexualidade. Apenas com o relato da mãe Mari, aqui reproduzido, é possível observar a importância de um ambiente educacional seguro para o combate às violências e discriminações, o que inclui a necessidade de formação docente, assim como um olhar atento aos processos pedagógicos e aprendizagens envoltas da sala de aula.

1.4 Escritas Outras

A fim de melhor evidenciar os atravessamentos que a temática de gêneros e sexualidades pode produzir nas vivências de estudantes no contexto escolar, optou-se nesta dissertação por compor o texto com um conjunto de *Escritas Outras* que visam contemplar também aspectos das minhas vivências pessoais no processo de realização da investigação. Assim, ao longo da dissertação, pequenos textos são apresentados em conjunto com a escrita da pesquisa, num movimento inspirado pelas *Escrevivências* da escritora Conceição Evaristo (2018), ao propor a junção das palavras “escrever e vivência”. Essa proposta evidencia a força de sua ideia, que não se limita a um jogo de palavras entre escrever e viver, mas escrever-se vendo e escrever vendo-se. Na própria genealogia da ideia, como e onde ela nasce e a que experiências se referem, limitei o exercício de registros relacionados ao tema gêneros e sexualidades.

Cabe destacar que a noção de *Escrevivência* foi desenvolvida por Conceição Evaristo a partir das experiências de mulheres negras e das múltiplas formas de resistência presentes em suas trajetórias. Ainda que esta dissertação se debruce sobre outro contexto, as reflexões

da autora inspiram a pesquisa ao reconhecerem as experiências vividas como fonte legítima de produção de conhecimento.

Assim, destas reflexões em torno da proposta inicial de utilizar as Escrevivências, foram articuladas escritas na forma de *Escritas Outras* como uma política de escrita para a dissertação, o processo que decorreu da pesquisa nos levou a incorporar escritas próprias da autora, relacionadas às situações vivenciadas no próprio ambiente acadêmico, na aproximação com os coletivos e no diálogo com as mães. A nomenclatura *Escritas Outras*, teve o propósito aqui apresentado e inspirou-se também nos trabalhos produzidos no âmbito do Coletivo Cronopies+ que possui pesquisas que assumem outros modos de escrita em suas produções acadêmicas, como o uso de causos (Lopes, 2025; Crestani, 2025) ou fragmentos (Suárez, 2025). Assim, essas escritas serão aqui compartilhadas como um conjunto que compõem a investigação, apresentadas com uma fonte diferente do texto comum da dissertação, como a apresentada a seguir

Cartomante

Minha mãe sempre conta essa história como quem ri de um erro antigo. Antes de a gente nascer, ela foi a uma cartomante. A cartomante leu as cartas e disse com convicção: você vai ter um menino e uma menina. Quando minha mãe repetia essa história, ela sempre completava do mesmo jeito: ela estava errada, tive duas meninas. Contou isso mais de uma vez, em diferentes momentos da vida, como se fosse só uma anedota familiar, dessas que vão sendo gastas de tanto repetir.

Durante muito tempo, a história realmente parecia só isso, um engano, uma previsão que não se cumpriu. Duas meninas. Nenhuma dúvida. Nenhuma brecha. Era assim que a narrativa se fechava. Mas os anos passaram e meu irmão se assumiu como um homem trans. Aquela frase dita tantas vezes mudou de lugar. De repente, não era mais tão simples dizer que a cartomante estava errada.

O que antes parecia um erro começou a fazer sentido. Não no momento em que foi dito, não no nascimento, não durante anos. Só depois. A cartomante não tinha visto o que os olhos esperavam ver, nem o que os corpos mostravam naquele tempo.

Ela tinha visto algo que só viria a existir anos mais tarde. No fim das contas, havia sim um menino e uma menina. Só que a certeza não veio junto com o ultrassom, nem com o parto, nem com as roupas escolhidas.

1.5 Estrutura da Pesquisa

A presente pesquisa estrutura-se em cinco capítulos. No Capítulo 1, apresento minha trajetória e os movimentos que me levam a esta investigação, com breve panorama da investigação e justificativas para o estudo e pergunta da pesquisa.

No Capítulo 2, discuto as bases teóricas que justificam e fundamentam o estudo, desde o debate em torno de Gêneros e Sexualidades, Maternidades e suas implicações para o campo da Educação, e para a Educação Matemática, incluindo a perspectiva adotada para esta investigação, a Etnomatemática.

No Capítulo 3, apresenta-se os caminhos metodológicos da pesquisa qualitativa, com abordagem na análise narrativa e também o coletivo participante da pesquisa, o Mães Pela Diversidade (MPD).

O Capítulo 4, inicia-se com a análise de documentos produzidos pelo coletivo e apresenta-se as seis mães participantes da pesquisa, assim como suas narrativas individuais e a narrativa coletiva, além de reflexões feitas a partir dessas narrativas.

Por fim, nas considerações finais, há uma retomada do percurso da pesquisa, com destaque para os resultados obtidos e lacunas que podem ser abarcadas por estudos futuros.

Ao longo do texto, como discutido nesta seção, são apresentadas Escritas Outras, que procuram ilustrar algumas vivências minhas ao longo do processo de realização desta investigação.

2 MATERNIDADES, GÊNEROS E SEXUALIDADES

Neste capítulo, apresento os fundamentos da dissertação pelo diálogo com campos teóricos que orientam nosso estudo. De um lado, apoiamo-nos em autores que nos permitem compreender as discussões em sobre Gêneros, Sexualidade e Maternidades e, de outro, seu atravessamentos no campo da Educação Matemática, em particular, por meio das ideias e propostas assumidas pela Etnomatemática.

2.1 O Programa Etnomatemática

A aproximação teórica da pesquisa com o Programa Etnomatemática justifica-se pelas discussões e caminhos produzidos por esse campo de investigação, que nos permitem ampliar visões acerca da matemática. Tal proposta, se mostra capaz de alicerçar dimensões políticas e educacionais, capazes de colaborar para uma sociedade menos desigual, com especial efeito para pensar o ensino de matemática, que acredito poder ser ampliado a partir da incorporação das questões relativas a gêneros e sexualidades imersas em relações de poder.

Reconhece-se que as relações sociais e educacionais, ocorrem em um processo hierárquico e assimétrico, vivido e compartilhado por mães em sua lida cotidiana com filhos LGBTQIA+ em fase de escolarização. Observar que movimentos pode-se estimular na Educação Matemática a partir da compreensão desta cultura da maternidade, por meio das narrativas dessas mulheres, pode colaborar na construção de questões pedagógicas, e políticas, em defesa dos direitos educacionais da população em foco neste estudo.

Para isso, assumo os pressupostos do Programa Etnomatemática, conforme delineado por Ubiratan D'Ambrosio, no sentido da produção do conhecimento em uma perspectiva cultural de produção humana.

O Programa Etnomatemática é um programa de pesquisa em história e filosofia da Matemática, com implicações pedagógicas, que se situa num quadro muito amplo. Seu objetivo maior é dar sentido a modos de saber e de fazer das várias culturas e reconhecer como e por que grupos de indivíduos, organizados como famílias, comunidades, profissões, tribos, nações e povos, executam suas práticas de natureza Matemática, tais como contar, medir, comparar, classificar. A dificuldade maior na pesquisa é a dificuldade que os pesquisadores sentem de se liberarem da postura disciplinar e, conseqüentemente, procuram explicar e entender o saber e o fazer de

outras culturas segundo categorias próprias à Matemática Acadêmica (D'Ambrosio, 2008, p.1).

Dessa concepção, Ubiratan D'Ambrosio em “Educação Matemática: da teoria à prática” (1996), discute a responsabilidade de docentes de matemática em transcender os limites impostos por sua disciplina, ampliando o debate que se estende à cultura de promoção da dignidade da pessoa humana. Além disso, é fundamental a construção de uma ideia de matemática como prática social, possível e acessível, no plural, portanto, matemáticas, que inclua a disciplina escolar, mas não se limita a ela ou ao seu campo de pesquisa acadêmico.

Ainda pela visão do autor, a matemática tem sido utilizada como instrumento para a manutenção de estruturas sociais desiguais, associando-se a processos de dominação submetidos a estruturas de poder, como discutido no trecho a seguir.

O mundo está ameaçado, não só por agressões contra a natureza e o meio ambiente. Estamos igualmente preocupados com o aumento de violações à dignidade humana. Enfrentamos mais e mais casos da vida subordinada ao medo, ao ódio e à violação dos princípios básicos sobre os quais repousa a civilização (D'Ambrosio, 1993, n.p.).

Desta maneira, o Programa Etnomatemática se torna grande aliado no debate da cultura LGBTQIA+ dentro do campo da Educação Matemática e, de forma auxiliar, colabora para observações de uma relação cultura-território-coletivo, em que compreende-se a cultura como o “substrato dos conhecimentos, dos saberes/fazer, e do comportamento resultante, compartilhados por um grupo” (D'Ambrosio, 2005, p. 104). Nesse sentido, o coletivo pode ser entendido como um espaço de produção cultural, no qual se constroem práticas, valores e formas de atuação que se expressam no cotidiano e para além dele.

Nessa direção, Maria do Carmo Santos Domite (2011) destaca que a Etnomatemática busca reconhecer e legitimar formas de conhecimento produzidas por diferentes grupos culturais, especialmente aqueles historicamente marginalizados pelos espaços formais de ensino. Para a autora, a Etnomatemática “tem como busca respeitar e valorizar a diferença, a fim de caminhar por meio de ações/processos que se revertam em benefício das comunidades (minoritárias)” (Domite, 2011, p. 6). Segundo Domite, a compreensão da matemática como prática social possibilita reconhecer que diferentes grupos produzem modos próprios de interpretar, organizar e agir sobre a realidade, constituindo formas legítimas de conhecimento que atravessam experiências coletivas, culturais e políticas.

Ainda, para esta pesquisa, a experiência é compreendida a partir de Larrosa (2002) como aquilo que nos passa, nos acontece e nos toca, produzindo afetações que podem nos formar e transformar. A experiência não se confunde, portanto, com a simples ocorrência de acontecimentos, uma vez que pressupõe uma abertura do sujeito àquilo que lhe acontece e que pode deixar marcas em seus modos de pensar, sentir e relacionar-se com o mundo.

2.2 Pesquisas brasileiras sobre gêneros e sexualidades.

No contexto brasileiro, os estudos sobre gêneros e sexualidades têm produzido importantes contribuições para a compreensão das relações entre identidade, poder e educação. Diferentemente das formulações clássicas que fundamentaram esse campo em âmbito internacional, diversas pesquisadoras brasileiras têm direcionado suas análises para as especificidades das experiências trans e travestis no país, problematizando os mecanismos que regulam corpos, subjetividades e formas de pertencimento social. Para esta pesquisa, destacam-se especialmente as contribuições de Viviane Vergueiro, Luma Nogueira de Andrade, Megg Rayara Gomes de Oliveira e Sofia Favero, cujas produções estabelecem um percurso teórico que parte da crítica à cisnormatividade e avança em direção às experiências escolares. A seleção dessas autoras veio por indicação da banca de qualificação que sugeriu complementar o trabalho com pesquisadoras brasileiras.

Um primeiro movimento nesse percurso é oferecido por Viviane Vergueiro (2016), que define a cisgeneridade como uma norma social e política que estrutura as relações de gênero. A autora argumenta que a cisgeneridade não deve ser compreendida apenas como uma identidade, mas como um regime de inteligibilidade sustentado por pressupostos de pré-discursividade, binariedade e permanência. Dessa forma, Vergueiro evidencia como determinadas experiências de gênero são naturalizadas e legitimadas, enquanto outras são identificadas como desvios. Ao articular essa reflexão a uma abordagem autoetnográfica⁶, a autora também demonstra como os saberes produzidos por pessoas trans e travestis podem constituir formas de resistência e de construção de novos agenciamentos políticos, contribuindo para a ampliação e a complexificação dos próprios campos feministas.

⁶ Para Vergueiro, a autoetnografia não é apenas uma técnica metodológica para narrar experiências pessoais. Ela assume a autoetnografia como uma estratégia epistemológica e política, especialmente importante para pessoas trans produzirem conhecimento a partir de suas próprias vivências.

Partindo dessa problematização da norma cisgênera, Luma Nogueira de Andrade (2012) desloca o debate para o contexto escolar ao investigar as experiências de jovens travestis matriculadas em escolas públicas do Ceará. A autora demonstra que a escola atua como um espaço de regulação dos corpos e das expressões de gênero, produzindo processos de vigilância, disciplinamento e exclusão que frequentemente dificultam o acesso e a permanência de estudantes travestis. Entretanto, sua análise também evidencia as estratégias de resistência construídas por essas estudantes para permanecer nos espaços educativos, desafiando representações que historicamente associaram as travestilidades exclusivamente à marginalidade e à prostituição. Ao enfatizar as narrativas das próprias travestis, Andrade contribui para tornar visíveis outras formas de existência e sociabilidade, ampliando a compreensão das relações entre gênero, educação e poder.

A discussão sobre os mecanismos de exclusão presentes na escola é aprofundada por Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017), que investiga as experiências de “gays afeminados, viados e bichas pretas” no contexto escolar. Utilizando a interseccionalidade como ferramenta analítica, a autora demonstra que racismo e homofobia não operam de forma isolada, mas articulam-se na produção de processos de subjetivação e de desigualdades que atravessam a trajetória desses sujeitos. A partir de “narrativas (auto)biográficas”⁷ de docentes negros que escapam à norma cis-heterossexual, Megg evidencia os dispositivos de poder presentes na escola e na sociedade, ao mesmo tempo em que destaca as formas de (r)existência construídas diante das violências raciais e sexuais. Sua contribuição amplia a compreensão das relações entre educação, raça, gênero e sexualidade, evidenciando a necessidade de análises que considerem simultaneamente esses marcadores sociais.

Por fim, Sofia Favero (2020) desloca o foco para um debate mais recente ao problematizar as infâncias trans e os modos pelos quais determinadas experiências infantis têm sido nomeadas e enquadradas socialmente. A autora questiona os limites da própria categoria “criança trans”, argumentando que sua utilização pode invisibilizar outras possibilidades de existência, como as infâncias travestis. Além disso, demonstra como discursos médicos, psicológicos e educacionais têm participado da construção de uma suposta “transexualidade infantil”, frequentemente utilizada para legitimar formas de monitoramento

⁷A autora utiliza o conceito de Marcio Caetano (2016, p. 33) em que “A trajetória de vida vai para além do sujeito central que conduz a narrativa (auto)biográfica. Ao focar o sujeito que é narrado, dimensiona-se tal sujeito em um contexto mais amplo. Se entendermos que a constituição de identidade é relacional, as biografias dos sujeitos poderão ser conectadas/comparadas com as narrações de outras histórias de vida, numa dinâmica que supõe ir além da sucessão cronológica individual ou da constituição de trajetória de vida.”

e intervenção sobre corpos e subjetividades desde os primeiros anos de vida. Com isso, Favero amplia o debate sobre gênero e educação ao evidenciar que as disputas em torno do reconhecimento das identidades trans começam ainda na infância.

Ainda que não estejam centradas exclusivamente no campo educacional, as contribuições dessas autoras permitem compreender o gênero como uma construção social, histórica e política, constituída em meio a relações de poder que atravessam diferentes dimensões da vida social. Ao abordarem criticamente a cisnormatividade, as experiências escolares de travestis, as articulações entre gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença, bem como as infâncias trans, suas pesquisas fornecem ferramentas analíticas relevantes para compreender os mecanismos de regulação, exclusão e resistência que permeiam as trajetórias da comunidade LGBTQIA+.

2.3 Gêneros e Sexualidades na Educação Matemática

O primeiro movimento de aproximação com estudos relacionados à temática de gêneros e sexualidades e Educação Matemática ocorreu a partir do contato com pesquisas já desenvolvidas nesse campo, as quais também compõem as discussões apresentadas nesta seção. Por meio desse percurso, foi possível conhecer trabalhos que se constituíram como algumas das primeiras produções sobre a temática, datadas do final do século XX e início do século XXI.

Uma das primeiras autoras a falar sobre gênero e matemática é Valerie Walkerdine em seu livro *“The mastery of reason”* (1988), no qual argumenta que o poder da racionalidade e o pensamento matemático se entrelaçam na definição cultural da masculinidade, que é, em nossa sociedade, usualmente aceita como detentora da razão. Relaciona-se, assim, a racionalidade matemática com a fantasia da masculinidade que promove a exclusão das mulheres, a partir de um discurso no qual o poder e o controle estão inscritos. Dessa perspectiva, a autora afirma que,

[...] a matemática, torna-se uma fantasia de masculinidade na qual a masculinidade tem que ser constantemente provada, assim como a exclusão das mulheres dela. A prova da superioridade masculina e o fracasso feminino têm constantemente sido refeita e desesperadamente reafirmada (Walkerdine, 1988, p. 200).

No contexto brasileiro, apenas em 2010, é lançada a obra “Relações de Gênero, Educação Matemática e Discurso: enunciados sobre mulheres, homens e matemática” em que

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza e Maria da Conceição F. R. Fonseca discutem o conceito de gênero e seus efeitos para o campo da Educação e propõem a consideração de gênero como categoria de análise nas pesquisas em Educação Matemática.

Para as autoras, duas grandes vertentes da incorporação do conceito de gênero nos estudos do campo da Educação vinham se constituindo: uma vertente que assume o conceito de gênero em oposição (ou complementaridade) ao sexo biológico, referindo-se a comportamentos e atitudes que culturas inscrevem sobre corpos sexuais (possuidores de sexo biológico); e outra que utiliza o conceito de gênero para compreender processos que estabelecem diferenças entre mulheres e homens, e os distinguem como masculino e feminino como formas de construção social, cultural e linguística que nomeiam seus corpos (Souza; Fonseca, 2010).

Um modo de compreender as vertentes anunciadas aproxima-se, ao meu ver, de uma compreensão articulada das questões de gênero e sexualidade. Nesse sentido, cabe mencionar o estudo de Denise Carreira (2017), que aborda essas temáticas a partir das conceituações apresentadas a seguir.

Gênero: O conceito de gênero ganha espaço nos debates feministas na década de 1980 como um esforço de pesquisadoras e ativistas para compreender a construção histórica e social do ser homem e do ser mulher e das relações assimétricas de poder entre os sexos em diferentes sociedades. [...] Sob uma perspectiva relacional, o conceito se firmou como uma categoria de análise e vem contribuindo para a compreensão e questionamento dos mecanismos de naturalização, criação e manutenção das desigualdades; do binarismo homem-mulher, masculino-feminino, natureza-cultura, biologia-sociedade, gênero-sexo etc; e de formas de controle explícitas e sutis dos corpos que permeiam a realidade social: do cotidiano ao plano das políticas públicas, dos símbolos e linguagem às instituições.[...] A produção teórica encontra-se em fase de grande criatividade, diversidade e divergência, articulando gênero com outros marcadores e categorias sociais como classe social, raça, etnia, sexualidade, idade, origem regional etc.

Sexualidade: Compreendida como construção histórica e social complexa, produto de negociação, de agência humana, de lutas entre aqueles que têm o poder de definir e regular e daqueles que resistem. Reúne diferentes possibilidades biológicas e mentais e formas culturais – identidade de gênero, diferenças corporais, capacidade de reprodução, necessidades, desejos, fantasias, práticas eróticas, instituições e valores – às quais não necessariamente estão relacionadas dessa forma [...]. Todos os elementos constituintes da sexualidade têm como base o corpo e a mente, e aqui não estou tentando negar os limites colocados pelos processos biológicos e mentais. Mas as capacidades do corpo e da psique adquirem sentido/significado somente em meio às relações sociais. Judith Butler (2003; 2009) afirma que – assim como gênero – sexo também é uma construção social e histórica e crítica a imposição da chamada matriz heterossexual na sociedade. Essa matriz seria constituída por um conjunto de discursos e práticas culturais relacionadas com a diferença entre os sexos e encaminhada a produzir a heterossexualidade como padrão. Tal construção seria fruto do efeito performativo de uma repetição ritualizada de atos que acabaria gerando a naturalização da heterossexualidade como hegemônica e obrigatória. A obra de Butler também põe em xeque o binarismo

heterossexualidade-homossexualidade, dando base para o questionamento das fronteiras sobre diversidade sexual (Carreira, 2017, p. 34).

Dez anos após o lançamento da obra de Souza e Fonseca, em 2020, dois marcos importantes para o crescimento e fortalecimento da temática na Educação Matemática ocorrem, o primeiro é a publicação do livro organizado por Gonçalves (2020) em que são abordadas importantes questões sobre diversidade no ensino da matemática. A outra, é a criação do grupo de pesquisa *MatematiQueer*⁸, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, iniciativa de Agnaldo Esquincalha, que tem como principal objetivo investigar as relações que pessoas que fogem às normas socialmente impostas, em relação a gêneros e sexualidades, e outras interseccionalidades, desenvolvem com matemática.

Das várias pesquisas de mestrado e doutorado, assim como das publicações, artigos e iniciativas produzidas pelo grupo, ressalto a realização de um trabalho do tipo Estado da Arte sobre pesquisas que envolvem pessoas LGBTQIA+ na Educação Matemática, feita por Hygor Guse do *MatematiQueer*, como parte de sua dissertação (Guse, 2022), em que investiga as relações entre pessoas LGBTI+ e a Educação Matemática a partir dos estudos queer, evidenciando que a área não é neutra nem desvinculada das relações de poder que atravessam a sociedade. Ao mapear pesquisas sobre o tema e dialogar com experiências de docentes LGBTI+ de Matemática, o autor demonstra que gênero e sexualidade também permeiam os currículos, as práticas pedagógicas e as interações escolares. Entre os resultados, destaca-se que muitos participantes vivenciaram processos de discriminação e exclusão, ao mesmo tempo em que o bom desempenho em Matemática operava como uma forma de reconhecimento e legitimidade dentro da escola. A pesquisa defende, assim, uma Educação Matemática comprometida com a diversidade e capaz de questionar normas cisheteronormativas, contribuindo para ampliar as discussões sobre gênero e sexualidade no campo.

Além disso, dois e-books do grupo já foram publicados em parceria com a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), sendo eles “Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática: tensionamentos e possibilidades.” (2022) e “Estudos de Gênero: o que matemática tem a ver com isso? Conversas iniciais com licenciandes e docentes que ensinam matemática” (2024). Em conjunto, as duas obras reforçam a emergência dos Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática, apresentando um panorama amplo e

⁸ Mais informações sobre o Grupo MatematiQueer podem ser obtidas no link a seguir:
<https://pemat.im.ufrj.br/index.php/pt/grupos-de-pesquisa/270-matematiqueer>.

inovador sobre como questões de gênero e sexualidades atravessam o ensino e a aprendizagem de matemática, propondo transformações teóricas, políticas e pedagógicas no campo da Educação Matemática.

Outros estudos evidenciam, de forma complementar, como os discursos sobre gênero são produzidos e sustentados tanto em materiais didáticos quanto em pesquisas da Educação Matemática no Brasil (Neto; Silva, 2020; Neto, 2021). No trabalho de Neto (2021), observa-se que livros de Matemática destinados à Educação do Campo reforçam papéis tradicionais atribuídos ao feminino, enquanto certas pesquisas da área fazem circular enunciados que estimulam o engajamento de meninas e mulheres com o conhecimento matemático. Já em Neto e Silva (2020) é feita uma análise de como as questões de Gênero aparecem, ou se silenciam, nos livros didáticos de Matemática, mostrando que, apesar das intenções das políticas educacionais, esses materiais ainda se revelam insuficientes para romper com estereótipos e vieses de gênero. Assim, estes dois trabalhos se tornam relevantes para a área ao indicar que tanto os materiais curriculares quanto parte da produção acadêmica continuam a construir modos específicos de compreender, representar e posicionar sujeitos femininos no ensino de Matemática.

Há também um artigo publicado nesta temática, com título “Políticas Curriculares, Gêneros e Sexualidades: implicações para a Educação Matemática” produzido em coautoria própria junto à minha orientadora, que defende a relevância do ciclo de políticas curriculares voltadas para a diversidade, desenvolvidas no Brasil, no período de 2004 a 2014 apresentando insuficiências quanto à articulação de mudanças mais efetivas na produção curricular em matemática, a partir de uma discussão sobre seus efeitos para o livro didático e para a formação docente (Conrado; Müller, 2024). O artigo foi publicado na edição especial “Debates contemporâneos sobre Gêneros (e/) Sexualidades e Educação Matemática” lançada em 2024 pela Revista Perspectivas em Educação Matemática, a edição buscou reunir estudos que articulam Educação Matemática com questões de gênero e sexualidade. Assim, os trabalhos publicados exploram diferentes fenômenos, materiais e processos formativos, evidenciando como os marcadores sociais de gênero e sexualidade atravessam o ensino, a aprendizagem e a produção de conhecimentos matemáticos, ampliando as discussões da área.

Dada a demonstração do crescente número de produções aqui apresentadas, é possível reconhecer e melhor compreender a relevância do debate sobre as relações de gênero e a matemática, e seus efeitos para a Educação. Nota-se que a área se constitui, cada vez mais,

como um campo novo de estudos para a Educação Matemática, assim como a relevância que o tema vem tomando à medida que pesquisas, formações e produções acadêmicas colaboram para evidenciar como normas de gênero, estereótipos e desigualdades atravessam as práticas docentes, as percepções estudantis e os processos de aprendizagem. Esse movimento amplia horizontes teóricos e pedagógicos, apontando para a necessidade de mais pesquisas sobre esta temática.

2.4 Maternidades como construção social e prática política

O desafio de compreender os sentidos e conceitos em torno da maternidade constitui um movimento fundamental para esta pesquisa, uma vez que não se parte da compreensão de que exista uma única forma de ser mãe, tampouco de que a maternidade possa ser explicada exclusivamente a partir de aspectos biológicos. Ao contrário, compreende-se a maternidade como uma construção social, histórica, cultural e política, produzida nas relações estabelecidas entre sujeitos e atravessada por diferentes relações de poder. Nesse sentido, falar em maternidade implica considerar – e problematizar – os modos pelos quais determinados discursos e práticas sociais produzem significados sobre o que é ser mãe, sobre as responsabilidades tradicional e culturalmente atribuídas às mulheres e sobre as formas de cuidado, afeto e relações com filhos são socialmente legitimadas.

Para construir essa compreensão, parte-se da contribuição de Miranda e Silva (2025), que realizam uma análise de nove trabalhos brasileiros sobre maternidade publicados na revista *Cadernos Pagu*, no período de 30 anos, sendo entre o início da revista, 1993, e o ano em que a revisão bibliográfica foi realizada, 2023, sendo o primeiro trabalho sobre maternidade publicado na revista em 1999, e articulam essa discussão às contribuições de autoras como Adriana Piscitelli e Kimberlé Crenshaw. A revisão realizada pelas autoras permite observar a multiplicidade de perspectivas a partir das quais a maternidade vem sendo discutida e contribui para afastá-la de uma compreensão universalizante. A partir desse levantamento, algumas dimensões mobilizadas nesta pesquisa colaboram para pensar diferentes aspectos que atravessam as experiências maternas, especialmente aquelas relacionadas às relações de gênero, aos marcadores sociais da diferença e aos processos de produção de subjetividades.

Essa perspectiva da maternidade encontra importante contribuição nas discussões de Lucila Scavone (2001), para quem os estudos feministas possibilitaram deslocar a

maternidade de uma condição entendida como destino natural das mulheres para uma problemática social. A autora evidencia que os sentidos atribuídos à maternidade se modificam historicamente e estão relacionados às transformações nas relações de gênero. Assim, a capacidade biológica de gestar não determina, por si só, os modos de exercer a maternidade, tampouco define os lugares sociais ocupados pelas mulheres. A maternidade passa, portanto, a ser compreendida como uma experiência constituída em meio às relações sociais e às condições históricas nas quais as mulheres estão inseridas.

Nessa direção, Adriana Piscitelli (2009) contribui para problematizar a própria categoria "mulher" assumida de modo homogêneo, chamando atenção para a necessidade de considerar os diferentes marcadores e posições sociais que atravessam as experiências das mulheres. Tal perspectiva é importante para pensar também as maternidades, uma vez que não se pode pressupor que todas as mulheres vivenciem o maternar da mesma maneira. As experiências maternas são produzidas em contextos específicos e podem assumir diferentes sentidos conforme as relações sociais nas quais estão inseridas. Dessa forma, a maternidade não constitui uma experiência universal, mas uma experiência múltipla e situada.

A discussão sobre a divisão sexual do trabalho desenvolvida por Danièle Kergoat (2009) também contribui para essa compreensão. Ao analisar a maneira como as relações sociais de sexo organizam a distribuição das atividades e responsabilidades entre homens e mulheres, a autora evidencia que o cuidado e o trabalho doméstico foram historicamente associados às mulheres. Essa associação participa da construção de determinadas expectativas acerca da maternidade, fazendo com que as mulheres sejam frequentemente responsabilizadas pelo cuidado, pela educação e pelo bem-estar dos filhos. Assim, aquilo que muitas vezes aparece como uma característica "natural" da maternidade pode ser compreendido como resultado de uma organização social que distribui desigualmente responsabilidades, tarefas e expectativas (Kergoat, 2009).

A produção social gerada em torno dessas expectativas também pode ser observada nos trabalhos de Schwengber e Meyer (2011) e de Carin Klein (2007), que problematizam os discursos que produzem determinados modos de ser mãe. A partir dessas discussões, a maternidade pode ser entendida como atravessada por processos de produção de subjetividades, nos quais diferentes instituições, discursos e práticas sociais participam da definição daquilo que se espera de uma mãe. A figura da "boa mãe", por exemplo, não constitui uma categoria natural, mas é produzida por discursos que estabelecem determinadas

formas consideradas adequadas de cuidado, proteção, dedicação e responsabilidade. Desse modo, as mulheres não apenas vivenciam a maternidade, mas também são interpeladas por expectativas sociais sobre como essa maternidade deve ser exercida.

Essa compreensão permite reconhecer que as maternidades são também espaços de negociação e tensionamento. As mulheres podem reproduzir, negociar, ressignificar ou contestar os modelos de maternidade que lhes são apresentados. Portanto, compreender uma experiência materna exige olhar não apenas para aquilo que socialmente se espera das mães, mas também para os modos pelos quais elas produzem outras possibilidades de existência e de relação com seus filhos.

Essa multiplicidade precisa ser pensada ainda a partir dos diferentes marcadores sociais que atravessam as experiências maternas. Nesse sentido, a contribuição de Kimberlé Crenshaw (2012) acerca da interseccionalidade torna-se importante para evitar que a categoria "mãe" seja tratada como universal. As relações de gênero não operam isoladamente, mas articulam-se a relações de raça, classe, sexualidade e outras formas de diferenciação e desigualdade. Assim, as experiências de maternidade não são produzidas apenas pelo fato de alguém ser mulher ou mãe, mas pela posição que essa pessoa ocupa em diferentes relações sociais. Pensar em maternidades implica, portanto, reconhecer que essas experiências são situadas e atravessadas por múltiplos marcadores.

A perspectiva interseccional também permite compreender que diferentes mulheres podem enfrentar expectativas, violências, possibilidades e formas de reconhecimento distintas em relação à maternidade. Nesse sentido, não se trata apenas de acrescentar diferentes marcadores a uma definição já estabelecida de mãe, mas de compreender como essas dimensões se constituem mutuamente na produção das experiências. A maternidade de uma mulher negra, de uma mulher pobre, de uma mulher lésbica ou de uma mulher cuja maternidade está atravessada pelas experiências de gênero e sexualidade de seus filhos não pode ser compreendida simplesmente pela soma dessas características. São as relações entre esses elementos que produzem experiências específicas.

Essa dimensão política da maternidade pode ser aprofundada a partir do trabalho de Vinicius Santiago (2019), que analisa o movimento de mães que perderam seus filhos, assassinados por policiais militares nas favelas do Rio de Janeiro, no contexto da política de pacificação. O autor investiga como essas mulheres se organizam em torno da luta pela responsabilização e pelo reconhecimento do Estado brasileiro pelas mortes de seus filhos,

evidenciando que a maternidade constitui um elemento central na produção de suas formas de mobilização política. Nesse movimento, a violência dirigida aos filhos também produz efeitos sobre os corpos e as experiências dessas mulheres, fazendo com que seus corpos maternos passem a ocupar o espaço público como lugares de denúncia, resistência e reivindicação (Santiago, 2019).

Nesse processo, a categoria "mãe" não aparece apenas como uma identificação relacionada à relação familiar com os filhos, mas como uma posição a partir da qual essas mulheres podem tornar públicas suas experiências e reivindicações. Santiago (2019) evidencia esse movimento ao afirmar:

A categoria “mãe” se apresenta como um atributo muito peculiar a essa luta, pois possui um peso ontológico que garante a essas mulheres um caráter político em um processo de subjetivação e visibilização de seus corpos no domínio público. Sua presença em atos, vigílias e caminhadas constitui-se em uma forma de mobilizar a opinião pública, a mídia e autoridades para a legitimidade de sua reivindicação (Santiago, 2019, p. 10).

A partir dessa compreensão, a categoria "mãe" passa a operar também como uma posição política, possibilitando que experiências de sofrimento e violência adquiram visibilidade e sejam apresentadas como reivindicações coletivas. A maternidade, nesse contexto, não permanece restrita ao âmbito privado, mas constitui um lugar a partir do qual essas mulheres podem produzir formas de enunciação e participação no espaço público.

Essa possibilidade de reconhecimento político está relacionada aos significados historicamente atribuídos à maternidade. Santiago (2019), dialogando com Rita Freitas (2002), mostra que, no movimento analisado, a maternidade constitui o fundamento a partir do qual essas mulheres reivindicam sua presença no espaço público.

No contexto em questão, a maternidade é o elemento sobre o qual se apoia toda a legitimidade da luta e, segundo Rita Freitas (2002), é por intermédio da maternidade que as mães se fazem sujeitos visíveis na política. Elas conferem à maternidade outro significado que lhes possibilita a inclusão no mundo público (Santiago, 2019, p. 11).

O autor chama atenção, ainda, para os sentidos historicamente associados à figura da mãe, especialmente aqueles relacionados ao sofrimento, ao sacrifício e ao amor incondicional pelos filhos. Essa construção social da maternidade pode conferir às mães uma determinada legitimidade moral quando elas ocupam o espaço público para reivindicar justiça. Ao mesmo tempo, a mobilização política desta categoria produz um deslocamento de seus sentidos tradicionais, uma vez que aquilo que historicamente foi associado ao espaço doméstico e

privado pode ser mobilizado pelas próprias mulheres como recurso para ocupar o espaço público, produzir visibilidade e reivindicar direitos.

Embora Santiago (2019) analise um movimento constituído por mães que perderam seus filhos em decorrência da violência de Estado, sua discussão permite pensar outras formas pelas quais a maternidade pode constituir uma posição de mobilização política. O que interessa, para esta pesquisa, é compreender como uma experiência inicialmente situada no âmbito familiar pode adquirir uma dimensão coletiva quando compartilhada e organizada junto a outras mães. Nesse deslocamento, a maternidade pode constituir um lugar de enunciação, produção de alianças, reivindicação de direitos e enfrentamento de situações de violência e desigualdade.

É a partir dessa perspectiva que os coletivos de mães são compreendidos nesta pesquisa. Embora as experiências e as pautas políticas possam ser distintas daquelas analisadas por Santiago (2019), há uma aproximação importante na maneira como a maternidade pode constituir um ponto de partida para a organização coletiva. No caso das mães que participam de coletivos relacionados às questões de gênero e sexualidade, experiências vivenciadas nas relações familiares podem ultrapassar o espaço privado e produzir formas de atuação pública, especialmente quando situações de preconceito, discriminação e violação de direitos dos filhos são compartilhadas e transformadas em pautas coletivas.

A constituição desses espaços possibilita que experiências particulares sejam colocadas em relação com experiências de outras mulheres, produzindo redes de apoio, estratégias de enfrentamento e formas coletivas de ação. Nesse processo, as mães não apenas compartilham suas experiências: elas também produzem saberes sobre suas próprias vivências e sobre as condições sociais que as atravessam. A experiência materna pode, assim, constituir um lugar de produção de conhecimento e de participação política, no qual os sentidos atribuídos à própria maternidade são continuamente negociados e ressignificados.

No caso das mães que se organizam em torno das questões de gênero e sexualidade de seus filhos, essa dimensão política adquire características específicas. As experiências relacionadas à descoberta, ao reconhecimento ou à vivência das identidades de gênero e sexualidades dos filhos podem produzir deslocamentos nos sentidos atribuídos à própria maternidade. Questões que poderiam permanecer circunscritas ao espaço familiar passam a ser discutidas coletivamente, especialmente quando essas mães se deparam com situações de

preconceito, discriminação ou violação de direitos. O coletivo, nesse sentido, pode constituir-se como espaço de elaboração dessas experiências e de construção de outras formas de compreender e exercer a maternidade.

Assim, as discussões de Scavone, Piscitelli, Kergoat, Crenshaw, Schwengber e Meyer, Klein e Santiago permitem compreender a maternidade a partir de diferentes dimensões que se articulam: como construção histórica e social; como experiência atravessada pelas relações de gênero; como espaço de produção de subjetividades; como experiência situada e interseccional; e como possibilidade de ação e mobilização política. Essas contribuições permitem afastar uma concepção universalizante de maternidade e reconhecer a existência de diferentes maternidades, constituídas em contextos específicos e continuamente produzidas nas relações sociais.

É a partir dessa compreensão que, nesta pesquisa, as maternidades são entendidas como experiências plurais, situadas e relacionais, produzidas nas relações das mães com seus filhos, com outras pessoas e com as instituições e coletivos dos quais participam. Particularmente, interessa compreender como essas maternidades são produzidas e ressignificadas diante das questões de gênero e sexualidade vivenciadas pelos filhos e como a participação em coletivos pode transformar experiências inicialmente particulares em experiências compartilhadas, produzindo redes de apoio, formas de resistência e práticas políticas. Desse modo, as maternidades das participantes não são tomadas como identidades fixas ou previamente determinadas, mas como experiências em movimento, nas quais cuidado, afeto, conflito, aprendizagem, resistência e ação política podem coexistir e produzir diferentes modos de ser mãe.

2.5 Maternidades na Educação Matemática: uma revisão bibliográfica

Ao prezar pelo diálogo com a experiência da maternidade, como elemento constitutivo do debate de gênero e como eixo para a compreensão de como pode ser dar a relação entre as vivências de pessoas LGBTQIA+ e a escola, optei para compor essa pesquisa, por compreender como estudos sobre Maternidade e a Educação Matemática tem se aproximado como campos de investigação. Para isso, ofereço um panorama de produções nessa temática.

A busca, realizada entre os meses de setembro e novembro de 2025, procurou identificar teses, dissertações e artigos disponíveis nas bases: Biblioteca Digital Brasileira de

Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, além do Portal de periódicos da CAPES. Organizada em duas partes: (1) descritores ligados à Educação Matemática – “educação matemática” e “matemática” e (2) descritores ligados à maternidade – “maternidade” e “maternagem”, a busca resultou em 407 produções que incluíam, devido à utilização do conector booleano “e”, os descritores dos grupos (1) e (2), simultaneamente as duas áreas de interesse em seus títulos, resumos e/ou palavras-chave.

Com a leitura dos resumos dos trabalhos, apenas 5 trabalhos foram selecionados para esta investigação. Como critérios de exclusão dos textos foram aplicados os seguintes fatores: trabalhos duplicados; resultados em que se refere à linguagem (língua materna); discussão não voltada para Educação Matemática; uso de procedimentos matemáticos como ferramenta de investigação.

Para uma melhor compreensão dos trabalhos selecionados, apresento no quadro a seguir, as produções com suas respectivas informações acompanhadas de uma breve análise descritiva.

Quadro 01 – Listagem de trabalhos selecionados pela Revisão Sistemática

Título	Autoria de (Ano)	Nível da Produção	Instituição
Mulheres, Maternagem e Matemática: uma conversa sobre redistribuição, reconhecimento e representação	Paula Cristina Constantino Santos (2024)	Tese de Doutorado	Universidade Estadual Paulista
Maternagem nas narrativas de uma professora de matemática em um blog	Elisabeth Sousa Carneiro (2023)	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ARQUITETANDO HISTÓRIAS DE FORMAÇÃO EM FORMAÇÃO: compreensões junto a narrativas da História Oral em Educação Matemática	Beatriz Brandão da Silva (2023)	Dissertação de Mestrado	Universidade Estadual Paulista
O poder de ação das mídias, da maternidade e dos lares na Educação Matemática.	Débora da Silva Soares, Marcelo C. Borba (2023)	Artigo Revista Educação Matemática Pesquisa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual Paulista
A constituição do Sujeito-Mãe nos livros	Vanessa Franco Neto, Angela Maria Guida (2020)	Artigo Revista Educação UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

didáticos de matemática da Educação do Campo			
--	--	--	--

O trabalho de Vanessa Franco Neto e Angela Maria Guida (2020) inscreve-se no campo dos estudos discursivos foucaultianos e analisa a constituição do “sujeito-mãe” em livros didáticos de matemática destinados à Educação do Campo. A partir da análise de dez livros do PNLD Campo, as autoras evidenciam como a maternidade aparece como marcador identitário normativo, representando o feminino como naturalmente predisposto aos cuidados, ao lar e a uma moralidade específica. A matemática, nesse contexto, opera como dispositivo de verdade, legitimando representações generalizadas e cristalizando práticas e performances esperadas do corpo feminino. O currículo, portanto, não é neutro: ele participa da produção cultural da maternidade como destino. Essa pesquisa contribui para mostrar que a maternidade, na Educação Matemática, não se limita às práticas docentes, mas também emerge como elemento discursivo que molda representações e regula identidades no âmbito curricular.

Em outra direção, mas também enfatizando a maternagem como experiência subjetiva e identitária, a dissertação de Elisabeth Souza Carneiro (2023) investiga as narrativas autobiográficas de uma professora de matemática em um blog educacional. A partir de um formato multipaper e utilizando histórias de vida como fundamento metodológico, a autora analisa como as vivências da maternagem, marcada por desafios, resistências e reconfigurações, atravessam sua constituição profissional. A maternidade, nesse caso, não é apenas tema, mas força estruturante da identidade docente, influenciando modos de ensinar, concepções de inclusão, uso de materiais manipulativos e reflexões sobre o percurso acadêmico. O blog, como espaço de enunciação, torna visível o “eu-mulher-mãe-professora”, oferecendo não apenas um relato pessoal, mas uma crítica às condições de estudo, pesquisa e permanência de mulheres-mães em áreas de exatas.

Na mesma perspectiva de mães acadêmicas, a pesquisa de Silva e Borba (2023) amplia o escopo das discussões ao articular maternidade, pandemia e produção de conhecimento sob a perspectiva teórica dos “seres-humanos-com-mídias”. Ao analisar a narrativa de uma professora-mãe no contexto do Ensino Remoto Emergencial, os autores defendem que a produção de saberes matemáticos passou a ser realizada por coletivos híbridos que incluem, de forma central, o lar e a maternidade. A experiência da docência e da pesquisa durante a pandemia evidenciou a assimetria dos impactos do vírus, particularmente

sobre mães pesquisadoras, cuja agência foi moldada pelas condições domésticas e pelas demandas de cuidado. A maternidade, portanto, irrompe como componente ativo nos processos de produção de conhecimento e na própria constituição da prática acadêmica, desmontando a ideia de que ensino e pesquisa operam independentemente das dinâmicas familiares.

A tese de Paula Cristina Constantino Santos (2024) aprofunda esse debate ao situar as experiências de mulheres-mães na Educação Matemática dentro da teoria tridimensional de justiça social de Nancy Fraser. A partir de Rodas de Conversa e História Oral, a autora analisa as dimensões de reconhecimento, redistribuição e representação presentes nas trajetórias de docentes da UNESP. Seus resultados indicam que as injustiças vivenciadas por essas mulheres decorrem tanto de padrões culturais misóginos, que invisibilizam suas contribuições acadêmicas e naturalizam a conciliação entre cuidado e produtividade, quanto de desigualdades estruturais que dificultam sua permanência em condições equânimes na pesquisa em matemática. A maternagem, neste quadro, aparece como elemento que simultaneamente intensifica desigualdades e denuncia a insuficiência das políticas institucionais de gênero. Trata-se de um estudo que articula o micro (experiência docente) com o macro (capitalismo financeirizado, produtivismo acadêmico), oferecendo forte base crítica para repensar políticas de equidade na área.

Por fim, a dissertação de Beatriz Brandão da Silva (2023), ao trabalhar com textualizações produzidas pelo Grupo de História Oral em Educação Matemática (GHOEM), destaca as maternidades como parte integrante das experiências formativas de professoras de matemática. Embora a maternidade não seja o único foco do trabalho, o firmamento dedicado a esse tema mostra como as narrativas revelam transformações identitárias, rearranjos de vida e relações afetivas que atravessam a formação docente. A História Oral, nesse caso, permite compreender maternidades plurais que não apenas influenciam a docência, mas constituem modos de ser professora e pesquisadora, borrando fronteiras entre vida pessoal e profissional e indicando que a formação docente é sempre marcada pela experiência, inclusive pela experiência do cuidado.

Tomados em conjunto, esses trabalhos evidenciam que a maternidade na Educação Matemática é múltipla: aparece como representação nos currículos, como experiência identitária na docência, como elemento constitutivo da produção de conhecimento, como dimensão política das injustiças de gênero e como parte fundamental das histórias de

formação. Se, por um lado, os estudos mostram os desafios, tensões e desigualdades enfrentados por mulheres-mães que ensinam e pesquisam matemática, por outro também revelam a maternidade como lugar de potência, agência e elaboração de novas práticas educativas.

As pesquisas convergem em apontar lacunas importantes: a necessidade de políticas institucionais de apoio à maternidade nas áreas de Matemática e Educação Matemática; a urgência em repensar culturas acadêmicas produtivistas; a importância de reconhecer as dimensões afetivas e identitárias da docência matemática; e a relevância de compreender como discursos de gênero operam no currículo e na formação docente. É possível identificar que o foco central dessas pesquisas recai sobre a experiência da maternidade articulada à carreira docente na área da Matemática. No entanto, esperava-se encontrar estudos que aprofundassem, de maneira mais específica, os impactos da maternidade nos processos de ensino e aprendizagem da Matemática.

O alto volume, anteriormente indicado em termos da produção neste campo, contrasta com o pequeno número de trabalhos – teses e dissertações - encontrados nos bancos de teses. Isso pode sugerir, de um lado, pouco interesse na temática e, de outro, indicam que certos critérios de busca, limitados a certos descritores prévios, em bases de dados, nem sempre são suficientes para identificar autores e pesquisas que dialoguem com os aspectos de interesse da temática aqui abordada. Tal movimento tampouco revela o caráter dinâmico do campo que vem se demonstrando crescente.

Desta reflexão, foi realizado um segundo movimento de busca que olhou para os Anais da “1ª Escola de Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática”, primeiro evento promovido pelo *MatematiQueer* em 2024. A seleção de trabalhos a partir deste material resultou em quatro estudos listados no quadro a seguir.

Quadro 02 – Seleção de Trabalhos dos Anais da 1ª Escola de Estudos de Gênero e Sexualidade em Educação Matemática (MatematiQueer, 2024)

Título	Autoria de
Matemática, Gêneros e Sexualidades: (Escre)Vivências de Maternidade e a Aprendizagem da Matemática de Pessoas LGBTQIA+	Mariana da Costa Müller
Maternagem e Docência em Matemática	Gisela Maria da Fonseca Pinto
Maternidade e Matemática: um Movimento de Luta	Rafaela Barbosa Cardozo, Gerson dos Santos Farias
Maternidade e Educação Matemática: uma Agenda de Pesquisa do NIPAC	Paula Cristina Constantino Santos, Roberta de Oliveira Barbosa, Deise Aparecida Peralta.

O trabalho de Mariana Müller (2025), trata do projeto de pesquisa desta dissertação e é o único localizado na categoria trabalho completo. Outros dois estão localizados na mesma categoria sobre maternidade e a vida acadêmica na Matemática (Pinto, 2025; Cardozo; Farias, 2025). Outro estudo de Paula Cristina Constantino Santos, Roberta de Oliveira Barbosa e Deise Aparecida Peralta (2024), apresenta duas pesquisas do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo (NIPAC), sediado na Unesp - Campus de Presidente Prudente, uma sendo a tese já citada anteriormente (Santos, 2024) e a outra tese em andamento, discute a constituição do papel social da maternidade no contexto das sociedades capitalistas neoliberais, refletindo sobre os modelos de maternidade reproduzidos na sociedade, com foco principal nos currículos escolares de ciências e matemática e suas representações de maternidade (Santos; Barbosa; Peralta, 2024).

A partir desta análise, foi possível identificar que as pesquisas que articulam maternidade, maternagem e Educação Matemática ainda se encontram em processo de consolidação e expansão, formando um campo incipiente, porém extremamente promissor. Observa-se que a maior parte das produções concentra-se na experiência de mulheres-mães no âmbito acadêmico e docente, enfatizando trajetórias, desafios institucionais, atravessamentos identitários e tensões entre cuidado e produtividade. Esse predomínio indica que as investigações têm privilegiado o estudo da maternidade como fenômeno social que impacta diretamente a vida das mulheres que ensinam e pesquisam matemática, mas ainda há um espaço importante, e pouco explorado, para pesquisas que examinem os efeitos da maternidade no ensino e aprendizagem de matemática, na aprendizagem de seus filhos, seja no contexto escolar, ou fora dele.

A busca complementar realizada nos Anais da “1ª Escola de Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática” reforça essa tendência. Os trabalhos identificados dialogam intensamente com questões de maternidade e docência, maternidade e vida acadêmica ou, ainda, com representações curriculares da maternidade em áreas de ciência e matemática. Estes trabalhos mostram que existe uma comunidade emergente de pesquisadoras e pesquisadores interessados na temática, articulando-a com debates sobre gênero e sexualidades. No entanto, apesar do crescimento do interesse, o número reduzido de produções revela uma lacuna significativa, tanto teórica quanto empírica, no campo da

Educação Matemática: ainda são escassas as investigações que tratam da maternidade como elemento constitutivo de práticas de ensino e de processos de aprendizagem matemática.

Dessa forma, o panorama construído permite afirmar que a temática da Maternidade, quando mencionada nas pesquisas da área, surge predominantemente para refletir acerca da experiência docente em contexto acadêmico, marcada por disputas identitárias, desigualdades estruturais e lutas por reconhecimento e condições equânimes de trabalho. Os estudos analisados evidenciam que a maternidade não é um aspecto periférico, mas um componente central que modela trajetórias, práticas e modos de produzir conhecimento na Educação Matemática. Entretanto, há ainda vasto potencial para ampliar esse debate, investigando a maternidade como prática social que também impacta saberes matemáticos, relações de cuidado, processos formativos de crianças e adultos, e a maneira como a matemática é vivida no cotidiano familiar. Isso também se pode afirmar em relação aos próprios estudos no campo da Etnomatemática, que ao explorarem a dimensão política e educacional presente na produção de conhecimentos em diferentes contextos, por meio de uma perspectiva sociocultural, ainda não revelam produções relacionadas ao tema e, certamente, teriam muito a contribuir.

Assim, o estado da arte aqui produzido aponta para a necessidade urgente de aprofundar e diversificar as pesquisas sobre maternidade e Educação Matemática, reconhecendo sua complexidade e suas múltiplas dimensões. Isso inclui não apenas consolidar investigações já existentes, mas também inaugurar novas frentes de pesquisa que articulem maternidade, ensino, aprendizagem, práticas culturais, desigualdades sociais e políticas curriculares. Ao evidenciar tanto os avanços quanto as ausências, este mapeamento contribui para fortalecer uma agenda de estudos que reconhece a maternidade como categoria analítica relevante, potente e indispensável para compreender a Educação Matemática em sua totalidade.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.1 Da pesquisa etnográfica à pesquisa narrativa

A presente investigação insere-se no campo da pesquisa qualitativa e tem inspiração na pesquisa narrativa, compreendida como uma possibilidade de entender e interpretar experiências vividas por meio das histórias contadas pelos participantes (Clandinin; Connelly, 2000). Para esses autores, a pesquisa narrativa constitui um processo colaborativo entre pesquisador e participante, no qual as experiências são contadas, recontadas e reconstruídas ao longo da investigação.

Inicialmente, a pesquisa previa aproximações com abordagens etnográficas (Peirano, 2024), em razão do meu interesse em acompanhar as dinâmicas do coletivo em espaços de encontro e mobilização em campo. Entretanto, diante das especificidades de funcionamento do grupo, marcado por temporalidades próprias, múltiplas demandas das mães participantes e suas formas de mobilização e articulação, que serão melhor apresentadas em seções posteriores, os caminhos metodológicos foram reorganizados. Assim, optou-se pela produção da pesquisa narrativa construída a partir de entrevistas semiestruturadas e documentos produzidos pelo coletivo de mães, que compõem, de maneira central, o estudo.

Segundo Bruner (2002), as narrativas são constituídas por sequências de acontecimentos, experiências e significados produzidos pelos sujeitos em suas relações com o mundo. Mais do que simples relatos de fatos, elas representam formas de organizar experiências, produzir sentidos e interpretar acontecimentos vividos. Nessa perspectiva, as narrativas não são entendidas como reproduções objetivas da realidade, mas como construções permeadas por significados culturais, sociais e históricos. Para o autor, o pensamento narrativo possui papel fundamental na organização da experiência humana e na construção de sentidos acerca das vivências.

A pesquisa narrativa mais comum pode ser compreendida como uma metodologia que reúne histórias produzidas pelos participantes acerca de determinado fenômeno, permitindo que quem pesquisa compreenda experiências, significados e modos de interpretar o mundo (Clandinin; Connelly, 2000). Conforme destacam esses autores, a narrativa produzida em uma investigação não pertence exclusivamente ao participante ou ao pesquisador, mas emerge do encontro entre ambas as vozes. Nesse movimento de contar, recontar e reconstruir

experiências, as narrativas tornam-se construções compartilhadas que articulam dimensões temporais, sociais e culturais. Tal abordagem se mostra também coerente com a perspectiva conceitual da Etnomatemática, assumida na dissertação, em sua análise histórica, social e cultural acerca dos fenômenos que afetam a produção de conhecimentos em diferentes contextos.

Dessa perspectiva, o estudo se organiza em termos da compreensão da atuação do coletivo Mães pela Diversidade, de abrangência nacional, cujas ações se voltam ao acolhimento e à defesa dos direitos de pessoas LGBTQIA+ e de suas famílias. Dessa aproximação, seis mulheres-mães, atuantes no coletivo, aceitaram o convite para participar do estudo, com as quais foram realizadas entrevistas semiestruturadas dialogadas, de forma presencial ou remota. As entrevistas, gravadas em áudio e transcritas, passaram por um processo de análise e compõem um conjunto de narrativas que buscam responder à pergunta da pesquisa.

3.2 Dos temas que mobilizam as entrevistas

Para as entrevistas dialogadas, foi elaborado um **roteiro inicial** (ANEXO A) com perguntas organizadas em quatro blocos temáticos, complementadas em cada entrevista com questões não previstas elaboradas a partir dos conteúdos e temas trazidos por cada entrevistada. Apresento a seguir, a estrutura temática de cada bloco:

1. **Bloco 1 História como mulher e mãe:** neste bloco espera-se dialogar sobre as questões que a afetam como mulher e mãe, sua identidade, vivências e maternidade.
2. **Bloco 2 Luta individual e Coletiva:** dialoga-se sobre a inserção nos movimentos e trajetória no coletivo.
3. **Bloco 3 Escola:** refere-se às experiências e visões acerca da escola como local de acolhimento (ou não) das vivências presenciadas em relação de gêneros e sexualidades de seus filhos.
4. **Bloco 4 Educação e Educação Matemática:** foca mais especificamente nas relações com a sala de aula de matemática.

Após a transcrição das entrevistas, os relatos foram reorganizados em narrativas. Os conteúdos relacionados aos blocos "História como mulher e mãe" e "Escola" deram origem a narrativas individuais, buscando preservar as singularidades das trajetórias, experiências e percepções de cada participante. Já os conteúdos referentes aos blocos "Luta individual e coletiva" e "Educação e Educação Matemática" foram articulados em narrativas coletivas, construídas a partir do diálogo entre as vozes das diferentes participantes, evidenciando experiências compartilhadas, formas de mobilização coletiva e processos de produção de saberes no interior do grupo.

Aproximou-se dessa forma, da perspectiva de análise narrativa proposta por Polkinghorne (1995), na qual eventos, experiências e acontecimentos são articulados em narrativas capazes de expressar os sentidos produzidos pelos sujeitos acerca de suas vivências. Diferentemente de procedimentos voltados à categorização dos dados, buscou-se preservar a continuidade das experiências narradas pelas participantes, produzindo textos narrativos que evidenciassem suas trajetórias, percepções e formas de atribuir significado às experiências vividas.

Além das entrevistas, foram também estudados documentos do coletivo Mães pela Diversidade, disponíveis em seu site oficial⁹. Esses materiais contribuíram para ampliar a compreensão acerca da trajetória, das ações e das formas de mobilização desenvolvidas pelo coletivo.

Durante a realização das entrevistas, as participantes foram informadas sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos de gravação, transcrição e utilização dos dados, bem como sobre o direito de interromper sua participação ou optar por não responder determinadas questões. Embora o anonimato tenha sido inicialmente garantido, todas autorizaram formalmente a utilização de seus nomes pessoais na investigação. O projeto foi submetido ao **Comitê de Ética** e aprovado¹⁰ em 24 de abril de 2025, assegurando os direitos e o bem-estar das participantes.

3.3 O Coletivo Mães pela Diversidade

O Coletivo Mães pela Diversidade nasceu na capital do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2014 de um encontro natural de mães e pais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de todo o Brasil, preocupadas com o momento de retrocesso político que o País vive, do avanço do fundamentalismo, da violência

⁹ <https://maespeladiversidade.org.br>

¹⁰ CAAE 87876325.0.0000.5408, parecer nº 7.523.924

contra a população LGBT e da necessidade de lutar pelos direitos civis de seus filhos e filhas, se caracterizado pela informalidade. O ambiente atual, entretanto, passou a requerer outros compromissos, inclusive financeiros, o que obriga o grupo a adquirir características jurídicas para permitir sua existência formal (MPD, 2016).

Esse trecho compõe o texto de abertura do estatuto do Mães pela Diversidade (MPD) e também introduz a presente pesquisa sobre o coletivo.

A trajetória do coletivo teve início em 2014, quando um grupo de mães passou a se mobilizar diante da preocupação com os altos índices de violência, exclusão social e violações de direitos vivenciadas por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, intersexo, assexuais e demais expressões da diversidade sexual e de gênero. Inicialmente constituída como um espaço de escuta, acolhimento e apoio a familiares, a iniciativa foi se fortalecendo e ampliando sua atuação por meio da formação de núcleos organizados em diferentes regiões do país.

Em novembro de 2017, o MPD foi oficialmente consolidado como Organização da Sociedade Civil (OSC), marco que reconhece e fortalece sua atuação na promoção de direitos, no acolhimento e na construção de estratégias coletivas de enfrentamento às diversas formas de violência e exclusão. Em 2025, a organização já contava com presença ativa em 23 estados brasileiros, evidenciando o alcance nacional e a relevância de seu trabalho.

A atuação do coletivo está orientada por objetivos que buscam contribuir para a diminuição de conflitos entre famílias e pessoas LGBTQIA+, defender filhas, filhos e filhos e seus direitos, proteger crianças e jovens LGBTQIA+ de situações de exclusão e violência, além de apoiar e fortalecer a rede de mães, especialmente aquelas em maior situação de vulnerabilidade. Dessa forma, a organização se constitui como um importante espaço de acolhimento, escuta, mobilização e defesa dos direitos humanos, promovendo relações mais respeitadas e seguras para a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais.

Entende-se por coletivo um grupo de pessoas que se unem em torno de uma causa social, visando promover a solidariedade, o empoderamento e a cooperação entre indivíduos que compartilham objetivos comuns, conforme discutido por Suárez (2025). Nessa mesma perspectiva, Passos (2007, p. 13) afirma que

[...] os coletivos forjam um espaço de convivência e, por efeito de resistência diante de situações dadas, objetivas onde sentem-se apartados do convívio social por diversos motivos que envolvem as relações de gênero, as práticas racistas, os preconceitos frente às sexualidades consideradas “desviantes” e outras formas de diversidade, de diferença que os excluem e silenciam suas demandas.

Os coletivos desempenham um papel fundamental na promoção da união entre indivíduos, inclusive entre aqueles que, em muitos casos, não compartilham outros propósitos em comum. Ainda que essas pessoas não se reconheçam ou não se sintam representadas em seus próprios contextos sociais, o coletivo constitui-se como um espaço de encontro, pertencimento e articulação, possibilitando a aproximação entre sujeitos que dificilmente se conheceriam ou se conectariam fora desse âmbito.

A escolha do Coletivo Mães pela Diversidade justifica-se pela relevância do papel exercido por muitas mães, nos acolhimentos, na proteção e no apoio às pessoas de gêneros e sexualidades diversas, contribuindo para a legitimação de suas experiências e vivências nos espaços escolares e sociais. É importante compreender o coletivo como um espaço de expressão e emancipação, que atua no enfrentamento das violências e microagressões produzidas pela sociedade, especialmente aquelas direcionadas a sujeitos cujas identidades de gênero e orientações sexuais fogem aos padrões normativos (Suárez, 2025).

Assim, a partir do entendimento de que o coletivo realiza grande parte de suas comunicações, interações e divulgações por meio das redes sociais, torna-se possível fazer uma pequena análise de como esses espaços digitais se configuram como ferramentas de visibilidade, articulação política e construção de apoio coletivo.

Meu primeiro encontro com o coletivo ocorreu em junho de 2024, durante a Parada LGBTQ+ de Campinas, ocasião em que conheci a primeira mãe. Nosso diálogo foi breve, uma vez que ela possuía outro compromisso após participar da abertura da Parada juntamente com outras integrantes do coletivo. Ainda assim, foi possível apresentar, de forma sucinta, minha pesquisa, bem como realizar a troca de contatos.

Algum tempo depois, enviei mensagens explicando novamente os objetivos da pesquisa. Naquele momento, minha intenção era participar de reuniões ou de outras agendas do coletivo. A mãe se dispôs a ajudar e informou que conversaria com as demais mães no grupo que mantinham no WhatsApp. Agradei prontamente e, nos dias seguintes, passei a receber mensagens de diferentes mães relatando as dificuldades em matemática enfrentadas por seus filhos, o que não correspondia exatamente ao foco da pesquisa. No entanto, a partir dessas conversas, foi possível perceber que a articulação do coletivo ocorria majoritariamente por meio das redes sociais, com poucas reuniões presenciais.

Posteriormente, consegui estabelecer contato com a coordenadora do coletivo em Campinas, a quem apresentei novamente a pesquisa. Ela informou que seria necessário

consultar a coordenação central para autorizar os procedimentos da investigação e solicitou o envio do projeto de pesquisa e do parecer favorável do Comitê de Ética, os quais foram prontamente encaminhados. A partir disso, iniciei um período de espera que se estendeu por um tempo considerável. Durante esse intervalo, retornei algumas vezes à coordenadora de Campinas em busca de atualizações sobre o andamento da autorização. As respostas, no entanto, limitavam-se à informação de que o material ainda estava em análise pela coordenação central, sem previsão para um retorno definitivo.

A demora no processo acabou impactando diretamente o cronograma inicialmente previsto para a pesquisa, bem como as possibilidades de inserção no campo. A ausência de uma resposta mais objetiva dificultou o planejamento de ações concretas, como a participação em atividades do coletivo ou o agendamento de momentos de observação. Ainda assim, esse período de espera revelou aspectos importantes sobre a dinâmica organizacional do coletivo, especialmente no que diz respeito aos fluxos de comunicação e aos processos decisórios, que se mostraram centralizados e mediados principalmente por canais virtuais. Foi possível compreender que o funcionamento do coletivo não se estruturava prioritariamente em encontros presenciais, mas em interações mediadas pelas redes sociais e aplicativos de mensagens, o que passou a ser considerado como um elemento relevante para a análise da organização e das formas de articulação do grupo.

Já em 2025, quando finalmente obtive um retorno da coordenadora, combinamos de nos encontrar durante uma palestra que ela realizaria. No entanto, no dia previsto, a palestra foi cancelada. Diante disso, a coordenadora sugeriu que nos encontrássemos durante a Parada de 2025, que ocorreria novamente no mês de junho, o que acabou postergando ainda mais o primeiro encontro presencial.

No dia da Parada, encontrei-me inicialmente com algumas mães em uma cafeteria antes do evento, e seguimos juntas até o ponto de encontro. Nesse momento, tive a oportunidade de conversar de forma mais aprofundada com outra mãe sobre minha pesquisa, esclarecendo objetivos e procedimentos. A partir desse contato, pude direcionar meus esforços para a realização das entrevistas e, assim, marquei minha primeira entrevista para o mês de agosto.

Entretanto, surgiram novas dificuldades, uma vez que, tanto a coordenadora quanto a mãe que conheci na Parada informaram não ter disponibilidade para conceder a entrevista naquele período. Diante dessa situação, solicitei à coordenadora que indicasse outras possíveis

participantes, e prontamente ela me indicou três mães, que, por sua vez, indicaram outras duas. Dessa forma, por meio dessa rede de indicações, foi possível realizar um total de seis entrevistas até o final de 2025.

Além do coletivo Mães pela Diversidade, também estabeleci contato com outro coletivo no início de 2024 e participei de uma reunião presencial realizada na cidade de São Paulo. No entanto, poucos dias após esse encontro, fui informada de que a coordenação do coletivo em São Paulo havia se desvinculado da coordenação central, o que resultou na perda de contato institucional com o grupo. Essa ruptura inviabilizou a continuidade do diálogo e, consequentemente, impossibilitou a realização da pesquisa em parceria com esse coletivo.

O processo de aproximação com o coletivo não se constitui como um movimento linear ou previamente definido, mas como uma construção atravessada pelos tempos, pelas dinâmicas e pelas possibilidades próprias de cada grupo. Essa experiência dialoga com a discussão apresentada por Suárez (2025), ao destacar que a inserção em campo junto a coletivos envolve acompanhar os modos particulares pelos quais cada organização estabelece suas formas de encontro, comunicação e articulação, reconhecendo que a presença não se limita à participação em atividades presenciais, mas também se constitui por meio das relações construídas ao longo do processo.

No caso do coletivo Mães pela Diversidade, a presença foi sendo construída de diferentes maneiras, por meio das conversas, das trocas mediadas pelas redes sociais, dos contatos estabelecidos e dos encontros presenciais que se tornaram possíveis ao longo da pesquisa. A experiência revelou uma tensão entre os tempos da pesquisa acadêmica e os tempos de organização do coletivo: enquanto a investigação demandava a definição de etapas, cronogramas e procedimentos, o coletivo possuía seus próprios fluxos de comunicação, processos decisórios e prioridades, atravessados pelas demandas de suas integrantes e pela dinâmica de atuação do grupo.

Dessa forma, a espera pela autorização da pesquisa, as dificuldades de conciliação de agendas e a necessidade de reorganização das estratégias de aproximação não foram compreendidas apenas como entraves metodológicos, mas como elementos que possibilitaram conhecer aspectos da própria constituição do coletivo.

4 O ENCONTRO COM AS MULHERES-MÃES

Neste capítulo apresento os documentos e as narrativas das mulheres-mães e reflexões a partir dessas experiências.

4.1 Os documentos encontrados e as interpretações produzidas

Enquanto ia me aproximando do coletivo, promovendo contatos com as mães e primeiros diálogos, aos poucos sentia a necessidade de conhecer melhor suas ações coletivas. Nesse interesse, realizei uma busca por documentos e materiais públicos produzidos pelo MPD, aqui considerados fontes da pesquisa. Ao acessar o site oficial do coletivo, foi possível identificar um conjunto de documentos que indicam posicionamentos e diretrizes sobre suas ações, de autoria própria.

Assim, num primeiro movimento de aproximação, houve a leitura de um conjunto de seis documentos encontrados no site oficial do Coletivo MPD, quais sejam:

- (i) Manual Direitos das Pessoas LGBTQIA+;
- (ii) Cartilha Confie no Amor;
- (iii) Orientações às famílias de crianças, adolescentes e jovens trans diante da Resolução do CFM nº 2.427/2025;
- (iv) Denúncia do Mães pela Diversidade acerca da restrição ao uso do nome social no Enem 2024;
- (v) Estatuto da Associação Mães pela Diversidade; e
- (vi) Regimento Interno da Associação *Mães pela Diversidade*.

O envolvimento inicial com o coletivo, por meio da leitura desses documentos, permitiram compreender diferentes dimensões das formas de atuação coletiva na defesa dos direitos de pessoas LGBTQIA+, com atenção especial às infâncias, juventudes, famílias e ao campo educacional, aspectos que apresento melhor a seguir.

Embora tenham formatos, objetivos e públicos distintos, esses materiais dialogam entre si e ajudam a compreender como o coletivo se organiza, como se posiciona politicamente e como constrói orientações voltadas às famílias, às escolas e às instituições públicas. Analisá-los em conjunto, nos permitiu ir além dos conteúdos e pautas por eles expressos, , mas também compreender os modos pelos quais o coletivo produz sentidos sobre

direitos, educação, maternidades, gêneros e ação coletiva.

De maneira geral, a partir da interpretação dos documentos é possível identificar recorrências importantes: a centralidade da família como espaço de cuidado e defesa, a ação coletiva como estratégia fundamental de enfrentamento às violências, a educação como campo privilegiado de disputa e a articulação constante entre afeto, militância e incidência política. Esses elementos atravessam os materiais, ainda que apareçam de formas distintas em cada um deles.

A seguir, são apresentados os documentos, considerando seus objetivos, públicos, temas centrais e a forma como articulam educação, direitos e ação coletiva.

(i) Manual *Direitos das Pessoas LGBTQIA+*

O Manual Direitos das Pessoas LGBTQIA+, elaborado por Luciene Angélica Mendes, associada ao Mães pela Diversidade, possui 98 páginas, publicado em 2025 e compila alguns dos artigos que foram elaborados pelo Mães pela Diversidade e outros escritos a pedido de integrantes, e busca trazer informações básicas acerca dos direitos assegurados pela legislação brasileira às pessoas LGBTQIA+ (Mendes, 2025).

O documento pode ser compreendido como uma tentativa de aproximar os direitos das experiências cotidianas vividas por pessoas LGBTQIA+ e suas famílias. Com linguagem clara e acessível, o documento organiza informações sobre leis, decisões judiciais e orientações institucionais de modo a torná-las compreensíveis para quem não circula pelo campo jurídico. Nesse sentido, o próprio manual se define como um material que “busca trazer informações básicas acerca dos direitos assegurados pela legislação brasileira às pessoas LGBTQIA+”, evidenciando sua intenção formativa e acessível.

Ao longo do texto, as pessoas LGBTQIA+ são apresentadas como sujeitos de direitos, amparados por princípios constitucionais como dignidade, igualdade e não discriminação. Essa perspectiva é explicitada ao afirmar que “pessoas não endosexo, não cisgêneras e não heterossexuais gozam dos mesmos direitos que quaisquer outras pessoas nascidas ou residentes no país” (Mendes, 2025, p. 2), reforçando a universalidade dos direitos. O documento também fundamenta essa garantia ao destacar que a Constituição assegura “os mesmos direitos fundamentais [...] consagrando os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade de todas perante a lei, ‘sem distinção de qualquer natureza’” (Mendes, 2025, p. 2).

Questões ligadas à vida civil, como o uso do nome social, a retificação de documentos, o acesso a espaços conforme a identidade de gênero e os processos de transição, aparecem de forma recorrente, sempre acompanhadas da defesa da autonomia das pessoas trans. Nesse sentido, o manual reforça que deve ser garantido “o reconhecimento e a adoção do nome social aos/às estudantes cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade”, evidenciando o direito ao reconhecimento identitário nos diferentes espaços institucionais.

No que se refere à educação, o manual evidencia como a escola pode se tornar um espaço de proteção, como também de produção de violências. São mencionadas práticas excludentes comuns, como a recusa ao uso do nome social e a omissão diante de situações de discriminação, ao mesmo tempo em que se apresentam fundamentos que sustentam a construção de ambientes escolares mais inclusivos.

O ambiente escolar por essência deve ser locus de acolhimento e respeito e, por previsão expressa do art. 12 da LDB, de proteção contra todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), através de ações destinadas a promover a cultura de paz e a segurança (Mendes, 2025, p.39).

O documento também aborda as configurações familiares LGBTQIA+, reafirmando que orientação sexual e identidade de gênero não podem ser utilizadas para restringir direitos parentais. Ao tratar da constituição de famílias, destaca que pessoas LGBTQIA+ podem exercer plenamente a parentalidade, incluindo o reconhecimento de vínculos socioafetivos e a possibilidade de diferentes arranjos familiares, reforçando a legitimidade dessas configurações no campo jurídico e social.

Nesse sentido, o manual funciona como um material de orientação e fortalecimento da cidadania, articulando informação, posicionamento político e apoio às famílias e aos profissionais da educação, ao mesmo tempo em que fundamenta suas análises em dispositivos legais e princípios constitucionais amplamente reconhecidos.

(ii) Cartilha *Confie no Amor*

A cartilha *Confie no Amor* possui 47 páginas constituído além do texto, de imagens decorativas representando família e pessoas LGBTQIA+ e assume um tom educativo, voltado ao acolhimento de crianças e adolescentes da comunidade. Produzida em um contexto de disputas intensas em torno das discussões de gênero e sexualidade, a cartilha se posiciona em defesa da proteção das infâncias e do compromisso coletivo com os direitos humanos. Tal perspectiva pode ser observada ao longo do material, especialmente quando enfatiza a

importância do apoio familiar para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes LGBTQIA+, afirmando que, quando contam com esse suporte, “pessoas LGBTQIA+ se tornam mais capazes de enfrentar as adversidades com resiliência” (MPD, 2023, p. 36).

Organizada em três blocos temáticos, a narrativa se constrói a partir da família, passa pela escola e se amplia para a responsabilidade social. No primeiro bloco, a família aparece como espaço central de cuidado, escuta e aprendizagem, reconhecendo as dúvidas e inseguranças de mães, pais e responsáveis, sem naturalizar práticas excludentes. Essa dimensão é evidenciada em relatos presentes na cartilha, como o de uma mãe de adolescente trans, que descreve o momento em que o filho compartilha sua identidade de gênero: “Nos acolhemos, os três ali agarrados no sofá da sala. E repetimos quase como num mantra que estaríamos mais unidos ainda dali por diante” (MPD 2023, p. 39). O trecho reforça a valorização do acolhimento familiar como elemento fundamental na construção de vínculos de confiança e proteção.

Ao abordar crianças e adolescentes trans, a cartilha também enfatiza a importância do respeito à autonomia e aos tempos individuais de cada sujeito. Nesse sentido, uma das narrativas destaca o processo de aprendizagem vivido pelas famílias ao reconhecer que “o tempo era todinho dele”, referindo-se ao direito da criança ou adolescente de decidir quando e com quem compartilhar aspectos de sua identidade (MPD, 2023, p. 40). Tal posicionamento evidencia uma concepção de cuidado baseada não apenas na proteção, mas também no reconhecimento da autonomia e da singularidade das experiências vividas.

O material também questiona concepções adultocêntricas¹¹ sobre as infâncias, defendendo que a escuta das crianças e adolescentes é fundamental para a construção de relações mais justas e acolhedoras. Essa perspectiva aparece de forma explícita no depoimento de uma integrante da associação, ao afirmar que “a infância precisa ser escutada, cuidada para que, sim, as crianças possam ser crianças” (MPD, 2023, p. 37). A citação reforça a compreensão de que o respeito às infâncias LGBTQIA+ passa necessariamente pela valorização de suas vozes e experiências.

Além disso, a cartilha articula o acolhimento familiar à construção de redes permanentes de apoio. Essa ideia é sintetizada na afirmação de que “depois que a gente trilha essa jornada de mãos dadas com nossos filhos, fica impossível soltar” (MPD, 2023, p. 41), evidenciando a compreensão de que o cuidado não se restringe a momentos pontuais, mas

¹¹ Um conceito surgido na sociologia da infância, o adultocentrismo se baseia na ideia de que a sociedade em suas diversas dimensões se organiza a partir da figura do adulto (Cavalcante, 2021).

constitui um compromisso contínuo das famílias na garantia de direitos e no enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

De forma integrada, a cartilha articula afeto, informação e responsabilidade política, propondo outras formas de convivência nos espaços familiares e sociais. Ao valorizar a escuta, o acolhimento e o respeito às diferenças, o documento se configura como um importante instrumento de orientação para famílias e educadores, contribuindo para a promoção de ambientes mais inclusivos e para o fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes LGBTQIA+.

(iii) Orientações às famílias de crianças, adolescentes e jovens trans diante da Resolução do CFM

O documento Orientações às famílias de crianças, adolescentes e jovens trans diante da Resolução do CFM nº 2.427/2025, possui seis páginas e foi publicado em 2025. A Resolução é uma atualização dos critérios éticos e técnicos para o atendimento médico de pessoas trans, estabelecendo limites específicos para terapias hormonais e cirurgias, surge em um momento específico de conflito institucional, marcado por mudanças consideradas restritivas no atendimento à saúde dessa população. Desde o início, o texto se dirige diretamente às famílias, explicando as alterações introduzidas pela resolução e os impactos que elas podem produzir na vida de crianças e adolescentes. Nesse sentido, explicita que a normativa “revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero” (MPD, 2025, p. 2), indicando o caráter regulatório da resolução e suas implicações diretas no cuidado em saúde.

As restrições ao uso de bloqueadores puberais, à hormonização e a determinados procedimentos são apresentadas de forma clara, acompanhadas de uma leitura crítica que evidencia o aumento das vulnerabilidades de pessoas trans. O documento destaca a Proibição de prescrição de bloqueadores hormonais ‘para tratamento de incongruência de gênero ou disforia de gênero em crianças e adolescentes, a Proibição de hormonização cruzada para pacientes com menos de 18 anos de idade, além da proibição de procedimentos cirúrgicos de ‘afirmação de gênero’ antes dos 21 anos de idade (MPD, 2025). Ao explicitar essas restrições, o texto constrói uma crítica que aponta para possíveis impactos negativos dessas medidas sobre a saúde integral e o bem-estar de crianças, adolescentes e jovens trans.

Um aspecto central do documento é o reposicionamento das famílias, que deixam de aparecer como espectadoras de decisões institucionais e passam a ser convocadas como agentes ativos na defesa dos direitos de seus filhos e filhas. Essa mobilização se torna evidente quando o texto afirma que “muitas organizações e instituições já estão se movimentando para questionar, até judicialmente, a constitucionalidade e a convencionalidade dos dispositivos dessa nova resolução” (MPD, 2025, p. 3), demonstrando a importância da articulação coletiva diante das mudanças impostas pela normativa.

Ao enfatizar a importância da ação coletiva e da articulação com associações e órgãos institucionais, o documento reforça a ideia de que a defesa de direitos não se dá de forma isolada. Nesse sentido, orienta que as famílias “provoquem as associações de defesa de direitos de pessoas LGBTQIA+ de que façam parte para que ofereçam representação ao Ministério Público Federal” (MPD, 2025, p. 4) e recomenda que aquelas que não integrem organizações “organizem-se em grupos” para atuar coletivamente. Assim, o documento combina informação, acolhimento e mobilização, fortalecendo redes de apoio e resistência, ao mesmo tempo em que orienta as famílias a se engajarem ativamente na proteção dos direitos de crianças e adolescentes trans frente às transformações normativas em curso.

(iv) Denúncia do Mães pela Diversidade sobre o Enem 2024

O texto em forma de notícia sobre a denúncia do Mães pela Diversidade em relação ao uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2024 registra um momento concreto de incidência política do coletivo no campo educacional. A situação apresentada no documento está relacionada às condições estabelecidas pelo edital do exame para que as pessoas participantes pudessem utilizar o nome social durante sua realização. Nesse contexto, a possibilidade de ser reconhecido pelo nome com o qual a pessoa se identifica ultrapassa uma questão meramente administrativa, uma vez que envolve o reconhecimento da identidade de gênero e as condições de permanência e participação dessas pessoas em espaços institucionais. O episódio permite, assim, situar a atuação do coletivo em uma dimensão mais ampla de defesa de direitos, especialmente no que se refere às experiências de pessoas trans e à garantia de seu reconhecimento em instituições educacionais.

Ao tornar pública a contestação ao edital do exame e acompanhar a abertura de apuração pelo Ministério Público Federal, o documento evidencia como exigências

administrativas podem produzir exclusões concretas, uma vez que a associação “formalizou uma representação ao Ministério Público Federal (MPF) após identificar que o [...] Enem 2024 impôs restrição ao uso do nome social” (MPD, 2024, n.p.) ao condicionar seu uso a exigências específicas.

A exigência de cadastro prévio do nome social é apresentada como uma barreira que afeta especialmente adolescentes e jovens trans, comprometendo as condições de participação no exame e, conseqüentemente, o acesso a possibilidades educacionais dele decorrentes. O texto explicita que o edital estabelecia que “o nome social só fosse utilizado se a pessoa participante tivesse seu nome previamente cadastrado na Receita Federal” (MPD, 2024, n.p.), condição considerada pela associação como arbitrária e sem respaldo legal. Dessa forma, o ENEM aparece não apenas como um exame, mas como uma política pública que pode tanto garantir quanto restringir direitos, dependendo dos critérios administrativos adotados.

Essa situação também pode ser compreendida considerando o lugar que o ENEM ocupa no sistema educacional brasileiro. Por meio de seus resultados, o exame pode participar de processos de acesso ao ensino superior e, portanto, constitui uma etapa importante das trajetórias educacionais de muitas pessoas jovens. Desse modo, uma barreira relacionada ao reconhecimento do nome social não se restringe ao momento da realização da prova: pode atravessar a própria relação da pessoa participante com uma política educacional e com as possibilidades que dela decorrem.

O documento também evidencia o papel das instituições jurídicas na mediação desse conflito, destacando que, “em resposta à denúncia, o MPF instaurou um inquérito civil para apurar o caso e garantir que o direito ao uso do nome social não seja condicionado a requisitos administrativos” (MPD, 2024, n.p.). Ao acionar o Ministério Público, a associação desloca a questão do plano individual para o coletivo, transformando uma situação de exclusão em uma demanda institucional pautada na defesa de direitos. Nesse movimento, é possível perceber uma forma de atuação política que não se limita à denúncia pública, mas envolve também o acionamento de instituições responsáveis pela fiscalização e garantia de direitos.

Além disso, o texto reforça que a exigência imposta contrária normativas já consolidadas, ao lembrar que o uso do nome social está garantido por dispositivos legais que “asseguram que o nome social deve ser respeitado em documentos e registros, inclusive em exames como o Enem” (MPD, 2024, n.p.). Esse argumento fortalece a crítica à medida adotada no edital, situando-a, na perspectiva apresentada pela associação, como um retrocesso

frente a direitos previamente reconhecidos.

A educação, nesse contexto, se reafirma como espaço central das disputas por reconhecimento e justiça social. O episódio permite perceber que as políticas educacionais não são constituídas apenas por seus objetivos formalmente estabelecidos, mas também pelos procedimentos, critérios e práticas administrativas que as materializam. É nesse nível cotidiano e institucional que determinadas pessoas podem ter seus direitos reconhecidos ou encontrar barreiras para exercê-los.

A partir da leitura deste documento, portanto, a atuação do Mães pela Diversidade pode ser compreendida como uma prática de incidência que articula denúncia, mobilização e acionamento institucional. Mais do que registrar uma situação específica envolvendo o ENEM, o documento possibilita acompanhar uma das formas pelas quais o coletivo se movimenta diante de situações que considera produtoras de desigualdades: identifica uma barreira, torna-a pública, aciona instituições e reivindica a garantia de direitos. A análise aqui produzida não toma essas dimensões como características intrínsecas ao documento, mas como sentidos que emergem da leitura e da interpretação desse material no contexto desta pesquisa.

(v) Estatuto da Associação Mães pela Diversidade (MPD)

O Estatuto se apresenta como um documento normativo fundamental para a compreensão da identidade institucional, dos princípios éticos e políticos e do funcionamento administrativo da entidade, publicado em 2016. Logo em suas disposições iniciais, o Estatuto define o MPD como uma associação sem fins lucrativos, suprapartidária e laica, orientada pela luta pela garantia de direitos da população LGBTQIA+. Essa caracterização expressa não apenas seu posicionamento político-institucional, mas também a natureza de sua atuação social, fundamentada no compromisso com os direitos humanos, a cidadania e o enfrentamento das múltiplas formas de discriminação.

O Artigo 3º elenca de forma ampla e detalhada os objetivos da associação, que abrangem a promoção “da cultura, da educação, da saúde, da assistência social e do voluntariado” (MPD, 2026, p.2), articulada ao “respeito e à tolerância à orientação sexual e à identidade de gênero” (MPD, 2026, p.2). A partir das finalidades descritas é possível observar uma atuação multidimensional, que incorpora tanto a valorização da diversidade sexual e de gênero quanto o incentivo às manifestações culturais e artísticas que expressam tal

diversidade. Nesse sentido, o Estatuto explicita a intenção de “criar, implantar, auxiliar e executar programas, projetos e atividades” (MPD, 2026, p.3) voltadas a essas áreas, bem como “promover palestras, debates, encontros, cursos e outros eventos”(MPD, 2026, p.3). Além disso, prevê a realização de parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, demonstrando a intenção de consolidar o MPD como agente formador e articulador de iniciativas de impacto social. A ênfase na formulação e incentivo ao aprimoramento de políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde e assistência social, reforça o papel político da associação, ao propor “estimular e desenvolver estudos e trabalhos com a finalidade de incentivar a implantação de políticas públicas” (MPD, 2026, p.3).

O Estatuto estabelece ainda que a associação poderá celebrar convênios e acordos com instituições diversas, supervisionar projetos de formação de lideranças e promover valores como voluntariado, ética, cidadania, paz e democracia, ao indicar a possibilidade de “firmar convênios, acordos [...] com entidades governamentais ou não” (MPD, 2026, p.3) e promover ações voltadas à “ética, à paz, à cidadania, aos direitos humanos e à democracia” (MPD, 2026, p.3).

No Artigo 5º, o Estatuto descreve as categorias de associados (fundadores, efetivos, beneméritos e colaboradores), indicando a estrutura plural de participação que compõe o quadro social da entidade. As normas de admissão, direitos e deveres, distribuídas entre os Artigos 7º e 8º, evidenciam uma concepção participativa e democrática, assegurando a todos os associados a possibilidade de participar da Assembleia Geral, votar, serem votados e exercer funções institucionais, conforme disposto ao garantir “participar da Assembleia Geral [...] em igualdade de direito” e “votar e ocupar cargos eletivos” (MPD, 2026, p.6). Entre os deveres, descritos no Artigo 8º, destacam-se a obrigação de defender os objetivos sociais, cumprir as disposições estatutárias e zelar pelo exercício ético das funções, incluindo o compromisso de “cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e informar [...] qualquer anormalidade” (MPD, 2026, p.6) que prejudique a associação. O Estatuto também prevê o pagamento de mensalidades pelos associados, reforçando o caráter colaborativo de sua manutenção.

A organização interna do MPD é detalhada pelo Estatuto por meio da definição das competências de seus principais órgãos: Coordenadoria Plena, Coordenadoria Executiva e Conselho Fiscal. A primeira assume funções deliberativas e de supervisão; a segunda, funções diretivas e administrativas; e o Conselho Fiscal, a fiscalização das contas e a regularidade

financeira da MPD. Essa estrutura revela um modelo de governança baseado na descentralização funcional e na especialização de atribuições, garantindo transparência e equilíbrio no exercício do poder institucional.

A Assembleia Geral, disciplinada no Artigo 11º, é definida como o órgão máximo de deliberação da associação, responsável por aprovar contas e orçamentos, avaliar a atuação da entidade, eleger e destituir dirigentes, alterar o Estatuto e deliberar sobre eventual extinção da MPD. Suas competências privativas reforçam o caráter democrático da organização e a legitimidade das decisões tomadas coletivamente, ao estabelecer que compete à Assembleia “supervisionar as atividades da entidade [...] aprovar o orçamento [...] aprovar as contas [...] eleger ou destituir os membros” (MPD, 2026, p.8) dos órgãos diretivos. A periodicidade de suas reuniões ordinárias e extraordinárias assegura a continuidade do acompanhamento institucional e possibilita respostas adequadas às demandas internas e externas.

Por fim, o Estatuto dispõe sobre as fontes de receita e as despesas da associação, contemplando contribuições dos associados, doações e eventuais parcerias institucionais, sempre observando os princípios éticos e legais que regem as organizações sem fins lucrativos. As disposições finais reafirmam a obrigatoriedade do cumprimento das normas estatutárias e consolidam a base jurídica e administrativa necessária ao funcionamento da MPD, destacando a observância de princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

(vi) Regimento Interno da Associação Mães pela Diversidade

Já o Regimento se mostra como um documento normativo complementar ao Estatuto, aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de março de 2019 possuindo um total de 5 páginas. Seu conteúdo estabelece as regras internas de organização, funcionamento, deliberação e conduta da entidade, assumindo o papel de orientar a dinâmica administrativa e política da associação. Essa finalidade aparece logo em seu artigo inicial, ao determinar que, para o cumprimento das diretrizes e princípios previstos no Estatuto Social, ficam estabelecidas “as seguintes regras de organização e funcionamento, aplicáveis ao conjunto de associados” (MPD, 2019, Art. 1º, p. 1). Entre seus objetivos, destaca-se a regulamentação das instâncias deliberativas e consultivas, a definição dos modos de participação das associadas, a normatização do funcionamento dos grupos estaduais e dos grupos de trabalho, bem como a

delimitação de diretrizes éticas e administrativas fundamentais para o desenvolvimento institucional.

O texto organiza a MPD em diferentes níveis e estruturas, instâncias organizacionais, grupos estaduais, grupos de trabalho, associados, projetos, diretrizes institucionais, procedimentos disciplinares e processo eleitoral, de modo a garantir coerência e unidade em sua atuação nacional. Essa organização é explicitada no Artigo 2º, que estabelece como instâncias da associação “a Assembleia geral; a coordenação plena; a coordenação executiva; o conselho fiscal; os grupos estaduais; [e] os grupos de trabalho” (MPD, 2019, Art. 2º, p. 1). A arquitetura normativa do regimento demonstra alinhamento com a natureza de uma organização da sociedade civil de abrangência nacional, assegurando mecanismos de governança compatíveis com princípios de transparência, fiscalização, democracia interna e descentralização.

No campo ético, o documento reafirma valores essenciais, como laicidade, apartidarismo, protagonismo de mães e pais de pessoas LGBTQIA+ e o compromisso exclusivo com o enfrentamento à LGBTfobia, consolidando a identidade política e social da associação. O Artigo 14 estabelece que a associação “não se envolve com questões ligadas aos partidos políticos e nem apoia, em nome próprio, nenhuma candidatura em época eleitoral” (MPD, 2019, Art. 14, p. 3). De modo semelhante, o Artigo 15 determina que a entidade deve “focar suas ações e discussões no tema que une seus integrantes, ou seja, na luta contra a LGBTfobia” (MPD, 2019, Art. 15, p. 3), enquanto o Artigo 16 define que a associação “é laica, ou seja, não tem religião, mas respeita todas as religiões” (MPD, 2019, Art. 16, p. 3).

A normatização dos procedimentos disciplinares também merece destaque, uma vez que estabelece regras claras para notificação, defesa, prazos e possibilidades de recurso, contribuindo para a segurança jurídica das decisões internas. O Artigo 25 determina que, após a abertura de procedimento disciplinar, deverá ocorrer comunicação escrita ao associado envolvido, garantindo prazo “nunca inferior a 05 dias” para apresentação de defesa (MPD, 2019, Art. 25, p. 4).

De modo geral, o regimento apresenta clareza organizacional, unidade discursiva e diretrizes que sustentam uma governança moderna e articulada, fortalecendo o protagonismo familiar na luta contra a LGBTfobia. Ainda que determinadas previsões, como aquelas relacionadas às decisões urgentes, concentrem atribuições na Coordenação Executiva para

fins de agilidade institucional, tais mecanismos se inserem em um arranjo organizacional que busca equilibrar eficiência administrativa e princípios democráticos. Conforme estabelece o Artigo 22, “as decisões que demandem urgência serão tomadas pela Coordenação Executiva e imediatamente comunicadas à coordenação plena e coordenações estaduais” (MPD, 2019, Art. 22, p. 4).

4.2 O encontro com as mães que compõem o estudo

Conforme já citado anteriormente, para a produção da pesquisa, foram entrevistadas seis mulheres-mães LGBTQIA+, participantes do Coletivo Mães pela Diversidade. Em relação ao perfil dessas participantes, todas são mulheres cis, sendo a maioria residente de municípios do interior do Estado de São Paulo. Apenas uma delas era residente do Estado do Rio de Janeiro. Isso pode ter se dado em razão de nossa estratégia de contato ter partido do Coletivo nos municípios paulistas. Quanto às profissões todas possuem um cargo com exigência de nível superior, com exceção de Sirlene, que recentemente concluiu a EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A faixa etária das entrevistadas concentra-se entre 51 e 65 anos. O gênero e sexualidade dos filhos das mães participantes é diverso, tendo filhos gays, filhas lésbicas e filhas trans, havendo em alguns casos, mais de uma filha por mãe. Uma breve apresentação sobre elas é feita a seguir, na ordem em que as entrevistas foram realizadas.

Isa possui 65 anos, formada em Letras trabalhou como secretária antes do filho nascer, atualmente é dona de casa, reside em Jundiaí, São Paulo, é coordenadora regional do MPD e é mãe de um mulher hétero e um homem cis gay;

Cris possui 63 anos, foi Assistente Social e é recém aposentada da profissão, é residente de Campinas, São Paulo e possui dois filhos, um sendo filho cis gay;

Sirlene possui 53 anos e trabalha como Empregada Doméstica em casas familiares, é residente de Paulínia, São Paulo e assume o cargo de vice-coordenadora da região de Campinas em 2026, possui três filhos, um sendo cis e gay;

Renata possui 54 anos e atua como Designer de Interiores, é residente de Limeira e assume o cargo de Coordenadora da região de Campinas em 2026, possui um filho cis gay e uma filha transexual;

Mariana possui 53 anos, é Advogada, residente de Jundiaí e sua atuação no coletivo ocorre no acolhimento de novas mães, possui um filho homem cis hétero, uma filha transexual e uma filha cis lésbica;

E Fabiana possui 51 anos, é Defensora Pública, atua no MPD Coordenadora Regional do Rio de Janeiro, possui um filho homem hétero, um filho cis gay e uma filha cis lésbica.

Além disso, em relação ao estado civil, Isa, Cris e Renata são casadas com os pais de suas filhas, Mariana é divorciada do pai de suas filhas e Fabiana é divorciada da mãe de suas filhas e atualmente casada com um homem trans.

A busca por coletivos de mães de pessoas LGBTQIA+ iniciou-se a partir de grupos localizados nas cidades de Campinas e São Paulo. A escolha por esses locais ocorreu, inicialmente, em função da minha maior proximidade e facilidade de acesso, constituindo contato primeiramente com integrantes do MPD regional de Campinas durante a Parada do Orgulho LGBTQ+ que ocorreu na referida cidade em 2024. A seleção das participantes ocorreu a partir de dois contatos iniciais. O primeiro foi estabelecido com a coordenadora regional de Campinas que, por não poder participar da pesquisa, indicou outras três participantes: Cris, Sirlene e Renata. Após a realização da entrevista com Renata, esta indicou Fabiana, por considerar que sua trajetória e experiência enquanto mulher-mãe poderiam contribuir para os objetivos da pesquisa. O segundo contato ocorreu a partir de conversas com outras mães pelo WhatsApp, que possibilitaram o contato com uma advogada que havia atuado como assessora de políticas de diversidade na Prefeitura de Jundiaí. A partir dessa interlocução, estabeleci contato com Isa, coordenadora regional de Jundiaí, que, após participar da entrevista, indicou Mariana para a pesquisa. Desse modo, a seleção das participantes foi constituída por meio de uma rede de indicações, na qual os contatos estabelecidos durante o processo de pesquisa possibilitaram a aproximação com novas participantes.

Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, com exceção da entrevista com Fabiana, residente no Rio de Janeiro, que foi realizada de forma remota, por meio da plataforma Google Meet.

4.3 Narrativas das mulheres-mães

Nas narrativas construídas a partir das entrevistas, conforme roteiro anteriormente apresentado, houve a intenção de evidenciar diferentes dimensões das experiências vividas

pelas participantes, articulando suas trajetórias pessoais, perspectivas sobre a maternidade, relações familiares, formação escolar e inserção em coletivos.

Nesse movimento inicial, a fim de apresentar as participantes aos leitores da dissertação, foram produzidas narrativas individuais, elaboradas a partir das questões referentes aos blocos "História como mulher e mãe" e "Escola" do roteiro de entrevistas.. As narrativas, abordam as histórias dessas mulheres-mães e de seus filhos, evidenciando aspectos relacionados as suas trajetórias de vida, à chegada da maternidade, às experiências decorrentes da descoberta de uma filha LGBTQIA+, às redes de acolhimento e apoio construídas junto à família, bem como às vivências e desafios encontrados nos contextos escolares e sociais.

A forma da construção dessas narrativas teve como inspiração o episódio “Olhando para as estrelas”¹², do podcast *Rádio Novelo Apresenta*, da Rádio Novelo, no qual a narrativa é conduzida pela voz da narradora em diálogo com a fala da pessoa entrevistada. Essa composição inspirou a maneira como as entrevistas poderiam ser mobilizadas nesta dissertação, considerando a compreensão de narrativa apresentada anteriormente. Como discute Paiva (2008), as narrativas constituem formas de organização da experiência, por meio das quais os sujeitos atribuem sentidos a acontecimentos e ações de suas vidas. Nesse processo, a experiência narrada não corresponde simplesmente a uma reprodução dos acontecimentos vividos, mas envolve uma construção de sentidos sobre eles.

A partir dessa compreensão, as narrativas apresentadas nesta dissertação não se constituem como transcrições diretas ou integrais das entrevistas. A própria pesquisa narrativa pode trabalhar com diferentes unidades de análise, incluindo excertos das narrativas, conforme discutem Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998), retomadas por Paiva (2008). Assim, a seleção de trechos das entrevistas constitui uma escolha por meio da qual determinados momentos, acontecimentos e sentidos são colocados em evidência.

Essa escolha também considera que, como discute Paiva (2008), a pesquisadora não possui acesso direto à experiência da outra pessoa, mas trabalha com representações dessa experiência produzidas por meio da fala, da interação e da interpretação. Desse modo, a narrativa apresentada na dissertação resulta de um processo de seleção, articulação e

¹² Episódio de Podcast da Rádio Novelo, publicado em 19 de março de 2026 no Spotify. Descrição como esta no episódio: Diálogos cósmicos de Rita Lee e trocas extraterrestres no Acre. No primeiro Ato: um velório e uma viagem para 12 anos antes. Por: Bia Guimarães. No Segundo Ato: discos voadores no céu do Acre, e outras anomalias nacionais. Por: Victor Manoel.

interpretação do material produzido nos encontros com as participantes, no qual a voz da pesquisadora também participa, sem que isso signifique falar pelas participantes ou pretender encerrar os sentidos de suas experiências.

As falas selecionadas, portanto, não pretendem reproduzir a totalidade das entrevistas ou das experiências vividas pelas participantes, mas produzir momentos de aproximação com aquilo que foi narrado e significado no diálogo com a pesquisadora. São, nesse sentido, lampejos de intensidade de suas experiências que permitem entrever acontecimentos, sentidos e afetos que atravessam suas trajetórias e suas experiências junto ao coletivo Mães pela Diversidade.

As transcrições completas das entrevistas encontram-se disponíveis no Anexo B desta dissertação. Dessa forma, as narrativas apresentadas no corpo do texto constituem uma elaboração a partir do material produzido nas entrevistas, enquanto os anexos possibilitam o acesso à integralidade das falas das participantes.

Em um segundo momento, como estratégia para a discussão dos demais blocos da entrevista, foi construída uma narrativa única, que pretende privilegiar aspectos que derivam das vivências dessas mulheres em coletivo. Essa produção textual única, nomeada “Mães Pela Diversidade”, procura articular discussões relacionadas aos blocos "Luta individual e coletiva" e "Educação e Educação Matemática".

Com a intenção de responder à pergunta central desta investigação, *como questões relativas a gêneros e sexualidades são mobilizadas pelas visões e ações de mães de pessoas LGBTQIA+ organizadas em coletivos, em relação às vivências sociais e escolares com a matemática de suas filhas?* As vivências apresentadas procuram discutir relações com a escola e com a Educação Matemática, evidenciando barreiras ou ameaças presentes nos contextos educacionais, assim como possibilidades de acolhimento, pertencimento e construção coletiva constituídas como potências na relação entre escola, coletivo e comunidade.

Isa

A maternidade para Isa veio aos 23 anos, a primeira filha nasceu em 1984, e o segundo em 1986, era secretária, porém por opção, acabou abandonando a profissão e a família se mudou da cidade de São Paulo para Jundiaí. Hoje, aos 65 anos, ela se dispôs a dar a primeira entrevista para minha pesquisa, na tarde do dia 16 de agosto, no terraço do Sesc Jundiaí.

“Eu vim morar em Jundiaí para criar eles num lugar mais tranquilo.”

Isa conta que pouco teve a presença do esposo na educação das crianças, pois quando a mais nova entrou no prézinho, o esposo começou a faculdade de engenharia, então acabou criando os filhos praticamente sozinha, mas em suas palavras, uma criação tranquila.

“Ser mãe foi importante, a gente aprende a ter limites, a dividir, compartilhar”

Os pais de Isa se separaram muito cedo, e ela sentiu isso em sua criação e quis dar todo o apoio que não teve, ainda diz nem tudo é do jeito que se pensa que durante o crescimento e que é necessário muita energia durante a educação.

“Mãe cobra, tem que estar ali presente, porque se falhar é a gente que falhou”

Isa comenta que até o filho ter 17 anos e ir estudar em outra cidade, nunca tinha se dado conta da orientação sexual dele.

“A gente achava estranho, às vezes, ele não ter namorada, né?”

Foi quando ele se mudou para estudar Psicologia na UNESP de Assis, arrumando o quarto vazio do filho, encontrou cartinhas românticas que remeteram a uns amigos dele.

“Eu me via, naquela época, uma pessoa bem LGBTfóbica. Achava que era coisa de fase.”

Foi só na formatura do filho, quando ele estava com 22 anos, que Isa teve a confirmação, pois na mesa do jantar de comemoração, uma colega da faculdade apresentou aos pais outro colega como namorado do filho de Isa, sem nunca seu filho ter contado.

“Ele passou por um processo bem doloroso. Ele também não se reconhecia”

O filho da Isa, estando longe da mãe e do pai, estudando em outra cidade, pôde se descobrir.

“E realmente, ele falou, é que eu sou assim e pronto. E aí eu comecei a estudar”

E ele foi ajudando neste processo. Isa teve receio em relação a reação do esposo, que descobriu dois meses depois dela.

“Mas ele entendeu, acolheu, ele entendeu melhor que eu.”

A família no geral foi acolhedora, mas sempre tem quem não concorda, Isa conta que teve um parente próximo ao esposo que chegou a ameaçar.

“Falou, esse tipo de gente não merece viver, coisa desse tipo”

E ainda, houve alguns afastamentos de colegas, pois o esposo começou a falar sobre o assunto no ambiente de trabalho, o que abalou a convivência.

“Trabalhando na engenharia né, tem aquela coisa do masculino, do macho”

Retomando a época da escola, Isa comenta que o filho, muitas vezes, era agredido por outros alunos, e questiona-se se já dava para entender que ele era diferente, que o percebiam de outra forma.

“E nem eu percebia, sabe? O professor pode perceber, né?”

Para Isa, uma escola-sociedade mais acolhedora vem de um movimento de abertura para os diversos tipos de expressões.

“Não existe só ser homem ou mulher, existe um gradiente de aspectos do ser humano”

Isa faz uma crítica a questões sobre comportamentos esperados por estereótipos de gênero “se é menino tem que se portar de tal maneira, se é menina, de outra”. É preciso eliminar este pensamento, pois é discriminatório. Se a escola é uma escola conservadora, vai crescer de um jeito, com um tipo de pensamento. Se a escola é diversa, tem um pensamento libertário, então existem outros pensamentos que a escola pode criar.

“A escola é tudo na vida. É o que vai ditar o que vai ser a sociedade no futuro.”

Para ela, se os docentes estiverem intermediando isso, o diálogo pode caminhar de uma forma construtiva, de educação, de saúde, com palestras, criação de teatros, com informações corretas.

“Então, eu acho que o professor tem esse dever, né?”

Sair do armário

Eu saí de casa antes mesmo de alguém descobrir quem eu era. Como muita gente da comunidade LGBTQIA+, a saída veio primeiro, como uma forma de garantir algum chão caso as coisas desmoronassem depois. Eu nem prestei o vestibular da USP, pois não queria ter que ficar morando em casa, a opção foi sair de São Paulo. Queria outra cidade, outro espaço, a possibilidade de existir sem ter que explicar tudo o tempo inteiro. Então passei na UNESP, me mudei para Rio Claro para cursar Licenciatura em Matemática.

A mudança não foi só de endereço. Era também uma espécie de ensaio de liberdade, ainda que incompleto, ainda que silencioso.

Seis meses depois de entrar na universidade, comecei a namorar. E mesmo ali, naquele espaço que eu tinha escolhido justamente para ser mais meu, eu esperei.

Esperei mais seis meses para entender se o relacionamento era sério, para apresentar para mim mãe, se valia atravessar o medo que ainda estava guardado comigo. Porque contar não era só contar, era correr o risco de perder alguma coisa.

Contei perto do Natal. Voltei para casa com essa decisão já tomada, como quem carrega uma mala invisível. No dia seguinte, acordei cedo. Eu sabia exatamente o que estava fazendo: se desse errado, eu teria tempo de arrumar minhas coisas e ir embora. Já tinha imaginado o resto do roteiro, passar o Natal sozinha na república onde eu morava.

Sentei na mesa da cozinha para o café da manhã. Foi ali que eu disse. Preciso te contar uma coisa.

Minha mãe me ouviu e fez uma pausa que pareceu maior do que realmente foi. E então perguntou uma coisa simples: você está feliz? Disse que era só isso que importava.

Naquele momento, o alívio veio misturado com um estranhamento difícil de explicar. Porque o meu medo não tinha vindo do nada. Meu irmão também é LGBT, e com ele foi diferente. Muito diferente. Houve brigas, tensão, dor. Eu tinha aprendido, assistindo de perto, que aquele momento podia quebrar alguma coisa entre nós. Eu não queria repetir aquela história.

E ela não se repetiu.

Talvez porque o tempo tenha passado também para ela. Talvez porque amar uma filha ensine coisas que a gente só entende vivendo. Talvez porque, depois de atravessar uma história, ela já não fosse mais a mesma pessoa diante da outra.

Saí de casa para poder ser quem eu era. E, quando finalmente contei, descobri que, de algum jeito, minha casa também tinha mudado.

Cris

No dia vinte e sete de novembro de 2025 viajei a Campinas para minha segunda entrevista, a Cris me recebeu em sua casa, e sendo ela uma pessoa muito receptiva, realizamos a entrevista no sofá de sua sala.

Atualmente com 63 anos, é natural de Campinas e exerceu por 32 anos a profissão de assistente social, tendo se aposentado em janeiro de 2025.

“É uma área que eu gosto demais da conta”

Cris e seu esposo se casaram em setembro de 1987 e estão juntos até hoje.

“Foi interessante que eu tive alguns problemas, eu tinha ovário policístico.”

Em dezembro do mesmo ano ela engravidou, foi uma surpresa, mas uma felicidade grande também.

“Sentir ser mãe é indescritível.”

Com o nascimento do primeiro filho, há 37 anos atrás, foi difícil no início, pois Cris teve depressão pós-parto, mas com o tratamento, tudo melhorou.

“Tem as suas dificuldades, mas é muito gostoso”

Depois de dois anos, houve o nascimento do segundo filho.

“Acho que a maior realização da minha vida foi ser mãe, que foi, acho, a coisa mais impactante, mais emocionante... a maternidade.”

À medida que ficam mais velhos, Cris percebe coisas que poderiam ter sido diferentes, mas quando os olha, sente um orgulho enorme com tudo que pôde contribuir.

“Isso eu acho que toda mãe tem essa questão.”

Em relação ao processo de reconhecimento e acolhimento da orientação sexual do seu filho mais novo, Cris conta que aos 5 anos de idade já percebia que ele era gay, não por um motivo específico, como por ser sensível ou gostar de teatro, não era por causa disso.

“Lá no fundo, no fundo, eu percebi, sabe?”

E ele foi crescendo, quando chegou na adolescência. Cris, sempre ali, esperando que ele falasse alguma coisa. Ela conversava com seu esposo, mas ele falava que achava que não era isso, que ele não era gay, mas que ele também percebia alguma coisa. Até que um dia, ele já com 15 anos, ela teve a certeza absoluta. Ele começou a namorar uma menina e quando chegava em casa, entrava no quarto e chorava. Cris tentava conversar, mas seu filho não falava nada em relação a sua sexualidade.

“Ele entrava no quarto para chorar.”

Foi quando ele completou 18 anos e se mudou para a cidade de São Paulo que ele se encontrou.

“Foi aí que virou a chave.”

Dois meses depois de se mudar, ele conta para Cris e para o pai que é gay. Houve um estranhamento para o esposo no início, mas para Cris não foi surpresa, ela ficou aliviada, mas ao mesmo tempo sentiu receio e medo, pensando no preconceito e na violência.

“Nunca a gente quer que o nosso filho sofra.”

Cris conta que sentiu muito preconceito, ela sendo mãe, e o esposo pai, principalmente ele como homem, eram questionados o motivo do filho ser gay, o que havia acontecido com eles e com a família.

“Como se fosse uma culpa de alguém.”

Cris fala sobre sua religião, que teve uma formação católica, mas ao seu ver, uma formação católica progressista, em que não relaciona ser gay a um pecado.

“A gente é daqueles católicos que as pessoas falam que são comunistas.”

Na época da escola Cris conta que seu filho sofreu muito bullying, mas que falava muito pouco sobre isso, só conversou quando já era adulto, e por conta disso se dedicava nas disciplinas escolares e se comportava, evitando mais problemas.

“Ele tinha que ser perfeito [...] ele fazia de tudo para ir bem.”

Por conta do bullying, Cris conta que o filho decidiu mudar de escola quando ingressou no Ensino Médio, para estudar em uma escola de uma cidade vizinha, que segundo Cris, tinha uma abertura maior para questões de diversidade.

“Mas a escola antiga em si não lidava com essas questões, não lidava de uma forma adequada.”

Para Cris, a escola e os docentes têm que estar preparados para toda e qualquer diversidade, principalmente com relação à comunidade LGBTQIA+, promovendo discussões e diálogos.

“Eu acho que é importante, principalmente naquelas salas onde se percebe que isso existe.”

Por conta dos filhos já serem mais velhos e de outro tempo da escola, ela salienta era muito difícil abordar essas questões, sendo um tema pouco presente no debate público e raramente discutido em diferentes espaços sociais, como a própria escola, porém a ampliação dessa visibilidade é fundamental, pois possibilita a abertura para outras realidades e expressões culturais.

“Levar esses temas dentro da sala de aula, sabe?”

Quando perguntei sobre as principais barreiras e potências que observa na educação básica para estudantes LGBTQIA+, Cris destaca a importância da utilização do nome social e a questão de banheiros femininos e masculinos.

“Todos os banheiros deveriam ser coletivos e acabou.”

Sirlene

Minha terceira entrevista ocorreu na casa de Sirlene, na cidade de Paulínia, município próximo à Campinas, interior de São Paulo. Natural do estado de Mato Grosso, trabalha como Empregada Doméstica em casas de família.

“Minha vida toda foi a trabalhar, sempre trabalhando. E eu acho que eu não vi o crescimento das crianças. Então foi muito difícil a minha parte da maternidade por causa disso.”

Engravidou do filho mais velho aos 19 anos, sendo ele o filho gay, tendo tido outras duas gestações.

“Eu acho que não fui uma boa mãe. Isso aí eu admito. Porque quando eu comecei a ser mãe de verdade, eu já passei dos 40.”

Há 17 anos se mudou para Paulínia, o que a possibilitou passar mais tempo com os filhos.

“Mas logo que eu vim pra cá, eu comecei a aproveitar mais esses meninos”

Após a mudança, seu filho mais velho, que já morava em Campinas por conta da faculdade, foi visitá-la para conversar sobre sua orientação sexual.

“Ele esperou para que estivéssemos sozinhos para contar”

Na época, a casa ainda não estava nem com a cama, ela estava deitada no chão, tinha acabado de chegar da mudança e o filho se deitou ao seu lado.

“Aí ele falou assim:

- Mãe, eu sou gay -”

Sirlene conta que a sensação ao ouvir o filho foi de “sair do corpo e voltar”.

“A partir desse momento virei a melhor amiga do meu filho... Eu mudei muito”

A primeira rejeição que Sirlene sentiu em relação ao filho veio do próprio esposo.

“Minha vida estava ótima até o meu marido descobrir como mais velho se identificou com o rapaz gay”

Sirlene conta que foi um processo difícil para o esposo, ele passou por uma doença, ficou muito debilitado e o filho ficou ali ao seu lado. Neste momento percebeu que a orientação do filho não importava porque o amor continuava ali.

“A convivência deles melhorou muito depois disso”

As primeiras pessoas a quem Sirlene contou foram sua mãe e seu pai e ressalta que se eles não o aceitassem, não teria muita diferença.

“Eles poderiam ficar quietinho por lá mesmo, porque são do Mato Grosso”

Mas o pai chorando, ao saber da notícia disse que jamais o negaria, pois era seu neto querido, não o abandonaria por nada. Teve também o apoio de sua mãe, que quando manda um abraço para a família sempre lembra do namorado do neto, fala que sente saudades dos dois.

“Ela não esquece do nosso grupo familiar, que tem mais um agora, que é o namorado”

Mas com sua irmã foi diferente, Sirlene conta de um dia em que a irmã compartilhou em redes sociais que a Igreja Universal curava pessoas homossexuais, ligou e a questionou, indagando sobre a necessidade de uma “cura”. Conta que o episódio aconteceu mais de uma vez, com outros parentes distantes que diziam que a igreja poderia curar seu filho.

“Esse tipo de comentário, pra mim, não interessa, não quero, não faço questão nenhuma que fique por lá mesmo, engula o seu veneno”

Por conta de o filho ter contado sobre sua orientação sexual, já adulto, Sirlene comenta que não percebeu nenhuma experiência ou vivência em relação a isso no ambiente escolar.

“Se ele sofreu isso, ele sofreu lá sozinho, porque acho que ele nunca quis trazer essa dor pra mim”

Mas poderia ter sido diferente, Sirlene destaca a importância de temáticas sobre identidade de gênero e sexualidade serem pautadas no ambiente escolar, e para isso é necessário pessoas com coragem para tal.

“Precisa de pessoas corajosas para chegar lá e falar sobre esses assuntos”

Renata

No dia 28 de novembro de 2025, uma sexta-feira, viajei a Limeira para realizar minha quarta entrevista, Renata me recebeu em seu local de trabalho.

Aos 54 anos, Renata é designer de interiores, casada com seu esposo há quase 34 anos com quem tem um filho homem cisg gay de 30 anos e uma filha mulher transexual de 21. As duas gravidezes foram muito desejadas, a primeira demorou quase dois anos para acontecer.

“Aquele ansiedade, porque a gente queria muito, né? Primeiro filho e tal.”

Sendo filha mais velha, tinha esse pensamento de que queria dar o primeiro neto homem para seu sogro.

“Foi tudo o que eu desejei acontecer.”

Foi uma gravidez tranquila, na época trabalhava na área de enfermagem e só pôde folgar 15 dias antes do filho nascer.

“Ele já tinha uns 5 anos e a gente decidiu que queria ter outra criança.”

A segunda gravidez foi mais complicada, Renata teve que tomar medicação por conta de um problema cardíaco, foi seu segundo parto de cesária. E no primeiro ultrassom o médico identificou que era uma menina.

“O senhor tem certeza que é uma menina?”

E o médico respondeu que sim, era uma menina, podia fazer o enxoval. Fizeram o enxoval todo com a cor rosa, e no último ultrassom, quinze dias antes do parto, o médico perguntou, “quem falou que era menina?”.

“Você deu certeza que era uma menina, eu comprei as calcinhas. É tudo rosa.”

Então a criança nasceu, que naquele momento achavam que era um menino por conta do sexo biológico. O processo de reconhecimento e acolhimento aconteceu primeiro em relação à orientação sexual do filho, Renata conta que o filho não deu vestígios, nem sinais.

“Até hoje não consigo me responder. Se dei uma de cega ou se realmente não vi.”

Quando o filho tinha 16 anos, Renata chegou em casa e o filho não percebeu, então ficou parada atrás dele e começou a ler as conversas com o namorado no Orkut.

“E aí eu vi as declarações de amor.”

Sua reação naquele momento foi bater no filho, o esposo foi a quem apartou o momento, perguntando o que estava fazendo com o filho, se ela estava maluca, que ao seu ver, foi uma atitude totalmente oposta ao que se espera dos homens, e o pai o acolheu, virou o melhor amigo do filho naquele momento.

“E eu virei inimiga dele. Um filho que veio do jeito que eu pedi. Ele era o meu primogênito, o meu sonho.”

Então Renata tirou o filho da escola, com o afastamento, ele acabou repetindo de ano.

“Até hoje eu penso, puxa, eu atrasei um ano de vida do meu filho.”

Um dia, ela ligou para mãe do namorado do filho.

“Escuta, você vai aceitar esse relacionamento?”

A outra mãe não precisou nem de muitas palavras, ela só respondeu, “se você não tem lugar para seu filho aí na sua casa, eu tenho lugar para ele aqui”.

“Foi um tapa. Me desmontou.”

Já com a filha, um dos sinais que Renata acha interessante e até engraçado é que quando ela ia para a escola, nunca se importou em qual fila ia ficar, se era de meninos ou de meninas, também, não ligava para as identificações do banheiro, apenas entrava.

“Só que eu não tinha esse conhecimento que eu tenho hoje.”

E aos 12,13 anos vivia afirmando que não era gay, como forma de se defender do que aconteceu com o irmão, mas isso só fazia com que Renata ficasse mais desconfiada.

“Ficou um trauma pra família, esse é um trauma que nós vamos levar pra vida”

E antes de se identificar como uma mulher trans, primeiro se identificou como uma pessoa não-binária.

“O que é isso, pelo amor de Deus, que eu nunca ouvi falar?”

E o coração de Renata já estava diferente do que foi em relação ao filho, marcou terapia para a filha e a recebeu de braços abertos, já estava preparada.

“Eu já sabia que não era não-binária, no meu coração, na hora, ela é uma menina trans”

Mas mesmo ficando forte no coração, naquele momento Renata não falou nada para a filha. E o tempo foi passando, uma hora usava roupas mais atreladas ao feminino e outra hora mais atreladas ao masculino, mas começou a se apoiar mais em looks femininos e usar maquiagem, que mesmo que no fim as roupas poderiam não significar nada, Renata continuava desconfiada, e aos 18 anos sua filha se assumiu como mulher trans e começou pela transição do nome.

“Ele sofreu bastante com a família. Já ela não. Mas ela sofreu muito. E sofre ainda, lá fora.”

E hoje, para Renata está tudo bem, foi um momento muito difícil entender o filho, mas o que mais a pegou foi a religiosidade.

“Isso foi o que quase quebrou minha família.”

Tudo o que aconteceu não era porque Renata era um monstro, como ela mesmo disse, mas porque na sua cabeça só passava uma coisa.

“O que vão falar da irmã Renata? O que vão falar da mãe da irmã Renata, que é a líder de intercessão da igreja?”

E por conta da religião o acolhimento com familiares próximos foi e é ainda difícil, a maior rejeição que teve foi de sua mãe e irmãs.

“Hoje não importa quem, se a relação é tóxica, eu corto”

Mas da própria mãe já não cobra tanto, pois é uma senhora de 75 anos que está dentro da igreja evangélica há muitos e muitos anos, em que escuta sobre o inferno todas as vezes que se fala sobre homossexuais, da comunidade LGBTQIA+. Como avó, pensa que isso vai ser ruim para o neto. Quando eles se encontram, ela trata os netos bem, ela mostra o amor, até porque ela cuidou do neto desde quando nasceu até os sete anos, por conta do trabalho de Renata, o levava cedo pra casa da mãe e buscava no final do dia.

“Então o meu filho tem um sentimento muito forte por ela.”

Já com as irmãs é uma situação mais complicada, a irmã do meio de Renata, mesmo sendo a madrinha do filho, teve uma reação bem negativa, a ponto de dizer que o ama, porém não aceitava em sua vida, o menino chegou a ficar uma semana trancado no quarto sem conversar com ninguém por conta da rejeição da própria tia e esta ainda falou para Renata de que ela não deu a educação correta para ambos.

“Como se fosse uma questão de educação”

Porém outras pessoas da família, como tias, primos e primas distantes de Renata, que moram em São Paulo e mesmo que não convivam, acompanham e demonstram apoio pelas redes sociais, e não se conformam com o julgamento sofrido. E até mesmo a família por parte do

esposo, a sogra de Renata, mesmo aos 85 anos, foi a primeira a chamar a neta pelo pronome correto, e mesmo uma vez ou outra errando, pede desculpas na mesma hora. Gosta de ver a neta arrumada, quando usa maquiagem, ficou feliz por ter iniciado a transição hormonal.

“A felicidade da minha filha é o que mais importa pra minha sogra. Isso é muito gostoso. Isso é muito bom. É realmente um amor.”

Já os seis tios, irmãos do esposo, possuem opiniões divididas, mas não comentam.

“Então acho que está meio que resolvido. Não atrapalha nem ajuda.”

Mesmo estudando em uma escola particular que faz campanha contra *bullying*, Renata conta que começaram a implicar com a filha por sentar de perna cruzada, e no dia em que a escola fez uma campanha contra a homofobia, a filha teve a iniciativa de contar a história do irmão.

“Eu acho que não foi inteligente do professor permitir”

A partir daquele dia piorou ainda mais a perseguição.

“Porque a perna cruzada, porque é viadinho, porque o irmão também é viadinho”

Isso prejudicou a saúde mental da filha, Renata chegou a pensar que a filha não iria aguentar. Inclusive, Renata chegou a procurar a coordenadora e a mesma falou para ela ficar tranquila que iria resolver a situação, mas a forma de fazer isso foi contando as alunas que incomodavam a filha de que a mãe havia ido a escola e que a partir daquela data se fizessem mais alguma coisa com a filha, seriam punidas. Mas o que aconteceu depois foi o contrário do esperado.

“Piorou. O bullying piorou.”

Perseguiam a filha em ambientes escolares, na sala de aula, dentro do banheiro. A filha evitava de ir ao banheiro, tentava ir ao banheiro quando sabia os horários que não havia muito movimento e muitas vezes os docentes negavam. Ela começou a evitar beber água para não

precisar ir, colocando em risco sua saúde. Foi mais do que suficiente para Renata decidir mudar ela de escola. Na nova escola, a filha pôde ter acompanhamento com a psicóloga da escola juntamente em contato com psicóloga particular. Toda a gestão sabia do que estava acontecendo.

“Todo mundo cuidava da minha filha com o olho.”

Renata comenta de uma situação nos primeiros quinze dias que a filha começou a frequentar a nova escola, contou para Renata que havia feito uma amiga.

“É minha filha, quem é?”

Uma árvore que tem lá no fundo, a filha respondeu.

“Doeu isso, doeu muito.”

Novamente em contato com a escola, as inspetoras se atentaram mais com ela, quando a viam sozinha, iam até ela e puxavam assunto. Mas no fim, o que fez ela se enturmar foi a banda. Um professor de música da escola a incentivou, a filha já tocava violão e também começou a tocar guitarra, fazendo com que ela se soltasse e assim começou a fazer novas amizades.

“E encontrou a tribo dela, sabe? Então, de escola pra escola tem diferença.”

Mas essas situações também perpassam a escola.

“A minha filha passou por transfobia três vezes.”

Quando prestou o vestibular da faculdade privada, a filha ainda utilizava o nome morto, mas quando foi fazer a matrícula, ela já havia mudado toda a documentação.

“A certidão de nascimento dela, na hora, o cartório picou e entregou a nova.”

Mas quando foi fazer a matrícula, a instituição queria que ela fizesse com o nome morto.

“Essa pessoa, esse nome não existe mais.”

Eles que precisavam fazer a mudança, mas respondiam que não podia, a matrícula só podia ser com o nome morto e depois alterariam no sistema. Renata acabou não procurando a lei.

“Eu acredito que teriam defendido a minha filha.”

E no fim fizeram a matrícula com o nome morto e teve que assinar todos os documentos com o nome que já não deveria existir mais.

“Isso aí foi um trauma pra ela.”

Depois disso, a filha arrumou um emprego em um cowork e atuava cuidando das crianças. Logo depois da primeira semana estava sentindo que estava indo tudo bem, os colegas pareciam gostar dela, ela se sentiu acolhida e então decidiu ir de maquiagem trabalhar, não era nada exagerado.

“Ela passa uma base, um rímel e só. Nem batom ela usa.”

E naquele dia uma mãe destratou ela e no dia seguinte ligaram e falaram que iam fazer algumas mudanças no quadro de funcionários e não precisavam mais da função dela.

“Um monte de desculpas, esfarrapadas. Óbvio que foi mais do que isso.”

E a última aconteceu na rodoviária da cidade, em Limeira, a filha havia comprado uma passagem para fazer uma viagem para São Paulo, assistir a um show e na época da compra ainda utilizava o nome morto, mas quando foi viajar os documentos já estavam com o nome correto. Quando entregou a passagem para o motorista, o motorista falou que não a levaria, mesmo assim a filha tentou explicar, falou que resolveria no guichê da agência de ônibus e o motorista respondeu novamente, incisivo, de que não a levaria, pois não sabia nem o que ela era. Ela começou a chorar ali mesmo.

“Não é quem, é o que, como se minha filha fosse um objeto.”

Às vezes quando a família viaja, mesmo já realizando a transição hormonal, a filha ainda tem receio, por exemplo, quando vai usar o banheiro feminino, Renata sempre a acompanha.

“Quando eu percebo que alguém já olha, eu já encaro, já olho feio, a chamo de minha filha! Minha querida! Pra mostrar, ó, tô aqui e é ela. E pronto. É isso.”

Para Renata, para a escola-sociedade se tornar um ambiente acolhedor para pessoas LGBTIA+, através da Educação, é necessário capacitar melhor os docentes.

“Eu penso que o dia que o ser humano conseguir olhar para ele e pensar, eu vou tratar o outro do mesmo jeito que eu quero ser tratado, já começa a mudar alguma coisa.”

Em sua fala ressalta o amor, e que de pouco em pouco essas questões irão progredir.

“As pessoas estão dispostas a isso? As que são contra nossas famílias?”

É importante juntar as lutas, aqueles que apoiam a comunidade, docentes, mães e pais, criar núcleos.

“Na escola talvez a gente consiga ir contaminando com o amor, com o cuidado.”

Não-binariedade

Esse pensamento sempre vem. E quase sempre vai. Como uma maré baixa que deixa marcas na areia, mas nunca fica tempo suficiente para eu ter certeza do desenho. Às vezes ele aparece de mansinho, em dias comuns, outras vezes some por semanas, meses, como se nunca tivesse existido. O pensamento é simples e pesado ao mesmo tempo: não me sinto mulher. Também não me sinto homem. Então fico nesse espaço suspenso, onde talvez exista algo como ser não-binária, ainda que essa palavra também não se encaixe inteira em mim.

Na véspera da Parada LGBT de São Paulo de 2025, esse pensamento resolveu ficar. Eu estava num bar, com minha namorada e uma amiga que veio de Rio Claro. O bar tinha aquele barulho confortável de conversas misturadas, algumas risadas e brindes aqui e ali. Foi ali que eu disse em voz alta algo que até então morava só em mim: eu sempre tenho esse sentimento, mas ele passa. Eu sempre volto a caber no que esperam de mim. Minha amiga me ouviu com cuidado e disse algo que não saiu mais da minha cabeça "pessoas que têm certeza de que são cis não ficam se perguntando se são". Desde então, o pensamento não foi embora do mesmo jeito.

Eu ainda não me sinto pronta. Já falei das minhas dúvidas publicamente, mas continuo me apresentando como "ela", continuo aceitando esse lugar, talvez porque ele ainda não me machuque o suficiente, talvez porque eu não queira explicar demais. Não me incomoda quando me chamam assim. O pronome elu/delu ainda soa distante, pouco compreendido, pesado de carregar num mundo que mal tenta entender. Sei que há pessoas não-binárias que usam ele/dele como forma de tensionar, de quebrar a leitura imediata do corpo, de dizer "vocês veem uma coisa, mas eu sou outra". Eu entendo o gesto, admiro até. Mas não me sinto confortável ali. Não por medo, exatamente, talvez por ainda não saber onde, de fato, meu corpo e meu nome querem ficar.

Então sigo assim: não mulher, não homem, não exatamente não-binária, mas atravessada pela dúvida. E talvez a dúvida também seja um lugar legítimo de existir.

Mariana

Na minha penúltima entrevista, viajei a Jundiaí para me encontrar com Mariana, que aos 53 anos exerce a profissão de advogada e é mãe de três.

“A chegada dos meus filhos foi super esperada, super querida.”

Aos 30 anos o filho mais velho nasceu, três anos e meio após o casamento, aos 32 nasceu a filha do meio e aos 34 teve o último parto.

“Eu queria muito ser mãe, gosto muito de criança... eu curti muito a infância deles”

Conta que quando o mais velho completou cinco anos, a família se mudou para uma casa no interior para ter uma vida mais tranquila e assim, conseguir passar mais tempo com eles.

“Mudar para uma casa era justamente que eles tivessem mais acesso à árvore, mexer com água, com terra, essas coisas”

Ao contar o processo de reconhecimento e acolhimento das duas filhas, Mariana relembra de um momento que aconteceu durante a gravidez da filha trans.

“Todos os filhos eu acertei o gênero, quando eu tava grávida”

Então, quando teoricamente descobriu que ia ser um menino, Mariana chorou muito, comentava com o esposo que não havia problema em ser menino ou menina, mas que tinha certeza de que era uma menina, para ela foi como um choque.

“Eu tive que refazer, sabe, a minha cabeça. Eu já sentia ela como menina.”

E a criança nasceu, com sexo biológico masculino, mas aos quatro anos Mariana e o esposo já possuíam algumas suspeitas, como por exemplo, o gosto pelo brincar com bonecas e de escolinha. Mariana se lembra, nesta mesma idade, de um dia em que estavam conversando.

“Ela virou para mim e falou - eu queria ter nascido menina- ”

E naquele momento, Mariana respondeu que, mesmo havendo desejo, havia coisas que eram possíveis e outras não, e que essa era uma dessas impossíveis. Mas após a fala, se indagou se deveria ter falado aquilo, pois na faculdade de Direito havia estudado o caso da Roberta Close, sabia da existência de pessoas transgênero.

“Então eu fiquei muito mal de ter falado isso”

Mariana possuía um pouco de dúvida se, na época, o esposo via as mesmas coisas que ela, se estava acompanhando, ele trabalhava em outros estados e só ia para casa aos finais de semana.

“Ele trabalha com engenharia pesada. Então constrói plataforma no meio do mar, asa de avião, essas coisas.”

Então teve este dia em que a filha saiu do banho e Mariana ligou para contar.

“Ela saiu com uma toalha enrolada na cintura e uma no cabelo, sabe, meio rebolando”

E ela precisava ter essa conversa com o marido, saber se estavam na mesma página, se já havia reparado em algo, se poderia ser gay ou transexual.

“Ele falou pra mim, a frase mais bonita do casamento inteiro. Se for, é.”

E Mariana se conformou, pensou que ele tinha razão, não adiantava ficar pensando muito naquilo.

“Então, aí eu passei a conviver com aquela frase”

Então toda vez que via alguma coisa que achava “estranha” ou diferente, pensava que, aquilo que vier, já é, não adiantava pensar, querer mudar ou querer segurar.

“Se for, é.”

Mais seis anos se passaram e, durante a pandemia, Mariana realizou um curso de escrita criativa, no qual, em um encontro, a ministrante explicava que nas primeiras escritas de uma pessoa, a personagem principal sempre é a própria, isso fez com que Mariana se lembrasse da filha.

“Ela tinha uma história, desde uns cinco anos de idade, de uma menina super heroína, chamada Pink Rose”

Então a Pink Rose e sua equipe de ajudantes estava no cotidiano da família, de tempos em tempos aparecia uma história nova.

“Eu falei assim, então, e quem você é nessa história?”

A filha olhou para a mãe e disse: “Eu sou a Pink Rose”. A mãe pensava que ela podia se imaginar com outra personagem, um dos ajudantes, ou o mascote, mas a filha reforçou, “Não, mãe, eu sou a Pink Rose”

“A hora que ela falou isso, sabe quando você fala, cara, é”

E durante a pandemia, Mariana começou a perceber alguns sintomas de depressão na filha, já com uns quatorze anos, passava dois, três... uma semana sem tomar banho, dormia durante as aulas online e ficava a madrugada acordada.

“Assim, a gente começou a perceber que tinha uma ansiedade, uma coisa no ar”

Muitas coisas estavam acontecendo, mesmo de forma remota. Foi quando Mariana se viu tomada pelo trabalho, a filha se distanciando, enquanto o esposo viajava para um congresso acadêmico no exterior. Nesse contexto, já durante a noite, recebeu a ligação desesperada de uma colega da filha insistindo para que verificasse se ela estava acordada para um trabalho escolar. Ao chegar no quarto, Mariana viu a filha dormindo e não percebeu nada de incomum. Apenas no dia seguinte pela ligação da mãe da colega soube que a filha havia tentado suicídio na noite anterior. Sem compreender o que estava acontecendo, o episódio marcou uma ruptura e a partir dali, tornou-se impossível ignorar o profundo sofrimento que a filha vivia.. Foi quando decidiu levá-la a uma psiquiatra e, dois dias depois, ligou para o esposo.

“E eu falei, olha, hoje ela tentou suicídio, aconteceu isso e tal.”

Após ficar mudo na linha por um momento, a única coisa que conseguiu responder era sobre o trabalho que as filhas e o filho davam.

“Aí eu pensei, dão [trabalho], só que não é pra você, é pra mim”

E naquele instante, Mariana decidiu que ele era mais um que ela iria tirar de sua vida assim que pudesse, e foi assim, tirando as pessoas, todas as pessoas que percebia que estavam atrapalhando o processo.

“Eu fui tirando. Eu tinha que olhar para aquele processo com toda honestidade, toda sinceridade”

Mariana foi casada por 22 anos.

“De repente eu não tinha marido, eu não tinha o cara que eu conversava todo dia, era o cara que era pai delas. Eu fiquei sozinha.”

E a questão levou anos, Mariana começou a estimular o processo de transição da filha e conta que pensava muito em uma passagem bíblica¹³.

¹³ Famosa história do Julgamento do Rei Salomão, registrada na Bíblia no livro de 1 Reis, capítulo 3 (versículos 16 a 28). Nela, duas mulheres disputavam a maternidade de um bebê. Como não havia testemunhas, Salomão

“Eu pensei, pra mim tanto faz, entendeu? Eu só não quero que ela morra”

Nesse movimento, Mariana foi a uma feira e comprou uma saia para a filha e aproveitou para contar a outra filha e ao filho, para que eles participassem também, o que não houve problemas.

“Pensei, bom, essa saíinha tá bonitinha, quem sabe ela usa”

Também ofereceu de ir conversar na escola, mas nada a filha parecia querer. Durante esse período se separou do esposo, pois começou a ter algumas atitudes como pedir para que a filha usasse roupas femininas apenas em casa.

“Roupa é pra gente usar em qualquer lugar. As pessoas andam vestidas”

Outra situação foi furar as duas orelhas, ficou preocupado no que as pessoas iam pensar, mesmo que o filho mais velho, cis e hetero, tinha uma das orelhas furadas.

“Vão pensar o quê? Vão pensar o que já pensam”

E ao final daquele ano de 2021 foi que a filha pediu para iniciar o tratamento hormonal, antes mesmo da retificação do nome. A partir daí as coisas começaram a desenrolar, o corpo começou a mostrar mudanças. Decidiu o nome no dia que foi a um exame de sangue e a enfermeira, sem ver o rosto dela por conta da máscara, a chamou de “querida”. Mas quando olhou o nome no frasquinho pediu desculpas. Mariana então até incentivou a enfermeira, mas a filha ficou chateada com o ocorrido, e no caminho de volta tiveram a conversa em uma padaria. Mudar o nome iria simplificar a cabeça das pessoas, a mãe explicou, as pessoas associam o nome ao gênero.

ordenou que cortassem a criança ao meio para dar metade a cada uma. A mãe verdadeira, desesperada para salvar a vida do filho, implorou ao rei que entregasse o bebê para a outra mulher. A falsa mãe, por outro lado, concordou com a divisão. Isso revelou a Salomão quem era a verdadeira mãe, e ele entregou a criança a ela.

“Se você puder fazer a gentileza de trocar o nome, você evita esse tipo de situação. E aí ela falou - não, eu já pensei o nome-”

E tudo começou a se encaminhar com a filha mais nova, que começou o processo de transição antes da filha do meio, em relação a sua orientação sexual.

“Minha filha do meio, quando ela tinha uns 11 anos, ela começou com uma dor no estômago”

E essa dor no estômago não passava. E Mariana tinha medo de ser algo mais grave, como um câncer. O tempo passava e essa dor não resolvia. Fez exames de endocrinologista, fez colonoscopia, fez endometriose.

“E sabe quando chega uma hora que não é nada?”

E veio ao pensamento de Mariana uma moça ligada à família que era lésbica. E em uma conversa, perguntou à filha se ela vivia a mesma situação, e ela fez sim com a cabeça.

“Então, é engraçado isso, porque eu me lembro dessa cena”

Em relação às experiências e vivências na escola, com a filha do meio, era ir à escola para voltar a dor de barriga.

“Eu nem posso dizer que eu percebi muita coisa, porque ela só faltava na escola”

Mariana precisou elaborar um documento para apresentar à Diretoria de Ensino, pois chegou a ter mais de duzentas faltas durante o ano letivo.

“A escola falou... mesmo com o relatório médico, agora não é mais com a gente”

A escola em geral foi acolhedora com a questão. E Mariana não sabe se compreenderam a situação da sexualidade da filha do meio, pois a pessoa homoafetiva, se quiser, pode esconder sua sexualidade, se camuflar.

“Agora, com a minha filha que é trans, aí é um pouco diferente, porque trans não adianta, não tem como disfarçar”

Após a pandemia, na volta às aulas presenciais, em 2022, Mariana decidiu ir à escola para conversar e marcou com o professor de Educação Física para falar sobre a filha, se ela participava das aulas junto com as meninas ou com os meninos. O professor respondeu que não sabia o motivo daquela dúvida, sendo que a filha sempre ficava junto com as meninas.

“Então eu percebi que para aquele professor não fazia a menor diferença”

Mariana foi percebendo que, na escola, a situação não era bem como ela imaginava. Aquele professor não fez nenhum questionamento e nem colocou nenhum impedimento com relação a vivência da filha. E após isso, continuou a incentivar a filha, que poderia ir com a unha pintada, cabelo com penteado diferente e adereços para as aulas.

“Assim como eu estou vendo a tua transição, os outros também estão vendo.”

E realmente foi isso, a filha estudava naquela escola desde os três anos de idade e ninguém falou nada, todo mundo ali já estava percebendo. Mariana ressalta ser uma escola particular muito bacana.

“É uma escola voltada para vestibular. Mas é uma escola que tem um conteúdo mais humano, sabe?”

Em relação ao uso do banheiro, Mariana conta como aconteceu, para não ter problemas com a comunidade escolar e possíveis reclamações, a filha sempre ia acompanhada com uma inspetora, em um banheiro menos frequentado quando não havia outras meninas por perto.

Começou assim, mas logo passou a utilizar outros banheiros da escola, mas com a inspetora sempre acompanhando.

“Pra nós não soa como ideal, mas eu acho que se tivesse uma reclamação na escola e a escola tivesse que se posicionar, talvez fosse pior, né?”

No momento da formatura da filha, Mariana se perguntou como seria para as outras pessoas, pois sua filha estaria de vestido, como todas as outras meninas, diferente do uniforme escolar habitual.

“Pô, ninguém estava nem aí. Todo mundo curtindo a festa, vivendo.”

Então, para a filha mais nova, a escola foi um espaço de acolhimento, não houve um debate e sim, respeito por sua filha.

“Eu imaginava que na minha família o acolhimento ia ser bom e no mundo externo ia ser ruim. E o que eu vivi foi exatamente o contrário.”

Com que idade uma mulher começa a usar sutiã?

Percebi mudanças no corpo da minha amiga e lembrei que uma vez ela me contou que estava pensando em começar com os hormônios. Decidi perguntar, e ela me respondeu que havia começado há um tempinho. Falei que já estava dando para perceber as mudanças e que eu a compraria um presente, ela ficou surpresa, indagou qual seria o presente, mas só respondi que era algo que ela estava precisando.

Alguns dias depois, fui ao shopping, fiquei pensando como explicaria para a atendente sobre o tamanho que precisava, acho que ela veste tamanho médio, mas tem um torso largo... A atendente me mostrou, falei do meu medo de ficar apertado e então, a mesma me indicou um extensor, que eu prontamente falei que iria levar, junto com o presente.

Após fazer a compra, queria entregá-lo logo, então a mandei uma mensagem perguntando se estava em casa, para tomarmos um chá da tarde, ela disse que sim e que estaria me esperando.

Cheguei e logo a entreguei a sacola, falei que se ela quisesse poderia trocar por outra coisa, e que se fosse de sua escolha, ela não precisaria usar, mas que talvez em alguns ambientes, as pessoas poderiam fazer comentários desconfortáveis - eu gostaria que o mundo fosse diferente, e estamos sim fazendo mudanças, mas ele ainda não é. Ela logo abriu o presente e vestiu, primeiro sem o extensor, fiquei apreensiva, realmente não fazem questão de pensarem em todos os corpos, mas então, colocando o extensor, deu certo! Aos quase 30 anos, minha amiga estava virando mocinha! A primeira vez usando sutiã por precisar, de certa forma.

Então, tomamos o chá da tarde, minha amiga em nenhum momento tirou o presente, comentou que estava se acostumando, contei a ela como foi na minha vez, algo... memorável. Eu tinha 11 anos, na época eu havia acabado de passar um mês com meu pai, pois minha mãe estava internada e depois de ter alta, olhou pra mim e disse "Olha, seu peito cresceu! Dá pra ver pela camiseta branca do uniforme, você precisa começar a usar sutiã", foi então que fiquei envergonhada de todos esses dias nas últimas semanas em que tinha ido à escola, e que todos poderiam estar vendo naquela camiseta um pouco transparente. Meu pai não percebeu, mas claro, eu era apenas uma criança, estava em um espaço seguro e não foi ele que me ensinou, foi minha mãe. Quem te ensinou que mulheres precisam usar sutiã?

Ao mostrar para minha amiga, que passou por uma primeira puberdade que não era a sua, me senti um pouco materna - não que materna se relacione apenas com mães, mas para mim, isso é uma coisa que mulheres fazem, e que em geral, homens não sabem - e quem poderia ensinar a ela algo

assim, já que não vê sua mãe com tanta frequência? Minha mãe me explicou, e eu expliquei para minha amiga.

No fim, fiquei preocupada de como ela estava se sentindo com o presente. Ela me respondeu que era como se tivesse ganhado um sabonete, falei novamente que se ela não quisesse, não precisaria, e depois também pensei que talvez pudesse gerar alguma disforia, por ter que esconder algo que sempre quis ter, mas ela discordou, disse que tinha gostado e agradeceu. Na vez seguinte que a vi, dias depois, percebi que estava usando o sutiã.

Fabiana

Na última entrevista, pude conversar com Fabiana, por ela ser do Rio de Janeiro, utilizamos o *Google Meet*. Aos 51 anos, Fabiana é Defensora Pública e é uma mulher cis e bi/pansexual.

“Tive uma consciência disso um pouco tarde, porque eu achava que eu era uma mulher lésbica.”

Fabiana passou a maior parte da vida pensando que era lésbica esteve casada por 16 anos com outra mulher. Atualmente é casada com um homem transexual. Os dois filhos homens foram frutos de uma inseminação artificial, com sêmen de doador anônimo e veio a filha que veio através da adoção.

“Então eu me considero uma mulher ou bissexual ou pansexual.”

Na perspectiva dela, isso facilitou a vida de seu filho e de sua filha LGBTQIA+.

“E eu tinha muita vontade de ser mãe, de todas as formas, tanto engravidando quanto pela via da adoção.”

Os dois filhos nasceram em uma época em que os médicos ainda não realizavam inseminação em casais lésbicos, pelos menos, não de forma explícita. Segundo Fabiana, os médicos não podiam vender o sêmen para casais homossexuais, apenas para mães solo, porém o médico que fez o tratamento se apaixonou pela história delas.

“E resolveu comprar esse barulho de dizer que eu era uma mãe solo, quando na verdade eu não seria.”

O filho mais velho foi a primeira criança reconhecida com duas mães na certidão de nascimento, no Rio de Janeiro. Ainda casada com a outra mãe, foi quando descobriu a

homossexualidade do filho do meio, e conta que um dia estavam passeando no shopping quando ele viu uma sandália do desenho animado “*Monster High*”.

“Tipo uma melissinha, mas assim, dourada, de saltinho”

E Fabiana ficou um pouco desesperada pois, por incrível que pareça, sua esposa na época estava com algumas negações e dificuldade de aceitar o filho, e Fabiana tinha medo de como ela reagiria se comprasse a sandália para ele. O filho começou a chorar no chão do shopping e uma senhora indagou se a questão era dinheiro.

“Olha, dinheiro não é o problema. O problema é que eu vou ouvir em casa.”

E a senhora respondeu que ela deveria enfrentar, pelo próprio filho.

“Ele tava com a roupa do super-homem, mas ele foi com aquela sandália dourada de plástico alta”

Chegou em casa e ouviu as reclamações da esposa.

“Mas assim, pra mim, a questão era lidar com as questões da outra mãe”

Então, desde quando ele era pequeno, Fabiana o percebia como gay.

“Ele até botava as fantasias do irmão, mas ele queria a fantasia da irmã. As fantasias de princesa.”

Mas foi então no meio da pandemia, na transição dos 13 para 14 anos, que o filho arrancou uma unha do pé e Fabia o questionou sobre o que estava acontecendo. Foi então que o filho contou que não conseguia mais dividir o quarto com a irmã, que precisava de privacidade, pois gostava de homens.

“Eu até construí um quarto pra ele no meio da minha sala, subi com um drywall”

Fabiana então procurou uma psicóloga para o filho, mas logo as coisas foram se desenrolando, ele se assumiu para as amigas e permitiu que elas falassem abertamente sobre a questão.

“Ele ficou bem mais leve”

Já com a filha, a situação foi bem mais tranquila.

“A filha foi uma surpresa”

Fabiana conta que, após a separação, os filhos e a filha passaram a viver uma semana com ela e outra com a outra mãe. Em um desses momentos em que estava passando a semana com a outra mãe, mandou mensagem para Fabiana dizendo que estava chorando, pois acreditava que ia decepcionar a mãe.

“Filha, não tem nada que você me fale que vai fazer eu não te amar”

E então contou que se identificava como um menino trans.

“Isso pra mim foi realmente um choque, apesar de eu ser uma pessoa LGBT, eu não esperava”

E apesar de Fabiana não ter uma boa relação com a ex-esposa após a separação, ligou para conversar sobre a filha.

“Ela lidou muito melhor do que com a questão do nosso filho”

Decidiram que iriam comprar as roupas que a filha queria, apenas roupas da seção masculina, mas no mesmo período decidiu também colocar unhas postiças.

“E tudo bem, eu fui dançando conforme a música.”

E parou de falar sobre o assunto da transição, pelo contrário, se feminilizou e passou por uma parte feminina e passou a se entender como mulher lésbica, mas aos poucos foi masculinizando novamente, as roupas, o cabelo.

“E hoje eu acho que ela se entende como uma menina que tem dúvidas sobre a sexualidade dela”

Fabiana relata que, em alguns momentos, as pessoas realmente confundem sua filha com um menino, e exemplifica com uma vez, quando foram comer um cachorro quente na rua, o jovem vendedor conversava com a filha, tratando-a no masculino.

*“Muitas vezes a gente sai e a pessoa fala assim,
– Seu filho -”*

Outra situação foi quando acompanhava a filha no banheiro e uma moça que estava no ambiente tentou expulsar a filha por achar que era um menino, mas sua filha explicou e a moça entendeu, não havendo maiores problemas.

“Mas eu acredito que ela passe muito por isso, de no banheiro ser olhada como um menino”

Fabiana conta também sobre a dificuldade de aceitação de sua própria mãe, tanto em relação à ela como em relação à filha, mesmo não sendo o tipo de pessoa que expulsa de casa, fez uma promessa religiosa para que Fabiana se tornasse hétero, pois não entendia, já que ela era muito feminina e tinha o sonho de ser mãe.

“No momento em que eu engravidei, a minha mãe se assumiu pro mundo. me tirou do armário”

Só que agora a mãe de Fabiana é avó, e com está sendo um desafio.

“Minha filha é louca pela avó e a avó por ela”

Mas não aceita ela ser masculinizada, usa Fabiana como exemplo, e fala que não precisa se vestir como menino.

“Eu tenho que chamar a atenção da minha mãe, dizer que a minha filha tem o direito de se expressar da forma que ela quiser.”

O filho e a filha estudam em uma escola, que, para Fabiana, possui um grande acolhimento em relação às questões de gênero e sexualidade. Conta também que seu filho é o único menino gay assumido na escola, mas que há meninas lésbicas e pessoas não-binárias.

“Não admite nenhum tipo de desrespeito por parte do professor e com relação também ao banheiro, também não tem problemas”

A questão que Fabiana teve com a escola foi em relação à raça, em situação com a filha, durante a pandemia, quando as aulas aconteciam de forma remota. Colegas da turma questionavam se ela não lavava o cabelo, e ela tentava dizer que estava lavado.

“E aí, a professora mandando ela prestar atenção na aula”

Foi então que Fabiana procurou o Ministério Público para um Termo de Ajuste de Conduta da escola. Quando começou esse movimento, outra mãe de uma filha que estava na mesma turma de seu filho gay a procurou para contar uma situação que havia ocorrido durante a aula de matemática, em uma prova sobre o conteúdo de medidas em que havia imagens de pessoas pretas, porém não era em situações comuns, como por exemplo, jogando capoeira, ou em festas, nada disso.

“Era um capitão do mato, era uma ama de leite, amamentando uma criança branca, e era um negro no tronco, escorrendo sangue, entendeu?”

A escola participou de mais de seis reuniões com o Ministério Público, e contrataram docentes pretos, incorporaram literaturas afro-brasileiras e apoiaram duas comunidades quilombolas. Durante este período, a filha preferiu mudar para uma escola que possuía um

comitê antirracista, porém mesmo assim sofreu racismo e preferiu retornar para a antiga escola após as mudanças.

“Então, minha filha hoje voltou e tem vários amigos negros. E a escola é muito preocupada em não escorregar de novo nessa questão racial.”

Fabiana não vê a escola como um ambiente acolhedor, de modo geral. Observa que não há um suporte para as famílias.

“Acho que a escola é um ambiente muito hostil”

Como exemplo, no geral, se uma escola tiver que perder um estudante por ser LGBTQIA+, não tem muita importância.

“Mas a gente percebe em outras escolas que tem uma dificuldade até de matricular, entendeu? É muito surreal.”

Fabiana ressalta a necessidade de mais rodas de conversa com os responsáveis, convidando ONGS, psicólogos e pessoas LGBTQIA+ em geral.

“Para compreenderem melhor a realidade. Porque a gente conta nos dedos os professores LGBTs. E num espaço de coordenação, a gente não vê também uma pessoa LGBT.”

Reforçando assim, a emergência de pessoas LGBTQIA+ em espaços de decisão da escola.

“A mesma coisa que o termo de ajustamento de conduta que serviu para a questão racial, também eu acho que pode ser levado muito para a questão LGBT.”

Homem e não-Homem

Em um fim de semana à noite assistindo ao DJ set “Sequências” do Pedro Sampaio junto com um amigo e fiquei refletindo sobre as pessoas que apareciam no vídeo. Quando pensamos em binariedade no sentido lógico, estamos

lidando com duas posições mutuamente excludentes e exaustivas, como 0/1, verdadeiro/falso, ligado/desligado, mulheres/homens.

Porém, como exemplo, se em relação às categorias gênero binário, estas não constituem dois termos mutuamente exclusivos que esgotam todas as possibilidades. A binariedade funciona como um ponto único, um marcador unitário, enquanto a "não-binariedade" designa um conjunto aberto, múltiplo e infinito. Assim, não estamos diante de uma oposição simétrica, mas de um ponto singular em contraste com uma multiplicidade. Essa diferença permite aproximar essa formulação da lógica do rizoma e do princípio do $n-1$ em Mil Platôs, de Deleuze e Guattari (2011). O gesto de "tirar o Uno" impede que o sistema se organize hierarquicamente em torno de um centro e rompe com uma lógica de totalidade fechada.

Dessa forma, é possível pensar em duas outras categorias, Homem e não-Homem. A categoria Homem refere-se tudo o que se assemelha a homem cis, heteronormativo e branco (gênero, sexualidade e raça), já não-Homem se encaixaria em tudo que não é cis-heteronormativo e branco, então homens pretos, homens gays, homens trans se incluem nesta categoria de não-Homem, apesar de que qualquer pessoa podem devir Homem, se suas atitudes e pensamentos penderem para tal, e há camuflagem da opressão sofrida, então, uma mulher cis e lésbica pode devir Homem, porém um homem cis-hétero branco nunca poderá ser um não-Homem, pois é o padrão, não há sofrimento de nenhuma opressão, o ponto-unitário, só pode ser não-Homem se divergir gênero ou sexualidade ou raça. Nesse sentido.

Homem pode ser lido como esse ponto organizador que estrutura o conjunto, enquanto não-Homem é todo o demais quando o ponto-unitário é removido, exatamente a operação do $n-1$. A categoria Homem ocupa o lugar do "um" que o rizoma subtrai; já o não-Homem é a multiplicidade que emerge quando não há unidade reguladora. Assim, não se

trata de uma oposição estável entre dois blocos simétricos, mas de um singular diante de um campo de diferenças: um rizoma de possibilidades, sem simetria, apenas multiplicidade em expansão.

Esse pensamento parte da ideia de esta pesquisa querer ser para pessoas LGBTQIA+ e para mulheres, que não necessariamente são da comunidade, desta forma, é possível dizer que estão em uma mesma categoria, não-Homem. esta maneira não exclui suas individualidades, mas os une em semelhança.

Na narrativa “Mães Pela Diversidade” a seguir, pretendeu-se tratar de modo coletivo aspectos comuns das vivências dessas mulheres articuladas a partir do blocos do roteiro (ANEXO A), que serão separados em dois subcapítulos: "Luta individual à Mobilização Coletiva" e "Educação Matemática". Essa narrativa reúne experiências compartilhadas pelas participantes acerca de suas inserções em coletivos, dos processos de mobilização social e das formas de luta e atuação política desenvolvidas em defesa de seus filhos e da comunidade LGBTQIA+.

4.4 Mães Pela Diversidade – Da Luta Individual à Mobilização Coletiva

A aproximação das mães com o Coletivo se deu em diferentes épocas. Entre as participantes da pesquisa, Isa é a que está há mais tempo e pôde acompanhar a criação do coletivo, em 2014, quando durante o processo de acolhimento do filho se envolveu na leitura do livro “Mãe sempre sabe? Mitos e Verdades sobre Pais e seus Filhos LGBTs” da psicanalista Edith Modesto, e descobriu que o coletivo começou seus primeiros movimentos na casa da autora. No início, o grupo discutia as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e notícias de violência que repercutiram na mídia, como o caso da lâmpada¹⁴ que ocorreu na Paulista em 2010.

14

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/11/14/trauma-ainda-perturba-vitima-de-ataque-com-lampadas-em-sp.htm>

Isa: “Isso preocupou a gente, então a gente achou que era importante se unir. Então as famílias saírem do armário pra defender seus filhos, e foi isso que aconteceu e acontece dentro do grupo.”

Hoje o grupo está mais estruturado, tem psicólogos atendendo, voluntários. E muitas mães entrando todo dia.

Isa: “Ninguém é filho de chocadeira, eles têm os direitos de qualquer outro filho, (...) são cidadãos, pagam imposto e contribuem com a sociedade. E assim a gente começou a ver que as famílias foram se juntando e formou o coletivo enorme que tem hoje”

A segunda foi Sirlene, em 2017, e logo Cris em 2018. Nesta época houve uma enorme preocupação em relação aos rumos políticos do país, outro motivo pela busca de apoio.

Sirlene: “Eu descobri que eu era a mãe mais feliz do mundo, não porque eu tinha um filho gay, mas que com o meu sofrimento eu poderia ajudar as outras que estão sofrendo. Que eu poderia tirar esse peso que estava em mim, que eu achava que era sofrido, e correr para acolher mais as pessoas”

Cris: “Eu me apaixonei tanto pela questão de você poder apoiar outras famílias a saírem do armário entender os sentimentos que vem, o que acontece, como também com relação aos direitos das pessoas LGBTQIA+.”

Fabiana ingressou em 2019 e, mais recentemente, Renata e Mariana, ambas em 2021. Muitas mães chegam ao coletivo por meio de sites na internet, redes sociais ou ainda, pela Parada.

Renata: “Quando eu sentia alguma tristeza, alguma coisa assim, eu mandava lá no grupo. Alguém sempre falava alguma coisa, me animando.”

Mariana: “No grupo, eu via, eu pensava ‘nossa, essas pessoas moram na minha casa, não é possível’. Porque era isso, as histórias que elas contavam eram as mesmas que eu

contava. Então aí eu via o que elas falavam uma pra outra, tipo, olha, isso passa, ou então, olha, tenta isso, sem nenhum julgamento. E eu pensei, nossa, aqui é o melhor lugar que eu posso estar”

Evidencia-se um processo de reconhecimento mútuo, no qual experiências antes vividas de forma individual passam a ser compartilhadas e compreendidas coletivamente. Mesmo quando não se sentem representadas ou acolhidas em seus contextos sociais mais amplos, essas mães encontram no coletivo um espaço de encontro, pertencimento e articulação, capaz de aproximar pessoas que dificilmente se conheceriam fora desse ambiente. Sob a perspectiva da Etnomatemática, esse movimento pode ser compreendido como um processo cultural de produção de sentidos, no qual experiências, saberes e formas de agir sobre a realidade são compartilhados e ressignificados coletivamente. Nesse contexto, a participação no coletivo não apenas fortalece laços de solidariedade, mas também favorece a construção de novas formas de atuação social e política, transformando a experiência da maternidade em um compromisso coletivo de defesa de direitos, acolhimento e ativismo.

A partir da perspectiva de cultura proposta por Ubiratan D'Ambrosio, no âmbito do Programa Etnomatemática, compreende-se que os saberes são produzidos nas práticas cotidianas de grupos sociais, envolvendo modos de fazer, comunicar, organizar e significar o mundo. Nesse sentido, o coletivo Mães pela Diversidade pode ser entendido como um espaço de produção de saberes e práticas culturais próprias, construídas a partir de experiências compartilhadas de cuidado, acolhimento e luta por direitos.

Além disso, ao considerar que “não podemos pensar numa cultura estática” (D'Ambrosio, 2005, p.104), é possível compreender o Coletivo e também a Parada como parte de uma dinâmica cultural em constante transformação, marcada por processos de resistência, nos quais se buscam preservar e afirmar identidades e direitos.

As mães participantes da pesquisa, em sua maioria, possuem um cargo de liderança junto ao coletivo, Isa é coordenadora regional de Jundiaí. Fabiana é coordenadora regional do Rio de Janeiro. Renata e Sirlene assumirão o cargo de coordenadora e vice-coordenadora regional de Campinas, respectivamente, em 2026, e sendo Cris uma grande parceira das duas, por sua atuação como Assistente Social. Mariana atua no acolhimento de mães que procuram coletivo.

Mariana: “Eu sempre quis participar do acolhimento, pois é aquela mãe, pai que estão desesperados e eles entram em contato com a gente, e não necessariamente a pessoa vira parte do Mães, às vezes é só uma coisa de emergência”

Em relação ao cargo da coordenação, não é algo oficializado, que há um documento. As mães escolhem ou são escolhidas para a função.

Isa: “É, ele é simbólico, é voluntário, ninguém recebe nada por isso.”

Ressaltam a importância de atuações do coletivo, como em rodas de conversa. Aproveitam esses espaços sempre que podem. O coletivo iniciou com encontros casuais, que começaram a se tornar também espaços de discussão política. As mães passaram a exigir e cobrar direitos para seus filhos, começando com a divulgação de suas pautas a fim de denunciar o preconceito da sociedade.

Isa: “Mas foram muitos anos de trabalho”

As mães entrevistadas possuem uma percepção de que as participantes do coletivo, em geral, detêm um nível socioeconômico considerado alto, como a maioria das participantes dessa pesquisa. Dentre nossas entrevistadas reconhece-se apenas uma mãe negra, sem ensino superior. O coletivo ressalta então a necessidade de se aproximarem de mães em situação de maior vulnerabilidade social.

Cris: “Talvez a gente precise se aproximar mais desse grupo também, sabe?”

Outros serviços são prestados pelo Coletivo, tais como equipe jurídica e psicólogos.

Mariana: “tem a parte das psicólogas. Então, pessoas que estão passando por situações de emergência, elas atendem, ou então elas têm um atendimento regular com algumas vagas para mães”

Em 2025, três vereadores de Limeira propuseram medidas voltadas à proibição da presença de crianças na Parada LGBTQIA+ do município¹⁵.

Renata: “A advogada do Mães fez um documento pra mim, li todas as leis, as regras e foi muito bonito. Todas as pessoas que estavam, eles entenderam”

Então, com ajuda jurídica, o Mães conseguiu rebater a pauta desses vereadores e continuar com a participação das crianças no evento, o episódio repercutiu naquela Câmara Municipal por meio de canais de imprensa da cidade. Para o coletivo, a Parada do Orgulho constitui um espaço de visibilidade não apenas para pessoas LGBTQIA+, mas também para suas famílias. Ao ocuparem esse espaço público, as mães afirmam a legitimidade de seus vínculos afetivos e de suas formas de cuidado, contrapondo-se a discursos que historicamente buscaram invisibilizar ou deslegitimar essas experiências. Nesse sentido, a mobilização em defesa da participação das crianças na Parada pode ser compreendida como uma ação voltada à garantia do direito de existência, pertencimento e reconhecimento dessas famílias no espaço público.

Renata: “A comunidade LGBT, ela não só existe, como ela tem família, ela tem mãe, tem pai, tem avós, e nós vamos defender as nossas crias, né? E não é defender de qualquer jeito.”

Outra preocupação é reunir alianças com outros coletivos de mães, para fortalecer a luta.

Fabiana: “E hoje, então, eu acho que os coletivos de mães têm que caminhar juntas mesmo.”

Quando questionadas sobre que pautas devem ser prioridade para o coletivo, elencam diversas questões. Duas mães, Fabiana e Renata, explicitam questões relativas à Educação.

¹⁵ Parada LGBTQIA+ é tema de reunião da Comissão de Esporte, Cultura e Turismo da Câmara: https://www.limeira.sp.leg.br/noticias/view/2025-11-14_parada-lgbtqia-e-tema-de-reuniao-da-comissao-de-esporte-cultura-e-turismo-da-camara

Fabiana: Olha, eu acho assim, a questão da evasão escolar, que é gigantesca, é uma questão que atravessa todas as classes. E a troca de escola é uma coisa corriqueira. E esse problema segue até as universidades, de filhos largando o curso pelo tanto de transfobia que sofre. A questão da saúde, da população, a saúde, a pauta da infância trans e essa resolução do Conselho Federal de Medicina com relação aos bloqueadores, com relação aos hormônios, isso aí acho que tem que ser prioridade. As políticas públicas também, para a população LGBT, a questão da legislação mesmo, a gente não pode passar o resto da vida se apoiando no poder judiciário, a gente precisa de leis, a gente precisa caminhar para isso. A questão do estupro corretivo, a segurança das mulheres lésbicas, a questão da regulamentação e dos cuidados com a inseminação caseira é uma questão de saúde pública muito preocupante.

Renata: A oportunidade de estudar, de frequentar uma escola, por mais que tenha espaço, bolsa, mas eles ainda têm muito medo, medo da rejeição, medo da perseguição. Tinha que ter um trabalho, uma forma de que se sentissem protegidos para estar nos ambientes. Por exemplo, agora a gente tem a cota trans. A maioria não sabe. Para o gay, para a lésbica, é difícil, mas para a pessoa trans é muito mais difícil, sabe? A discriminação, a rejeição é muito maior. Eu conheço uma mulher trans quando ela chegou nessa idade, 55, 56, ela viu que ela era uma mulher trans e fez a transição. Eu estou falando de uma pessoa poliglota, engenheira, trabalhou no Japão por muitos anos. E sabe como ela vive hoje? Sozinha, em um apartamento, desempregada, rejeitada por toda a família. Emprego? Nunca mais. A gente precisa melhorar essas coisas. 'Ah, mas ela demorou muito'. Ela demorou o tempo que ela precisava. Ao contrário, eu vejo que ela ficou lutando todo esse muito tempo contra ela mesma.

Em relação às oportunidades de escolarização e inserção no mundo do trabalho para pessoas trans, merece destaque o Programa Transcidadania, desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo desde 2015. A iniciativa foi criada com o objetivo de promover a reintegração social de travestis, mulheres trans e homens trans em situação de vulnerabilidade, por meio da elevação da escolaridade, qualificação profissional e fortalecimento da cidadania (Conrado, 2019). Atualmente no site da Prefeitura de São Paulo, há uma página com a seguinte descrição sobre o Programa,

O Transcidadania promove a reintegração social e o resgate da cidadania para travestis e pessoas transexuais em situação de vulnerabilidade. Atualmente o programa possui 750 vagas. Utilizando a educação como principal ferramenta, as beneficiárias e os beneficiários do Programa recebem a oportunidade de concluir os ensinos fundamental, médio, superior e técnico, além de acessarem qualificação profissional e formação sobre direitos humanos e prática da cidadania por meio das atividades dos Centros de Referência LGBTI. O diferencial do Transcidadania, que o tornou destaque mundial por ser inovador, é a transferência de renda, por meio de pagamento de auxílio pecuniário, além de propor um atendimento integral aos direitos da população trans e travesti. Cada beneficiária(o) recebe acompanhamento psicológico, jurídico, social e pedagógico, durante os dois anos de permanência no programa. O Transcidadania é norteado por três principais eixos de atuação: autonomia, cidadania e oportunidades. (São Paulo, 2026, n.p.)

A relevância dessa política pública também aparece na pesquisa de Conrado (2019), realizada em uma escola municipal de Educação de Jovens e Adultos que acolhia estudantes vinculadas ao programa. Nesse contexto, o Transcidadania constitui não apenas uma política de acesso à educação e ao trabalho, mas também uma estratégia de enfrentamento das desigualdades historicamente vivenciadas por essa população.

Embora o programa permaneça em funcionamento e represente uma experiência consolidada no cenário brasileiro, observa-se que ainda são reduzidas as pesquisas que investigam seus impactos nos processos de escolarização, permanência e formação de pessoas trans, especialmente no campo da Educação Matemática. Nesse sentido, futuras investigações poderiam aprofundar a compreensão das experiências educacionais de participantes do Transcidadania, contribuindo para ampliar os debates sobre inclusão, diversidade e justiça social nos espaços escolares.

Outros temas que preocupam as mães são as questões relacionadas à saúde, principalmente de pessoas trans, e principalmente a necessidade do respeito, de modo geral.

Isa: Direito ao nome social. Direito a ser atendido pelo gênero que ela se entende dentro de um ambulatório. Não é porque não está oficializado, que pode desrespeitar o gênero que a pessoa se apresenta. Em Ribeirão Preto, conseguiram fundar lá o primeiro ambulatório de atendimento a pessoas trans, lá em Florianópolis, onde meu filho está, também existe. Então, são pessoas preparadas para atender essa população. E a LGBTfobia precisa ser equiparada como crime assim como a lei do racismo.

Renata: A gente precisa trazer as informações de forma mais clara, né? Por exemplo, agora novembro azul, próstata, o homem vai ter, o homem hétero e a mulher trans vai ter. A gente precisa falar que tem que tratar aqui, tem que ir lá fazer o exame. Mas e aí, quando

essa pessoa trans procura o ambiente? Como vai ser acolhida? Como vai ser tratada? Ou vai ser motivo de risada porque uma mulher está indo fazer um exame de próstata? E da mesma forma, as mulheres, né, hétero, que muitas também não procuram, e os que são homens trans hoje também não procuram, eu vejo que a gente tem que melhorar muito na saúde, muito, muito mesmo.

Cris: Eu acho que o trabalho da pessoa LGBTQIA+, mas principalmente com relação aos trans, que tem tanta dificuldade de conseguir trabalho, eu acho que isso é uma pauta importante, mesmo das questões, voltando pra questão dos trans, a importância de ter realmente locais que acolhem onde a pessoa possa fazer toda a hormonização, todas as questões de forma tranquila sabe isso eu acho que é importante.

Sirlene: Então, dentro do nosso grupo é só sobre os filhos. É só sobre isso. E quando a gente fala sobre eles, então, a nossa briga maior é o respeito. É o amor. Ao invés dos filhos ficarem trancados no armário, escondidos, o que a gente faz? A gente faz o contrário. Nós mães saímos do armário pra poder apoiar nossos filhos. Mas isso que é o intuito do Mães, é defender os seus filhos.

Mariana: Eu acho que é mais uma questão de respeito mesmo, sabe? Eu não gosto de falar de uma pauta, porque eu vou falar, qual é a pauta? Banheiro? Não, para mim a pauta não é banheiro, entendeu? Banheiro é um efeito, um reflexo do negócio, sabe? O nome, a questão do atendimento, sei lá, médico, né? Eu acho que é um respeito mesmo a quem se é.

4.5 Mães Pela Diversidade - Educação Matemática

Nesta seção procurei apresentar o ponto de vista das mães participantes do estudo, em relação às experiências comuns e posicionamentos do coletivo sobre vivências e propostas para a Educação Matemática, em particular.

Quando consultadas sobre se havia diferenças entre docentes e/ou disciplinas e se houve alguma experiência mais marcante, positiva ou negativa, duas mães relatam

experiências ruins ligadas a alguns docentes, e principalmente de matemática, quando se relacionam às vivências religiosas ou a certos posicionamentos políticos mais conservadores.

Renata: “Tinha um professor de matemática, evangélico, ele soltava coisas que ofendiam o meu filho. Mas sabe, uma forma de implicar com o jeito do meu filho ser”

Fabiana: “Na escola dos meus filhos, a experiência que eu estou tendo é de docentes de exatas muito de extrema direita”

E para a maioria das participantes houve uma experiência desagradável em relação ao comportamento dos docentes.

Sirlene: “Teve um professor que gritou com meus filhos”

Isa: “Eu acho que uma das questões que fez ele não gostar de matemática é porque ele tinha uma professora muito ausente, até foi afastada da escola por questões de agressão”

Em relação à matemática, quando questionadas sobre como foi o envolvimento de suas filhas com esta disciplina ao longo da trajetória escolar, Fabiana e Renata relatam sobre o mal desempenho de suas filhas.

Fabiana: “Minha filha repetiu um ano por conta da matemática. E o meu filho, ele até passou direto esse ano, mas com muito esforço”

Renata: “Nenhum dos dois era bom de matemática. Nenhum dos dois. Acho que a minha filha foi um pouco melhor. Mas agora você falando exatamente da matemática, eu percebo assim, por aqueles que estão mais próximos de mim e pelos meus filhos, exatas parece que é menos escolhida pelo público LGBT”

Ainda nesta questão do envolvimento com a matemática, para Mariana, a influência também está relacionada às questões externas à escola.

Mariana: “Eles [estudantes] vêem todos os desenhos, séries e tudo mais, principalmente as meninas falando que não gostam, que vão mal [em matemática]”

Com relação às possibilidades da educação matemática colaborar com a causa, para as mães participantes, ela pode contribuir na luta contra as discriminações e desigualdades de gênero e sexualidade, promovendo rodas de conversa, independente da disciplina. Nesse sentido, algumas pesquisas têm se voltado para práticas docentes e estratégias de ensino que contribuam para o rompimento da (re)produção de cisheteronormas pela Matemática, não apenas no âmbito das pesquisas acadêmicas, mas também nas aulas desenvolvidas nos contextos escolares (Detoni; Guse; Waise, 2022). Em direção semelhante, Rodrigues (2021) propõe um curso de extensão voltado à formação docente que oportuniza intervenções e reflexões sobre essas temáticas, fundamentado em uma concepção humanizadora da educação e no desenvolvimento da criticidade.

Isa: “Rodas de conversa, para discutir. Acho que os professores podem usar isso também, né? De você discutir e fazer o aluno pensar. E falar assim, você desenvolve um problema, você reflete sobre ele, você age em cima dele, você cria teoria e você aplica. Isso é interessante, é uma forma de você colocar esse assunto dentro de um grupo. O professor, no papel de professor, pode contribuir para essas discussões de luta contra a discriminação, contra a desigualdade.”

Cris: “Eu acho que é fazer pesquisas e mostrar pesquisa de algum tema que mostre, nessa linguagem da matemática. O que existe ainda de recurso, que são poucos, sabe? Pra que eles [estudantes] enxergassem um pouco mais da realidade em si. Mas tem possibilidade, assim como qualquer outro professor.”

Fabiana: “Começar acolhendo um pouco melhor, parar de botar a vida dessa forma exata, né, se ampliar um pouco o leque, se flexibilizar um pouco. Talvez, se fizesse mais dinâmicas em grupo, entrosasse mais o aluno LGBT com o outro que não é, poderia, nessa integração também”.

Enfatizam que a matemática precisa ser mais acolhedora. Tal acolhimento parece se referir à construção de práticas pedagógicas e relações escolares que reconheçam a diversidade das experiências estudantis. Assim, uma matemática acolhedora é aquela em que estudantes LGBTQIA+ não precisam lidar com comentários discriminatórios, estereótipos de gênero ou posturas docentes que reforcem exclusões. Trata-se de fazer com que a matemática seja uma disciplina capaz de promover o diálogo, valorizar diferentes formas de existência e criar condições para que estudantes se sintam pertencentes ao ambiente escolar.

Renata: “Eu penso que vai mais não da matéria, mas mais da pessoa. é possível você fazer essa aula de matemática humana. Trazer uma aula leve. E envolvendo as pessoas dessa aula. Que em qualquer matéria é possível.”

E fazem críticas em relação à postura de só ensinar os conteúdos. Nesse sentido, o acolhimento aparece associado não apenas ao ensino dos conteúdos, mas à construção de um espaço educativo em que respeito, escuta e reconhecimento das diferenças sejam elementos constitutivos das práticas pedagógicas. Promover debates e abordar questões sociais, pode envolver mais os estudantes durante a aula.

Sirlene: “Teria que ter umas temáticas aí, elaborar algumas coisas. Incluir matemática junto com isso. Não é só ‘vou te ensinar só isso daqui vou fazer só isso daqui’. Não. Eu acho que deveria ter uma melhoria e, com certeza, ia ser muito legal. Porque ia incentivar a nossa galerinha.”

De certo modo, parece haver certa percepção de que a ciência exata masculina também desestimula estudantes que não são homens. Mariana possui a percepção de que as ciências exatas têm uma “cara” masculina, faltam modelos para que esses estudantes possam se inspirar.

Isa ressalta a importância de conexões mais interdisciplinares fazendo referência aos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Isa: “Há tempos atrás foi publicado os temas transversais dos parâmetros que aí uma matéria chamava a outra e iam discutindo juntas, geografia, história, literatura, matemática.

Os professores discutiam como eles poderiam introduzir isso nas suas matérias, isso era um programa muito interessante. E isso é possível, essa integração.”

Enfatiza que, se não houver uma diretriz educacional voltada para essa discussão, o docente não consegue fazer muita coisa, mesmo quando há boa vontade.

Isa: “Se não tem apoio, uma estrutura ali te apoiando, fica difícil trabalhar. Para qualquer coisa. É que às vezes a gente tem que cumprir as coisas que vêm de cima, não é nem a categoria do professor.”

As relações de gênero, sexualidade, religião e política atravessam as experiências escolares e, conseqüentemente, a relação que estudantes LGBTQIA+ estabelecem com a matemática e com seus docentes.

As narrativas das mães indicam que as experiências de seus filhos e filhas com a Matemática não são constituídas apenas pelos conteúdos escolares, mas também pelas relações estabelecidas com docentes e pelos valores que atravessam o ambiente educacional. Ao relatarem experiências negativas com docentes da área, as participantes frequentemente associam tais situações a posicionamentos religiosos conservadores, visões políticas de extrema direita ou a práticas pedagógicas marcadas pela ausência de acolhimento e diálogo. Para elas, essas experiências acabam influenciando a relação que estudantes LGBTQIA+ constroem com a disciplina.

Renata: “Eu como uma mãe pela diversidade, eu junto com as minhas companheiras, com as minhas amigas, nós vamos continuar lutando. E eu espero que a gente consiga alcançar esse espaço na escola acolhedor para todos, para todos, independente de gênero. Eu acho que precisa disso. E olha, depois de pensar na matemática, eu quero que a matemática, física, química também seja poética.

4.6 Por uma Educação (Matemática) acolhedora

Os relatos sugerem que a Matemática não se configura como um espaço neutro, dissociado das questões sociais e culturais presentes na escola. Embora as situações narradas

nem sempre estejam relacionadas diretamente ao conteúdo matemático, elas revelam que as relações de gênero e sexualidade atravessam o cotidiano das aulas e influenciam as experiências dos estudantes. Tal compreensão pode ser ampliada a partir das contribuições de Viviane Vergueiro (2016), que propõe a cisgeneridade como uma norma social e política responsável por produzir determinados gêneros como naturais, legítimos e desejáveis, ao mesmo tempo em que marginaliza expressões que escapam a tais expectativas. Nessa perspectiva, as experiências relatadas pelas mães podem ser compreendidas não apenas como atitudes individuais de determinados docentes, mas como manifestações de uma cisnormatividade que atua na definição dos modos considerados adequados de ser, agir e se expressar no ambiente escolar.

Em diálogo, Luma Nogueira de Andrade (2012) demonstra que a escola constitui um importante espaço de regulação dos corpos e das expressões de gênero. Ao investigar as experiências de travestis na educação básica, a autora evidencia que práticas, normas institucionais e relações cotidianas frequentemente operam a partir de pressupostos heteronormativos, produzindo mecanismos de vigilância, controle e exclusão. Dessa forma, as narrativas das mães permitem perceber que as dificuldades enfrentadas por estudantes LGBTQIA+ nas aulas de Matemática não podem ser compreendidas isoladamente da cultura escolar na qual estão inseridas, uma vez que as relações estabelecidas em sala de aula também participam da produção e da manutenção dessas normas.

Tal compreensão aproxima-se das análises de Fernandes (2023), que identificou a presença de práticas heteronormativas nas interações estabelecidas por docentes de Matemática. Em uma das entrevistas analisadas pela autora, um docente afirma utilizar “brincadeiras de viadagem” como estratégia para aproximar-se dos estudantes homens, considerando essa prática uma forma de tornar as aulas mais atrativas.

Eu acho mais difícil dar aula pra meninas do que dar aula pra meninos. Não sei se é porque eu sou homem, mas aula pra meninas, o que que acontece? Elas se empolgam com determinado fato mais fácil do que os meninos, não generalizando, mas é o que eu percebo no dia a dia. Então, se, de repente uma menina fala: “—Professor, não entendi nada”. Oito, nove meninas vão falar a mesma coisa. Certo? Agora, se numa sala está dividida, ou tem talvez até mais meninos “—Professor, eu não entendi”, eu não vejo esse alvoroço também de falar que não entendeu. Eu vou até a carteira da pessoa e explico. Quando, nessa sala, eu percebo que há uma certa generalização, elas começam... o que uma fala, todos falam. O que um reclama, todos reclamam. Um que elogia, todos ficam quieto. Então, na parte de reclamação, eles afloram, a parte do elogio ficam quieto. É isso que eu percebi com essas diferentes turmas. Trabalhar com uma sala cinquenta por cento, cinquenta por cento é mais fácil do que trabalhar com uma sala que tem mais meninas do que meninos. Trabalhar numa sala que tem mais meninos do que meninas, certo? É mais fácil, com a metodologia que eu uso do que trabalhar com uma sala que tem mais

meninas. Por quê? Conforme eu fui evoluindo e tendo experiências empíricas, não científicas, como professor, eu fui procurando meios alternativos de chamar atenção dos alunos, de uma forma que eles participassem mais da aula, eles tivessem uma interatividade maior. E uma dessas alternativas que eu descobri é de fazer algumas brincadeiras com meninos, que não sendo preconceituoso, eu não posso falar determinadas coisas quando as meninas estão perto. Então, lógico que eu não falo alto. Mas eu falo perto de um grupo de meninos que estão ali entre aspas, eu não vou falar a mesma coisa pra menina. Entre aspas eu falo besteira. Mas é uma forma de aquele aluno que estava distante já não me vê mais como um professor chato. Pode me ver com o professor legal que fala besteira com ele. E isso começou a chamar a atenção desses alunos para eles participarem mais das aulas. Então, isso foi uma alternativa que eu encontrei de ser o cara que fala um pouquinho de besteira para os alunos em tom de brincadeira, nada de xingar aluno, mas um tom de brincadeira, certo? Percebendo, pedindo autoridades, sabendo que o menino, por exemplo, é hétero, a gente faz alguma brincadeira de viadagem ali com o menino e isso chamou a atenção para que eles participassem mais. E por que que não dá pra fazer desse jeito com menina? Apesar de ter aí no meu modo de vista, uma sociedade muito mais evoluída, mas eu ainda considero que a vivência que nós temos com o público que nós temos um público masculinizado. Não posso falar que é machista. Masculinizado. [...]. (Trecho de entrevista realizada com o Professor 4, realizada no dia 26 de abril de 2022, destaque da autora). (Fernandes, 2023, p. 107)

O trecho evidencia que a heteronormatividade não se manifesta apenas por meio de discursos explicitamente discriminatórios, mas também em práticas aparentemente corriqueiras, naturalizadas no cotidiano escolar. Ao utilizar a homossexualidade como elemento de brincadeira entre meninos, o professor reafirma determinadas normas de masculinidade e produz fronteiras simbólicas entre formas legítimas e ilegítimas de expressão de gênero e sexualidade. Da mesma forma, ao atribuir características específicas às meninas e aos meninos, reforça expectativas de gênero que contribuem para a manutenção de desigualdades historicamente associadas às áreas das ciências exatas.

As reflexões das mães caminham nessa mesma direção ao questionarem a imagem da Matemática como uma área exclusivamente técnica ou restrita ao ensino de conteúdos. Para elas, uma educação matemática mais acolhedora exigiria a incorporação de debates sobre diversidade, desigualdades e discriminações, bem como a valorização de práticas pedagógicas capazes de aproximar os estudantes de suas próprias realidades. Nesse sentido, a defesa de uma “matemática humana”, como expressa por Renata, não implica abandonar os conhecimentos matemáticos, mas reconhecer que os processos de ensino e aprendizagem são produzidos em contextos sociais atravessados por relações de poder, gênero, sexualidade, raça e classe.

As falas das participantes evidenciam uma compreensão ampliada do papel docente, aproximando-se da crítica formulada por Andrade (2012) às práticas escolares que se limitam à reprodução de normas e conteúdos sem considerar as experiências concretas dos sujeitos.

Ao defenderem espaços de diálogo, acolhimento e discussão sobre desigualdades, as mães apontam para a necessidade de uma Educação Matemática comprometida não apenas com a aprendizagem de conceitos, mas também com a construção de ambientes escolares mais inclusivos e democráticos.

Assim, as narrativas sugerem que pensar a Educação Matemática para além dos conteúdos disciplinares constitui uma questão relevante para a área. Se as práticas heteronormativas e os estereótipos de gênero estão presentes no cotidiano das aulas, também se torna necessário refletir sobre as possibilidades de construção de espaços mais inclusivos, nos quais estudantes LGBTQIA+ possam estabelecer relações mais positivas com a escola e com a própria Matemática. Nessa perspectiva, a heteronormatividade não está na Matemática em si, mas nas práticas pedagógicas, nas relações e na cultura produzida em torno da disciplina.

A matemática é atravessada por mecanismos de cisnormatividade, heteronormatividade e regulação dos corpos, mesmo quando o conteúdo matemático em si não aborda gênero ou sexualidade. Nesse sentido, pensar uma Educação Matemática comprometida com a diversidade implica reconhecer que os processos de ensino e aprendizagem são atravessados por questões de gênero, sexualidade, raça e outras formas de diferença que constituem a vida.

V.T.I

Por muito tempo achei que a questão era descobrir qual palavra me definia corretamente. Não-binária. Gênero-fluido. Agênero. Eu girava em torno dessas possibilidades como quem tenta encontrar uma porta específica em um corredor escuro. Às vezes uma parecia fazer sentido por alguns dias; depois deixava de caber. Inúmeras vezes fiz esse processo de retornar para o início.

Hoje percebo que talvez eu estivesse tentando traduzir uma experiência muito maior do que as categorias disponíveis. O pensamento antigo não desapareceu. Ele só mudou de forma.

Não me sinto mulher. Mas também não sinto mais necessidade de explicar isso o tempo inteiro. Existe um cansaço em precisar tornar inteligível algo que, para mim, nem sempre passa pela linguagem. Eu sei o que não sou com mais clareza do que sei o que sou. E, estranhamente, isso já não me angustia tanto.

Acho que me aproximo mais da ageneralidade. O gênero acontece mais para o outro do que para si. Meu gênero se sentiu muito mais expansivo quando eu dei mais espaço para o meu corpo.

Mesmo assim, continuo sendo lida pelas pessoas. E talvez sempre vá ser.

As pessoas olham para mim e entendem alguma coisa antes mesmo que eu fale. Às vezes sou mulher, outras sou homem, Raramente dúvida. Quase ninguém pergunta; as pessoas classificam. Eu também faço isso o tempo inteiro com os outros, mesmo tentando desaprender. Talvez porque viver socialmente seja justamente atravessar interpretações que nunca controlamos completamente.

E tudo bem.

Isso é uma das coisas que mudaram dentro de mim: eu não me incomodo mais com a leitura que fazem. Não porque ela esteja certa, mas porque ela não me captura inteira. Existe uma diferença entre ser percebida de uma maneira e existir somente naquela maneira. Meu gênero não cabe completamente no entendimento social que fazem de mim. Às vezes o silêncio me parece mais honesto do que uma longa explicação que ninguém realmente quer compreender.

Talvez eu retifique meus documentos algum dia.

Também reconheço os privilégios do corpo que habito. Eu não tenho um corpo entendido socialmente como dissidente. Não sofro os riscos que outras pessoas trans e não-binárias sofrem diariamente. Poucas senti necessidade de alterar meu corpo. Nunca experimentei o medo constante de existir em determinados espaços. Há uma violência que

atravessa outros corpos de maneira muito mais brutal do que atravessa o meu, e eu sei disso.

Mas a ausência dessa violência não produz automaticamente pertencimento.

Porque existir sem se reconhecer totalmente no gênero atribuído ainda cria uma espécie de distância difícil de nomear. Uma sensação de habitar algo que funciona socialmente, mas não internamente.

E talvez o mais estranho seja perceber que, no fundo, quase nada do que usamos para definir gênero parece realmente sustentá-lo. Pensando em fazer essa escrita, me deparei com um post do instagram de luka @_lukkam, travesti não-binária, em que coloca a heterossexualidade em cheque, e diz que "Estética não define gênero. Genitália não define gênero. Comportamento não define gênero. Roupa, voz, cabelo, maquiagem, nome, pronome..." nada disso garante alguma verdade essencial sobre alguém. Ainda assim, seguimos olhando para as pessoas e concluindo imediatamente o que elas são.

E seguindo com a ideia do post, a heterossexualidade depende exatamente disso: da necessidade de acreditar que é possível reconhecer, de forma estável, quem é homem e quem é mulher. Como se o desejo precisasse dessa certeza para continuar funcionando sem fissuras.

Mas eu virei fissura.

E talvez seja por isso que hoje a dúvida já não me dói da mesma forma. Não preciso mais encontrar uma definição perfeita para existir. Os corpos não vieram ao mundo para caber completamente nas palavras inventadas.

Esta Escrita Outra tem tempo indeterminado de validade, pode ser equivalente ao seu tempo de chegar até esta leitura.

5 OUTROS MODOS DE EXISTIR, EDUCAR E RESISTIR

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”

Provérbio Africano Banto e Iorubá

A partir do que foi apresentado em termos das análises das vozes e narrativas de nossas participantes, individualmente e, coletivamente pela luta e experiência construídas em conjunto, neste capítulo final, procurei retomar o caminho da pesquisa e evidenciar resultados e respostas para o problema inicial da investigação que foi: *Como questões relativas a gêneros e sexualidades são mobilizadas pelas perspectivas e ações de mães de pessoas LGBTQIA+ organizadas em coletivos, em relação às vivências sociais e escolares com a matemática de suas filhas?*

Ao longo desta dissertação, fiz uso de uma escrita que tensiona o masculino genérico e, quando necessário, recorre à neolinguagem. Conforme apresentado na introdução, essa opção foi atravessada por experiências anteriores e pela compreensão de que as formas pelas quais escrevemos também participam daquilo que pode ser dito, nomeado e reconhecido em uma pesquisa.

Ao buscar evitar o masculino genérico, utilizar termos não marcados por gênero e respeitar as formas de autodeclaração das pessoas participantes, fui também confrontada com os limites e as possibilidades da língua portuguesa para narrar experiências atravessadas por gênero e sexualidade. Nesse sentido, a linguagem não esteve dissociada do objeto desta pesquisa: ela também compôs o caminho pelo qual procurei produzir e apresentar as narrativas das mulheres-mães e de suas filhas. No entanto, é natural reconhecer que uma escrita totalmente apoiada na neolinguagem tem seus desafios, especialmente no uso da língua portuguesa, de modo que há descontinuidades neste processo de escrita ao longo do texto.

Esse movimento permitiu compreender que escrever de outras maneiras exige mais do que substituir determinadas palavras ou adotar determinadas terminações. Exige atenção constante às pessoas que são nomeadas, às relações que se estabelecem por meio da linguagem e aos modos pelos quais determinadas formas linguísticas podem reafirmar ou tensionar normas sociais. Assim, a opção pela neolinguagem, quando mobilizada nesta dissertação, constituiu-se também como uma tentativa de produzir uma escrita coerente com o compromisso político e epistemológico assumido ao longo da pesquisa. Escrever de outra

maneira, portanto, não significa alcançar uma linguagem plenamente neutra ou universal, mas assumir que toda escrita é situada e que, justamente por isso, pode ser tensionada, reinventada e produzida de outros modos.

O início de nossa investigação teve como ponto de partida o interesse em compreender as experiências de mães de pessoas LGBTQIA+, especialmente os modos pelos quais a maternidade se constitui em contextos atravessados por questões de gêneros e sexualidade. Buscou-se, nesse movimento, compreender como essas mulheres elaboram estratégias de acolhimento, cuidado, defesa de direitos e participação coletiva, bem como os efeitos dessas ações nas trajetórias sociais e escolares de seus filhos, incluindo suas relações com a matemática e com a Educação Matemática. Para isso, o desenho inicial da pesquisa previa uma aproximação mais intensa com o coletivo, inspirada em perspectivas etnográficas, de modo a acompanhar encontros, atividades e dinâmicas cotidianas desenvolvidas pelas participantes. Porém como discutido no capítulo 3, no decorrer do estudo e aproximação com o Coletivo MPD que se configurou como campo da pesquisa, foi possível constatar os distanciamentos entre o tempo da academia e da dissertação e o tempo da vida cotidiana, das mães e suas lutas. Tal distanciamento também se deu pelo fato de que os coletivos operam em ambientes menos estruturados do que outros espaços comuns e institucionalizados presentes na maioria das pesquisas, tais como escolas, universidades, sistemas e instituições públicas ou privadas. Mas operam nos tempos da vida, nas discontinuidades, nos encontros possíveis, nas mobilizações que emergem das experiências concretas vividas pelas integrantes.

Da necessidade de se ajustar a esse contexto, a metodologia configurou-se como um movimento de acomodação entre pressupostos da pesquisa etnográfica (Peirano, 2024) e a pesquisa narrativa (Polkinghorne, 1995; Bruner, 2002; Clandinin; Connelly, 2000), que alinhada à revisão sistemática da literatura e a descrição das produções do coletivo, desenharam as estratégias para o desenvolvimento do estudo na busca por alcançar seus objetivos.

Em termos das referências teóricas, a Etnomatemática se configurou como um bom modelo teórico para compreender as relações de poder, as influências culturais dos tempos e estruturas sociais que afetam a sociedade e a escola, assim como as estruturas privadas familiares, a igreja e os posicionamentos políticos que afetam os processos de acolhimento e de violências vividas e manifestadas pelas narrativas dessas mães.

Assim, a dimensão política da Etnomatemática, no sentido proposto por D'Ambrosio, permitiu-nos compreender e reconhecer de que modo determinadas estruturas sociais, culturais e institucionais podem afetar a produção, a circulação e o reconhecimento de conhecimentos. Ao discutir os processos históricos de dominação, o autor evidencia que grupos subordinados frequentemente têm seus modos de explicar, interpretar e agir sobre a realidade deslegitimados ou invisibilizados. (D'Ambrosio, 2019). Nesse sentido, as experiências das mães participantes desta pesquisa permitem refletir sobre como saberes produzidos em torno do cuidado, da diversidade sexual e de gêneros, da defesa de direitos e das estratégias de enfrentamento às discriminações nem sempre encontram reconhecimento nos espaços institucionais, especialmente na escola. Ao mesmo tempo, o coletivo constitui-se como um espaço de fortalecimento dessas experiências, possibilitando a partilha de conhecimentos, a construção de pertencimentos e a produção de formas coletivas de resistência.

Em termos do debate de gêneros-sexualidade e maternidades, o levantamento bibliográfico mostrou-se muito importante para compreendermos os avanços já produzidos nesse campo, bem como as lacunas que ainda persistem nas pesquisas. A análise dos estudos evidenciou a necessidade de ampliar e diversificar as investigações sobre as maternidades, considerando suas múltiplas dimensões e os diferentes marcadores sociais que atravessam essa experiência. Nesse sentido, torna-se fundamental fomentar pesquisas que articulem maternidades, gêneros, sexualidades e Educação Matemática, de modo a produzir compreensões mais abrangentes acerca dos impactos dessas vivências nos processos educativos. Ao evidenciar tanto as contribuições já existentes quanto os silenciamentos presentes na literatura, este levantamento reforça a relevância de consolidar uma agenda de estudos que reconheça as maternidades como uma categoria analítica potente para a compreensão das dinâmicas educacionais e sociais.

Ressalta-se a relevância das produções desenvolvidas pelo *MatematiQueer*, bem como das pesquisas publicadas em iniciativas recentes dedicadas às discussões de gênero e sexualidade na Educação Matemática, como a edição especial de 2024 da Revista Perspectivas da Educação Matemática, anteriormente mencionada. Também merecem destaque eventos acadêmicos específicos da área, como a primeira e a segunda edições da Escola de Estudos de Gênero e Sexualidade em Educação Matemática, realizadas em 2024 e 2025, respectivamente. Porém, ainda assim, dada a urgência justificada em relação ao tema,

faz-se necessário o aumento das ações e pesquisas da área que promovam a interface com os temas aqui anunciados, entre eles: o reconhecimento da potência das maternidades, a formação de docentes, a visão de docentes sobre o tema, a estrutura das escolas para acolher e lidar com denúncias e a produção de materiais formativos as famílias e aos docentes.

Neste sentido, esta pesquisa procurou defender a formação docente como elemento central e estruturante para o enfrentamento das questões de diversidade no espaço escolar, especialmente no que se refere às discussões de gênero e sexualidade. Algumas pesquisas já fazem o mesmo, Taveira e Peralta (2021), ao analisarem reformas curriculares implementadas em países latino-americanos, especialmente Brasil e Chile, discutem em que medida os cursos de formação de docentes de Matemática têm contemplado questões relacionadas a gênero e sexualidade. Em direção semelhante, Martins (2021), ao analisar documentos curriculares de um curso de Licenciatura em Matemática no Brasil, evidencia a necessidade de uma formação que articule conhecimentos matemáticos e discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade. Conrado (2019), por sua vez, investiga como se caracteriza a atuação de diferentes sujeitos da escola, incluindo docentes, em relação ao lugar das diferenças culturais no currículo de Matemática, evidenciando os desafios e as possibilidades de construção de práticas mais sensíveis à diversidade. De modo complementar, a pesquisa já citada de Guse (2022) destaca que a Educação Matemática não se constitui como um campo neutro em relação às questões de gênero e sexualidade, defendendo a construção de espaços formativos capazes de problematizar normas cisheteronormativas que atravessam as práticas escolares.

Como evidenciado nas falas das mães, a escola, a sala de aula e o docente constituem-se como um lugar privilegiado de observação das crianças e adolescentes, justamente por serem agentes e espaços institucionalizados que se configuram como palco de convívios e manifestações autênticas de estudantes, deslocados do ambiente familiar, que pode muitas vezes ser um lugar de opressão e silenciamento das vivências LGBTQIA+. Nesse sentido, a atuação do docente não pode se apoiar apenas na sensibilidade individual, mas necessita de uma formação sólida e continuada que possibilite o embasamento teórico e metodológico para lidar com situações que emergem cotidianamente. A ausência dessa formação fragiliza as práticas educativas e limita a possibilidade de um trabalho intencional e crítico sobre a diversidade, especialmente em áreas como a matemática, que historicamente não têm sido associadas a essas discussões.

Em relação ao encontro com as mães, esses foram marcados pela escuta de suas trajetórias, experiências e lutas cotidianas, permitindo reconhecer a complexidade das vivências que atravessam a maternidade de filhos LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, possibilitaram ampliar a compreensão acerca dos processos de acolhimento, pertencimento e mobilização construídos no interior do coletivo, evidenciando como experiências inicialmente vividas de forma individual passam a ser compartilhadas, ressignificadas e transformadas em ações coletivas de apoio e defesa de direitos.

Nesse movimento de escuta e diálogo com essas mães, as narrativas produzidas evidenciam vivências marcadas por violências, opressões e diferentes formas de controle dos corpos, dos afetos e das existências. Ao mesmo tempo, revelam experiências de apoio, acolhimento e solidariedade construídas nas famílias, nas escolas e, por vezes, em espaços considerados inesperados, como comunidades religiosas, pastores e outros agentes que se colocaram ao lado dessas famílias. Um aspecto que atravessa todas as histórias é a presença do sofrimento, que se manifesta de diferentes formas ao longo das trajetórias narradas. Em determinados momentos, é o filho ou a filha quem sofre com a discriminação, a exclusão ou a violência; em outros, são as mães, os pais ou todo o núcleo familiar que vivenciam os impactos dessas experiências. Contudo, de modo igualmente recorrente, as narrativas mostram que, em algum momento do percurso, surge também uma experiência de acolhimento. Seja por meio de familiares, educadores, profissionais ou integrantes da comunidade, esse apoio torna-se fundamental para a construção de caminhos de permanência, resistência e afirmação da vida.

Por outro lado, há uma lacuna a ser registrada, que diz respeito às experiências aqui descritas se restringem a um grupo social marcado por uma classe econômica de maior instrução e maior poder aquisitivo, que tem repertório para reivindicar direitos e exigir mudanças. Com isso, a problemática vivida por mães LGBTQIA+ de grupos socioeconômicos desprivilegiados, reconhecidos pelos marcadores de raça e classe, não aparecem nas narrativas. Logo, o estudo evidencia que as experiências escolares não podem ser compreendidas de forma homogênea, uma vez que são atravessadas por marcadores sociais como classe e raça, o que impacta diretamente a forma como as famílias LGBTQIA+ vivenciam e interpretam os processos escolares. Observa-se que o coletivo participante da pesquisa é majoritariamente composto por sujeitos de nível socioeconômico elevado, o que tensiona a necessidade, apontada pelas próprias mães, de ampliação do diálogo com famílias

em contextos de maior vulnerabilidade social. Essa lacuna revela um importante recorte de classe que atravessa as vivências com a diversidade sexual e de gênero, especialmente quando se consideram famílias negras e periféricas, cujas experiências podem ser ainda mais marcadas por desigualdades estruturais e por diferentes formas de acesso à escola e aos bens culturais.

Assim, torna-se fundamental que pesquisas e práticas educativas avancem no sentido de compreender essas interseções, conforme propõe Megg Rayara (2017), ao demonstrar que os processos de exclusão e pertencimento vividos não podem ser compreendidos a partir de um único marcador social, evitando generalizações e reconhecendo a pluralidade de vivências dentro da comunidade LGBTQIA+, de modo a construir uma educação inclusiva em sua totalidade, crítica e socialmente comprometida.

Como problematiza Gondim (2023), “a Matemática se estabelece como uma racionalidade, constituindo-se em uma forma de governamentalidade das subjetividades na sociedade contemporânea” (p. 01), e respondo a pergunta título do artigo, “A Matemática está em tudo?”. Não, a Matemática não está em tudo, mas tudo precisa estar na matemática, temática de gênero, sexualidades, maternidade e interseccionalidade precisam estar na Matemática.

Para finalizar, apresento uma narrativa feita neste momento final, mas que realiza um movimento de retorno, em que na condição de filha, opto por realizar uma entrevista com minha própria mãe, seguindo as três primeiras perguntas do roteiro (ANEXO A). Esta narrativa demonstra certa consonância desta voz com as demais narrativas das participantes da pesquisa.

Mãe

Ela já tinha mais de 30 anos e não mais esperava que ia ser mãe. Teve a primeira gestação aos 31, do filho transexual. A segunda, aos 38, gerou uma filha, lésbica. Criou as crianças praticamente sozinha, viveu com o primeiro marido por quatro anos com quem teve o primeiro filho e depois de um tempo, reencontrou um ex-namorado, com quem teve a filha mais nova.

Gerar.

Zelar.

Cuidar.

Proteger a vida humana.

Foi muito gratificante ser mãe.

Um problema de saúde a afetou, preocupou bastante na primeira gravidez. Conseguiu se manter mais saudável, até mesmo mentalmente falando. Claro que houve intercorrências, mas nada que afetou a saúde das crianças.

Na segunda, eu achei que foi mais tranquilo.

A descoberta do gênero do filho e da orientação sexual da filha não foi bem uma descoberta, pois não havia nada escondido para se descobrir.

Quando você descobre uma coisa, pra mim, é como se uma coisa tivesse escondida. E, na verdade, eu acho que eu nunca me senti que eles escondessem nada de mim.

O filho e a filha foram vivendo, crescendo e compartilhando a vida até o momento em que se confirmou gênero e orientação sexual.

Confirmação é a palavra certa.

O que mais tinha medo é que saíssem na rua e voltassem com o olho roxo, ter que precisar socorrer no hospital após alguma demonstração de afeto em público com as parceiras, como beijar ou até mesmo só andar de mãos dadas. Ou chegarem em casa chorando, por um ataque LGBTQfóbico.

Então, eu tinha muito medo de que acontecesse isso.

Aos quase 63 anos percebe que viveu em um tempo em que ser homossexual resultava em uma exclusão total da pessoa na sociedade.

E ainda hoje tem que cavar a força, um espaço na sociedade, quando dele pertence naturalmente esse espaço.

O acolhimento de pessoas de fora do núcleo principal familiar é secundário.

A família tem que fazer esse acolhimento e as pessoas têm que respeitar.

Gerar um ser.

Trazer ao mundo.

A palavra 'Mãe' já traz a questão de proteger.

E a gente não escolhe o filho que a gente quer.

É um amor que é incondicional.

Vai além de aceitar.

Vai além de respeitar.

A proteção abrange um amor que é incondicional.

O amor incondicional de mãe.

A gente tem que andar assim, com o filho abraçado na rua, acompanhar os estudos, acompanhar a escola, verificar se a escola é uma escola que bate com seus valores, se não tem bullying.

É necessário ter muita conversa entre mãe e filho. Pelos menos quando é criança, é preciso deixar esse canal do diálogo aberto para a aceitação, proteção e da firmeza de caráter e dos valores.

Que as mães acolham essas crianças.

As mães precisam ter a habilidade para preparar o filho para a vida, com estudo, com educação, é fundamental.

Educação transforma.

O primeiro berço.

Acarinhar.

Criar.

Porque não vai fazer diferença, eles vão pagar as contas, vão pagar os boletos, vai estudar, vai pegar ônibus ou não, do mesmo jeito que os demais, então é aceitar naturalmente as coisas como são, natural, e não criar obstáculos. Preconceituar uma criança que pode vir a ser uma pessoa extremamente formidável? Tem toda uma vida pela frente, tem todo um caminho para traçar, que pode se demonstrar um ser humano impressionantemente maravilhoso.

REFERÊNCIAS

- ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.
- ALMEIDA, Gioni Caê. **Manual para uso da Linguagem Neutra na Língua Portuguesa**. Disponível Online, 2020.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.
- BRUNER, J. **Atos de significação**. 2. ed. Trad. Sandra Costa. São Paulo: Artmed, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 1a Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAETANO, Marcio. **Performatividades reguladas: heteronormatividades, narrativas biográficas e educação**. Curitiba: Appris, 2016.
- CARDOZO, Rafaela Barbosa; FARIAS, Gerson dos Santos. **Maternidade e Matemática: um movimento de luta**. In: Anais da Escola de Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática. Anais...Rio de Janeiro (RJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/e2gsem/847074-MATERNIDADE-E-MATEMATICA--UM-MOVIMENTO-DE-LUTA>. Acesso em: 01/12/2025
- CARNEIRO, Elisabeth Souza. **Maternagem nas narrativas de uma professora de matemática em um blog**. 2023. 93f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.
- CARREIRA, Denise. **Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda da diversidade nos governos Lula e Dilma**. São Paulo: *Ação Educativa*, 2017.
- CASSIANO, Ophelia. **Guia para “Linguagem Neutra”, (PT – BR)**, 2019. Disponível em: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>. Acesso em: 16 de janeiro de 2026.
- CAVALCANTE, Emanuel Bernardo Tenório. **O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares**. Fronteiras, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 196–215, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/15814>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- CLANDININ, Jean.; CONNELLY, Michael. **Narrative inquiry: experience and story in qualitative research**. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

CONRADO, Andréia Lunkes. **Diversidade, diferença e currículo de matemática: relações entre macropolíticas e o tempo dos atores na escola**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.48.2020.tde-19112019-155241. Acesso em: 2023-10-29.

CONRADO, Andréia Lunkes; MÜLLER, Mariana da Costa. **Políticas Curriculares, Gêneros e Sexualidades: implicações para a Educação Matemática**. Perspectivas da Educação Matemática, [S. l.], v. 17, n. 47, p. 20, 2024. DOI: [10.46312/pem.v17i47.21164](https://doi.org/10.46312/pem.v17i47.21164). Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/21164>. Acesso em: 05 jun. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Ação Educativa**. São Paulo, 2012.

CRESTANI, Maiéli Masteloto. **Causos, chimarrão e aquilombagens na Comunidade Quilombola São Miguel (RS): registros e narrativas das/nas relações entre escola, comunidade e Educação Matemática**. [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 30 out. 2025.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Diversity and Equity: An Ethical Behavior**. In: proceedings of the 15th annual meeting of the na chapter of pme, Pacific Grove, CA 1993 (ERIC ED 372 917), p.31

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Sociedade, cultura, matemática e seu ensino**. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2005.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **O Programa Etnomatemática: uma síntese**. Acta Scientiae. Revista de Ensino de Ciências e Matemática. p. 7-15. 2008.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática, justiça social e sustentabilidade**. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 94, p. 189–204, 2018.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.

DOMITE, Maria do Carmo Santos. **Etnomatemática e formação de professores: no meio do caminho (da sala de aula) há impasses**. In: XIII CIAEM-IACME, 13pg, 2011, Recife.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição (org.). **Estudos de gênero e sexualidades em educação matemática: tensionamentos e possibilidades** [livro eletrônico]. Brasília, DF: SBEM Nacional, 2022.

ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição (org.). **Estudos de gênero: o que a matemática tem a ver com isso? Conversas iniciais com licenciandos e docentes que ensinam matemática na educação básica**. [livro eletrônico]. Brasília, DF: SBEM Nacional, 2024.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans? A produção da infância como evidência do gênero**. 175f. Porto Alegre, Dissertação de mestrado. Programa de Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

FERNANDES, Ester Francine Zambate. **O afastamento das meninas da matemática: um estudo do papel de professoras e professores de matemática do ensino médio no reforço de estereótipos de gênero**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2023

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em educação matemática. percursos teóricos e metodológicos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007 - 2. ed. rev.

FURTADO, Fabrina; ANDRIOLLI, Carmem. Mulheres, covid-19 e a lógica patriarcal: análise sobre o trabalho das mães docentes. **Cadernos Pagu**, n. 68, p. 1–19, 30 set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8673985>. Acesso em: 15 de julho de 2026.

GONDIM, Diego de Matos. “A Matemática está em tudo”? Problematizando uma razão-mundo e uma razão do mundo. **Revista de Educação Matemática**, [s. l.], v. 20, p. e023076, 2023. DOI: 10.37001/remat25269062v20id791. Disponível em: <https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/20>. Acesso em: 10 ago. 2026.

GONÇALVES, H. J. L. **Educação Matemática e Diversidade(s)**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

GUSE, Hygor Batista; ESQUINCALHA, Agnaldo. Conceição. **A Matemática como um Instrumento de Poder e Proteção nas Memórias Escolares de Professoras e Professores LGBTI+ de Matemática**. Perspectivas da Educação Matemática, v. 15, n. 38, p. 1-21, 31 ago. 2022.

GUSE, Hygor Batista. **Pesquisas com pessoas LGBTI+ no campo da Educação Matemática: indagando processos de (cis-hetero)normatização da área**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Matemática, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática, Rio de Janeiro, 2022.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

KLEIN, Carin. Mulher e família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 339–364, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 de julho 2026.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LIEBLICH, Amia; TUVAL-MASHIACH, Rivka; ZILBER, Tamar. **Narrative research: Reading, analysis, and interpretation**. Thousand Oaks: Sage, 1998.

LOPES, Wanderson Rocha. **Cartografias de uma escola de assentamento rural: causos e tensões entre Estado, movimentos sociais e comunidades sem terra**. 2026. 302 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2026.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99p.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Cartilha Confie no Amor**. São Paulo, SP. 2023.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Denúncia sobre a restrição ao uso do nome social no Enem 2024**. São Paulo, SP. 2024.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Estatuto Social da Associação Mães pela Diversidade**. São Paulo, SP. 2016.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Orientações às famílias de crianças, adolescentes e jovens trans diante da Resolução do CFM nº 2.427/2025**. São Paulo, SP. 2025.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Regimento Interno**. São Paulo, SP. 2019.

MARTINS, Igor Michello. **Gênero e sexualidade na formação de professores : uma análise curricular do curso de licenciatura em matemática da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP)**. Dissertação (Mestrado em Ensino e Processos Formativos), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2020.

MENDES, Luciene. **Manual Direitos das Pessoas LGBTQIA+**. São Paulo, SP. 2025.

MIRANDA, Luiza de Souza; SILVA, Hevila de Fátima. Maternidades em foco: o que dizem os trabalhos sobre a temática na Cadernos Pagu. SCIAS. **Educação, Comunicação E Tecnologia**, 7(2), 185-198.

MÜLLER, Mariana da Costa. **MATEMÁTICA, GÊNEROS E SEXUALIDADES: (ESCRE)VIVÊNCIAS DE MATERNIDADE E A APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA DE PESSOAS LGBTQIA+**. In: Anais da Escola de Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática. Anais...Rio de Janeiro (RJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2024. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/e2gsem/847396-MATEMATICA-GENEROS-E-SEXUALIDADES--\(ESCRE\)VIVENCIAS-DE-MATERNIDADE-E-A-APRENDIZAGEM-DA-MATEMATICA-DE-PESSOAS-LGB](https://www.even3.com.br/anais/e2gsem/847396-MATEMATICA-GENEROS-E-SEXUALIDADES--(ESCRE)VIVENCIAS-DE-MATERNIDADE-E-A-APRENDIZAGEM-DA-MATEMATICA-DE-PESSOAS-LGB). Acesso em: 06/01/2026

NETO, Vanessa Franco. **Onde aprendemos a viver o gênero? Nas aulas de matemática!**. HIPÁTIA - Revista Brasileira de História, Educação e Matemática, São Paulo, v. 6, p. 52-63, 2021.

NETO, Vanessa Franco.; GUIDA, Angela. Maria. **A constituição do Sujeito-Mãe nos livros didáticos de matemática da Educação do Campo**. Educação, Santa Maria, v. 45, p. 1-24, 2020.

NETO, Vanessa; SILVA, Marcio. **Gênero como um problema nos livros didáticos de matemática: manual prático de como ser menina/mulher.** Acta Sci., Canoas, v. 23 n. 8, p. 191-222, 2021. Disponível em: <https://funes.uniandes.edu.co/funes-documentos/genero-como-um-problema-nos-livros-didaticos-de-matematica-manual-pratico-de-como-ser-menina-mulher> Acesso em: 17 de maio de 2024

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2008.

PASSOS, E. Apresentação. **Quando o grupo é afirmação de um paradoxo.** IN BENEVIDES, R. **Grupo: a afirmação de um simulacro.** Porto Alegre: Editora Sulinas, 2007, p. 11-20.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 20, n. 42, dez. 2014.

PINTO, Gisela Maria da Fonseca. **MATERNAGEM E DOCÊNCIA EM MATEMÁTICA..** In: Anais da Escola de Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática. Anais...Rio de Janeiro (RJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/e2gsem/844581-MATERNAGEM-E-DOCENCIA-EM-MATEMATICA>. Acesso em: 01/12/2025

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de, SZWAKO, José. **Diferenças, igualdades.** São Paulo: Berlendis & Vertecchia ed., 2009.

POLKINGHORNE, Donald. **Narrative configuration in qualitative analysis.** Qualitative Studies in Education, v. 8, n. 1, p. 5-23, 1995.

RAYARA, Megg. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

RODRIGUES, Johnatan Boeira. **Cyberformação queer com professores/professoras/professorias de matemática por meio de desenvolvimento de podcasts matemáticos.** In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 25., 2021, Campina Grande. Anais [...] UEPB/Campina Grande: PPGECEM, 2021. p. 1-9.

SANTIAGO, Vinicius. A maternidade como resistência à violência de Estado. **Cadernos Pagu**, n. 55, p. e195511–e195511, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8656372>. Acesso em: 15 de julho de 2026.

SANTOS, Paula Cristina Constantino. **Mulheres, Maternagem e Matemática: uma conversa sobre redistribuição, reconhecimento e representação.** Orientadora: Deise Aparecida Peralta. 2024. 210 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2024.

SANTOS, Paula Cristina Constantino; BARBOSA, Roberta de Oliveira; PERALTA, Deise Aparecida. **MATERNIDADE E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: UMA AGENDA DE PESQUISA DO NIPAC**. In: Anais da Escola de Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática. Anais...Rio de Janeiro(RJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/e2gsem/849718-MATERNIDADE-E-EDUCACAO-MATEMATICA--UMA-AGENDA-DE-PESQUISA-DO-NIPAC>. Acesso em: 01/12/2025

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. **Transcidadania**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2026. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/lgbti/w/menu/150965#:~:text=O%20Transcidadania%20promove%20a%20reintegra%C3%A7%C3%A3o,o%20programa%20possui%20750%20vagas>. Acesso em: 15 junho de 2026.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 137–150, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 junho de 2026.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione; MEYER, Dagmar Estermann. Discursos que (con)formam corpos grávidos: da medicina à educação física. **Cadernos Pagu**, n. 36, p. 283–314, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 junho de 2026.

SILVA, Beatriz Brandão da. **Arquitetando histórias de formação em formação: compreensões junto a narrativas da História Oral em Educação Matemática**. [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 30 jun. 2023.

SILVA, Débora Soares; BORBA, Marcelo de Carvalho. **O poder de ação das mídias, da maternidade e dos lares na Educação Matemática**. Educação Matemática Pesquisa: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados Em Educação Matemática, 25(2), 394–411. 2023 <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2023v25i2p394-411>

SOUZA, Alisson da Silva.; RODRIGUES, Isis Monteiro; FIGUEIREDO, Tania Regina Leite Santos. **Educação, Teoria Queer e as Discussões sobre as Minorias no Espaço Escolar**. Form@re. Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 5, n. 2, p. 27-34, 2017.

SOUZA, Deise Maria Xavier Barros de; SILVA, Marcio Antonio. **Questões de Gênero no Currículo de Matemática: Atividades do Livro Didático**. Educação Matemática Pesquisa, v. 19, n. 3, p. 374-392, 2017.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes; FONSECA Maria da Conceição Ferreira Reis. **Relações de gênero, Educação Matemática e discurso: enunciados sobre mulheres, homens e matemática**. 1a Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SUÁREZ, Jeimy Marcela Cortés. **Denúncias e anunciações sobre camadas de vulnerabilidade social e Educação Matemática junto a um grupo de mulheres pretxs que assumiram empoderar-se por meio da tecnologia**. Dissertação (Mestrado em Educação

Matemática) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2020.

SUÁREZ, Jeimy Marcela Cortés. **Potências do encontro com coletivos sensíveis a expressões de gêneros diversos: problematizações e composições fragmentadas em nome de urgências plurais para e com a Educação Matemática.** [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 28 abr. 2025.

TAVEIRA, Flávio. Augusto. Leite.; PERALTA, Deise Aparecida. **Gênero, Sexualidade e Formação Inicial de Professores de Matemática: um estudo comparativo entre Brasil e Chile.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 8., 2021. Uberlândia. Anais [...] Uberlândia: Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), 2021, p. 562-571.

TER.A.PIA. **Histórias de #OrgulhoLGBTQIA+: episódio #314.** YouTube, [2023]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kS4rMctrU_8. Acesso em: 8 julho de 2026.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** Salvador, Dissertação de mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, 2016.

WALKERDINE, Valerie. **The mastery of reason.** London: Routledge, 1988.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. História como mulher e mãe (Identidade, vivências, maternidade)

1. Perfil (nome, quem é), idade, fale um pouco sobre você + como foi a chegada da maternidade para você?
2. Como foi para você o processo de reconhecimento e acolhimento do gênero e/ou orientação sexual do seu filho/filha?
3. Que tipo de acolhimento, ou rejeição você sentiu das pessoas próximas a você?
4. Na escola, como você percebe a experiência/vivência em relação ao acolhimento da diferença de gênero/sexualidade.

2. Luta individual e coletiva (Inserção nos movimentos, trajetória no coletivo)

5. Como você conheceu e se aproximou do coletivo?
6. Que lutas e pautas devem ser prioridade para o coletivo? E para você?
7. Participação/Atuação no coletivo: Qual é a sua atuação dentro do coletivo?

3. Escola como local de acolhimento

8. Como você acredita que a escola pode ser um espaço acolhedor para questões de gênero e sexualidade? Como foi essa vivência para sua filha?
9. Quais são as principais barreiras e potências que você observa na educação básica para estudantes LGBTQIA+? O que falta para a escola ser um espaço de acolhimento?

4. Educação e Educação Matemática como lugar de luta

10. Havia diferenças entre docentes e/ou disciplinas? Houve alguma experiência mais

marcante, positiva ou negativa?

11. Com relação a matemática, como foi o envolvimento de sua filha com matemática ao longo da trajetória escolar? Houve momentos de exclusão ou acolhimento nessa disciplina?
12. Como você acredita que a sala de aula de matemática (ou docente de matemática), poderia contribuir para a luta contra discriminações e desigualdades de gênero e sexualidade? De que modo?
13. Existe algo que você gostaria de acrescentar que não foi mencionado durante a entrevista?

ANEXO B – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

Isa

P: Para começar, apresente-se, diga seu nome, idade e fale um pouco sobre você. Depois, compartilhe como foi a chegada da maternidade em sua vida.

Isa: Meu nome é Isa, tenho 65 anos. A maternidade para mim veio um pouco cedo, eu tinha 23 anos. Eu tive uma filha em 84 e o filho em 86. E foi muito... Eu acabei abandonando minha profissão para cuidar deles, porque foi uma opção. Eu vim morar em Jundiaí para criar eles num lugar mais tranquilo. A gente veio de São Paulo, morava em São Paulo.

E aí, praticamente, eu contava com meu marido, ele apoiava assim, mas, como ele trabalhava em São Paulo, eu pouco tive a presença dele na educação das crianças, porque, quando eles entraram, a menina entrou no pré-zinho, ele entrou também na faculdade para fazer engenharia, né? E a gente achou importante que ele também voltasse a estudar. A gente tinha feito FATEC, e aí eu acabei criando os filhos praticamente longe, mas ele vinha todos os dias para casa, mas sozinha.

E aí eles foram crescendo, entraram na escola. Um entrou no colégio particular, a menina, e o menino fez o pré-zinho numa escola pública. Depois ele entrou no SESI e até a oitava série foi assim, bem tranquilo na criação. Tem as discussões de criança, né? Que os irmãos brigam... Ser mãe pra mim foi muito importante. A gente aprende a ter limites também, a dividir, compartilhar.

Acho que... para mim foi, porque eu não tive pai. Meu pai, meus pais se separaram muito cedo, eu tinha cinco anos. Então eu tinha um vazio, né, desse lado, e aí eu queria dar para os meus filhos o que eu não tive de apoio e tal. Mas, assim, durante o crescimento deles, a gente vai vendo que nem tudo é do jeito que a gente pensa, porque a vida vai levando, né? A gente pra sim, em relação à educação, a gente tem que ser enérgico, tem que ser, tem que cobrar. Mãe cobra, né? Aí, depois que cresce, vira amigo. Mas, enquanto está em formação, né, a gente cobra, a gente tem que estar ali presente, porque, se falhar, é a gente que falhou.

Mas hoje eles estão, cada um seguiu o seu caminho bem, graças a Deus, está tudo bem.

P: Qual que foi a profissão que você tinha e você fala dessa cobrança sua, mas por que seria a diferença em relação ao pai, entendeu? Mãe cobra, mas o pai cobra também ou não tem isso?

Isa: O pai cobrava pouco porque ficava pouco, né? Ficava pouco em casa. Era mais brincar quando estava junto. Essa parte de estar junto naquele momento que não podia, né? Então, na semana não ficava. Não, aí fim de semana... Ele também trabalhava fim de semana às vezes e, quando voltou a estudar, menos ainda, porque ficava estudando fim de semana.

Mas, assim, faz falta, né? A gente conta quando a gente casa, conta com o companheiro da gente. Ele teve pai e mãe sempre perto, então eu achava que ele podia dar uma força, mas, assim, nunca faltou nada, sabe? Ação, educação, sempre concordou com tudo que eu fazia. Então a gente não tinha essas questões, né? Então ele confiou também em mim, na minha falta de experiência também como família. Então foi uma confiança mútua, né?

A profissão? A minha? Secretária.

P: Como foi para você o processo de reconhecimento e acolhimento do gênero e/ou orientação sexual do seu filho?

Isa: Eu nunca, eu nunca dei conta, nunca achei que fosse. A gente achava estranho, às vezes, ele não ter namorada, né? Assim, aos 15 anos ele teve uma namorada, ele gostava muito, mas depois disso não mais.

E aí, quando ele entrou na faculdade, já com 17 anos, foi estudar em Assis. A gente... E aí você acaba mexendo nas coisas, né? No quarto, pra arrumar, tal. E eu vi umas cartinhas que remetiam a uns amigos dele, uma coisa mais íntima e tal. Ah, é fase. Ah, vai passar. A gente fica preocupada. Então, questões de DST.

Eu me via assim, naquela época, uma pessoa bem LGBTfóbica. LGBTfóbica, sabe? Eu não me colocava aceitando essa relação. Eu achava que era coisa de fase.

Pois, quando ele terminou a graduação, no último ano, na formatura dele, que eu fiquei sabendo, ele nunca contou, ele escondeu. Eu acho que ele passou um processo bem doloroso, né? Ele também não se reconhecia, né? Então, ele também estava descobrindo na faculdade que ele, como ele ficou sozinho, longe da gente, ele pôde se encontrar.

E realmente, ele falou: “Não, é que eu sou assim e pronto”. E aí eu comecei a estudar, a ler, e ele foi me ajudando também. Ele me indicou livros, me indicou o grupo do Mães pela Diversidade, me indicou a doutora Edith Modesto, que é uma psicanalista de São Paulo, que escreveu um livro que chama “Mães Sempre Sabe?”, que esse livro juntava várias entrevistas dela com famílias LGBTs.

E ela foi formando grupos de filhos LGBTs e pai e mãe. E ela montou esse grupo porque ela também tinha um filho LGBT, que ela também não sabia nada, que ela não entendia nada, que ela também era LGBTfóbica, e aí ela montou na casa dela um grupo de mães. Não tinha pais, só mãe, porque a maioria dos pais, quando descobria, abandonava a mãe, falava que a culpa era da mãe, como se isso fosse culpa, né?

Aí ela conseguiu montar um grupo de mulheres, e desse grupo de mulheres se formou o grupo do Mães pela Diversidade. E cada um tomou o seu caminho, né? Hoje o Mães pela Diversidade é nacional, né? Virou ONG e ela continua atendendo filhos LGBTs, montou um grupo lá em São Paulo chamado Projeto Purpurina, que deu muito certo ali na Vila Madalena.

Depois, depois, com o tempo, acabou se dissolvendo, né? Porque é bem... a quantidade de pessoas que começa a aparecer, você não dá conta. Você não imagina que existe tanto LGBT assim. Porque estava tudo no armário, né? Era uma coisa meio escondida. A gente sabia que existia, mas as pessoas não se convivia, não tinham liberdade de se expressar em público.

E aí, a coisa começou a tomar um... Com as paradas em São Paulo, começou a ter paradas em outras cidades e a coisa foi crescendo, as pessoas foram se juntando em grupos. Tem vários grupos hoje espalhados pela cidade, em escolas, na OAB, tem conselhos estaduais, municipais LGBT.

Então, essa população começou a se fortalecer e falar: “Não, eu tenho direitos”, e o grupo de mães luta por isso, pelos direitos dos seus filhos. Então, a gente apoia muito a causa, porque é isso que a gente entende, que eles não tinham direito, então viviam escondidos.

Direitos afetivos, direitos nas leis, tem poucas, mas já dá direito de ter um nome social, até o casamento civil, e reconhecimento perante a sociedade. Então, é isso que traz alegria pra gente e uma certa tranquilidade com relação à vivência deles no meio escolar, no meio de trabalho.

P: Que tipos de acolhimento ou rejeição que você sentiu das pessoas próximas a você?

Isa: Sim, tem. Tem bastante gente na família que não concorda. Teve um parente próximo do meu marido que chegou a ameaçar. Lá, esse tipo de gente não merece viver. Coisa desse tipo.

Mas, assim, no geral, a família foi acolhedora. Foi acolhedora. Sempre tem, né? E alguns se afastaram, até porque meu marido começou a militar dentro do trabalho. Ele, depois que soube, eu tinha muita preocupação dele saber e ele rejeitar. Mas ele entendeu, acolheu, ele entendeu melhor que eu.

Então, eu fui atrás, estudar, ele, tudo bem, você é meu filho, pronto. E a gente tinha uma preocupação dele rejeitar, mas, depois que ele soube, eu até pedi para o meu filho: “Não conta nada para o papai, né? Deixa por enquanto, vamos preparando”, tal, né? Mas ele até sabia alguma coisa e ele acolheu muito bem.

Mas, assim, quando ele fala pra mim isso tudo, trabalha trabalhando na engenharia, né? Tem aquela coisa do masculino, do macho. Algumas pessoas se afastaram. E ele sentiu, porque ele gostava muito de certas pessoas. Mas quer conviver, vamos levando a vida.

P: Você descobriu primeiro que seu marido. Quanto tempo foi assim, diferença? Quando você descobriu, seu filho tinha quantos anos?

Isa: Ele estava terminando, 22 anos.

P: E aí você descobriu, quanto tempo demorou para o seu marido descobrir também?

Isa: Foi quase junto. Foi só um medo assim: não conta agora, mas acabou. Depois que ele me contou, ele acabou assumindo. E aí ele falou: “Minha preocupação é você, mãe”. Ele tinha muita preocupação comigo. O papai não importa. Mas importa, sim. Importa até hoje, né? Então, tem umas questões que eles ainda têm atrito. Mas é coisa deles. Está relacionado ao gênero. Mas, assim, foi um mês, dois meses depois. Não foi muita diferença. Foi logo. É. Um mês, dois meses depois, não foi muita diferença. Foi logo. É.

P: Como você conheceu e se aproximou do coletivo de mães?

Isa: Através da leitura do livro dela, desse Mãe Sempre Sabe?, na internet, era o Orkut. A gente começou a pesquisar o que tinha e tal. E aí eu descobri que esse coletivo tinha nascido na casa da Doutora Edith e que elas estavam começando o trabalho em 2014, lá com mães. Aí eu me aproximei, quis conhecer, né? Fui muito bem acolhida. Uma das mães que é coordenadora, agora ela tá, ela saiu um pouco do grupo, pra dar lugar pra outras pessoas, né? Ela me acolheu muito bem, todas me atenderam com muito carinho, sabe? E aí eu comecei a participar.

E, nessa participação, eu envolvi discussões, falando sobre gênero, falando sobre a parada LGBT, falando sobre seus filhos, das coisas que aconteciam, daquela revolta da lâmpada que teve lá na Paulista, que o menino foi agredido, e das violências que a gente acaba vendo no dia a dia com relação ao LGBT.

Um dos pais lá de Mato Grosso teve o filho assassinado aos 23 anos, era jornalista. Isso mexeu muito em todo mundo, então todo mundo ficou muito comovido. E ali também a gente via as agressões que os nossos filhos estavam vivendo, né? E aí a gente passa a tomar consciência de como é difícil o dia a dia, né?

Quando você tá entre os amigos, vai tranquilo, mas você sai, né? Você recebe muita violência. Dá a mão pro seu companheiro, né? Seu companheiro, vontade de abraçar, aí sempre tem aquele que mexe, que critica ou fala palavras ofensivas, né? Isso preocupou a gente, então a gente achou que era importante a gente se unir.

Então, as famílias saírem do armário pra defender seus filhos, e foi isso que aconteceu e acontece isso dentro do grupo hoje. Hoje o grupo está mais estruturado, tem psicólogos atendendo, voluntários, né? E muitas mães todo dia ainda.

A gente tem bastante questões com trans, né? Meninos, meninas trans, que a gente não fazia ideia. Também não eram nossos filhos, eram lésbicas, eram gays, né? E aí começou a aparecer os trans também. E, para fortalecer o grupo, a gente juntou as mães, as famílias, e isso para os filhos foi extremamente importante, porque empoderou.

Eles existiam, a gente não ia existir sem eles também, mas eles existiam e eram excluídos. E aí, falando assim: “Não, ninguém é filho de chocadeira. Eles têm os direitos de qualquer outro filho”. Mesmo em direitos, são cidadãs, pagam imposto e contribuem com a sociedade.

E, assim, a gente começou a ver que as famílias foram se juntando e formou um coletivo enorme que tem hoje.

P: E que lutas e pautas devem ser prioridade para o coletivo e para você?

Isa: Direitos, né? Direitos, saúde, educação, trabalho. Isso é o que todo ser humano precisa para sobreviver, né?

P: Qual é a sua atuação dentro do coletivo?

Isa: É, ele é simbólico, é voluntário, ninguém recebe nada por isso. Cada coordenadora, ninguém recebe. A ONG foi estruturada e ela hoje tinha como objetivo ser voluntário. Todo mundo que está ali é voluntário. Hoje ela tem uma pessoa que faz uma assessoria, a gente faz a pauta de divulgação, o restante é do voluntário.

E tem a presidente do grupo, que é a Maju Jorge, que é ela que fundou, encabeçou e juntou as mães. Ela é jornalista, tem um filho, ele é gay, e o filho dela também foi ameaçado. Ele é fotógrafo. Tem uma filha também. Mas, assim, ela é briguenta, sabe? Aquela mulher que vai para a rua. E isso incentivou a gente, porque a gente também quer brigar pelos nossos filhos.

Então, tem 10, 15 anos que eu estou no grupo. 15 anos. Mas, assim, como coordenadora, 10 anos. Já pedi pra me tirarem, mas não tem mãe que me substitua. Que eu queria descansar um pouco. Porque é bem desgastante, sabe? As questões que a gente não consegue resolver, assim, com relação à saúde ou com relação à trans. E, assim, LGBT em geral.

A gente tem uma menina trans no nosso grupo que ela já tentou suicídio várias vezes, porque as questões hormonais para ela pesam muito, parece barba e ela não quer. Só que a conscientização dos trans de não procurar fazer sozinho, procurar médico, fazer a coisa correta, não ficar tomando hormônio ou colocando silicone industrial de forma ilegal, que faz mal para a saúde.

Então, orientando. E isso aí é de uma importância muito grande. E aí eles estão percebendo que existe essa modificação e que eles precisam procurar coisas saudáveis para usarem, né? E sempre acompanhando, o médico acompanhando.

P: E você está ali na linha de frente do acolhimento com a mãe, né? As mães chegam, falam com você e você que apresenta. Por exemplo, daqui de Jundiaí, você apresenta para o grupo maior.

Isa: Ela tinha uma... ela tem, o pessoal procura ela até hoje, né? Ela tem uma formação muito voltada às questões de gênero, então ela se dedica, ela estuda, está fazendo mestrado na área também, né? Então, ela está muito envolvida nas questões, até porque ela é advogada.

Então, sem ela não existiria esse grupo de GPHT, porque ela que trouxe a gente para fazer o nosso preparo. Então, ela encaminhava muitas vezes as crianças para médico, ela conseguia juntar. A gente fazia acolhimento de mães, mas ela era a única mãe que participava do grupo dos filhos, porque tinha que ter um adulto.

Então, ela que fazia o acolhimento dos filhos. Então, tinha filhos de 5 anos e tinha pessoas de 60 anos no grupo. E ela que fazia esse meio de campo, né? E faz até hoje, mas, assim, não tem o aparato da função que ela tinha na prefeitura. E é tudo voluntário.

P: Que pautas você acha que deve ser prioridade para o coletivo e para você?

Isa: Sim. Direito ao nome social. Direito a ser atendido pelo gênero que ela se entende dentro de um ambulatório, porque os médicos e a pessoa da área da saúde não tem preparo para quando chega um LGBT lá, tratar ele por ele, sendo biologicamente do outro gênero, porque tá na ficha João e ele se apresenta como uma mulher.

Aí a pessoa vê, mas ela faz questão de chamar o João, não respeita a orientação dela. Então isso, a pessoa se sente ofendida, né? Ela quer que a pessoa olhe para ela e fale assim: “Ó, a Maria, vou te chamar de Maria, ou é assim que você deseja ser chamada”. Não é porque está ali no documento, não está oficializado, que ela vai desrespeitar o gênero que ela se apresenta.

Então, essas questões são levadas para uma UBS, para as equipes de saúde, que essas pessoas que chegam até esses ambulatórios para fazer hormonização, para fazer tratamento de fono, existe uma equipe multidisciplinar para atender essa população.

Então hoje a gente sabe que já tem em Ribeirão Preto, onde eu recebi um pai e uma mãe que têm um filho trans, conseguiram fundar lá o primeiro ambulatório de atendimento a pessoas trans. Lá em Florianópolis, onde meu filho está, também existe.

Então, são pessoas preparadas para atender essa população, porque tem as DSTs, HIV, então, entre essa população que precisa ser acolhida, e não só ser estigmatizado: “Você é gay, você é promíscuo”. Não é isso. As famílias têm um relacionamento longo, não é promiscuidade, sabe? Quando eles se encontram, realmente se dão bem. Então, companheirismo já de 11, 12 anos. Então, você não pode chamar uma pessoa de promíscua, né? Existe, sim, mas também no cis hétero normativo também existe a promiscuidade.

Então, é isso que a gente quer mostrar, sabe? É, sim, essas pautas do nome social e da medicina são mais recentes. A gente sempre teve a luta, casamento, união afetiva. Até esses dias teve falando que ia cancelar, de que ia voltar a tornar crime o casamento homoafetivo e também o crime, a homofobia como crime, que agora a gente já avançou nessas pautas.

Então nosso foco está nas pessoas trans, assim, mais. Ela foi equiparada a crime como a lei do racismo. Então, o Dimitri Salles e os advogados que tem em São Paulo, que elaboram as leis, são advogados, eles conseguiram essa conquista.

Mas, assim, a lei são poucas. Esses direitos podem ser retirados a partir do momento que entre um governo fascista, autoritário, ditador. E essas pessoas podem ter que voltar tudo a se esconder novamente. Por questão de vida mesmo. Porque elas são ameaçadas.

A gente sabe que o fascismo não tolera. Meu filho sempre fala: “Ó, fascista, você não dá conversa”. Como quando estava no governo passado, não gosto nem de falar o nome, pra eles foi muito doloroso, pra você, talvez, não sei se você sentiu isso também, mas a ameaça era constante, né? Ofender, esquecer direitos.

Então, não pode existir. Então, são pessoas que não têm diálogo. Você tem que agir em função da lei e essas pessoas têm que respeitar e pronto. A gente sabe que não respeita porque eles não entendem outra linguagem. Então, a gente tem que lutar por isso, por esse direito democrático de você ser quem você é dentro das igrejas.

A gente tem um grupo, eu participo, tem vários grupos agora dentro de igreja católica, evangélica, algumas começaram a participar também, a ter grupos evangélicos de LGBTs também. Mas a católica está abrindo agora um pouco, mas eu lembro que tempos atrás, dependendo da orientação, tem várias, a igreja é uma estrutura muito hierárquica, né?

Então tem vários grupos, grupos de Maria, grupos do Coração do Suqueiro, grupo, sabe, São José, Paulo Francisco, e essas denominações dentro da igreja, ela tem um cunho muito forte homofóbico.

Mas agora também tem aparecido uns grupos que estão defendendo o direito da pessoa professar sua fé e ser LGBT. Ela tem o grupo dela. Então, isso também é importante. A gente vê o quanto isso agrega. Porque todo mundo quer ter seu grupo.

E aí, se você, a sua família toda, por exemplo, é católica, mas você tem um filho LGBT, todo mundo te exclui. E essa família não quer ser excluída desse grupo da igreja porque tem um filho católico. E acaba abandonando o filho.

É, porque a igreja, né, aqui na nossa sociedade, na nossa cultura, é bem uma coisa muito importante, né? A fé e tudo mais. E aí, quando tem essa rejeição, aí eu sou da igreja, então eu não posso aceitar, porque tem esse pensamento, né? Mas é muito bom que esteja, as coisas estejam andando pra frente, caminhando pra frente. Está mudando...

O bispo daqui de Jundiaí ele recebeu muita crítica porque ele apoiou esse grupo, chama Diversidade Fé, e aí o grupo marcou algumas encontros com, queria mostrar através de vídeos, de filmes, né? Um deles que foi apresentado na comunidade foi aquele filme Orações para Bobby, não sei se você já ouviu falar dele.

É um filme que conta a história de um menino gay, de uma mãe protestante, acho que era protestante, não me lembro direito. Mas ele... A mãe nunca aceitou. E ele se viu sem sair e se suicidou. E, a partir dessa perda, essa mãe passou a lutar contra a homofobia dentro da igreja dela.

Então, esse filme, ele abre discussões dentro da igreja, até que ponto a igreja pode ter esse poder de expulsar um fiel, um seguidor, por causa da expressão de gênero, do gênero que eles se identificam.

E isso começou a ser discutido. Não é uma discussão simples, porque a igreja tem lá seus dogmas que tem que ser respeitado. Então, você tem que criar teorias para que essas teorias antigas, elas acabem incorporando as coisas de hoje.

O que acontece hoje, acontecia anos atrás, sempre aconteceu, mas as pessoas se escondiam. Se escondiam. Né? Escondiam. Então, conventos, muitas freiras eram lésbicas, os lugares que os padres estudavam também, muitos padres eram gays, mas tudo escondido.

Então, você vai negar isso? Você não pode negar. A história mostra, sabe? Que sempre existiu, que isso daí faz sentido.

P: Quais são as principais barreiras e potências que você observa na educação básica para estudantes LGBTQIA+?

Isa: Formação dos professores. Eu lembro que, quando meu filho foi estudar lá em Florianópolis, não, antes ele estava em Assis, ele montou um grupo de estudo e apresentou um trabalho para preparar professores para fazer...

Porque não tem melhor pessoa do que um professor para observar o comportamento de uma criança. O professor em sala, porque a criança ali longe dos pais, ela se expõe, ela é ela. Quem está com ela são os professores.

E aí você encontra professores homofóbicos, geralmente com mais idade, ou geralmente que seja evangélico e tem muito preconceito com relação a isso. E, assim, a falta de saber, de letramento, a falta de conhecer o que se passa com uma criança LGBT, o comportamento dela e como ela deve ser inserida e respeitada para que não aconteça bullying dentro de sala de aula e ela acaba abandonando a escola.

Então, eu acho que a primeira coisa com relação à educação é a formação de professor. E eu fiquei sabendo que poucas universidades citam essa questão.

Eu tenho um amigo da gente que é psicólogo, ele fez Unesp também e na Unesp ele fez educação. A única Unesp que falava sobre gênero, diversidade, gênero, era essa que ele estudou. Eu sei disso porque o meu filho comentou. Então, falta formação.

Eu fui numa universidade aqui perto, em Atibaia, fazer uma palestra para um grupo de universitários, estudantes, professores, falar sobre gênero. E aí o pessoal achou estranho. “Você vai falar de gênero para a gente?”. E aí eu percebi que tinha um monte de gente muito preconceituosa.

Professores, alunos que estavam acabando de se formar, que iam lidar com alunos. Como é que vai perceber e diferenciar e tratar esses alunos? Tem escola que a mãe chega com o papel oficial: “Olha, meu filho passa a ter o nome social tal”. A professora não chama dentro da sala de aula pelo nome social dela. Não chama. Chama pelo nome que está no registro, porque até oficializar tudo tem um processo aí, né? E a professora não chama, dá o preconceito dela que ela tem que trabalhar. Isso eu acho extremamente importante.

E depois trazer isso para a escola. Trazer para as comunidades. Chamar as famílias em casa para poder dialogar sobre isso. Então vai aumentando o leque, que você vai tendo essa discussão.

E aí, quando a coisa passa a ser entre os alunos, eles até estão aceitando bem. Meu amiguinho é gay, meu amiguinho é lésbico. Eles até estão aceitando bem. Ah, meu amiguinho é gay, meu amiguinho é lésbico, meu amiguinho é trans. Entre eles, eles não fazem. Mas, quando chega em casa, o pai e a mãe já não podem ter amizade com esse.

Apodrecer a laranja dentro da caixa com uma preta. Todas as laranjas apodrecerem. Não é isso, sabe? Se tem um gay, vai todo mundo virar gay? Não é assim, gente. Isso tem que ser claro. Tanto para as famílias quanto para os professores.

Os professores excluem muito. Então, a escola pode ter esse papel de formar as crianças, os professores, a escola como estrutura, informar os alunos e também passar isso para a comunidade, que sairia para as famílias também. Isso é extremamente importante. Esse olhar.

P: Como você acredita que a escola pode ser um espaço acolhedor para questões de gênero e sexualidade?

Isa: Ele não percebia. Por que os meninos muitas vezes agrediam ele na escola? Tratavam ele diferente. Ele falava: “Será que eu dava a entender que eu era diferente?”. E nem eu percebia, sabe? O professor pode perceber, né?

E tinha uma professora de português que tratava ele com muita atenção, muito carinho. Mas será que ele demonstrava alguma coisa diferente que eu nunca percebi? E ele nem mesmo, ele entendia o que estava acontecendo com ele, né?

Então, se você tem a abertura de se expressar, você vai... Ah, eu posso ir de brinco, ninguém vai falar nada, eu posso pintar a unha, ninguém vai falar nada. Não, você é menino, você não usa brinco. Você é menino, tem que usar azul. Você é menina, tem que usar rosa.

Esse tipo de coisa tem que ser eliminado, porque está discriminado. Não existe só homem e mulher, existe um... Que nem essa doutora Edith fala, existe um gradiente de aspectos do ser humano, que uma mulher cis pode ser cis e lésbica, mas ela não se comporta como lésbica, pra ela, ela é cis, mas ela tem um desejo lésbico, entendeu?

Isso pode acontecer, o mais e mais, o mais e menos, a mesma coisa com o homem, a mesma coisa com o trans. Então, ela trabalha com gradientes, né? Que tem uma escala de 0 a 10, você tem um desejo por uma mulher, você é cis, você tem um desejo por uma mulher, você tem um desejo por um... Sabe? Isso vai depender.

Como ela contou pra gente, a gente morreu de rir. Ela, um dia, foi assistir um filme de duas lésbicas: “Aquilo me excitou e eu tenho seis filhos. Eu sempre fui cis, aquilo me excitou”. A gente morreu de rir. E não é, acontece e é interessante a pessoa ser verdadeira, e ela passou isso pra gente.

Eu falei: “Poxa, é interessante, coisa que a gente luta e não enxergar”. Então, a escola pode ser esse espaço de acolhimento pra falar sobre coisas, sobre gênero, sexualidade. Eu acredito sobre gênero, sexualidade, sobre abusos sexuais, sobre abusos.

Esse Felca que falou esses dias, que falou de abusos da adultização das crianças, ele foi claro em tudo que acontece. Se não é na escola que você abre esse espaço de conversa, porque a exploração muitas vezes acontece dentro de casa, o abuso da criança dentro de casa, pai e mãe, entre mulheres é mais raro, mas existe. Uma mãe que abusa do menino, né? Normalmente é o padrasto, às vezes o pai, né?

E, se a escola não prepara essa criança, dá um limite pra essa criança, fala assim: “Olha, até aqui o adulto pode mexer com você, daqui pra frente não pode, daqui pra lá não pode”. Então é a escola que pode dar essa formação, porque ela não tá dentro de casa.

A criança está ali, vulnerável. Se ela souber que ela pode se proteger, mesmo tendo o Estatuto do ECA, as famílias têm que proteger a criança, o filho. Não respeitar isso, a escola tem que mostrar, tem o dever de mostrar para a criança que ela tem que se proteger. E isso é a escola que pode dar.

Eu acho que a escola é tudo na vida. É o que vai a uma mini sociedade ali, né? É o que vai ditar o que vai ser a sociedade no futuro, né? A gente está lá num espaço acolhedor, então vai dizer, porque aquela criança vai crescer.

E, se a escola é uma escola conservadora, vai crescer de um jeito, com pensamento. Se a escola é diversa, tem um pensamento libertário, então tem outras situações que a escola vai criar.

A minha neta, por exemplo, ela estuda numa escola, porque a escola é uma escola que acolhe LGBT, que atende o público LGBT também. Minha neta nunca falou de nenhuma criança lá que fosse LGBT, mas também trabalham muito com racismo também, né? Então, é... Mas isso é uma escola particular.

Só que, no nosso grupo de mães, a gente já viu escolas estaduais, municipais aqui da região dialogando com as crianças, porque eles trazem isso. “Vamos fazer uma palestra sobre a LGBTfobia?”

Vamos fazer um teatro sobre LGBTfobia? Vamos trazer?”. Então, eles buscam, eles conversam, eles têm esse diálogo.

Agora, se o professor estiver intermediando isso, o diálogo pode caminhar de uma forma construtiva, de educação, de saúde, com palestras, com corretas informações, que a gente sabe que tem muita coisa distorcida aí, né? Então, eu acho que o professor tem esse dever, né?

P: Você percebia alguma diferença entre os professores de disciplinas. Teve alguma experiência positiva ou negativa?

Isa: Poderia falar das experiências das famílias, né? Com relação às matérias, quando você junta as matérias. Tempos atrás que saiu aquela cartilha pra falar sobre gênero nas escolas e nas famílias. Aquela cartilha tava ensinando isso. Proteção das crianças. Não tinha nada de aberração ali. Não tinha nada de... Eu li essa cartilha quando ela saiu.

Eu só cheguei... Que época? Eu acho que eram os temas transversais. Isso. Os temas transversais, os temas transversais dos parâmetros. Que aí uma matéria chamava a outra e iam discutindo juntas, né? Geografia, história, literatura, matemática. Os professores iam se conversando, trocando e discutir como eles poderiam introduzir isso nas suas matérias.

Isso era um programa muito interessante, matérias, né? Isso era um programa muito interessante, né? Porque é uma coisa que os professores têm que se conversar ali na sala dos professores, nas reuniões, na própria formação dos professores.

E isso é possível, essa integração, né? Pra mim, eu vejo assim, isso é possível. É só querer, né? Se tiver uma boa gestão escolar, né? Eu acho que é possível, sim. Independente da disciplina. Independente da disciplina. Independente da disciplina. Eu acho muito possível.

Você pode estar falando num problema, juntar questões de gênero, um problema matemático, juntar questões de gênero, um problema de estatística, quantas pessoas nasceram assim, nasceram assado, as condições que elas se veem, né? Isso você pode usar, sabe?

P: Tem, tem, tem. Cai no vestibular até. Tem coisas assim, que a gente, não sei se eu cheguei a comentar porque, assim, nos livros tem coisas que são heteronormativas, né? Então, tem perguntas assim: “Ah, quantos casais a gente pode formar com 15 meninas e 15 meninos?”, e aí a resposta correta das alternativas é somente os casais héteros, sabe?

Isa: E aí? É só isso que acontece? Você junta aquele negócio de conjunto, é você aplica conjunto, os que não são estão fora do conjunto, não? Então, os que não são tão fora do conjunto, não. Então, você pode usar isso. E é plenamente viável. E a criança vai ver isso como normalidade. Normalidade. E aí o preconceito diminui. É, o preconceito diminui, a gente transforma a sociedade.

P: Em relação à matemática, como que foi o envolvimento de seu filho com a matemática ao longo da trajetória escolar?

Isa: Quando ele estava no ensino fundamental da primeira quarta série, eu acho que uma das questões que fez ele não gostar de matemática é porque ele tinha professoras muito ausentes, assim, em relação à condição. Então, ele era um mau aluno porque ele não gostava de matemática.

Não, em casa a gente sempre sentia, bom, eu sempre sentava com eles para estudar, né? Mas, assim, tinha alguma questão com a professora. Ele citou aqui, estava conversando, ele citou duas professoras que eram chatas, bravas, não explicavam direito. Então, a questão não é só a questão de gênero ali, né? A questão da didática da professora mesmo, eu acredito.

Ela foi a última da quarta série, da terceira série dele, foi até afastada da escola, porque ela, por questões de agressão, assim, a criança, sabe? Não foi ele o único caso, então não acredito ser por causa da condição dele, mas outras crianças também tiveram queixas dessa professora, então ela foi afastada da escola.

E aí, mas foi isso. Depois ele seguiu, foi fazer técnico de informática por exigência nossa, porque a gente queria que ele tivesse uma formação técnica, porque a gente não sabe o dia de amanhã, pelo menos ele tinha uma profissão. Mas ele nunca gostou muito de matemática. Acredito que foi dessa fase inicial dele que desencantou.

Ele sempre gostou mais de história, de geografia, de português. Ele é um ótimo aluno português.

P: Essa ausência você diz no sentido desse distanciamento social. Eu percebi aqui uma coisa dessa falta de afeto. Ainda mais que essa professora tinha uma violência contra os alunos.

Isa: Eu tive professores de química, física, fantásticos, professoras, muito acolhedoras, e isso ajuda a criança a desenvolver, porque, se o professor não é simpático, não é acolhedor, não sabe enxergar a criança ali em algum momento de algum problema, escolhe alguns alunos, seleciona alguns alunos e aqueles são excluídos.

Isso gera um conflito com a criança, né? Ela está em formação. Se o professor não sabe fazer isso e não tem essa sensibilidade, a criança vai se sentir excluída e junto, bem e mal na matéria, né? Se ele não está bem, ela não gosta da professora, acaba não gostando da matéria, associando, né?

P: Você vê alguma maneira de que a matemática poderia contribuir para a luta contra discriminações, desigualdades de gênero e sexualidade?

Isa: Eu nunca dei aula. Eu fiz letras, mas, assim, não quero. Na sala, assim, como desenvolver isso? Acho que, assim, você pode usar um problema, fazer um círculo, uma roda, para discutir. Tudo se discute, né?

Eu vejo algumas escolas na China, que eles são altamente discursos. Eles usam muito discurso. Então eles, eles levam o problema pra casa. O professor divide as matérias. Eles levam pra casa, ensaia, discute. Tem a tese, a síntese, a antítese. E vão lá defender uma teoria que eles discutiram e estão ali falando, discutindo.

São bons oradores, né? Discutindo suas convicções, né? E aqui, acho que os professores podem usar isso também, né? De você discutir e fazer o aluno pensar, né? E falar assim: você desenvolve um problema, você reflete sobre ele, você age em cima dele, você cria teoria e você aplica.

Isso é interessante, é uma forma de você colocar esse assunto dentro de um grupo. Independente da disciplina, como que o professor, no papel de professor, pode contribuir para essas discussões de luta contra a discriminação, contra a desigualdade.

Na matemática, acho que tem tanta... Eu fui péssima aluna de matemática. Eu não tinha muito... Eu tinha um professor, meu tio era professor de matemática, ele me chamava na casa dele para estudar expressões, álgebra, essas coisas. Eu morria de vergonha. Por isso que acabei optando também pela área de humanas.

Eu acredito que meu filho também acabou indo para humanas também por isso. Mas, no meu caso, eu tinha dificuldade de aprender matemática, pelas exigências, como é uma coisa exata, não é probabilidade, mas até a probabilidade se usa na matemática.

Então, a forma de você discutir isso em sala de aula, acho que vai depender da imaginação mesmo, claro, da formação do professor, porque tem tantos teóricos hoje que implantam as coisas dentro da sala de aula.

Agora, se você não tiver uma diretriz de educação voltada para esse tipo de discussão, você fica de mãos atadas, porque teve uma época aqui na cidade que vão falar de gênero, vão falar de gênero. A professora veio falar de gênero, o pai veio na escola, foi reclamar com a professora que não é pra dar gênero pro aluno. A movimentação foi tão grande que o prefeito ameaçou os professores que estavam falando sobre gênero, que eles iam ser mandados embora.

Então, o professor está ali trabalhando, colocando o seu melhor, e não tem apoio público, não tem apoio, uma estrutura ali te apoiando, fica difícil trabalhar, né? Para qualquer coisa. É que, às vezes, a gente tem que cumprir as coisas que vêm de cima, não é nem a categoria do professor. Tem professor que tem boa vontade, mas ele tem que seguir o que as diretrizes da educação estão mandando.

P: E uma coisa assim, o que você acha que poderia ter sido melhor, ou você pensa assim, que faltou para que você conseguisse gostar de matemática, ou seu filho no caso, que faltou ali para você conseguir entender, o que você acha que foi um problema, uma dificuldade?

Isa: Eu acho que foi, para mim, foi minha timidez. Ela sempre foi muito tímida. Eu tinha vergonha de perguntar minhas dúvidas, e aí, na minha época, o professor era mais bravo, mais exigente, né? Eu ficava com vergonha de perguntar.

No caso do meu filho, eu acredito que também ele é tímido, né? Ele também se considerava tímido, não era de fazer pergunta, mas ele teve mais liberdade do que eu, né? Porque ele teve bons professores.

P: Existe algo que você gostaria de acrescentar que não foi mencionado durante a entrevista?

Isa: Eu acho que está. Eu tinha tudo o que eu ia falar e, assim, não deixar nunca o sistema tomar conta da sua profissão, que é tão bonita de educação, né? E, assim, entender sempre as diferenças é importantíssimo.

Passar isso adiante, né? E fazer isso uma coisa normal, normalizar essa convivência, essa formação plural de diversidade, que é a natureza da gente, do ser humano. Está na natureza, os pinguins... Me contaram essa história dos pinguins, que eu achei tão bonitinho. Eles se juntam, muitos deles são machos. E criam uma família pra vida toda. Eles adotam um ninho de uma fêmea, eles criam essa criança.

Então, e tem a outra, dá um conto africano que eles falam: “Pra criar uma criança, você precisa de uma aldeia inteira”. Então essa comunidade, professores, famílias, escola, governo, né? Pra você criar um cidadão... Completo, né? Cidadão capaz, né? De fazer as suas... De pensar, criticar, sabe? Agir, né? De forma coletiva.

Uma formação. Tem que ser todo mundo junto, né? Todo mundo. É isso. E o apoio, né?

Cris

P: Para começar, apresente-se, diga seu nome, idade e fale um pouco sobre você. Depois, compartilhe como foi a chegada da maternidade em sua vida.

Cris: Meu nome é Cris, eu nasci aqui em Campinas, tenho 63 anos. Enquanto profissão, eu sou assistente social, eu aposentei agora em janeiro deste ano, de 2025. Trabalhei 32 anos na área, é uma área que eu gosto demais da conta. Eu e o meu marido, a gente se casou em 1987 e foi interessante que eu tive alguns problemas, eu tinha ovário policístico e aí o médico na época falava que eu ia ter que fazer tratamento para poder ter filhos, né? E a gente queria, a gente sempre pensou em ter dois filhos. E nós casamos em setembro, quando foi em dezembro eu tava grávida. Foi uma surpresa, mas foi uma felicidade grande. Sentir ser mãe é indescritível. Quando eu tive o meu primeiro filho, que foi o meu filho gay, que hoje ele tá com 37 anos, foi difícil no início, porque eu tive depressão pós-parto, mas depois, com o tratamento e tudo, ficou mais fácil, e foi muito, é muito gostoso, né? Tem as suas dificuldades, mas é muito gostoso. E depois de dois anos, eu tive o segundo filho, e hoje ele está com 35 anos e acho que a maior realização da minha vida foi ser mãe, que foi acho que a coisa mais impactante, mais emocionante, que foi a maternidade. Desde o momento que eu soube da gravidez, até o momento que eu vi o rostinho deles, até o momento de tudo que se passou. Mesmo com as fases mais difíceis, com muita insegurança que às vezes a gente tem, é um aprendizado pra gente também. E aí, quando a gente vai ficando mais velha, eles vão ficando mais velhos, a gente vai percebendo como foi, umas coisas a gente queria até mudar, porque a gente percebe que poderia ter sido diferente. Isso eu acho que toda mãe tem essa questão. Mas quando você olha seus filhos, têm um orgulho enorme deles, você percebe que você acabou contribuindo pra isso também.

P: Como foi para você o processo de reconhecimento e acolhimento do gênero e/ou orientação sexual do seu filho?

Cris: Você sabe que foi uma coisa muito engraçada porque quando ele tinha 5 anos de idade eu já percebia que ele era gay. Eu não sei te explicar porquê, mas eu acho que o meu filho, e não é pela questão, eu vou te falar assim, ah, o meu filho era bem sensível, ele gostava de brincar de teatro, gostava disso, daquilo. Não era por causa disso. Lá no fundo, lá no fundo, no fundo, eu percebi, sabe? E as coisas foram acontecendo. Ele foi crescendo e a gente sempre observando. E eu já tinha isso na minha cabeça, sabe? Que o meu filho poderia ser... Fazer parte... Ele poderia ser, fazer parte do grupo de LGBT.. Naquele momento eu percebia que talvez ele fosse gay. Era muito pequenininho, mas eu percebia muita coisa. Assim, de mãe mesmo, de sentir lá dentro. Não sei explicar muito bem. E ele foi crescendo.

Quando ele chegou na adolescência e tudo, um pouco, acho que ele já tinha uns 15 anos, e eu sempre ali esperando que ele falasse alguma coisa pra mim, né, a respeito disso, e eu conversava com meu marido, ele falava que achava que não, que não sei o que, mas no fundo, no fundo, eu acho que ele também percebia alguma coisa, sentia alguma coisa, senti alguma coisa e a coisa foi caminhando até que um dia eu tive absoluta certeza porque ele começou a namorar uma menina e ele chegava em casa, entrava no quarto e chorava. Ele entrava no quarto para chorar, eu ia falava com ele, conversava, mas ele não falava nada, a gente sempre teve enquanto família uma relação muito boa assim de diálogo, mas eu e meu marido a gente teve uma formação católica, mas uma formação, vamos dizer assim, católica progressista, e a gente sempre participou da igreja, a gente nunca teve nada, nada relacionado a essa coisa de isso é pecado, isso não é, sabe? Nunca.

A gente é daqueles católicos que as pessoas falam que são comunistas. Ele participava muito, ele participava muito, mas ele nunca chegava a falar pra mim como que era pra ele. Eu falava: você quer participar? Ele falava sim, e ele queria mesmo. Mas as dificuldades, tanto na questão da participação

da gente na igreja, quanto da questão da escola, ele não falava muita coisa. Mesmo que eu perguntasse, era difícil ele falar alguma coisa.

E aí, quando ele fez 18 anos, ele começou a trabalhar, tal, acho que quando ele tinha, ele fez estágio onde eu trabalhava, que era na APAE aqui de Campinas. Naquela época, ele fez um estágio na parte administrativa, ele sempre gostou de teatro, de canto, mas ele escolheu uma profissão de comunicador social, ele fez aí o estágio dele lá na APAE, e ele quis prestar faculdade lá em São Paulo, na Cásper Líbero. Ele também prestou na USP, não passou, e ele foi fazer faculdade em São Paulo.

Cris: Eu acho que foi aí que virou a chave, que ele conseguiu se encontrar, porque até então, ele sentia, ele sabia, mas ele não tinha tanta certeza, né? E foi aí que, depois de ele estando dois meses em São Paulo, ele veio e conversou com a gente e falou que era gay, né? O que pra mim não era nenhuma surpresa, pro meu marido causou um estranhamento inicialmente, mas pra mim, eu fiquei aliviada dele ter falado, mas a sensação de receio, de medo, nunca a gente quer que o nosso filho sofra. E a gente sabe que é difícil. O preconceito, a violência. Então, isso foi difícil pra mim.

Tanto é que eu entrei no grupo de Mães pela Diversidade na época que o Bolsonaro foi pra presidente, foi eleito. Eu falei, não dou conta disso, um amigo dele tinha sido, antes até de, no final da eleição, um amigo dele tinha sido agredido na rua, do nada, e essas expressões começaram a acontecer mais vezes, e eu ligava para ele duas, três vezes ao dia, falava, está tudo bem com você, está tudo bem, então aí isso me motivou a entrar no grupo e até a coordenadora me indicar uma psicóloga na época, porque eu tava com muito medo que acontecesse alguma coisa com ele.

Na infância dele, a gente nunca limitou tudo que ele sempre quis fazer, brincar e tudo mais, a gente sempre apoiou, a gente não tinha dinheiro infelizmente pra colocá-lo, por exemplo, num curso de teatro, em alguma coisa nesse sentido. Mas a gente sempre procurava conversar e entender o que ele tava sentindo. Mas era difícil pra ele falar ainda.

P: Que tipo de acolhimento ou rejeição você sentiu das pessoas próximas a você?

Cris: Tá. A gente, enquanto pais, a gente também tem que sair do armário. E eu não sei se foi porque, inicialmente, eu cresci numa família, né? A família do meu pai eram nove irmãos, tinha homens e mulheres, mas sempre a gente foi mais distante. A família da minha mãe eram seis mulheres, mulheres que passaram por situações muito difíceis, desde a pobreza até depois, situações de relacionamento, né? Respeitar as pessoas, entender as questões e amar, seja qualquer um, sem pensar em rotulações, sabe?

Tanto é que a minha mãe, eu cresci naquela rua da frente, e minha mãe era a única pessoa que tinha amizade com uma senhora que morava aqui também, e que as pessoas viviam chamando essa senhora de prostituta e tal, e não tinha nada a ver; e minha mãe era a única pessoa que tinha amizade com ela. Então, essas coisas, né, que a gente vê hoje de discriminação e tudo, e que sempre existiram, na minha família, pelo menos lá da minha mãe, do meu pai também, mas mais significativamente da minha mãe não acontecia isso.

E a minha própria profissão, independente de qualquer coisa, aquela pessoa que está na minha frente é uma pessoa, uma pessoa inteira que está ali, que tem seus direitos, que tem a sua forma de viver; e que eu sempre vou respeitar e procurar entender, acho que isso facilitou muito. Quando o meu filho falou também da questão da homossexualidade, de ser gay, porque também eu lidava com isso na minha profissão, eu sempre tive uma cabeça aberta pra isso, diferente do meu marido, que inicialmente foi difícil, mais difícil pra ele. Ele depois assumiu a questão do papel de apoiar e tudo mais e, assim, eu não tinha nenhum tipo de problema em falar que meu filho era gay.

Às vezes as pessoas falavam: “O seu filho tá bem?”. Tá bem. “Ele tá namorando?”. Tá. “Tá em São Paulo?”. Tá. “A namorada como chama?”. É namorado, ele vai casar. Eu nunca tive problema, nunca tive vergonha, nada, sabe? Nada. A gente sente preconceito, sim, dentro da família, das pessoas que estão. Até eu tenho meu cunhado e minha cunhada, que o filho também é gay, mas na época ele não falava isso ainda, é uma outra história, não se assumia, e eles falaram: leva um psicólogo, alguma coisa assim, sabe? Umas coisas assim que não tinha nada a ver.

No próprio ambiente da igreja, eu sempre falei abertamente e, às vezes, você percebia, um olhar torto, uma coisa que, principalmente na época do Bolsonaro, eu defendia muito e aí eles falavam e criticavam. Mas eu sempre com muita calma, querendo explicar várias situações.

Então, gente, sim. A gente sabe, você vai sair com o meu filho, junto com o namorado, quando muitas vezes a gente saía, ou com o meu ex-genro, aí você via assim os olhares, sabe? E as chacotas, eu tinha vontade de ir lá e dar um tapa na cara, mas assim eu ficava na minha e falava: vamos sentar, vamos comer, a gente vai se divertir e acabou.

Para ele [marido] foi um pouquinho mais difícil, mas depois não teve muito problema, foi assim. Mas senti muito preconceito, eu enquanto mãe, ele enquanto pai também, principalmente ele enquanto homem. E aquela coisa assim: “Mas por que ele é gay? O que aconteceu na família? O que aconteceu com vocês?”. Como se fosse uma culpa de alguém.

P: Na escola, como você percebeu a experiência/vivência em relação ao acolhimento da diferença de sexualidade?

Cris: Como eu falei pra você, o meu filho muitas vezes não falava nada relacionado a bullying, alguma coisa nesse sentido. Mas ele, depois de um tempo, quando adulto, ele falou, sabe, o que aconteceu com ele. Ele é gay e, na época, ele era muito gordo. Então ele sofreu bullying por essas duas questões, sabe. E isso foi difícil. E o meu segundo filho, eles têm uns dois anos de diferença, tem TDAH. Então, o outro filho também sofreu muito bullying, né?

Então, a gente chegava aí na escola, conversar, tentar entender o que estava acontecendo, né? Mas mais com relação ao mais novo. Com relação ao meu filho mais velho, ele falava muito pouco disso e depois, quando ele falou pra gente, eu perguntava porque que ele não falava antes e ele, durante muito tempo, ele achava que, por ele ser gordo, por ele ser gay, naquela época ele também não tinha tanta certeza, ele tinha que ser perfeito.

Então meu filho ia bem em todas as matérias, entendeu? Ele fazia de tudo para ir bem, e ele também, com a gente, não tinha nada, ele não era bagunceiro. Depois também eu acho que a gente foi conversando muito sobre isso porque eu também era assim quando criança, de querer ser perfeita e fazer tudo certo e tal, e aí, quando você vai pra terapia, você percebe o que que acontece, né? Como ele sempre fez terapia quando adulto, ele também começou a entender o que acontecia.

Então era difícil ele falar pra mim, mas ele sempre sofreu muito bullying, tanto é que ele não quis continuar aqui na escola que estava, que é uma escola próxima. Quando ele foi pro ensino médio, ele quis mudar de escola e ele foi pra uma escola em Valinhos que, na verdade, tinha uma abertura maior pra essas coisas e ele tinha sempre muita amizade com as meninas, e essas meninas meio que protegiam ele também, sabe? Então ele tinha amizades com meninas que até hoje eles conversam. Isso é lá de trás, né? Então, eu acho que elas foram um apoio pra ele naquele momento também lá.

Mas a escola em si não lidava com essas questões, não lidava. Mesmo com a questão do meu filho mais novo, foi difícil, mas com a questão da sexualidade, não lidava de uma forma adequada. Tudo bem que ele ainda não tinha, ainda tava tentando entender o que ele sentia, mas era bem complicado.

Ele não gostava de futebol e tinha que jogar futebol, ele não gostava, então é, era bem difícil as cobranças.

P: Como você conheceu e se aproximou do coletivo de mães?

Cris: Eu conheci, na verdade, nessa época que eu tava muito preocupada com a segurança dele. Eu comecei a procurar na internet coletivos que eu pudesse entrar em contato porque eu percebia que eu realmente tava precisando de um apoio, né? E aí eu descobri o Mães pela Diversidade Brasil. Depois eu mandei uma mensagem e aí eles me entraram em contato com mães de São Paulo, do estado de São Paulo. Uma pessoa me acolheu e aí ela deu o telefone da coordenadora de Campinas e foi quando eu conversei com a coordenadora e ela foi super atenciosa, sabe? Conversou muito comigo, falou se eu não gostaria de participar do coletivo, eu falei que sim, me indicou a psicóloga, sabe? Que eu comecei a fazer terapia na época e eu comecei a participar do grupo.

O lugar de fala nosso é o lugar de mãe. Nunca a gente entra na questão do lugar de fala dos filhos em si. E eu me apaixonei tanto pela questão de você poder apoiar outras famílias a saírem do armário, entender os sentimentos que vêm, o que acontece, como também com relação aos direitos das pessoas LGBTQIA+. A gente também se apropria disso e também a gente procura que sejam criadas políticas para eles.

P: Que pautas você acha que deve ser prioridade para o coletivo e para você?

Cris: Uma das pautas é essa, com relação às famílias, né? Eu acho que uma pauta importante que a gente sempre foi, que a gente até participou de discussões, é a necessidade de ser conversado mais sobre essas questões nas escolas, sabe? Eu acho que deveria em todas as escolas. Nós já fomos em algumas, onde fomos convidadas aí, que teve questões, né? Bullying muito grave com uma menina trans. Então, a gente vai, a gente conversa com os pais e tudo mais.

Então, isso é, eu acho que uma pauta é tentar cada vez mais se aproximar dos serviços públicos pra gente poder mostrar. E pra poder conversar mais a respeito. Então, assim, tanto escolas quanto na própria assistência social, sabe, nos CRAS. Então, eu acho que uma das faltas é essa.

Eu acho que o trabalho da pessoa LGBTQIA+, mas principalmente com relação aos trans, né? Que tem tanta dificuldade de conseguir trabalho, eu acho que isso é uma pauta importante, mesmo das questões, voltando pra questão dos trans, né? De toda aquela parte da saúde, a importância de ter realmente locais que acolhem, onde a pessoa possa fazer toda a hormonização, todas as questões de forma tranquila, sabe? Isso eu acho que é importante.

P: Qual é a sua atuação dentro do coletivo?

Cris: Eu vou aprendendo muito, porque a gente sabe muito mais da questão gay, mas as outras letrinhas a gente vai aprendendo sempre. Então, nesse ponto, isso ajudou, ajuda bastante a gente para a gente entender todas as letrinhas, todas as situações.

E é importante quando a gente se encontra, conversa e discute, é um grupo onde você, a gente participa, mas a gente leva muitas questões dos nossos filhos, que às vezes a gente mesmo não entende muito bem, né? Dos tipos de relacionamento que existem, né? Relacionamento aberto, outros tipos de relacionamento. Então, às vezes, a gente fica mesmo tentando entender um pouco mais. E a gente desabafa lá, a gente fala das nossas angústias. Então, esse é um grupo muito acolhedor, né?

E aí, quando a gente tem alguma pauta específica que a gente vai para conversar, sempre vão três, quatro, nunca vai uma pessoa sozinha, é mais difícil, né? E a gente se coloca à disposição para acolher as mães aí por um bate-papo, mesmo que seja pelo WhatsApp. Então, isso é interessante também.

E uma das pautas também, que eu acho que é importante, que eu acho que eu não falei, a gente tem um grupo de mães que a maior parte delas são já de um nível cultural, educacional, um nível um pouco maior. Talvez tenha a necessidade da gente se aproximar mais das pessoas que têm um nível, uma situação de vulnerabilidade maior com relação à vida financeira. Talvez a gente precise se aproximar mais desse grupo também, sabe? De alguma forma.

Eu acho que a gente podia pensar nisso, e isso eu falei na última reunião que a gente se encontrou, e a gente ficou de pensar um pouco mais nessas questões. Eu tenho conversado muito com a Sirlene sobre isso. A gente tem conversado muito. A gente se comunica muito por WhatsApp.

No início, quando eu entrei, a gente fazia uma reunião por mês, sabe? A gente ia numa reunião por mês. E agora está mais espaçado, as conversas têm sido mais por WhatsApp. É interessante porque o grupo, ele é relativamente grande, mas as pessoas que vão nas reuniões são sempre as mesmas, é um grupo menor. Então isso a gente estava também discutindo um pouco a respeito disso, mas a gente sabe da dificuldade das pessoas.

Então hoje está sendo mais a nível de WhatsApp, mas a gente, eu acho que mais esse ano ficou mais difícil da gente se encontrar. Nos outros anos, era mais fácil a gente fazer reunião cada vez na casa de uma, depois a gente começou a ir a lugares, então, um barzinho, alguma coisa assim, ou no centro de Campinas, que ali tem também os bares ali, que o pessoal frequentam mais aqueles bares, os pessoais, os gays, tal, e a gente acha que fazer reunião nesses lugares, indo com a camiseta da gente, é um local também onde eles podem falar alguma coisa relacionada à sua família.

A gente passa a ser um ponto de referência. Então, a gente estava fazendo isso. Mas aí, esse ano foi mais difícil. A coordenadora teve vários problemas, algumas também. Então, a gente está se encontrando presencialmente pouco. Mas a gente teve algumas atividades. Com relação ao trabalho, sempre tem empresas que pedem para ir, falar, conversar a respeito disso, e as escolas. Esse ano teve uma escola e teve também a empresa. E fora isso, tem alguns debates que algumas de nós participam. Quem pode, vai.

P: Certo, nessa aqui, só para esclarecer, em que ano que você entrou?

Cris: Ah, perai, 2018. É ali no período da presidência do Bolsonaro, mas aí eu não sei, é melhor deixar 2018.

P: Como você acredita que a escola pode ser um espaço acolhedor para questões de gênero e sexualidade?

Cris: Eu acho que a escola tem que estar, os professores, os orientadores, eles têm que estar preparados para toda e qualquer diversidade. E principalmente com relação ao LGBTQIA+. Eu acho que promover discussões, sabe? Diálogos, eu acho que é importante, principalmente naquelas salas onde se percebe que isso existe e que o bullying é muito grande ou que o próprio pai, a própria mãe também se manifesta, porque agora na minha época não tinha com eles, mas agora tem o WhatsApp, e os pais têm o WhatsApp e falam uma série de coisas.

Eu acho que quando a escola percebe que tem problemas maiores, é acolher e conversar mais a respeito, dialogar mais, tanto com as famílias envolvidas, quanto com as outras famílias também. Levar profissionais, levar, mas levar pessoas que possam orientar, sabe? Toda a parte escolar, eles ficaram aqui em uma escola, o mais novo ficou até o ensino médio, o meu filho não, foi para uma outra escola, mas todas foram escolas particulares. E aqui a escola é uma escola de irmãs, né? Então, mais difícil ainda.

Agora eu não sei como está, mas antes era muito difícil falar sobre isso, a gente não ouvia falar sobre isso, né? E isso é, e isso é necessário, sabe? Eu acho que abrir para outras situações, outras culturas. Então, ah, é o mês, né, onde tem a parada gay, é o mês de luta da pessoa LGBTQAPN+. Então, o que significa isso? Porque levar esses temas dentro da sala de aula, sabe? E acho que é importante.

Eu tenho ficado muito preocupada com isso, porque a gente vê que as pessoas, elas são muito conservadoras. E isso é bem complicado, né? Não sei se eu te ajudei.

P: Quais são as principais barreiras e potências que você observa na educação básica para estudantes LGBTQIA+?

Cris: Mesmo a professora que está ali na sala de aula, entender que ela... Perceber essas situações e ser acolhedora com a pessoa que está ali, a criança que está ali, e ela está percebendo que tem uma questão, chamar pelo nome, no caso das crianças trans, chamar pelo nome social, pelo nome que realmente elas têm, se identificam. A própria questão de banheiros, eu acho que não deveria ter mais banheiro feminino e masculino, na minha cabeça eu acho que não deveria ter, todos os banheiros deveriam ser coletivos e acabou, sabe?

Então, e mudando mais essas questões, né? Não sei se eu... E olha quantas violências que tem na escola, principalmente na escola pública, né? Quantas violências que tem, porque não tem, né? Você não acolhe aquela pessoa, né? Como um ser humano que tá ali, que tem dificuldades, né? Desde não ter o café da manhã, talvez, sabe? Uma série de coisas, né?

A gente fez um trabalho numa escola pública o ano passado, que foi quando eu ainda estava trabalhando, muito complicado, que foi sobre abuso sexual. No dia que a gente foi fazer, que a gente foi enquanto assistência falar, que foi no mês de combate à exploração e abuso sexual, quando a gente foi para a escola, a gente foi com uma equipe nossa do CRAS e a do CRES também, porque o CRES é o centro especializado, e lá, depois que a gente falou, a gente foi em todas as salas, algumas crianças e adolescentes vieram falar depois com a psicóloga, porque passavam uma situação de abuso.

E dessas que foram, tinham algumas LGBT, sabe? Então, acho que três ou quatro, que nunca tinham falado nada para as famílias, as professoras, os professores também não tinham identificado nada e já tinham sofrido abuso, sabe? Então, é importante que nesses meses de campanha, o serviço público se aproxime, a gente se aproxime, entendeu? Pra poder entender um pouco mais, sentir um pouco mais, né? Tanto é que agora esse, esse ano, eles devem ter feito também. Então, é importante.

P: Você percebia alguma diferença entre os professores de disciplinas. Teve alguma experiência positiva ou negativa?

Cris: O meu filho sempre teve um comportamento exemplar na sala de aula. E na reunião de pais e tudo, eles nunca traziam nada. Sempre que ele tava bem, que tava tudo certo, entendeu? Nunca aconteceu. Diferente do mais novo, que aí teve uma professora, que acho que aí não cabe, porque teve uma professora de espanhol, que ele tinha uma dificuldade muito grande de relacionamento, sabe? Não entendia a questão das dificuldades que ele tinha. Naquela época não se entendia mesmo a questão do TDAH, né?

Mas o mais novo sempre foi muito bom em matemática. O mais velho também, né? Tinha dois professores que ele gostava muito, que ele falava, que era um de português e o outro de matemática. Ele gostava demais desses professores, sabe? Ele se relacionava bem, mas ele nunca foi de reclamar, né? Dessas questões. E pra ele, de comportamento, ele sempre teve bom comportamento. Uma coisa que até me preocupava. Mas assim, o contrário preocupa também, né? Mas é isso.

Mas vem daquilo que eu te falei, que pra ele também era difícil ser diferente. Ser questionador, ser, sabe? Se posicionar mais, isso ele foi aprendendo com o tempo e com a vida também.

Sobre matemática, ele mais tinha um professor que gostava, ele mais tinha um professor que gostava mais da questão do professor porque as matérias de humanas era a que ele gostava mais, tanto é que ele foi fazer comunicação. Ele pensou em fazer ciências sociais, ele pensou em fazer serviço social, sabe? Mas ele acabou indo pra comunicação. Ele gostava do professor, se dava bem com matemática, mas nunca pensou em fazer nada de exatas, nada de biologia, sabe? Nada disso. Ele sempre pensou em fazer humanas, né?

P: Você vê alguma maneira de que a matemática poderia contribuir para a luta contra discriminações, desigualdades de gênero e sexualidade?

Cris: Eu acho que assim, eu não sei se seria na matemática, mas eu acho que é fazer pesquisas e mostrar, sabe? Pesquisa de algum tema que mostre, né, nessa linguagem da matemática, da porcentagem e tudo tal, quanto é o número de pessoas que sofrem com relação a isso, sabe? O que existe ainda de recurso, que são poucos, sabe? Fazer isso, eu não sei se seria, né? Mas fazer esse tipo de pesquisa, sabe? Pra que eles enxergassem um pouco mais da realidade em si. Eu não sei como poderia usar a matemática para isso, mas eu acho que tem possibilidade, né? Assim como qualquer outro professor.

P: Você no começo cita um pouco da religião. Como que é hoje?

Cris: Então, o que aconteceu, o meu filho, quando ele se descobriu mesmo, que ele realmente teve a certeza, que veio falar conosco, tudo, ele já não frequentava aqui porque eles foram coroinhas, essas coisas. Mas porque eles quiseram. Mas tudo bem. Não sei se ele se forçava e não falava nada. Mas pelo que eles quiseram. Mas ele falava o que queria.

E quando ele foi pra São Paulo, ele procurou participar das missas lá. E ver alguma paróquia que ele pudesse participar de alguma atividade. E teve muita resistência. Teve muita. Alguma atividade e teve muita resistência, teve muito, e ele ficou muito magoado. Ele saiu. Ele é uma pessoa que acredita em Deus, mas ele saiu e nunca mais voltou, tá? Só e tem frequentado lá todo sábado, eles vão, né? E tem uma turma de amigos também que frequenta e ele se encontrou aí.

Ele sentia muita, muita falta dessa parte e aí ele se encontrou aí, chama Templo Guaraci, onde ele vai lá em Cotia. E ele voltou então ano passado, porque até então ele não frequentava mais nada. E eu fiquei muito feliz dele voltar num lugar que ele queria, que ele se identificou, né? Porque é muito difícil, viu, Mariana?

A gente teve uma abertura da igreja com o Papa Francisco para essa questão dos LGBTQIA+. Os padres daqui são muito legais, dessa paróquia que a gente frequenta, com relação a isso não tem questão, não tem nada, mas as pessoas em si são muito cruéis. E não era para ser, porque não tem nada a ver. Então, infelizmente, a igreja tem que caminhar muito nisso ainda. Mas a gente ficou muito feliz dele se entender agora, se achar e sentir falta e conseguir um lugar onde ele é acolhido espiritualmente.

P: Você falou dessa ida dele pra São Paulo e daí ele contou. Eu falo isso porque eu também tive que ter esse afastamento da minha família para contar, né? E aí não sei se você pode comentar um pouco mais de como foi, que você falou, ele contou, como que foi.

Cris: Em 2006 ele foi pra lá pra São Paulo. Depois de um mês lá, né, pra São Paulo. Depois de um mês que ele foi pra São Paulo, ele vinha todo final de semana pra cá. Ele ainda não tinha falado nada. Ele deitou, na época a gente morava numa outra casa, ele deitou do meu lado à noite, ele

chegou pra mim e falou assim: mãe, eu acho que eu não vou conseguir. É muito difícil morar sozinho, é muito difícil. Lidar com as coisas, né? Que acontecem... Eu acho que eu vou voltar pra cá.

Aí eu me lembro como se fosse hoje. Eu falei pra ele: meu filho, a coisa que eu mais queria no mundo é que você voltasse pra cá. Mas não faça isso. Você tem que continuar. Você tem que continuar. Senão você vai desistir de um monte de coisa da sua vida, né, e que pode te fazer, que vai te fazer muito feliz. Então você continue.

E ele voltou e foi, não foi fácil, mas assim, ele depois de um tempinho, depois desse dia, ele já veio e comentou, né, com a gente, comigo, com... Ele falou: mãe, eu sou gay, tô namorando uma pessoa. E eu abracei, eu lembro que eu abracei ele, a gente chorou junto. E eu só falava assim: filho, tudo bem, não tem problema. Eu sabia desde quando você era criança.

Mas é difícil pra mim você ser gay. É difícil pra mim a questão da violência e do preconceito. Que você vai sofrer, né? E que ele já sofria. Então, isso aconteceu.

Pro pai, ele contou depois. E num primeiro momento, ele... O meu marido, ele ficou bem... Foi bem difícil pra ele. Eles discutiram, né? Depois, a coisa foi deslanchando, porque aí o amor é maior do que qualquer tipo de situação, né?

E eu lembro que ele quis contar pras duas avós só, pra mais ninguém. O restante ele falou, vocês podem falar, mas eu quero contar pras avós. Então, ele foi na casa delas, né, e contou e pra elas, pra minha sogra foi um pouquinho mais difícil que ela, tudo bem, ela falou que tá bem, mas ela ficava um pouco mais chateada, mas a minha mãe acolheu da mesma forma.

Tanto é que ele tem uma foto da minha mãe enorme e a minha pequenininha na casa dele. Ele falava assim: mãe, mas você chorou no início e tal. Eu falei: chorei, mas você sabe por quê? Porque eu sentia medo de acontecer alguma coisa com você.

E a minha mãe, ela foi assim, de uma... Sabe? Ela acolheu assim, ela não pensou no que pode ser ruim, nessa questão da violência. Ela só pensou em acolher. E aí foi o primeiro, quando namorado, ele foi casado 15 anos, né? Depois eles se separaram na época da pandemia. Mas, enquanto ele estava casado, a vó ficava nervosa quando eles não iam na casa dela, né? Ou quando ela não vinha vê-los daqui, na minha casa, né? Porque ela sempre estava querendo ficar presente. E é isso bem.

P: No começo você fala das dificuldades de maternidade. Pra você, qual foi a maior dificuldade de ser mãe?

Cris: Eu acho que eu tinha uma visão um pouco diferente e eu sou filha única, meus pais já faleceram, mas eu sou filha única, meus pais já faleceram, mas eu sou filha única, né? Então, quando o meu filho nasceu, eu me deparei com um medo extremo, que eu achava que não ia conseguir lidar com aquele momento.

Existia um amor muito grande por ele, mas ao mesmo tempo que quando foi, aí que eu fui atrás e eu estava em depressão pós-parto, eu não queria que aquilo tivesse acontecendo, porque eu me sentia insegura demais, medo demais de não dar conta, entendeu?

Eu tive infecção hospitalar, quando eu tive o meu filho, tive uma febre enorme que não passava. Eu não sei dizer pra você se eu fiquei, tive a infecção por causa da minha questão psicológica, ou se a questão psicológica veio junto com a infecção a partir da infecção, mas eu olhava pra ele e falava: “Não, não vou dar conta, não vai dar certo não”, entendeu?

E isso foi o primeiro mês, que é uma das coisas também que eu tive que trabalhar muito em terapia, porque eu não queria ter sentido tudo aquilo de não querer ele ali do meu lado, entendeu? E ele foi

uma criança extremamente calma, ele só mamava e dormia, mamava e dormia. Parecia que ele sentia que o meu momento tava sendo difícil, né?

E daí passou essa fase, graças a Deus, e aí foi, eu queria retribuir tudo que eu não consegui dar no primeiro mês. Então a gente ficou assim, ficava muito junto. Eu não queria soltar ele, a gente passeava, a gente ia. Então, a gente andava de carrinho pra tudo quanto é lado.

Então, assim, acho que o início foi isso. Depois eu percebi. Eu acho que foi questão, Mariana, de maturidade minha. Sabe? Eu acho que a questão da... Meus pais, a gente sempre... Nunca a gente teve uma situação econômica, assim, boa, né? Mas sempre foi simples e tal. Só que eles sempre tiveram aquela questão que eu falei, né? Muito receio do meu sofrimento, então eles me poupavam de certas questões, né? E isso foi ruim.

Então, quando eu tive que cuidar realmente de um ser pequenino que só dependia de mim, pra mim foi difícil no início, em função de tudo isso que eu te falei. A primeira reação que eu tive foi essa, sabe? Apesar de todo o amor, eu falava: eu não vou dar conta.

P: Existe algo que você gostaria de acrescentar que não foi mencionado durante a entrevista?

Cris: A única coisa que eu gostaria de acrescentar é que você está de parabéns por ter escolhido esse tema e que eu gostaria que mais pessoas tivessem esse desejo, sabe? De poder cada vez mais colocar esse assunto em pauta, sabe? E você está de parabéns. Eu fico muito feliz.

Sirlene

P: Para começar, apresente-se, diga seu nome, idade e fale um pouco sobre você. Depois, compartilhe como foi a chegada da maternidade em sua vida.

Sirlene: Bom, eu sou Sirlene, sou nascida no Mato Grosso, de Jaciara, e tem 27 anos que eu vim pra cá, no intuito de melhorar mais um pouquinho a nossa vida. No caso da maternidade, eu engravidei aos 19 anos o primeiro filho, que é meu filho gay. E depois, logo em seguida, muito rápido, veio o outro, que é o hétero. E aí foi, né? O processo de infância e tal. Mas, assim, a minha vida toda foi a trabalhar, sempre trabalhando, né? E eu acho que eu não vi o crescimento das crianças. Então, foi muito difícil a minha parte da maternidade por causa disso. Mas, logo que eu vim pra cá, pra Paulínia, eu comecei a aproveitar mais esses meninos, porque daí o mais novo nasceu em Minas, que a gente morou pouco tempo lá. E logo veio ele, que é outro. Eu não sei se você vai divulgar e como ele ainda não quer que muita gente quer saber, mas eu tenho um segundo filho que é gay também, que é o mais novo. E aí, então, beleza, então tá tranquilo. Minha vida estava ótima até o meu marido descobrir como mais velho se identificou com o rapaz gay. Ele pegou e falou assim pra mim: “Nossa, mas aceita os filhos dos outros, mas não aceita o meu”. E isso parece que o meu chão caiu. Eu comecei a ficar triste, porque a minha família começou a se desestruturar ali. Aí, quando então eu cheguei nele e falei: “Ah, tudo bem, mas eu só vou te falar uma coisa: você não é meu sonho, ele é”. E eu acredito que muitos casamentos, como um ou outro qualquer, acabam por causa desse espírito, porque nem o pai aceita. É muito difícil, não é como o marido da Cris, que você conheceu. É muito difícil um pai aceitar, porque tem toda a estrutura machista, o tempo da família, o que a família vai pensar. E até então eu falei assim: “Gente, é isso”. E demorou um processo longo dele aceitar. E eu falei: “Poxa vida, aceita os amigos, mas não aceita o filho? Como assim, né?”. Mas sempre, eu nunca entendi, mas sempre depois eu percebi que era isso. O processo de, do que eu vou falar, né? Que eu gostava, assim, ele é um menino gay, mas você nota mesmo, você fala assim: “Nossa, mas seu filho é gay”. É, mas tudo bem, né? Nem todos precisam ser apresentados, né?

*Logo depois, muito tempo, muito tempo da gente ficar nesse processo, eu descobri as mães no Facebook, olhando ali o Facebook, procurando, e de repente apareceu lá: Grupo de Mães da Diversidade. “Se você tem um filho LGBT”, na época não tinha LGBTQIA+, era só LGBT. E aí, quando foi, do nada, eu falei assim: “Ah, quer saber? Eu preciso me formar mais um pouco, né? Se eu aceito meu filho, alguma coisa a mais eu tenho que fazer por ele”. Quer dizer, sempre aceitei. Então, pra mim, não foi tão difícil. Aí, logo que eu procurei as mães, aí veio o meu processo de adaptar com elas. Porque eu era a única pessoa negra naquele grupo de mães. Aí, depois que eu fiquei: “Gente, será que eu estou no lugar certo?”. Comecei a descobrir cada mãe, porque todo mundo tem sua história, né? Eu falei: “Nossa, a minha vida não chega nos pés dessas mães”. Então, eu sou vitoriosa, eu tenho uma vida tranquila, eu tenho o amor que eu preciso, não preciso mais do que isso. Então, eu só preciso entender mais o meu filho. E foi isso, foi procurando entender mais e fui indo e fui indo. Quando pensei que não, eu era, sabe o que? “Nossa, eu fiquei até orgulho de dizer isso”. Elas chegaram em mim uma vez e falaram: “Sirlene, você é nossa inspiração, a sua história de vida é muito linda”. Porque, assim, se eu contar minha história, você fica, vai fazendo a metade do seu caderno, vai caber. Mas, assim, é ver onde eu vim, pra estar onde eu tô hoje, menina, é muito vitória, sabe? Porque eu achava que eu não me cabia no lugar dessas mães. Eu me colocava no lugar lá embaixo. Eu não me colocava ali com elas, pareando com elas. Eu sempre me achei... E eu consegui, sabe? Eu consegui entender mais meu filho, eu consegui com que meu marido entendesse o porquê da gente apoiar ele, porque a família é a base de tudo. E a maioria das mães que eu conheço, tirando eu, a Cris e a Renata, quase todas tiveram o término de casamento por ter os filhos LGBTQIA+. Todas, a maioria dos casamento foram acabados e tudo porque o filho ou a filha, né? E aí eu faço até isso: a gente tem vitória, porque se você sendo apoiada, uma pessoa que está com você o tempo todo e ajudando o seu filho, não precisa de mais nada. Eu acho que é isso.**

P: Como foi para você o processo de reconhecimento e acolhimento do gênero e/ou orientação sexual do seu filho?

Sirlene: Foi lindo, lindo, lindo. Porque ele esperou um dia que a gente estava sozinho. Foi logo que eu mudei pra Paulínia. E ele estava com vontade de vir morar com a gente. Ele morava em Campinas e a gente aqui. E ele queria vir morar com a gente, tá? E ele falou assim: “Mãe, eu preciso contar uma coisa pra senhora”. E naquela época a gente não tinha uma cama, a gente tava deitado no chão, porque a gente ia acabar de chegar de mudança e tudo. Ai, deitei assim, na frente, ele deitou do meu lado. Ai ele falou assim: “Mãe, tem uma coisa pra contar pra você. E eu não sei se a senhora já sabe, eu não sei, mas eu vou contar”. Ai ele falou assim: “Mãe, eu sou gay”.

Sabe quando você tem um processo de você falar assim: “Eu não sei se é a impressão que você vai lá em cima e você volta”? Ai eu olhei para ele assim: eu já sabia que, com aquela descoberta, eu teria que esquecer aquele menino que eu achava que era um homem, que aquele ia dar um neto, que aquele menino ia me fazer vovó, alguma coisa do tipo, sabe assim? Então, eu tirei aquele menino e acolhi esse, porque a mudança de vida nossa ia ser totalmente diferente. Então, a hora que ele me contou, eu falei assim: “Você sabe, né, que o seu pai vai ser difícil”. Ele falou: “Ai, mãe, eu sei, porque eu já percebo algumas coisas do pai. Eu converso com ele, a gente sente nas palavras dele algumas coisas meio machistas e tal”. Falei: “E seus irmãos?”. “Falou: ‘Ai, mãe, vamos ver’”. Ai tá, a partir desse momento eu virei a melhor amiga do meu filho.

*Uma vez eu ouvi uma frase que fala assim: mãe não deve ser amiga dos seus filhos. Eu queria saber onde é que cabe essa frase de que mãe não pode ser. Eu acredito, assim, que deve ser a família tradicional que quer que os filhos cresçam... Ah, se virar sozinho. Ah, porque ele vai ter que dar conta com dezoito anos e tem que sair fora de casa. Não sei que frase é essa, mas eu acredito que é assim. A partir do momento que ele me contou, eu não sei, parece que eu virei o tamanho diferente mesmo, mudei muito, mudei, mudei, isso eu falo pra você, eu mudei muito.**

P: Que tipo de acolhimento ou rejeição você sentiu das pessoas próximas a você?

Sirlene: Olha, se eu falar para você, em palavras, se você falar, é uma coisa. Você sentir que está por dentro é outra. Minha mãe, meu pai foram as primeiras pessoas que eu contei logo que o meu filho contou pra mim e eu não aceitaria se eles negassem ele. Tudo bem, se eles também não aceitassem, pra nós não tinha diferença muito, porque eles poderiam ficar quietinho por lá mesmo, porque são do Mato Grosso, né? Então, aí beleza. Daí meu pai, meu pai chorando, mandou um áudio pra mim, falou: “Filha do céu, jamais, jamais, ele é meu neto querido, a gente nunca vai abandonar ele por nada, nem eu, nem sua mãe”.

E hoje a minha mãe é interessante, minha mãe fala assim: “Manda um abraço pra ele”. Que é o mais velho. “Manda um abraço pra ele e pro namorado também, fala pro namorado que eu tô com a maior saudade deles”. Então, ela não esquece do nosso grupo familiar, que tem mais um agora, né? Que é o namorado. Ele mora junto com o meu filho já. Então, isso pra mim, outras pessoas renegassem, não quisessem falar mais comigo, não importaria. Minha mãe, meu pai, ficar do nosso lado, pra mim, tá?

Ai teve uma época que veio a minha irmã, um post lá, falando assim que a igreja, que ela é da Igreja Universal, a Igreja Universal curava essas pessoas, que essas pessoas, sabe, elas tinham chance de mudar na vida, porque não sei o quê. Cara, na hora, na hora eu liguei pra ela e falei assim: “Por que você postou aquilo? Eu acho tão desnecessário, porque, assim, se você tem uma coisa que resolve essa igreja, fique pra vocês. Vocês não precisam estar destilando pro mundo”. Entendeu?

E outra pessoa veio aqui, nem conheço, não faço questão de conhecer. É uma prima que mora aqui, que é parente da minha avó e que é tia da minha mãe. Veio também a mesma frase. Mandou um recado pra minha mãe. Que a igreja dela curava o meu filho. Sabe? Então, esse tipo de comentário,

*essas coisas, pra mim, não interessa, não quero, não faço questão nenhuma que fique por lá mesmo. Engula o seu veneno.**

P: Na escola, como você percebeu a experiência/vivência em relação ao acolhimento da diferença de sexualidade?

Sirlene: O meu filho, ele nunca me falou nada, porque, se ele sofreu isso, ele sofreu lá sozinho, porque acho que ele nunca queria trazer essa dor pra mim. Mas eu não posso te responder essa pergunta só por causa disso. Porque ele nunca chegou em mim e falou: “Mãe, eu fui...” ou na faculdade onde ele passou. Só que logo depois que ele veio à faculdade, aí é outro mundo, né? É um grupo de pessoas que não tem esse... Essa... Como é que fala? Esse preconceito, né? Então, se ele sofreu... Até foi uma boa ideia. Isso é uma pergunta que eu vou fazer pra ele. Se ele sofreu alguma coisa. Ele não contou, né? Porque ele já era mais velho. Isso, porque o que você... Como ele já se assumiu depois dos 20 anos? Ele já estava assumido entre eles, mas quando ele contou pra gente, com 20 anos de idade, eu acho que, se ele passou algum processo, ele já passou todos, e ele não chegou até mim.

P: Como você conheceu e se aproximou do coletivo de mães?

Sirlene: Então, logo que eu conheci, inclusive, uma mãe, ela colocou lá no Facebook: “Mães que tem filhos LGBT, pra procurar a gente que a gente ia dar uma força, um apoio”. Aí eu mandei a mensagem pra ela. Ela falou assim: “Você é da onde?”. Eu falei que era de Paulínia. Ela falou: “Então, peraí que eu vou te passar o contato da coordenadora de Campinas”. Aí ela passou o contato. Logo que eu entrei em contato com a coordenadora, aí, conversando com ela, ela falou assim: “Ah, não, porque a gente tem um grupo e ele pode te colocar no grupo”. Aí acho que não demorou um mês, logo apareceu um encontro, aí a gente se encontrou.

E aí, nesse coletivo, foi onde eu me inspirei muito, porque eu achava que eu sofria. A gente sofre, lógico. Por que a gente sofre? O que tem lá fora. Você sabe que ele vai sair, sabe que ele vai fazer alguma coisa, que ele vai para uma balada, que ele vai para uma festinha, que ele vai onde for, o mercado, o que seja, a violência sempre está por perto. E lógico que agora, como ele está mais velho, ele tem mais cuidados. Antigamente ele tinha menos, agora ele tem muito mais. Mas esse era o medo do que eu pensava, do que eu imaginava.

E aí eu descobri que eu, como mãe de um filho gay, não chegaria nem aos pés de uma mãe que tem os filhos trans. Porque o transgênero é um processo mais difícil, incompreensível. Tem uma das mães da diversidade que tem um filho, agora é um menino trans. E ele, lógico, agora já está com 20 e poucos anos. Quando ele tentou se descobrir, ele contou pra ela e tal. A primeira coisa que ela fez foi procurar um psicólogo. Quando ela procurou esse psicólogo, ela é uma história de vida maravilhosa. Quando ela foi atrás do psicólogo, ela contou tudo pra ela. Porque ela é uma psicóloga, na verdade. Ela contou a história pra ela, daí ela falou assim: “Mas daí, e como tá seu filho?”. “Eu não sei, ele agora tá querendo tirar os peitos”.

Aí, ela contando, ela contando, assim, pra gente, na hora dá risada, mas o processo da cabeça dela era outro. Então, ela estava transtornada. Aí a psicóloga falou assim: “E você quer que eu faça?”. “Eu quero que você me ajude a conversar com meu filho, com a minha filha, que na época era filha”. Ela falou assim: “Não, eu não tenho que conversar com ela. Eu acho que quem está precisando de ajuda aqui é você”.

Ela encontrou a melhor psicóloga da face da terra. Porque a psicóloga já estava entendida, ela já estava, né? Porque tem várias pessoas hoje, não sei se você, lógico, você sabe, Mariana, você é mais inteligente que eu, lógico, não tem nada a ver com inteligência, é que você tem mais um andar, você vai pra um lado, pro outro. Você sabe que hoje temos psicólogos que tratam disso, temos médicos que

estão começando, né, pra tratar sobre isso, porque sempre dividia médicos, né? Hoje não, hoje estão preparando as pessoas no mercado de trabalho para cuidar das pessoas.

Mas, quando outra mãe conta essa história, o que eu fico pensando? Gente, o meu filho é gay. Em nenhum minuto ele vai querer tirar o ovo dele, em nenhum momento ele vai querer tirar os seios dele, entendeu? É complicado, é um processo sofrido. Então, a partir desse momento que eu descobri que eu era a mãe mais feliz do mundo, não porque eu tinha um filho gay, mas que o meu sofrimento eu poderia ajudar as outras que estão sofrendo. Que eu poderia tirar esse peso que estava em mim, que eu achava que era sofrido, e correr para acolher mais as pessoas.

Inclusive, a gente está, eu com a Cris, trabalhando numa... de conversa com uma casa, se chama Casa Sem Preconceito, e ela acolhe pessoas trans, vulneráveis de rua, e ela procurou a gente esses dias atrás pra saber se a gente tinha como conversar com uma família. Que a família não tava aceitando e que a pessoa que era o filho estava muito rebelde e tava fazendo muita coisa errada na casa.

*Então, quer dizer, é complicado? É. Mas talvez a gente consiga. Nada é impossível, a gente pode correr atrás para poder conversar com as pessoas. É isso o coletivo, a gente tentar acolher outras mães. Agora, a gente foi escolhida, e agora vamos tentar acolher outras.**

P: Isso foi quando? Que você entrou?

Sirlene: Nossa, 2017, oito anos. Isso mesmo. 2017.

P: Que pautas você acha que deve ser prioridade para o coletivo e para você?

Sirlene: Não, olha, o coletivo, ele é uma, ele é, eles são diferentes pessoas, né? Então, dentro do nosso grupo é só sobre os filhos. É só sobre isso. E quando a gente fala sobre eles, então, a nossa briga maior é o respeito. É o amor, né? Que ao invés dos filhos ficarem trancados no armário, tipo se escondidos, o que a gente faz? A gente faz o contrário. Nós mães saímos do armário pra poder apoiar nossos filhos.

Porque muitas mães tem mães que tem muito medo. Tem muito medo. Eu conheço muitas pessoas que são mães. Quando eu converso e falo sobre as mudanças de diversidade, a primeira coisa que elas perguntam pra mim assim: “Ah, mas e aí? Você não tem vergonha?”. Eu falo: “Mas do quê? Qual seria essa vergonha que você está querendo dizer?”. “Não, porque eu acho tão difícil, porque eu vou ter que falar da fulana, da siclana, e aí todo mundo vai descobrir, minha família e tudo”.

*Mas é isso que é o intuito de mães, é defender os seus filhos e sair, não ficar trancada igual todas as outras pessoas ficam, procurando não divulgar que tem um filho em casa, ou medo da igreja, ou medo dos familiares. Não adianta, a gente não tá pra isso. Então, as mães, o intuito delas é procurar, é de um respeito, é, primeiramente, e distribuir mais amor. Muito mais. Muito mais.**

P: Qual é a sua atuação dentro do coletivo?

Sirlene: É assim, a gente ainda, que nem eu com a Renata, a gente não tá tendo tempo pra gente se encontrar pra conversar sobre isso, porque é que nem ela falou, a gente precisa aprofundar mais, tem coisas que estão meio, sabe, presas ali, que a gente precisa, que é assim, o grupo de mães geral, né, e a coordenadora, a chefe maior são de São Paulo, né? Só que elas têm o Brasil inteiro escrito por aqui, só que a nossa coordenadora é daqui de São Paulo. A chefona dos outros. Pode dizer, tá?

Aí, tem certas coisas que eles não gostam que a gente se comprometa. Eu não sei se eu posso falar, mas qualquer coisa tem. É. Que nem a Casa Sem Preconceito. Tem muitas coisas que a Casa Sem Preconceito procura a gente. Por quê? Bom, final de ano agora sempre faz isso, que é da Casa Sem Preconceito, vai fazer uma festa de Natal, e aí o que eles pedem? Pede ajuda. Pra você ter um Natal

luz, você precisa de ajuda, porque a Casa sem Preconceito, ela não é feita de, como é que eu posso dizer, tudo fácil, tem dinheiro, não é assim, é tudo doação, né?

E aí o que acontece? Ela vai procurar o grupo de mães. Se o grupo de mães não pode apoiar, ajudar, cesta, ou vamos sugerir, você vai dar um prato salgado, você vai dar um refrigerante. Ela não pede bebida alcoólica nenhuma, ela fala: “Gente, não, bebida nenhuma. É só macarrão, uma coisa, para fazer uma ceia. Frutas, né?”.

E aí o que acontece? Um dia a coordenadora falou pra gente: “A gente não pode misturar as coisas, porque nós é um coletivo de mães, a gente não tá aqui pra fazer doações e tal”. Entendo. Super entendo. Mas a gente pode tirar um pouco esse manho e deixar um pouco do lado, e acolher por fora.

Vamos supor, coloca no grupo: “Gente, sente no coração de vocês, quem quiser ajudar, só isso”. É, vocês não colocam no coletivo, é individual. A gente é parte individual a nossa. Tem, inclusive, a Cris mesmo. A Cris uma vez ficou muito chateada, porque a Cris ajuda muito a Casa nossa. Essa semana mesmo ela falou que colheu um monte de sapatos. Sabe esses sapatos grandes? Porque as meninas lá são um estilo bem pessoas com pé grande, tá? E a Cris conseguiu, sabe, roupas lindas, era a coisa mais linda pra distribuir lá pra elas.

Porque a Cris é o quê? A Cris é social. A Cris, ela mexe com o social. Então, quando ela... E ela acolheu a Casa. E eu tava falando pra Renata, falei: “Renata, a gente não precisa misturar, mas a gente pode sair ali meio que...”. E a gente tem que dar uma mãozinha pra eles lá, porque, ó, é tecido, porque lá dentro tem um... Na teoria de costura, elas costuram as próprias roupas, sabe?

Então, eu acho assim, a gente pode ser uma mãe adotivas, entendeu? Mãe adotivas, mãe adotiva da Casa das meninas. Lá eu uma vez participei na semana de diversidade da meu deus, quando a bandeira rosa e azul, como é que chama menino? Ó, o branco, trans, bandeira trans, e é que eu tô nervosa.

E eu participei um dia lá do Ball Room, uma dança. E eu achei que era magnífico. Logo depois que passou essa dança, me vendo o desfile. E o desfile era de quem? Das meninas. Tudo roupas que elas fizeram.

Então eu falo assim: o que custa, né? É uma coisa que eu acho assim, o acolhimento pra elas, a gente tá ali, e fala assim: “Ai, você é linda, você é maravilhosa”. Gente, agora esse ano foi a parada de Pessoas Idosas, né? Trans, LGBTQs, que amam a gente, todos. E foi lindo. Ela aparecendo lá, eu tirei uma foto com ela, e ela toda botoxinha, sabe? Toda cheia, inteligente. Como assim? Nem eu não dou conta de ficar com essas coisinhas assim. E elas sabem.

Eu falo, eu emociono, tem hora, de falar delas. Então, quer dizer, eu sou o maior fã dessas pessoas que têm essa coragem. Toda a vida eu fui. Eu sempre falo pro meu filho: “Filho, eu não sei. Eu sou muito fã dessas pessoas. Porque você ter coragem de se vestir naquele estilo, tem um estilo, né? Pra mim é um estilo dela, é dela. Isso cabe a ela, não cabe a ninguém aquilo ali”.

*E é tipo um bustinho, né? Uma saíinha curta, um salto, né? E aí você tá lá toda maquiada, quela peruca enorme. É muito corajoso aquilo ali. Aquilo ali não é pra qualquer um, ali é dela. Eu não sei se eu te respondi a essa pergunta, mas eu acho que tem hora que eu saio meio, eu saio muito fora da rota. Eu saio, eu sou geminiana, então, ó, a gente.**

P: Como você acredita que a escola pode ser um espaço acolhedor para questões de gênero e sexualidade?

Sirlene: Eu tive dois anos e meio fazendo EJA. Nesses dois anos e meio que eu estava estudando, eu passei por ali e vi muitas coisas, né? Tem uma menina trans, não, um menino trans. E um dia a gente

estava na sala, do nada a gente começou a escutar uns gritos, né? Um menino homofóbico, né? Que foi horrível aquilo lá. A cena mais triste que eu vi, ele gritava, ele dizia: “Você é não homem, você não é, não, você é mulher, você não é homem”. E aí ele gritava, falando palavrões e tal.

Eu olhei pra ele assim: “Cara, o que tu tá fazendo, velho? O que você vai intrometer?”. Eu falei: “Vou mesmo, e daí?”. Aí o povo falou assim: “Ah, porque você não tem nada a ver com isso aqui não”. “Não, sai, é você que tem que sair. Ela tá exaltada, sai daqui, vaza”.

Porque, além dela ser um menino trans, a gente até trocou o nome, graças a Deus, não é mais chamada por um nome muito feminino. Ela agora, nossa, até esqueci o nome dele. Aí, eu conversei com ele e ele falou assim: “Porque esse cara é louco. Além dele sofrer esses preconceitos, ele tem, não é o TDAH, acho que é isso mesmo. O TDAH não é uma pessoa muito... ele não, não assimila muito o que ele faz, o que ele fala e tal, né?”.

E aí ele falou assim: “Ah, porque não sei o que, eu vou matar esse cara, eu vou pra cima dele”. “Você não precisa fazer isso, você tem que ignorar esse tipo de pessoa”.

Aí veio o professor, eu falei, uma professora de história, falei: “Professora, até quando a gente vai ter que passar por isso? Precisamos falar mais sobre isso em todas as escolas”. Porque eu acho assim, e a luta para mim, se você lembra, eu luto mais de hoje.

E essa minha professora de história, ela é ativista, ela é uma pessoa bem, sabe, ela é feminista, é que tudo, você imaginar, ela é. Na verdade, a gente é da esquerda, a gente não tem partido. Eu só quero ser esquerda, não quero ser outra coisa. Mas não sou de partido, eu não quero ser direita. É o modo de dizer.

E essa professora minha, ela fala que luta há muito tempo. Muito. E não tem como encaixar isso dentro das escolas. A gente participou já de várias coisas sobre isso. Teve um acontecimento na escola aí perto ali, não é, gente? Maravilhoso, do Largo, perto ali, de um menino que foi feito violência quando foi dentro da escola e tal. E a gente foi lá participar de uma palestra para conversar com os pais, porque é isso que o coletivo da Mães também consegue fazer. Que quando acontece uma coisa assim, do tipo, a gente é convidado a participar nessa escola para conversar com os pais.

Sabe? E você acha que foi algum pai? Não foi nenhum. Na verdade, só foi tipo, a diretoria, o pessoal da escola e tal. Mas os pais não foram. Não por falta de tempo, não. Por causa do assunto. Por causa do assunto, não foram.

E a gente já tinha tentado fazer isso muito... O ano passado, nós tivemos quase um ano de muita coisa que a gente fez. Esse ano a gente não teve nada. Quase nada. Quase, tipo assim, nada mesmo. Tipo, surgiu uma palestra pra conversar sobre o assunto. Porque ninguém...

Vamos supor, o pai e a mãe pensam o seguinte: “Se eu falo isso, vou falar pro meu filho: ah, você não pode ter preconceito com fulano, com ciclano, mas e daí, de repente, ‘vocês estão dando aula para o meu filho ser gay? E se você estiver dando aula para o meu filho ser um trans?’”.

*O pensamento da pessoa é tão triste, porque, assim, a gente não está dando aula para isso, a gente está conversando para você orientar seus filhos a respeitar as pessoas que precisam ser felizes, que querem ter o mesmo espaço que ele tem. E aí é difícil, é muito complicado essa parte que você falou, que ele tem. E aí é difícil, é muito complicado essa parte que você falou e que não tem como.**

P: Quais são as principais barreiras e potências que você observa na educação básica para estudantes LGBTQIA+?

Sirlene: Dentro da... um local para falar sobre isso, para os estudantes, para esses estudantes, porque eles passam maior parte do tempo na escola, é um lugar de vivência ali. Sim, esse espaço poderia ter, sim, mas a maioria dos estudantes são homofóbicos, não aceitam. Mas o que você acha que falta para que seja, falta muita coisa.

P: Mas quais são essas coisas que faltam para que seja um espaço acolhedor?

Sirlene: Pessoas corajosas. Pra chegar lá e falar: “Hoje eu não quero nem saber quem é homofóbico. Quem fica quieto aí, porque eu vou falar”. Sabe? Eu acho que é isso. Preciso de pessoas corajosas. Preciso de pessoas de peito. Chegar lá e vir falar sobre esse assunto.

Até, inclusive, hoje eu tô indo na escola. Pra buscar meu... Uma declaração pra me mandar pra faculdade, porque ainda não saiu nem o negócio ainda, mas eu formei agora no meio do ano, então tem pouco tempo, e eu quero encontrar essa professora pra saber como é que ainda tá essa luta pra ter essa conversa. E eu vou perguntar pra ela se esse ano já acabou, não tem mais, mas, se quiserem, o ano que vem eu vou me classificar, convidar mais duas mães e ir lá conversar com esse pessoal na escola, convidar mais duas mães e ir lá conversar com esse pessoal. Na escola. Sabe? Eu estou pensando em fazer isso o ano que vem.

P: Você percebia alguma diferença entre os professores de disciplinas. Teve alguma experiência positiva ou negativa?

Sirlene: Olha, eu, assim, dos meus professores desse período, eu não vi nenhum professor separando esse tipo de aluno, esse tipo de aluno, desculpa, esses alunos. Não são de apoiar, de estar ali, mas são de chamar atenção do humilhante, que está provocando a pessoa, né? Mas só de cima mesmo são três professores que eu tenho certeza que esses aí sempre estão do lado.

Aí os outros são mais assim, né? Não deixa você falar muito e com palavrões e xingar a pessoa. Ele sacata, aí a pessoa não obedece, chama o diretor e aí vai, né? Mas de lá da escola só são três, que tava assim, vai, que é um professor de matemática e um de educação artística.

Ah, interessante, então tem um de matemática ali.

*Tem, tem um de matemática. Assim, muito através dele eu aprendi a apaixonar pela matemática, porque eu tinha um monstro sobre matemática na minha cabeça, sabe? Tinha muito valor, então, e ele foi uma pessoa que me ajudou muito. Eu acho que ajudou.**

P: Em relação à matemática, como que foi o envolvimento de seu filho com a matemática ao longo da trajetória escolar?

Sirlene: Ele sempre falou que nunca foi bom em matemática e ele teve alguns problemas na escola sobre isso, mas muito pouco, sabe? Porque ele me falou sobre isso, mas isso foi na época que ele estudava lá no ensino médio. Aí teve um professor que gritou com eles. Na verdade, os dois filhos meus. Eles estudavam na mesma sala. Quando a gente voltou do Mato Grosso, os dois voltou. E aí ficou os dois na mesma série. Então, sempre estavam juntos.

E esse professor ficou bravo com ele porque ele falou que ele não ia fazer o que não ia fazer. E aí me chamaram na escola. Só que, até então, eu cheguei lá e gostaria de saber por que, né? Que ele tinha chamado a atenção do mais velho. Aí ele falou assim: “É porque ele, ele odeia isso, odeia matemática, porque o professor que faz a matemática é ruim também”. E aí meio que ele desacatou o professor. E realmente, tem professores que deixam um pouco a desejar, né?

Ele falou que gritou com ele, o meu filho gritou com a professor. Aí o outro falou assim pra mim: “Mãe, ele falou: ‘A senhora não ia na escola porque vai cair muito mal pra senhora’”. Eu falei:

“Mas por quê?”. E eu nunca tinha ido, foi a primeira vez que eu fui na escola pelo chamado. Ele falou: “Não, mãe, porque a gente falou que a senhora era uma negona de 2 metros de altura”.

Falei cê é louco. Não, eu vou, porque agora eu quero ver. Quero ver o que esse diretor vai falar para mim. Eu fui, cheguei lá, o olho dele ficou desse tamanho. Porque ele falou assim: “Ué, essa é a sua mãe mesmo?”. “É, o que eu quero dizer com a minha mãe de 2 metros de altura, porque quando ela fica brava, ela fica desse tamanho”. Só isso que eu queria dizer pra você.

E é justamente porque ele gritou com o professor. E o professor não gostou e tal. Aí eu perguntei pro diretor. Mas escuta, veja bem. Eu nunca fui uma boa mãe naquela época. Isso aí eu admito. Porque, quando eu comecei a ser mãe de verdade, eu já passei dos 40. Naquela época eu não era mãe de verdade.

Eu acho assim, eu sempre ensinava coisas assim que é meio louco. Eu falei pra ele assim: “O que aconteceu? Você gritou com ele? E ele gritou com você? Foi isso?”. Ele falou: “Foi”. Pois é, eu ensinei meu filho que o dia que alguém abaixar a voz, ele abaixa também. Mas que levantou, levanta também. Aqui você faz, aqui você paga. Um paulado pra um, um paulado pra outro. E acabou.

Aí ele falou assim: “Nossa, mas você ensinou isso pro seu filho?”. Eu falei: “Ensinei. Ensinei porque, assim, a gente não deve abaixar a cabeça pra ninguém. Se você falar baixo com ele, ele vai te respeitar. Porque, assim, a gente não vai abaixar a cabeça pra ninguém. Se você falar baixo com ele, ele vai te respeitar. E aí ele baixa também. Aí, se você alterar, vai ser também a mesma coisa”.

Então, quer dizer, o mais velho pra matemática foi bem complicadinho. Bem complicadinho. Isso aí eu sei. Isso eu sei porque ele fala até hoje, ele fala: “Meu Deus do céu”. Ele faz muito concurso público, né? Ele fala assim: “Ai, gente, quem que inventou isso?”. Porque, pelo amor de Deus, quando é coisa difícil.

P: Você vê alguma maneira de que a matemática poderia contribuir para a luta contra discriminações, desigualdades de gênero e sexualidade?

Sirlene: É uma coisa que nem eu vou conseguir te responder, mas teria que ter umas temáticas aí, elaborar algumas coisas, né? Incluir matemática junto com isso. É interessante, porque eu não vou conseguir te responde. Eu acredito que os professores hoje eles vão muito atrás de coisas para diferenciar, porque o comodismo, aquele negócio de ficar um comodo, isso aí: “Vou te ensinar só isso daqui, vou fazer só isso daqui”. Não, eu acho que deveria ter uma melhoria assim e com certeza ia ser muito legal, viu?

Porque ia incentivar a nossa galerinha, né? Porque eu falo, até isso poderia te dizer também. A desistência, né? Das pessoas LGBT que ia mais por causa da inclusão, né? De chegar na escola, no caso dele, que eu contei a história, ele desistiu. Ele não terminou. Não terminou. Desistiu.

Então, é isso que é o difícil também. É complicado. E eu consegui resgatar, trazer de volta para as escolas. Inovar e correr atrás dessa parte da elaboração de minoria, para poder não ficar no comodismo só de as pessoas só hétero e esquecer um pouco deles.

Se bem que eu falo pra ti, é complicado. Não, com certeza. É bem, sabe, eu tento raciocinar e não vejo, sabe, é igual idoso, né? Bate na tecla, não quer mudar, não quer mudar, não quer mudar, é quase isso.

P: Existe algo que você gostaria de acrescentar que não foi mencionado durante a entrevista?

Sirlene: Eu acho que já falei tanta coisa que eu nem lembro mais. Mais amor, né? Mais amor.

Renata

P: Para começar, apresente-se, diga seu nome, idade e fale um pouco sobre você. Depois, compartilhe como foi a chegada da maternidade em sua vida.

Renata: Meu nome é Renata, eu sou designer de interiores e trabalho também com vendas. Estou com 54 anos, casada há quase 34 anos e tenho dois filhos. Tenho o meu filho, um menino gay com 30 anos, e o minha filha, com 21 anos, uma menina trans. A primeira gravidez do meu filho, na verdade, as duas foram muito desejadas, né? E a primeira gravidez demorou quase dois anos pra acontecer, e aquela ansiedade, porque a gente queria muito, né? Primeiro filho e tal. E aquele lance que você tem na cabeça de que, aí, o primeiro filho tem que vir homem, que eu tenho que dar o primeiro neto e meu sogro não tinha nenhum neto e meu pai ia ser primeiro, porque eu sou a filha mais velha. Então, nossa, foi assim, meu filho foi tudo o que eu desejei acontecer.

Foi uma gravidez, graças a Deus, foi uma gravidez tranquila. Eu trabalhei até o final dela. Na época, eu trabalhava na enfermagem. Eu fui até assim, acho que eu trabalhei até uns 15 dias antes de nascer o meu filho. Foi bem tranquilo. Aí, o meu filho já tinha uns 5 anos e a gente decidiu que a gente queria ter o segundo filho. E eu não conseguia engravidar. Então fiz tratamento e remédio e vai no ginecologista e não acontecia. E aí vai ter uma influência religiosa, né? Que aconteceu aí nessa época.

Nessa época, eu ainda não frequentava a igreja evangélica, a nossa gravidez da minha filha, né? Mas um dia, eu sempre acreditava, porque minha família, eles... tudo evangélico. Então, tudo que falava, tudo que minha mãe falava e eu via lá acontecer com eles, na religião com eles, eu acreditava muito.

Então teve um dia, eu já tava fazendo tratamento pra tentar a segunda gravidez, teve um dia que uma funcionária da empresa que eu trabalhava chegou pra mim e falou assim: “É... Ai, Renata, posso te falar uma coisa?”. E eu estava fazendo tratamento para engravidar. “Posso te falar uma coisa?”. Falei, pode. “Você vai achar que eu sou louca, né? Que é aquele lance da profecia, da revelação, que tem em todas as religiões, né? Mas na igreja evangélica se fala dessa forma. Revelação. Ah, o que você tanto quer, Deus só vai te dar o dia que você estiver dentro da igreja”. E eu pus aquilo na minha cabeça, né? No entanto, que eu abandonei o tratamento e passaram dois anos e aí eu fui pra igreja.

Não por causa da gravidez, foi porque na época eu senti assim que a gente tinha, eu já tinha o primeiro filho, tava super feliz, a gente já tinha uma casa que era nossa pra morar, a gente tinha um carro que não era um carro zero, mas a gente tinha um carro legal que tava pra gente andar, então a gente, eu achava que faltava alguma coisa, eu achava que era a religião, né? Porque Deus eu sempre tive no meu coração, sabe? Esse lance da fé eu sempre tive no meu coração, sempre, sempre, sempre.

A minha família frequentou várias religiões, né? Minha mãe e meu pai passaram pelo Salmo Reino, pela Igreja Católica, pela Umbanda, tudo. Então, né? Deu pra eu experimentar um pouquinho de cada um, né? E aí eu, poxa, eu falei: não falta alguma coisa, vou pra igreja. E fui. Coincidência, milagre, fê. Eu fui pra igreja em julho. No mês de agosto eu estava grávida da minha filha. Foi assim, sabe? Então, né? Meu Deus, realmente aconteceu.

E a gravidez da minha filha foi bem complicada. Eu tive problema cardíaco, eu tive que ter acompanhamento de cardiologista, tive que usar medicação, eu não entro em trabalho de parto, então do meu filho também foi cesárea e da minha filha também precisou agendar a cesárea.

E o mais interessante é que o primeiro ultrassom que a gente fez com o médico, até me conhecia, a enfermeira, porque já trabalhamos juntos, ele identificou, ela inclusive era minha irmã que estava junto comigo nesse ultrassom, que era uma menina e perguntamos várias vezes, né? “O senhor tem certeza que a doutor que é uma menina?”. “É uma menina. Posso fazer um enxoval?”. “Pode, estou te falando, Renata, fica tranquila”. Então nós tínhamos escolhido o nome de Livia, tínhamos feito um enxoval todo cor de rosa, protetor de berço e tudo.

E quando fomos fazer o último ultrassom, que foi acho que uns 15 dias antes de minha filha nascer, meu marido que foi junto, meu marido ficou muito feliz que era uma menina, porque o meu filho sempre foi muito colado em mim, né? Então ele falou assim: “Agora vai ser uma menina, né? Vai ficar do meu lado”. Quando a gente vai fazer o ultrassom, o doutor falou assim: “E aí, como vai chamar a Renata?”. “Vai chamar a Livia”. E ele: “Quem falou pra você que é uma menina?”. “O senhor”. A sorte é que a enfermeira também lembrou, né? “Doutor, o senhor deu certeza que era uma menina”. Falei: “Doutor, eu comprei as calcinhas. É tudo rosa”. Ele falou: “Mas dá uma olhada aqui”. E aí, na hora que eu virei de lado, vi que era um menino.

Mas, na real, no momento, eu fiquei feliz. Porque eu nunca me vi mãe de uma menina, sabe? Eu sou muito establanada, né? Aquela coisa assim, eu nunca fui uma muito delicada, então eu achava que eu não... Bom, aí nasceu, né? Minha filha, sexo masculino, e foi tudo, foi tranquilo, a gravidez dela também, tirando esse problema de saúde, né? E essa maluquice dessa é menina, não, é menino depois, mas foi tranquilo essa parte da gravidez. Então é isso, falando da gravidez seria isso.

P: Como foi para você o processo de reconhecimento e acolhimento do gênero da sua filha e orientação sexual do seu filho?

Renata: Então, primeiro foi com o meu filho, né? Eu sempre tive, olha como são as coisas, né? Eu sempre tive uma cabeça muito aberta e eu sempre fui uma pessoa de muito amor. Eu sempre olhei pro ser humano com um olhar de amor. E era até interessante porque, na época, nem religião eu tinha, ou até hoje, que eu não faço parte mais da igreja evangélica, as pessoas perguntam pra mim assim: “Nossa, você é crente?”. Por causa desse lance do olhar do amor. Então, pra mim, tava tudo bem quando eu era com o outro, enquanto eu não tinha vivido. O gay, a lésbica, a sapatão, o trans, a travesti, pra mim tava tudo bem.

Um dia, inclusive, eu fazia um curso, o meu filho tinha uns seis anos, e um amigo meu, lá de Campinas, ele é gay, e ele chegou pra mim e falou assim pra mim: “Se eu falasse pra você que eu sou gay?”. E eu falei isso pra ele: “Eu ia falar pra você, viva a tua vida, vai ser feliz”. E quando eu acabei de falar aquilo, na hora veio na minha cabeça. Falei assim: “Olha, só que é o seguinte, eu não sei como mãe o que eu falaria. Pensando na sua mãe agora, eu não sei o que eu falaria como mãe”. Dez anos depois eu vivi isso.

Porque o meu filho, ele não deu... Como que eu falo? Ele não deu muitos vestígios, não deu sinal. Hoje eu entendo o que ele dava. Porque o meu filho foi transfóbico, homofóbico. Na verdade, eu acredito que isso era uma forma dele se defender, porque ele já sabia da orientação dele. Mas ele já tinha ficado com menina, mas nunca namorou. Ficou com uma, com outra. Então, eu não conseguia... Nunca pensei. Mas hoje, quando eu paro e penso, e vejo, aí eu lembro do que? O meu filho, quando era criança, tinha uns 5, 6 anos, a banda El Chan estava na moda, estava no auge. E o meu filho sempre dançou muito bem. Acho que é da nossa raça, né? E ele dançava, o pessoal chamava ele de jacaré, por causa do jeito de ele dançar, sabe? Então eu vejo que ali já era um vestígio que ele estava dando.

Depois, quando a gente foi pra igreja, eu fui professora de escola bíblica, eu pregava nas igrejas, né? E onde eu ia pregar, o meu filho ia junto comigo porque ele cantava. Ele tem uma voz linda. Hoje ele só quer cantar no banheiro, né? Mas ele cantava. E ele sempre gostou de fazer a voz feminina. Então,

por exemplo, Diante do Trono, ele nunca fez voz do André Valadão, ele fazia da Ana Paula. É a Sandy Junior que ele gostava muito. Ele nunca fez a voz do Júnior, ele fazia a voz da Sandy. Eu acho que isso já era alguma coisa pra eu ir percebendo.

Até hoje eu não consigo me responder. Se eu dei uma de cega ou se realmente eu não vi, sabe? Então, aí como que aconteceu com o meu filho, né? Ele tinha um amigo que hoje é meu genro e que eu amo, eles estão juntos, eu acho que já vai para os 15 anos já de namoro, eles começaram a namorar com 16 anos, 16, é, eles são 14 anos que estão juntos, faz os quatro que eles moram juntos. Ele tinha o amigo, e pra mim tava tudo bem eles na amizade, normal, sempre tive amizade também, qual o problema?

Só que aí, quando foi um belo dia, eu cheguei e ele não me viu. Então eu fiquei parada atrás dele e comecei a ler ele conversando com o namorado no Orkut. E aí eu vi as declarações de amor.

Mariana, eu tenho vergonha de falar isso, mas é a realidade, né? Hoje eu consigo falar e eu conto, não em todos os lugares porque isso pode dar gatilho, mas eu conto pra ver que é possível a mudança. Eu fui péssima com o meu filho. A minha reação foi espancar o meu filho. Meu marido que me tirou, tirou ele da minha mão. Meu marido me perguntou se eu tava ficando maluca, se eu tava louca, o que eu tava fazendo com o nosso filho. A reação foi totalmente oposta ao que a gente espera do homem. Meu marido acolheu, meu marido virou o melhor amigo do meu filho na época. E hoje o relacionamento deles é até melhor por conta disso. E eu virei inimiga do meu filho.

Um filho que eu amei, que veio do jeito que eu pedi. Ele era o meu primogênito, o meu sonho. E aí foi um ano de muita luta. Muita luta, porque aí, nesse um ano, o que aconteceu? Eu tirei o meu filho da escola porque eu não queria mais ele perto do namorado. Eu precisava... Minha mente era só essa. Preciso destruir esse relacionamento. Preciso acabar com isso. Sabe? Então eu tirei ele da escola. Tirei ele da escola. Tirei o celular. Eu prendi o meu filho. Eu fiz de tudo pra que ele não pudesse se encontrar com o namorado de forma alguma.

E aí, os dois adoeceram. O namorado lá na casa dele com a mãe dele e o meu filho aqui. O meu filho entrou numa depressão muito grande. Ele chegou a se mutilar. Ele repetiu de ano. Meu filho nunca tinha repetido de ano, Mariana. Nunca. Até hoje eu penso, puxa, eu atrasei um ano de vida do meu filho.

Aí o meu filho chegou numa fase que nem que é do quarto ele queria sair. Aí um dia eu liguei pra mãe do namorado, que eu tinha o contato, né? E falei pra ela, porque não adianta, quando a gente tá apaixonado, a gente vai dar um jeitinho, né? E ele conseguiu dar um jeitinho de conseguir falar com o namorado, né? E aí um dia eu liguei pra mãe dele e falei assim: “Escuta, você vai aceitar esse relacionamento?”. O meu filho cantava na igreja. O seu filho era coroinha na igreja, que meu genro foi coroinha na igreja. Como isso? E ela não precisou nem de muitas palavras, ela só me respondeu assim: “Se você não tem lugar para o meu filho aí na tua casa, eu tenho lugar para ele aqui”. Foi um tapa. Me desmontou. Ali eu vi, agora eu vou perder de vez.

Então a gente começou a buscar ajuda, né? A gente começou a procurar psicólogo, chegou um momento que foi porque precisou de um psiquiatra, né? E minha filha nesse meio tempo, né? Minha filha só assistia as coisas, ela só ficava vendo, os dois são 10 anos de diferença. Então meu filho com 16, minha filha 6, certo? 6 pra 7 anos, ela fazia primário.

E a minha filha, eu deixei bem assim pro meu filho, eu falei o seguinte: você conta pra tua irmã, né? Que na época a gente falava gênero masculino, né? Você conta pra tua irmã, porque é uma coisa sua, eu não sei como que eu vou falar. E quando o meu filho contou pra minha filha, ele contou tudo, e tinha mesmo que fazer isso. A minha filha saiu do quarto dela e foi direto, veio direto pra mim na

minha sala, meu escritório e ela só gritava e falava assim: “Por que você fez isso com o meu irmão?”. Ela não se conformava, ela gritava e chorava: “Por que você fez isso com ele?”.

Olha, olha o que eu causei na minha família e não foi porque eu era esse monstro, mas porque na minha cabeça o tempo todo a única coisa que passava era: o que vão falar da irmã Renata? O que vão falar da mãe Renata, que é a líder de intercessão da igreja? O que vão pensar de mim? Eu falei, o que outros? E eu não parei pra pensar na minha família, eu não parei pra pensar no meu filho.

Bom, aí tá, meu filho, né? Eu brinco, falo que eu arranquei, eu caí do armário, né. Minha filha, minha filha quando foi pegando uma idade de, lá por seus 11, 12 anos, até então ela só brincava.

Um dos sinais que eu acho engraçado e interessante que minha filha deu é o seguinte: minha filha, quando ela ia pra escola, ela nunca se preocupou em que fila ela tinha que ficar. Porque tem a fila dos meninos e das meninas. Mas não chegava, não tivesse vaga, ela parava. E a professora que estava com o braço, quando estava na fila que ela achava errada, só punha a minha filha na outra fila.

Minha filha ia usar o banheiro, a minha filha nunca se preocupou de olhar que plaquinha tinha, então ela entrava. E isso já era. Só que eu não tinha esse conhecimento que eu tenho hoje. Eu não entendia nada disso. E ela nunca foi de falar muito, sabe? Essas coisas, porque também não... Ah, ela tanto faz.

Aí, brinquedo. A minha filha nunca gostou de brincar com criança. A minha filha, ela sempre gostou de ficar na roda de adulto. E ela tá prestando, inclusive, a biologia, né? Ela sempre gostou muito de bicho. Então, onde a gente tava, ela tava no meio dos adultos, principalmente se fosse tipo assim, cara de vô, ela estava ali conversando e falando dos bichos e daquela forma.

Ela fazia uma coisa, ela fazia os brinquedos. Ela sempre gostou muito de dinossauro, de carrinho, que roteiro e os. Ela tinha muito aí. Ela pegava, por exemplo, dinossauro, ela fazer família com dinossauros, papai e mamãe. Seria ela pegar o roteiro para brincar. Ela fazia família de carrinho, papai, mamãe e filhinho. Primeiro, aquela família. E quando os primos vinham pra cá e vinham brincar com ela, os filhos pegavam, os primos pegavam carrinho pra brincar de carrinho, né? E quando eles pegavam esse carrinho e faziam assim, sabe? Com força pra jogar, ela ficava muito brava. “Você vai machucar ele! Essa é a mamãe, não pode pegar!”. Então, eu acho que já era um sinal, porque primeiro ela se identificou como não-binária, sabe?

P: Na escola, como você percebeu a experiência/vivência em relação ao acolhimento da diferença de gênero e sexualidade?

Renata: Depende de escola. De escola para escola é muito diferente. Inclusive de faculdade para faculdade. É interessante isso.

Minha filha, quando ela começou a se identificar como uma pessoa não-binária, né? Ela estudava numa escola particular, aqui de Limeira. Que era o sonho da vida dela, estudar nessa escola. E a gente se sacrificou muito pra pôr ela lá, porque é uma escola particular. Inclusive, é uma escola que faz campanha contra o bullying. Mas ali foi onde começou a perseguição.

Então, tinha grupinhos, né? Meio que elite, sabe? Acaba separando o pessoal. E a minha filha, ela nunca foi delicada ou afeminada, como as pessoas falam. Eu até brinco com ela: se fosse menina, ia ser sapatão, porque ia ser uma grossa. Tem hora, né? E eles começaram a implicar com ela pelo fato de sentar com a perna cruzada. Ela sentou com a perna cruzada e eles começaram a implicar com ela. Três jovens da sala.

Aí, um dia teve uma campanha lá na escola contra a homofobia, e ela, na sala de aula, foi e quis contar a história do irmão, o que aconteceu com o irmão, o que aconteceu com a mãe, e que era

possível contar, né? Ela queria contar isso. Eu acho que não foi inteligente do professor permitir, mas deixou a minha filha falar na sala de aula para contar para todo mundo.

Então, a partir daquele dia, piorou mais ainda a perseguição. Porque a perna cruzada, porque o viadinho, porque o irmão também é viadinho. Nossa, isso foi muito ruim. Isso causou mentalmente a minha filha... Olha, vou te falar. Eu tive um momento de pensar que minha filha não ia aguentar.

Então, a gente decidiu mudar de escola. Quando eu entendi tudo, e essa escola, inclusive, eu fui procurar a coordenadora, né? Falei: “Olha, eu falei, vou lá, vou falar o que tá acontecendo com a minha filha”, né? E aí eu fui, procurei ela, a coordenadora da escola, não da faculdade, da escola, porque a faculdade é excelente. Aí expliquei pra ela o que estava acontecendo. Falei: “Olha, está acontecendo assim, assim, assim”. Ela falou: “Pode ficar tranquila, Renata, eu vou resolver isso”. A forma dela de resolver isso foi ela chamar os três alunos na sala dela, contar que eu tinha ido lá contar o que estava acontecendo e que, a partir daquela data, se ele fizesse mais alguma coisa com a minha filha, eles seriam punidos.

Mas você imagina o que aconteceu depois disso? Que ela ameaçou esses meninos? Piorou. O bullying piorou. Eles perseguiam a minha filha dentro da escola, na sala de aula, dentro do banheiro. A minha filha, ela esperava todo mundo. No intervalo ela não ia no banheiro. Ela esperava. Dá o horário do intervalo. Passou a aula. E aí ela pedia. Eu falei no banheiro porque eu não sabia que não ia ter ninguém lá. E o professor negava. “Você acabou de vir no intervalo”. Minha filha ficou sem beber água. Muitas e muitas vezes. Para não usar o banheiro. Se pôr no risco da saúde. Sabe?

Mudamos ela de escola. A gente conseguiu uma vaga no SESI. O SESI foi a virada de chave na vida da minha filha. Infelizmente foi na época da pandemia, então a aula foi mais em casa do que lá. Mesmo assim, acompanhamos a psicóloga do SESI em contato com a psicóloga da minha filha. Coordenadora, todo mundo sabia o que estava acontecendo com a minha filha ali. Todo mundo. Então todo mundo cuidava da minha filha com o olho.

E quando alguém percebia que ela não estava bem, chegava. Com uns 15 dias que ela estava estudando lá, ela falou assim para mim: “Mãe, eu fiz uma amiga, agora eu tenho uma amiga na escola”. Falei: “É minha filha, quem é?”. “Uma árvore que tem lá no fundo. E eu fico lá com ela conversando”. Doeu isso, doeu muito.

Aí eu fui e falei, né, com a coordenadora. Aí ela já deixou uma... As meninas que trabalham no pátio, cuidando, meu Deus do céu. Inspetora? Inspetora de ouro. Então, quando ela via que o minha filha estava sozinha lá, ela ia lá e puxava e conversava e tirava ela daquilo.

E aí, pra fechar com chave de ouro, o SESI tem um grupo, tem uma banda lá, e tinha um rapaz, super gente boa, super, nossa, um fofo. Ele chamou o minha filha para começar a fazer parte da banda. Através disso, que a minha filha já tocava violão, através disso o minha filha começou a tocar guitarra, o minha filha começou a se soltar, o minha filha começou a usar a guitarra, montou uma banda. Hoje a banda não tem mais, mas montou uma banda e a minha filha começou a fazer amizades fora, sabe? E encontrou a tribo dela, sabe?

Então, por isso que eu falo, de escola pra escola tem diferença. Quando a gente fala, por exemplo, vamos falar de uma faculdade particular de Araras, não é uma faculdade que tem acolhimento, mas vai falar Unicamp. A nossa Unicamp aqui de Limeira, Unicamp de Campinas, o acolhimento da comunidade LGBT é muito grande, no entanto que a primeira cota trans saiu de lá, né? Com o apoio da nossa querida Luara que, né, estuda e faz um movimento muito lindo lá dentro. Então muda de lugar para lugar, é isso.

P: Como você conheceu e se aproximou do coletivo de mães?

Renata: As mães foi através do Google. Coloquei lá: “Mães de filhos LGBT”. A primeira que apareceu lá foi o site das mães. Aí eu entrei no site. Já vi que tinha o Instagram. Mandeí, que é pelo WhatsApp, o contato. Mandeí um WhatsApp pra lá.

Passado algum tempo, a acolhedora... ai meu Deus, esqueci o nome dela agora, de Taubaté, me chamou. Aí me chamou, eu contei minha história pra ela, né? O que eu tava sentindo, o que tava acontecendo. Ela falou: “Renata, você pertence à região de Campinas, então eu vou te mandar pro grupo de lá”. E já me colocou no grupo de Campinas.

Aí, quando eu entrei lá no grupo de Campinas, a gente se apresenta no grupo e aí eles vão falando, cada um se apresentando e contando a história da... “Ah, eu tenho tantos filhos, assim, assim”. E aí foi, eu contei minha história e eles começaram a me acolher. Quando eu sentia alguma tristeza, alguma coisa assim, eu mandava lá no grupo. Alguém sempre falava alguma coisa, né, me animando.

Aí um dia soltaram lá no grupo assim: “Ó, nós vamos fazer uma visita numa escola, lá em Campinas”. E é uma escola muito antiga, né, então tradicional, aonde eles estão tendo problema, porque duas meninas, teve uma festinha lá na escola e duas meninas se beijaram. E uma das meninas, a família evangélica. A família foi lá na escola, aí, bom, se beijaram, alguém alguma benção, foi lá e tirou foto e mandou pra mãe da menina que é evangélica.

Essa família endoidou, foi lá pra trancar a matrícula da menina, arrumaram um vereador que queria entrar com processo, sei lá, contra a escola, falando que a escola estava incentivando as pessoas a a ser lésbica, gay, né? E então pediram que a gente fosse, que as mães. Eu ainda não tava, eu tava só no processo de aprender ali, de ser acolhida, e eu falei: “Pô, eu vou junto. Posso ir?”. “Pode”, né? Porque eu, aqui em Limeira, eu sou a única mãe pela diversidade. Se Deus quiser, logo a gente vai estar aqui com a nossa turminha também.

Aí deixaram eu ir e eu fui. E aí fui, eu fui junto com a coordenadora. A coordenadora tem uma filha lésbica, um menino gay e uma netinha trans, ou não binária, que ela agora tá, né, tá com uns 12 anos. E aí fomos, e eu fui só escutando elas conversando ali. Eu fiquei encantada com as coisas que elas falavam, né? Meu Deus, como que eu tô no meio dessas meninas? Como que eu aprendi tudo que elas estão falando? Aquela coisa assim.

Aí chegamos lá, a gente falou com coordenadores e professores e alguns funcionários da escola. E aí eles contaram a situação como estava acontecendo. Detalhe: a coordenadora da escola lésbica e há muitos anos já lá na escola. Então eles contaram e teve uma hora que eles falaram alguma coisa que eu senti vontade de contar minha história, né? Da minha mudança com o meu filho, né? De tudo que aconteceu, da religiosidade, de quem uma mãe que espancou o filho pra uma mãe que hoje era de uma bandeira e vai militar pra rua, e que largou a religião. Porque meu filho é mais importante, né?

E... E aí quando eu acabei de contar a minha história lá, todo mundo assim admirado com aquilo. Aí a gente tava indo embora, as meninas me cumprimentaram, me deram os parabéns, porque ali tinha sido minha primeira palestra, ali tinha sido meu primeiro bate-papo e eu nem sabia que eu tava fazendo isso, sabe? Então foi muito gostoso e eu gostei de fazer aquilo, né? Então eu comecei a me envolver cada vez mais, né, e aprendendo.

E aí, não, eu vou ligar essa bandeira. Fui eliminando algumas pessoas da minha vida, porque eu sabia que elas começaram a querer, né, a falar, né. Teve situação da minha mãe perguntar pra mim, porque ela ficou sabendo através da minha irmã, que tava na minha rede social e via as coisas que eu postava. “Nossa, então agora você vai pra essas festas aí de LGBT?”. Falei, “A parada?”. Falei, “Vou, né? Eu vou lá, eu tenho que ir lá representar as mães”.

Então, “Uma pessoa que até ontem subia num púlpito e falava de Deus, agora subiu pra falar do diabo, pra glorificar Satanás”. Peraí, minha mãe não tem rede social. Qual a minha mente de saber dessas coisas? As minhas irmãs estavam levando minha rede social pra ela. Qual a necessidade de levar essas coisas pra minha mãe? Pra quê? Sabe, uma mulher que já tem uma idade, que cuida da mãe com necessidade de levar essas coisas pra minha mãe pra quê? Sabe, uma mulher que já tem uma idade, que cuida da mãe viúva, que cuida da mãe dela que tem 95 anos, com Alzheimer. Então eu bloqueiei no meu Instagram e comecei.

Aí eu fui convidada pra ir fazer uma roda de conversa em Mogi Mirim, que foi a coisa mais linda. Foi pelo ECA, né? Fui lá, foi maravilhoso e aí eu fui pegando gosto e fui cada vez mais interagindo nas empresas, nas escolas, fui indo pra vários lugares, até que um dia, hoje estou totalmente envolvida com as mães. Eu não vivo sem mães, sabe?

E aí, através disso, há três anos atrás, eu participei da primeira parada LGBT aqui de Limeira, porque ficaram sabendo da existência da ONG, aí vieram atrás de mim pedindo para eu dar uma fala na parada. E foi assim, desculpa, foi assim maravilhoso. Quando eu terminei a minha fala lá em cima no trio elétrico, o tanto de jovem que veio pedir um abraço de mãe pra mim, sabe? “Você me dá um abraço? Minha mãe não me abraça. Minha mãe não me entende. Eu queria tanto ter uma mãe como você”, sabe? E isso, nossa, pra mim foi uma coisa assim que... Muito importante, sabe?

Aí foi que eu participei da segunda parada, o ano passado, e esse ano eles me convidaram para entrar para a associação. Então hoje eu faço parte da APL, né, Associação da Parada de Limeira, eu sou membro. Hoje eu estou fazendo parte da organização da parada desse ano, sabe? Estou muito feliz.

Eu fui uma mudança total, né, Mariana? A pessoa aqui, ela ali, só aquele caminho, só daquele jeito. E você, eu mudei totalmente. Foram várias transições que aconteceram aqui em casa, sabe? Foram várias. E a minha, e do meu marido, porque meu marido também milita junto comigo. A gente teve... A gente já participou... Eu participei da Parada Trans, lá em São Paulo, sabe? Foi muito, muito, Marcha Trans, né? Foi maravilhoso, foi um ano retrasado, esse ano eu não consegui.

Semana passada eu estava no Rio, eu fui passear e deu certo de ser a parada do Rio e eu participei lá com as mães. Foi uma experiência única, maravilhosa. Nesse caso, pediram muitos, vários pediram um abraço, mas teve um que veio me abraçar e agradecer pela nossa existência porque a mãe dele mudou totalmente de comportamento conhecendo o trabalho, sabe? Então é isso, é agora cada vez mais a gente batalhar por isso.

Nas mães eu tô há seis anos e há quase quatro como palestrante do Estado de São Paulo.

P: Que pautas você acha que deve ser prioridade para o coletivo e para você?

Renata: Eu falo, é, eu acho que sobre o estudo, o estudo, a oportunidade de estudar, e as duas partes. A gente como família precisa estar atualizado, precisa saber as coisas que estão acontecendo, em todos os sentidos, e as oportunidades para a comunidade LGBT também, de frequentar uma escola, por mais que tenha, né? “Ah, tem espaço, ah, tem bolsa”, mas eles ainda têm muito medo, medo da rejeição, medo da perseguição.

Tinha que ter um trabalho, uma forma de que se sentissem protegidos para estar nos ambientes, né? Por exemplo, agora a gente tem a cota trans. A maioria não sabe. Eu estava conversando outro dia com uma menina trans lá de Piracicaba. E eu falei: “E aí? Vocês estão...”. “Ah, então eu tenho vontade de fazer a faculdade, mas é muito difícil”. “Primeiro, tem a cota trans agora”. “Que é isso?”. Sabe? Então, informação.

Sabe? E eu vejo uma dificuldade muito maior. Para o gay, para a lésbica, é difícil. Mas para a pessoa trans, principalmente a mulher, é muito mais difícil. Sabe? A discriminação, a rejeição é muito maior.

Eu conheço uma mulher trans que hoje ela tá com 61 anos, mais ou menos, e ela se transicionou com, eu acho que com 51. Essa mulher, ela foi casada duas vezes. Ela teve um relacionamento, dois relacionamentos héteros, onde ela teve dois filhos no primeiro casamento e dois no segundo. Mas ela não se encontrava, não se identificava. Ai ela se separou, teve um relacionamento homossexual porque ela achava que ela era gay. E aí quando ela chegou nessa idade, 55, 56, ela viu que ela era uma mulher trans e fez a transição.

Eu estou falando de uma pessoa que teve duas famílias, que tem quatro filhos, poliglota, engenheira, trabalhou no Japão por muitos anos. E sabe como ela vive hoje? Sozinha, em um apartamento, desempregada, rejeitada por toda a família. Emprego? Nunca mais. A gente precisa melhorar essas coisas.

“Ah, mas ela demorou muito”. Ela demorou o tempo que ela precisava. Né? Ao contrário, eu vejo que ela ficou lutando todo esse muito tempo contra ela mesma. Né? Então é complicado.

E outra coisa que eu vejo que precisa melhorar também bastante é sobre a saúde. A gente precisa ser mais acolhedor, a gente precisa trazer as informações de forma mais clara, né? Por exemplo, agora novembro azul, próstata, o homem vai ter, o homem hétero e a mulher trans vai ter. A gente precisa falar que tem que tratar aqui, tem que ir lá fazer o exame.

Mas e aí, quando essa pessoa trans procura o ambiente? Como vai ser acolhida? Como vai ser tratada? Ou vai ser motivo de risada porque uma mulher está indo fazer um exame de próstata? E da mesma forma, as mulheres, né, hétero, que muitas também não procuram, e as que são homens trans hoje também não procura e também essa rejeição. Então eu vejo que a gente tem que melhorar muito na saúde, muito, muito mesmo.

P: Qual é a sua atuação dentro do coletivo?

Renata: Olha, na verdade, onde eu puder militar ou falar, eu aproveito o espaço. Não me importa o local, de uma forma passiva, porque também não é, né? Mas hoje eu tenho me dedicado, eu tenho tido um espaço maior pela ONG, né? Porque a coordenadora, ela tem aberto as portas, né, de uma forma muito linda pra mim. Por exemplo, você aqui hoje comigo, né, a coordenadora que tá abrindo esse espaço pra mim, eu acredito que vai abrir mais ainda, próximo ano. A gente, inclusive a Sirlene, que vai estar junto comigo na coordenadoria, eu acho que vai ajudar bastante da gente ter mais espaço.

Mas, por exemplo, a nossa história e falando sobre a ONG. Então a gente vai passar em 40 redes de TV, YouTube. Então eu já vejo isso, eu faço isso pelo meu Instagram também. Ontem, por exemplo, eu fui no Posto Saúde, fui lá, que eu preciso de preservativo para distribuir no dia da parada. Eu já me coloquei à disposição lá: se eu precisar de palestra, eu estou aqui. Então, eu sempre me deixo a essa disposição.

Algumas igrejas têm aberto portas para a gente falar, igrejas que são voltadas para a comunidade. Outra forma, estando, fazendo parte agora da associação da parada LGBT.

Por exemplo, a gente teve uma dificuldade muito grande pra conseguir fazer essa parada. Nós estamos numa cidade hiperconservadora, superdireita, então isso dificulta um pouco. A gente sabe disso, é uma realidade. Então, a nossa parada, por exemplo, era pra ter acontecido no começo do ano, foi liberada há uns 3 meses, agora é pra gente fazer dia 7 de dezembro.

Então ficou tudo muito em cima pra gente fazer. E aí, quando perceberam, né, os vereadores de direita, que a gente só tem uma vereadora de esquerda na nossa Câmara Municipal, quando

perceberam que o negócio ia sair mesmo, aí três vereadores puxaram pelo lado que não pode ter criança na parada. Não tem que ter criança na parada LGBT. Porque não é ambiente.

Aí o que a gente fez? Aí eles mesmos fizeram um convite, que na verdade não é um convite, é como se fosse, sabe assim, um... Você recebe uma... É... Intimação? Um convite delicado, mas se você não for, fica feio, né? Então a gente foi e teve uma reunião com alguns vereadores, com a gente que representa a PL, com a vereadora Isa, os assessores dela, porque ela também que está na frente, ajudou a gente com a parada, para falar sobre isso, que não tinha que permitir crianças.

Mas aí, mais uma vez, as Mães pela Diversidade me ajudou muito, porque as Mães pela Diversidade, a gente tem um acolhimento em tudo, com advogados, com médicos, psiquiatra, psicólogo, toda a área, assistente social, né? E aí eu já entrei em contato com a coordenadora e expliquei, falei: “Ó, vamos ter, e eles não querem que a gente entre com as crianças, que as crianças estejam lá”. “Ó, Renata, já fala com a advogada”.

Então a advogada da ONG fez um documento pra mim, que foi levado lá na hora dessa reunião. Então os vereadores deram motivo da porque que eles achavam que não tinha que ter e aí na minha vez de fala eu falei porque que tem que ter e li todas as leis, as regras e tal. Acabou não conseguiram.

E foi muito bonito porque, Mariana, todas as pessoas que estavam, eles entenderam. Todas as pessoas que estavam ali, inclusive um deles, também extrema direita, pediu meu contato, porque quer conhecer mais. Entenderam, a partir daquele momento, que a comunidade LGBT, ela não só existe, como ela tem família, ela tem mãe, tem pai, tem avós, e nós vamos defender as nossas crias, né? E não é defender de qualquer jeito. Não, a gente está em perante a lei, né?

Então, eu acho que essa foi uma forma, repercutiu de uma maneira muito grande lá dentro da Câmara Municipal, né? Saiu nos jornais da cidade. Então, também é uma forma, né? Eu acho que é isso.

Eu fico procurando o espaço que eu posso estar com a minha camisa para ver: opa, o que é uma mãe da diversidade? E tem sido muito interessante.

As palestras em empresas também. É uma coisa, eu fiz, esse ano teve uma empresa, é uma multinacional agronegócio, e eu fiz em cinco unidades delas palestra. E a minha última palestra foi em Salto de Pirapora, sem brincadeira nenhuma. Tinha de mulher, eu acho que eu e mais três. O resto, só homem. O pessoal do piso da fábrica.

Imagina uma mulher falando sobre a comunidade LGBT para esse público. E eu, lógico, que você fica receosa, né? Teve aquele que entortou o nariz, teve aquele que virou, mas teve alguns que no final me deu os parabéns, que veio me abraçar, que veio me contar: “Eu tenho um primo, posso dar teu telefone pra fulano?”. É isso, aproveitar o espaço.

P: Como você acredita que a escola pode ser um espaço acolhedor para questões de gênero e sexualidade?

Renata: Ai, meu pai, deixa eu pensar. Eu até... Eu acho que através da educação a gente precisa começar a ensinar os professores.

Eu penso que o dia que o ser humano conseguir olhar para ele e pensar: eu vou tratar a Mariana do mesmo jeito que eu quero ser tratado, já começa a mudar alguma coisa. Porque eu não vou querer fazer mal pra mim, sabe? A conscientização de que se fosse meu filho, se fosse minha filha, o que eu faria, sabe?

Eu acho que a gente já evoluiu bastante. Já foi muito pior. Muito pior. Vamos falar aí de anos. Nem falo, né? A ditadura, né? Mas a gente tem muito ainda pra alcançar.

E eu vejo isso através da cultura, da educação. Isso vai trazer. O acolhimento é, querer colocar regra, isso precisa acabar de colocar regra religiosa dentro das escolas. Como é, a gente é um país laico, o estado laico. Então, se a gente é um estado laico, eu não posso querer obrigar que seja lida a Bíblia lá todo dia. Eu não posso obrigar que seja rezado o Pai Nosso, a Ave Maria. Eu não posso obrigar que o axé da Umbanda... Eu acho que ali não é lugar para se falar disso, sabe?

No meu tempo de escola, eu lembro que era uma coisa que ajudou bastante. Nós tínhamos aula de artes que envolvia não só ficar pintando e desenhando, mas teatro. A gente tinha aula de música. E essas coisas faziam a gente se entender mais. A gente aprender mais da nossa cultura. Eu penso que seria assim.

Pôr as pessoas para fazer um treinamento. Eu vou comparar a comunidade LGBTQAPN+ com uma outra comunidade, que eu penso, o meu ver, é que vivem as mesmas discriminações, que são os autistas. Os autistas, eles são excluídos, eles são olhados de forma diferente, eles são motivos pra chacota, eles são maltratados e agredidos nos ambientes, e principalmente escolar, sabe? Eu vejo muito em comum nisso.

E o que precisa? Precisa de pessoas capacitadas, estudadas, né? Que tenham realmente o dom pra estar naquele espaço. Que... Fogo falar isso, quase que solto um palavrão. É fogo falar isso, né? Mas, meu, a profissão nossa tem que ser por amor também. Por quê? Por dinheiro. Fala sério. Qual é a profissão que está dando dinheiro hoje em dia? Não conheço.

P: Quais são as principais barreiras e potências que você observa na educação básica para estudantes LGBTQIA+?

Renata: Eu tive uma situação que foi nessa escola que minha filha sofreu muito, né, homofobia. Teve uma situação de uma reunião de pais e mestres e eu lembro muito bem de uma mãe lá que o menino dela, um menino gay, e ele é um menino muito afeminado, sabe, cheio... Vamos usar Paulo Gustavo como exemplo, né? Que Paulo Gustavo inclusive faz parte da minha história. A minha mãe é uma peça, a dona Déia, Paulo, eles me ajudaram, eles nem sabem que eu existo, mas eles me ajudaram tanto, tanto, tanto pra acolher meu filho, pra eu entender.

Então o menino dela é como Paulo Gustavo. E essa mãe, em reunião, um dia ela falou assim: “Olha, o meu filho tá sofrendo muito bullying aqui na escola. Inclusive, vieram trazer uma... os colegas encontraram com ele no shopping, e o que viram lá no shopping levaram para dentro da sala de aula para fazer chacota e bullying com o menino”.

E ela contou isso, mas ela contou isso e, em seguida, ela já começou um choro tão desesperado, tão desesperado, sabe? Nossa vida, né? O que a mãe, aquela mãe precisava mais naquela hora era um abraço, né? Era um acolhimento, né?

Então, como que a gente vai mudar isso? Para mim é difícil essa resposta. É difícil. Porque eu vendo como se fosse a minha forma. É através do amor, é através da educação.

As pessoas estão dispostas a isso? As que são contra nossas famílias? Mas, no mesmo tempo, eu penso que é de pouquinho em pouquinho que a gente vai conseguir. Sabe? Meu marido sempre fala isso. Fala assim: “Você vai ver acontecer tal coisa”. Ele fala assim: “Imagina! Precisa muito”. Fala, mas é no pouco que começa.

Então eu acredito que se a gente começar a juntar as professoras que apoiam a comunidade, os pais que apoiam a comunidade, sabe, fazendo um núcleo ali naquele meio, na escola, talvez a gente consiga ir contaminando com o amor, com o cuidado e vai crescendo isso.

P: Você percebia alguma diferença entre os professores de disciplinas. Teve alguma experiência positiva ou negativa?

Renata: Com o minha filha aconteceu no primário. Ela tinha uma professora. Ela deixava claro, não sei se o minha filha percebia, mas ela detestava o minha filha. Ela implicava, ela brigava. Minha filha é falante como eu, muito falante. Mas eu acho que ela já implicava por causa do jeito da minha filha.

E uma vez ela mandou me chamar na escola, não, perdão, teve reunião e ela reclamou na reunião. Então ela sempre implicou, sempre mandava bilhetinho, porque a letra é um garrancho. Ué, professora, é você filhinha, pega o caderno de caligrafia e ensina. Sabe, ela cobrava de mim o que era para ela fazer.

E um dia, na reunião, ela reclamou porque ela estava explicando alguma coisa para os alunos. E a minha filha simplesmente... Deve ser alguma coisa sobre bicho. Eu não vou lembrar agora. A minha filha está com 21 anos. Mas deve ser alguma coisa sobre bicho, porque a minha filha sempre foi ligada a esse lance de natureza.

E a minha filha virou e falou assim... “Não, professora. É assim”, e começou a falar com os alunos. E o que aconteceu? Os alunos viraram tudo para a minha filha e deixaram a professora prestando atenção. Mas não que a minha filha gritou, o que a minha filha estava falando, estava explicando ali, foi interessante. Ela conseguiu a atenção da sala. E a professora odiou ela, mais ainda a partir daquele dia.

E com o meu filho, que foi já no ginásio na época, ele tinha uma professora de português, evangélica, e tinha um professor de matemática, evangélico.

O meu filho nunca foi menino de ficar falando em aula, nunca deixou de fazer as tarefas, nunca. Mas esses dois. Ou eles davam um jeitinho de mandar um bilhetinho, alguma coisa. Curar defeito nas coisas que o meu filho fazia. Ou do nada, eles soltavam alguma coisa que ofendesse o meu filho.

Nesse sentido do... sabe? Ah, tipo... Ah, ser muito... sei lá, organizar. Mas sabe uma forma de implicar com o jeito do meu filho ser? Uma vez, essa professora de português, eu cheguei aqui, tive que ir na escola pra conversar com ela. Porque ela tinha chamado a atenção do meu filho de uma coisa que não tinha nada a ver com o meu filho. Sabe? Ai eu falei pra ela: “Professora, o que tá acontecendo? Porque eu percebo, o meu filho reclama”. Mas eu sei que era uma perseguição religiosa ali pelo comportamento do meu filho.

Foram as que mais marcaram pra mim. Na faculdade, a minha filha teve uma dificuldade na faculdade. O meu filho não. O meu filho não teve dificuldade. O meu filho, a faculdade foi a melhor coisa pra ele. O meu filho amadureceu, cresceu.

E tem uma coisa também, sabe, que a gente vê, Mariana? Eu vejo isso mais no meu filho do que na minha filha. Ela até tem, mas não tanto. O gay, a gente vê a preocupação de ser o melhor em tudo que ele faz, mas não porque ele quer ser o bambambam, mas pra ele tentar, como se fosse: “Ó, eu tô tampando o meu defeito de ser gay com essa qualidade de como aluno, de como trabalho”. Eu vejo muito isso, sabe?

Então, na faculdade o meu filho não teve. Ao contrário, o meu filho foi aluno de destaque. O meu filho hoje é um profissional da saúde na Santa Casa. Eu acho que já vai pra seis anos. Sabe? Ele é um

profissional que, nossa, todo mundo elogia, todo mundo trata bem. Os professores dele até hoje indicam clientes pra ele, sabe?

Então, agora, uma dificuldade dela foi a seguinte, que quando ela foi pra faculdade, ela ainda não tava transicionada. Então, a transição começou a acontecer dentro da faculdade. Aí, a galera já começou a fazer confusão. Os pronomes, às vezes, tava uma frase não legal ali. Então, a minha filha, a dificuldade foi essa lá. No entanto, ela já estava no terceiro semestre de biologia lá na faculdade, a minha filha foi lá, fechou a matrícula escola lá e está prestando vestibular porque ela quer fazer federal. Porque nas federais e estaduais, o público LGBT é mais bem-vindo, né?

P: Em relação à matemática, como que foi o envolvimento de seu filho e sua filha com a matemática ao longo da trajetória escolar?

Renata: Então, olha, vou te falar, nenhum dos dois era bom de matemática. Nenhum dos dois. Acho que o minha filha foi um pouco melhor. Apesar do meu filho, ele precisa da matemática até por conta da profissão dele.

Mas agora você falando exatamente da matemática, eu percebo assim, por aqueles que estão mais próximos de mim e pelos meus filhos, entra como exatas parece que é menos escolhida pelo público LGBT. Eu acho que a gente deve investigar isso. Eles procuram mais, por exemplo, o meu filho. Eu trabalhei na saúde muitos anos, 17 anos, e o meu filho, quando foi fazer a faculdade, falou assim: “Mãe, quero ser enfermeiro”. “Cara, não cai nessa, pelo amor de Deus. Primeiro porque nossa, ganha muito pouco, é muito sacrifício, né?”. Mas, e a discriminação também. E aí foi onde ele foi pra fisioterapia.

E a minha filha, desde pequenininha, sempre falou muito de biologia. Mas, envolve química, envolve matemática, né? Sim, eu não tô falando besteira? Tá certo. Ela, a minha filha, ela vai prestar biologia, mas ela também colocou química para prestar.

Eu não lembro deles reclamando nenhuma vez de ter tido... Só o meu filho com esse professor lá, que é esse professor de matemática. Mas não pela matemática, pela religiosidade dele, sabe? Então, eu não lembro de ter tido com a matéria.

P: Você vê alguma maneira de que a matemática poderia contribuir para a luta contra discriminações, desigualdades de gênero e sexualidade?

Renata: Eu penso que vai mais não da matéria, mas mais da pessoa.

Nossa, eu tive um professor de matemática, ele faleceu ano passado. Olha que interessante, eu nunca pensei nele dessa forma, mas ele era um professor hiper preparado para abraçar a comunidade LGBT. Mesmo sendo uma matéria exata, aquela coisa assim, é possível você fazer essa aula de matemática humana, de acolhimento. É possível fazer isso. Trazer uma aula leve. Sabe? E envolvendo as pessoas dessa aula. E ele era assim.

Olha, eu nunca parei pra pensar nele assim. Então eu acho que é isso. Que em qualquer matéria é possível. Na matemática, na física, na química. É mais difícil porque a gente fica com esse negócio de que um mais um é dois, mas por que não pode ser? Um mais um é dois, não é? Eu acho que essa seria uma forma.

P: Existe algo que você gostaria de acrescentar que não foi mencionado durante a entrevista?

Renata: Nossa, eu acho que eu falei, falei muito. E falei, acho que talvez quase tudo, porque tudo a gente nunca fala, né? Mas assim, sabe? Eu, como uma mãe pela diversidade, eu junto com as minhas companheiras, com as minhas amigas, nós vamos continuar lutando.

E eu espero que a gente consiga alcançar esse espaço na escola acolhedor para todos, para todos, independente de gênero. Eu acho que precisa disso. E olha, depois de pensar na matemática, eu quero que a matemática, física, química também seja poética, como pode ser na literatura e na língua portuguesa. É isso.

Mariana

P: Para começar, apresente-se, diga seu nome, idade e fale um pouco sobre você. Depois, compartilhe como foi a chegada da maternidade em sua vida.

Mariana: O meu nome é Mariana, eu tenho 53 anos. O que mais? Bom, eu sou mãe de três filhos. Eu... A chegada dos meus filhos foi super esperada, super querida. Eu tava casada, quando meu filho mais velho nasceu, eu tava casada fazia 3 anos e meio. E eu queria ter vários filhos, eu queria ter uns 4. Então, eu tive eles com uma distância bem pequena, porque eu já tinha 30 anos quando nasceu o primeiro. Então, eu tive com 30, 32, 34. Pra que eles passassem a infância juntos, fossem amigos, ficassem... Então, a experiência foi essa. Eu queria muito ser mãe, gosto muito de, sei lá, gosto muito de criança, gosto muito de contar história, de, sabe, essa vivência de argila e bagunça, adoro. Então, eu curti muito, muito a infância deles. Me mudei pro interior pra poder curtir mais, ter mais tempo junto com eles. Então, a infância foi muito, muito boa. Aí a gente construiu uma casa. A gente... Quer ver? O mais velho tinha, acho que, uns quatro anos quando a gente mudou para uma casa. Isso mesmo, quatro anos ou cinco. E aí a gente mudou para uma casa, e a minha ideia de mudar para uma casa era justamente que eles tivessem mais acesso à árvore, a poder, sabe, viver a vida, experimentar a vida. Então, sei lá, mexer com água, com terra, essas coisas.

P: Como foi para você o processo de reconhecimento e acolhimento do gênero e orientação sexual das suas filhas?

Mariana: Olha... Eu vou contar primeiro da trans, porque, na verdade, com ela começou mais cedo, né? Então, assim, a minha filha, com mais ou menos, desde que ela nasceu, não assim, bebê, né? Mas uns quatro anos, assim, a gente já achava alguma coisa. Porque, quando eu descobri que era um menino, eu achava que era uma menina. Todos os filhos eu acertei o gênero quando eu tava grávida, né? E quando eu fiquei sabendo que ela teoricamente seria um menino, pra mim foi um choque. Eu chorei muito naquele dia e eu falava com meu ex-marido: não tem nenhum problema ser menino ou menina, tanto faz, mas é que eu tinha certeza que era menina. Então, assim, pra mim tá sendo um choque. Eu tenho que refazer, sabe, a minha cabeça? Eu já sentia ela como menina. E aí ele falou: tudo bem, não é mal, isso acontece. Ainda bem que está acontecendo antes dela nascer. Mas tudo bem. E aí eu lembro que a gente almoçou, eu chorando e tal. E aí, quando eu cheguei na procuradoria, é quando ele me deixou o trabalho. Depois eu falei assim pra ele: não, já pensei uma cena pra mim pacificar, é que eu vou dançar com ele, né, a valsa de formatura da faculdade. Daí ele falou: então tá vendo, vai ser bom ter um menino. Falei: não, sabe, tipo, vai, né? Tudo bem.

Aí ela nasceu, foi indo, a história e tal, né? E eu pensava: bom, então vai nascer um outro menino, vai brincar com o irmão. Que bom. Porque os dois mais velhos brincavam muito juntos. Só que, com o tempo, a gente foi vendo que a minha filha do meio e o mais velho foram se distanciando um pouco, ainda na infância. Quando ele estava com, sei lá, uns cinco anos, eles já quase não brincavam mais juntos. Porque aí ele gostava de brincar de bola, de carrinho, de Homem-Aranha. Vivia fantasiado, essas coisas. E a minha filha também vivia fantasiada de princesa, aquela história errada toda, ou de Mulher-Maravilha. E ela brincava muito de escolinha, de casinha, de cachorrinho. E a minha filha mais nova gostava muito das brincadeiras dela. Ela nunca brincou, jamais brincou de carrinho, de bola, nada dessas coisas. E o que ela gostava, além de boneca, brincar de escolinha, essas coisas, era brincar de quebra-cabeça, de jogos. Foi o único dos meus filhos que gostou de... que eu adoro! Então foi o único que gostava dessas coisas. Cada um gostava de uma coisa diferente, né? E aí, tudo bem, bem. Então, assim, já foi um negócio que... Foi um negócio que, sabe quando você vai olhando e vai falando: bom, não sei, né? Não se identifica tanto com esses brinquedos. Tudo bem que é uma coisa construída da sociedade, mas, mesmo assim, vai te chamando a atenção, né?

E aí, meu ex-marido, às vezes, falava: ah, acho que vai ser bom pai, né? E aí, quando ela tinha mais ou menos uns quatro anos, eu me lembro de um dia que a gente estava conversando, e aí ela virou

para mim e falou: eu queria ter nascido menina. E, na hora, aquilo me deu um negócio que eu pensei: bom, mas não é. E daí eu peguei e falei assim: tem muita coisa na vida que a gente quer. Algumas são possíveis, algumas não. E eu falei: essa não é possível, você não é feminino. Então, né, vamos tentar lidar com isso da melhor forma que a gente conseguir. E tudo bem.

Mas, depois de ter falado, sabe quando você fica: não sei se eu deveria ter falado isso, porque, na faculdade, a gente tinha estudado, por exemplo, o caso da Roberta Close e tal. Então eu já sabia o que era ser transgênero, o que era ser homossexual, bissexual, enfim. Eu não era uma pessoa, assim, que não sabia, né? Claro que a gente sabia com a cabeça, sabia do ponto de vista teórico, né? Mas não é que eu não soubesse nada, né? Então eu fiquei muito mal de ter falado isso. Mas, ao mesmo tempo, pensei: talvez seja melhor pra ela. Viver assim, tipo, vive dessa forma e deixa, né?

E aí passou um tempo, foi passando o tempo. Quando a gente tava na pandemia, ela devia ter uns 12, 13 anos por aí. Eu fui fazer um... Ela tinha uma história, desde uns 5 anos de idade, mas ela começou a escrever uma história, que era da Pink Rose. Era uma menina super-heroína que tinha uma equipe, então, de amigos. Aquela história de super-herói, né? Então tinha um cachorro, tinha um menino, tinha uma outra menina, mas a história era dessa menina. E aí eu fui fazer um curso de escrita criativa na pandemia e, uma hora lá, a orientadora falou assim: ah, porque os primeiros, às vezes que você escreve, sempre o personagem principal é você, né? E aí eu peguei e falei: nossa, sabe que você não consegue prestar atenção em mais nada do negócio, né? Aí acabou o negócio, eu peguei e chamei ela e falei: olha, então, sabe aquela história da Pink Rose que você escreve desde que você tem um... Todo dia essa história da Pink Rose. A Pink Rose morava na minha casa, assim, né? Então, de tempos em tempos: mãe, você não acredita, a Pink Rose fez mais não sei o quê. Aí contava mais um pedacinho, indo pra escola, voltando, qualquer hora, né? A Pink Rose... Aí tinha épocas que a Pink Rose ficava mais sossegada e, de repente, ela voltava, né?

E aí, nesse dia, eu virei pra ela e falei assim: ah, então, você tava falando da Pink Rose outro dia, conta mais alguma coisa e tal. Eu falei assim: então, e quem você é nessa história? Ela olhou pra mim assim: “a Pink Rose? Eu”. Assim: é mesmo? Aí ela olhou com uma cara, assim. Eu falei assim: bom, é que você poderia ser o cachorro, o menino, a menina, não sei, né? Ou poderia não ser ninguém ali, né? “Não, mãe, eu sou a Pink Rose” e tal. Gente, a hora que ela falou isso, sabe quando você fala: cara, né? Ah.

E antes disso, teve uma vez, quando ela tinha uns seis anos, ela saiu. O meu ex-marido, ele trabalha com engenharia pesada. Então constrói plataforma no meio do mar, asa de avião, essas coisas. Então ele estava sempre fora de casa, sempre. Ele só vinha para casa de final de semana, ele morava em outros estados. E às vezes eu tinha um pouco de dívida se ele estava vendo a mesma coisa que eu estava vendo. Eu estava acompanhando aquele negócio. E aí teve um dia que ela saiu do banheiro. E ela saiu com uma toalha enrolada na cintura e uma no cabelo, sabe, meio rebolando, assim. Aí esse dia eu falei: cara, eu preciso ter essa conversa com ele pra ver onde ele tá, né? E aí eu liguei pra ele e eu falei: olha, a gente nunca falou sobre isso. Eu acho que ela tem uns 5 anos. Sei. Falei: a gente nunca conversou sobre isso, mas eu preciso falar sobre isso com você. Eu quero saber se a gente tá na mesma página, né? Eu falei: você já reparou na fulana, né? Porque eu acho que a fulana ou é gay ou é trans, né? E aí eu falo o que ele falou pra mim, a frase mais bonita do casamento inteiro. Ele falou assim pra mim: “se for, é”. Eu: ah, é, né? Verdade, né? Fica adiantando eu pensar muito sobre o assunto ou ficar com muita, né? Eu pensei: ah, tem razão. Então, aí eu passei a conviver com aquela frase. Então, toda vez que eu via alguma coisa que eu achava, entre aspas, estranha, diferente, sei lá o quê, eu pensei: se for, é. Então, assim, aquilo que vier, já é. Não adianta eu pensar ou querer mudar ou querer segurar, não? E aí, beleza.

Então, as coisas foram dessa forma até um pouco mais evoluída da pandemia. Só que aí, de uma hora pra outra, sem brincadeira, até hoje eu não sei se aconteceu algum fato, mas, se aconteceu, eu não sei. Ela já vinha, assim, um pouco de depressão, mas acho que todos os adolescentes na pandemia,

com maior ou menor grau, passaram. Pra ela foi bem da passagem de 12 pra 14 anos, então a pandemia pegou em cheio. E aí ela começou a não tomar banho. Então ficava assim, tipo, dois, três dias sem tomar banho. Só que começou, sabe assim, ficar uma semana. E aquilo, né, você fala: bom, por mais que a gente só esteja em casa, uma semana não dá. Três dias já não dá, né? E, fora isso, a gente acordava ela pra assistir aula, ficava todo mundo online, né? Ela começava a assistir aula, na hora que a gente ia ver, ela tava dormindo. E às vezes a gente ouvia barulho, à noite a gente acordava, ela tava acordada. Então, assim, a gente começou a perceber que tinha uma ansiedade, uma coisa no ar, né? Mas a gente também tava vivendo isso, né?

E, para mim, eu trabalho para o Estado, como eu te falei. Todas as empresas entraram com ação para não pagar imposto. Foi a época que eu mais trabalhei na minha vida. E não só as empresas entraram com ação, como a gente não podia perder as ações. Porque, se a gente perdesse, quebrava o Estado. Em última instância. Então a gente começou a meio que caçar todas as liminares. Sabe aquela coisa? Então eu... Caiu pra mim especificamente caçar a primeira liminar que foi favorável ao contribuinte, porque os juízes estavam negando, tem que ter um que deu. Então eu tive que fazer o recurso, mas eu não podia perder aquele recurso porque, se perdesse, aquilo podia virar jurisprudência. E como que ia comprar vacina, não sei o que lá, se não tivesse recolhimento de imposto, né? Então, assim, era pesado aquilo e a gente trabalhando em casa, então, sem estrutura, comprando computador, tentando se virar, né? E, no meio disso tudo, ela parou de falar comigo, parou de tomar banho, né? E eu tentando entender aquilo lá, né? Isso foi em 2021.

E, bom, ela parou de falar comigo. Era a filha mais próxima, parou de falar. E aí chegou um dia que eu cheguei em casa chorando, desesperada e tal. E eu falei pra ela: olha, qualquer coisa que você queira me falar, me fala. Sabe, tipo, eu tô aqui. Eu só não posso que você pare de falar comigo. Isso eu não consigo suportar. E aí ela falou: não, não tem nada pra te falar. Tipo assim, isso é problema. Eu falei: tá bom, né? E eu nem acho que era questão de trans, acho que a depressão mesmo dela, né? E aí, beleza. E aí continuamos nessa história. Então ela nem aí, sem tomar banho. Em junho, colocou na psicóloga pra tentar, né? E eu lembro que a gente foi na psicóloga, daquelas bem atordoadinha, sempre fica sorrindo o tempo inteiro. E, quando foi a última coisa, foi o meu marido, quando a gente já tava indo embora. A gente falou assim: aí, pode ser que ela tenha uma questãozinha. Aí ela falou: ah, tá, pode ser que seja gay. Eu falei: olha, pode ser que seja gay ou seja trans. A mulher não sabe a minha diferença. Então, assim, eu já falei: tá bom. Mas, né?

A madrinha dela é uma das minhas melhores amigas. Então liguei pra ela. Desde o começo, né? Falei, fica mais, então ela ia na minha casa, mesmo sendo na pandemia, visitava, sabe, assim, ela foi uma das pessoas mais presentes, assim, né? Enfim, fomos levando a vida, desse jeito, meio alto, baixo, meio. E aí, quando foi em setembro, as coisas estavam, a minha casa parecia não pagar as pressões, porque meu ex-marido estava bebendo muito, gritando muito, e a minha filha do meio não estava bem. E ela não estava bem, só eu e o mais velho, assim, tentando respirar, né? E aí teve um dia que meu ex-marido foi para, não sei se para a França, para a Escócia, já nem lembro. Ele fazia doutorado na Poli, na USP, então ele tinha um congresso, sei lá onde.

Enfim. Aí eu percebi que ele estava atrapalhando muito o processo. Então, naquele ano mesmo. Mas eu levei ele nessa consulta. Levava nas consultas com a psiquiatra. Eu levei na consulta com a endócrina. Só que a endócrina falou assim: eu preciso de um laudo de um psiquiatra. E que não seja o psiquiatra que já trata. Precisa de um psiquiatra que seja especializado nessa questão. Falei: tá bom, marcamos lá. Tudo muito caríssimo, um consultório que eu nunca fui na minha vida. Pra mim, marquei pra ela. Fomos lá. Aí o cara conversou. Depois ele conversou com a gente. Ele falou: olha, provavelmente é trans mesmo. Tá tudo encaminhando pra isso, blá-blá-blá. Mas, pra você fazer um tratamento hormonal, você precisa, você precisa conseguir bancar aquele negócio, sabe? Aí ele falou: olha, as pessoas, em geral, começam pelo nome. As pessoas em volta já chamam, os amigos da escola já chamam por aquele nome, roupa, sei lá, né? E ela não fazia nada disso. Eu falei: bom, então não vai ser agora, né?

E aí passou, passaram seis meses. Aí, no final da consulta da psiquiatra, ela me chamava, né? Aí a psiquiatra falou: ah, então, e ela quer saber por que não começou o tratamento com hormônio. Ela gostaria... Eu falei: por que não começou? Porque você não começa esse processo logo, né? Daí eu falei: olha, o que aconteceu? Eu, porque o psiquiatra falou isso, isso, isso. Então, né? Ah, não, tá bom, vamos ver.

Aí eu arrumei uma outra endócrina aqui em Jundiaí. Que aí eu já sabia que ela é outra cabeça. Ela trabalhou, trabalha há mais de 20 anos. Ela trabalhava numa tríade: era psicóloga, o cirurgião plástico e ela, endócrina. Então eles faziam um tratamento global da pessoa há 20 anos. Eu falei: ah, essa daí vai resolver meu problema. E aí ela, na hora, ela aceitou. Não precisou. Precisou de um laudo, mas podia ser da mesma psiquiatra, tal, né? Então ela começou o tratamento com hormônio até antes de ter trocado o nome, né? Então, e aí, de lá pra cá, e a coisa começou a desenrolar, entendeu? Então o corpo começou a mudar. Aí, graças a Deus, um dia ela escolheu o nome. A gente foi num, faz muito exame, né? Porque esse negócio de hormônio. Aí ela foi fazer um exame de sangue e usava ainda máscara. E aí a enfermeira vem do jeito dela, assim, com a máscara e tal: ah, então, que você prefere, deitada, sentada, e querida e não sei o que lá. E ela toda feliz. Né? De repente, a enfermeira foi pegar lá o frasquinho para conferir o nome. Ela olhou o nome: perai. E aí ela olhou na ficha: ai, desculpa, olha. Eu falei pra ela: tranquila, amiga, pode ir. Pode. Ela aceita a certeza. Fica tranquila, amiga, exatamente. Aí a minha filha murchou quando viu lá o nome, as coisas, né? Aí, quando a gente foi embora, a gente foi numa padaria, blá-blá-blá. Eu falei: olha, você muda o nome se você quiser, entendeu? Você não precisa dar essa situação pra ninguém. Porém, isso simplifica na cabeça das pessoas. As pessoas estão acostumadas a associar o nome ao gênero feminino, masculino, só conhecem esses e tudo mais. Então, se você puder fazer a gentileza de trocar o nome, você evita esse tipo de situação, né? Se você não quiser, tudo bem, mas aí você convive com esse tipo de situação, né? E aí ela falou: não, eu já pensei o nome. Aí eu gelei, né?

Sendo bem sincera, Mari, eu vejo lá no Mães que as pessoas, os filhos, né, escolhem uns nomes que, pra mim, não são nomes de gente. São apelidos, são nomes artísticos, sei lá o que, entendeu? Então eu já tinha falado mil vezes: olha, o nome de vocês. O meu nome é Mariana, o nome dos seus primos Beatriz, Rafael, Gabriela, Leonardo, João, Francisco, Luiz Fernando, Maria Isabel. São esses nomes. Você faz parte dessa família. Você não é uma pessoa estranha, descolada. Você faz parte dessa família. Então, por favor, escolhe um nome desse tipo, entendeu? Porque você vende um negócio, entendeu? Não é que você, né? E aí ela falou: não, tudo bem, vou pensar nisso. E aí ela escolheu. Daí eu agradei a todos os deuses, porque eu falei: isso, pronto. Porque, pra mim, não é a questão do nome só. Eu acho que ela entendeu que ela faz parte dessa família, entendeu? E eu não queria de jeito nenhum que ela escolhesse. Eu não tenho nada contra, tá? Eu acho que, pra algumas pessoas, faz super sentido escolher nomes que eu entendo que são um apelido, qualquer coisa assim, entendeu? Super sentido escolher nomes que eu entendo que são um apelido, qualquer coisa assim, entendeu? Mas eu acho que, pra mim, isso revela, pra mim, entendeu? Muito internamente, isso revela uma certa estranheza em relação a ao todo da coisa, entendeu? Eu acho que tanto que a minha filha, se você vir, se ela aparecesse aqui, você ia ver, ela não sei lá, ela não se veste de babado rosa, sabe? Ela é uma menina como qualquer outra, se veste como você, entendeu? Como qualquer jeito, né? Como eu também, de qualquer jeito. Então eu acho que tá ok, entendeu? Então eu acho que, sei lá, pra mim, uma menina trans que, sei lá, só se veste de rosa... Tudo bem, faz parte. Mas é tão estranho pra mim como uma menina que se identifica com a Barbie com 25 anos, sabe? Então é a mesma lógica. Eu fiquei super feliz que ela escolheu o nome, sabe? Que ela vive uma vida super normal, faz faculdade também. Então, né? Tá tudo... Ainda agora tá tudo mais correto, assim, mais andado, né?

E com relação a minha filha que é lésbica, o dela, o processo foi um pouco diferente. Eu acho que o das duas misturou muito a questão de gênero com a questão de saúde mental. Esse foi o problema. E isso eu vejo que é uma coisa muito frequente lá no Mães. E prejudica o processo e eu não sei te dizer assim muito porque que acontece. Eu acho que é uma rejeição da sociedade, eu acho que também,

sendo bem sincera, eu acho que é uma rejeição, às vezes, também que a pessoa imagina que ela vai sofrer maior do que o que acaba acontecendo, né?

Então, a minha filha, quando ela tinha uns 11 anos, ela começou com uma dor no estômago, a do meio. E essa dor no estômago não passava. Eu tinha medo de ser, sei lá, câncer, qualquer coisa, e eu estar descuidando. Então, passou um tempo que aquela dor não resolvia, eu levei em tudo que foi médico. Fez exame de endocrinologista, fez colonoscopia, fez endometriose. Nossa, varreu a menina, sabe? Tipo, PET scan, né? E sabe quando chega uma hora que não é nada? E aí eu lembro de uma conversa que eu tive com ela um dia que eu falei: olha, a gente não sabe o que é. E talvez a gente nunca descubra o que é. Talvez seja alguma coisa que a medicina não saiba, sei lá, né? Então, o que você acha de fazer terapia? Talvez. Mal não vai fazer, né?

E aí eu lembro de uma conversa também que a gente teve, que eu falei pra ela: sabe quando te vem na cabeça? Tinha uma moça que era ligada à família que era lésbica. Aí eu falei: e será que você é? Tipo, será que você vive a mesma situação que a fulana? E aí ela fez assim que sim com a cabeça. Então, é engraçado isso porque eu me lembro dessa cena. Se você perguntar pra ela como foi, ela vai falar que foi ela que contou e que eu não perguntei nada.

Então, não sei, né? E aí, o dela mistura muito com a história do pai, entendeu? Então ela passou muito tempo se sentindo muito assim, rejeitada, muito, sei lá, meio mal compreendida, sabe? E eu acho que agora que ela tá com 20, é que eu acho que as coisas estão... Agora ela tá sozinha comigo em casa, porque ela começou a fazer pedagogia, não gostou muito, voltou pra casa e esse ano ela tá fazendo cursinho. Então, apesar de ser uma época muito estressante, a gente tá sozinha em casa. Então não tem a outra pra tomar minha atenção, não tem, sabe assim, nem meu filho mais velho, ex-marido, entendeu? Fica nós, os gato e cachorro. Então eu acho que a gente tá tendo chance de conversar um pouco mais. Quero ver você transcrever, vai o caderno inteiro. É.

P: Que tipos de acolhimento ou rejeição que você sentiu das pessoas próximas a você?

Mariana: Olha, então, meu ex-marido, num primeiro momento, foi favorável, né? Tipo, tirando que ele falou que trabalha com Engenharia, né? Mas antes da coisa acontecer, na teoria, ele falou isso, né? De se for, é. Então, no início ele me deu muita tranquilidade. Mas depois que a coisa começou a andar, aí foi bem complicado. Então eu vejo muito isso lá no Mães também, das mães se separando e levando a história sozinhas.

Então, assim, eu tenho uma irmã do meio que tem uma vida bem conservadora, ela também. Então, durante muitos anos, eu me afastei deles. E também suave nessa parte, porque as relações hoje estão boas. Mas teve muitos natais, anos novos, tudo que eu passei com as minhas duas filhas sozinha. Então a gente viajava, a gente ia pra praia, eu alugava uma casa.

E o meu filho mais velho ficava com dó do pai, porque ele é o único que fala. Faz três anos que minhas filhas não falam com ele. Que ele é o único que fala, faz três anos que minhas filhas não falam com ele. Então, agora em março, faz quatro anos. Então você tem uma ideia, né? E ele é o único que fala com o pai. Ele fala, ele encontra. Então ele falava pra mim: ai, mãe, vou passar um Natal com ele, tudo bem e tal, né? Então o Natal do ano passado foi o primeiro ano que ele passou com a gente, desde que eu me separei. E eu até falei pra elas, falei: olha, agora vocês já estão melhores. Então, assim, se acontecer qualquer coisa que vocês acharem que não é bom, então vocês vão, a gente vai tentar arrumar um jeito pra você. Mas eu vou passar com ele esse ano, porque faz anos que eu não passo com ele. Enfim, mas no final a gente passa junto e tudo vai se estruturando, né?

Então, é... teve meu ex-marido, essa irmã. A minha irmã do meio, mais nova não. Minha irmã mais nova sempre foi super favorável, ela é psicóloga, mais fácil. Só que ela mora nos Estados Unidos. Então, durante as fases mais complicadas do processo, ela foi uma das pessoas que eu ligava, falava,

e ela sempre dava boas ideias, só que ela não é longe. Então, a madrinha da minha filha mais nova teve bem presente. Assim, me ajudou em várias fases. Ela não tem filhos, então às vezes ajuda, né? Mas, assim, me ajudou sim. Depois, ah, tem amigas, assim, que me ajudaram também, que eu ligava e tal.

Só que, assim, quando você fala para as suas amigas: ah, filha lésbica, gay, não sei o que lá, ou trans, não sei o que lá. A pessoa: ah, tá bom, né? Ou trans, a pessoa: ah, tá bom, né? Eu tenho uma amiga, por exemplo, que, quando eu contei pra ela, ela falou: ah, o meu filho, um dos meus filhos lá, que eu nem sabia, é gay, e tá tudo bem. Eu pensei: ah, que bom. Você nunca nem me contou, então tá tudo bem, né?

Mas, na minha casa, teve essa questão da saúde mental muito forte. Então, quando eu falava: gente, eu não sei o que eu faço. Faz uma semana que não toma banho. Minhas amigas: nossa, tipo, empurra no banho, compra outra roupa, faz não sei o que, né? Tipo, compra um sabonete cheiroso, entendeu? Então, assim, são coisas que só lá no Mães, é o que eu te falei antes, né? Só lá no Mães que eu fui encontrar situações muito parecidas e que eu vejo até hoje as mães colocando, né? Ah, meu filho tá se cortando, meu filho faz uma semana que não toma banho, meu filho não quer ir pra escola.

Essa minha filha do meio, com a dor de barriga, ela ficou quase um ano sem ir para a escola. Eu tive que fazer uma representação na diretoria de ensino, porque a escola falou tanta falta que, mesmo com o relatório médico, agora não é mais com a gente. Então eu tive que pegar um relatório médico de, sei lá, 200 faltas e fazer um negócio, um escrito lá para a diretoria de ensino, torcendo para eles aceitarem.

P: Na escola, como você percebe a experiência/vivência em relação ao acolhimento da diferença de gênero/sexualidade?

Mariana: Então, com a minha filha do meio, eu nem posso dizer que eu percebi muita coisa, porque, como ela só faltava na escola, a minha experiência era ir lá na escola e ficar falando que ela estava com dor no estômago, dor na barriga e que, né? E a escola, inclusive, foi bem acolhedora comigo. Falava: olha, se não tem jeito, não tem jeito. De vez em quando eu passava lá e pegava algum caderno, pegava alguma lição. A gente ia levando assim. Eles nunca falaram nada, mas também, assim, eu não sei nem se eles ficaram sabendo da situação, né?

Agora, com a minha filha que é trans, aí é um pouco diferente, porque trans não adianta, não tem como, entre aspas, disfarçar. A pessoa que é homoafetiva, se ela quiser, ela entra em algum lugar e, entre aspas, performa. Agora, alguém que é negro, que é trans, não tem. A pessoa entra, pum, né? Então, quando voltaram as aulas depois da pandemia, eu acho que foi no começo de 2022, eu peguei e falei: não, não. Agora eu vou lá conversar na escola, né? Vou lá pelo menos pra, pra, se eles tiverem alguma dúvida, eles me ligarem, né? E eu marquei com o professor de Educação Física, porque ele era um cara que eu...

Conhecia de fora da escola, porque tanto o mais velho quanto a mais nova fazia um vôlei com ele fora, numa escolinha de vôlei, né? Aí, beleza. Então marquei. E eles inventaram um negócio, acho que na década de 70, e nunca mais mudaram na escola, que era uma tal de quadrilha invertida, no terceiro ano. Então os meninos iam vestidos de meninas e as meninas de meninos. E eu, várias reuniões, isso quando meus filhos eram menores, reunião de escola, tudo mais, eu chamava a diretora e falava: olha, meus filhos não vão dançar essa quadrilha invertida. Esse negócio não existe. Eu acho que você tem que mudar esse negócio. Isso aí, quando eles estavam no sétimo ano. Eu nem sabia. Quer dizer, não sabia. Assim, já desconfiava da mais nova, né?

Aí tudo bem. Aí a hora que eu vi, o mais velho ainda dançou essa quadrilha invertida. Só que, a hora que chegou na vez da mais nova, aí eu pensei: cara, com ela isso não vai rolar. E eu preciso já falar

antes, né? Porque eu queria que a escola não fizesse, não é que eu queria que ela não participasse, eu queria que a escola não fizesse.

Então eu já ia falando com as outras mães, eu já estava fazendo essa campanha desde que eles eram pequenos. Mas o dono da escola era muito bom, mas era um senhorzinho, sabe aquela coisa? Então, assim, ele era muito bom tecnicamente, né? Mas tinha algumas ideias meio ultrapassadas.

Aí eu cheguei para o professor de Educação Física e falei: olha, você que organiza as atividades da festa junina, isso aí em janeiro. Fui lá, falei: olha, então quero te falar, a minha filha tem uma questão de gênero. Quem que você acha que ela vai ser nessa quadrilha? O que é um invertido pra você? No caso dela.

Aí ele quase chorou na minha frente. Ele falou: olha, faz anos que eu falo pra tirar essa bosta desse negócio, só que não sou eu, entendeu? Não fui eu que inventei essa história e eu só cumpri ordem, eu sou professor aqui.

Eu falei: ah, então tá bom, então eu vou escalar, né? E eu falei pra ele: olha, no ensino médio, eles separavam meninos e meninas nos esportes, né? E aí eu falei: olha, e ela, eu também não sei o que ela faz na tua aula, né? Então, se na tua aula ela quiser ficar com as meninas ou com os meninos. Aí ele falou assim: nossa, não sei por que você está falando isso. Ela fica com as meninas na aula desde sempre. Eu, assim: ah, tá.

Então eu percebi que, para aquele professor, fazia a menor diferença. Ele falou: olha, não só ela, como mais um outro menino lá, que era um menino assim meio afeminado também, que eu já nem lembro quem que era. O menino passava a aula de Educação Física inteira com as meninas, pintando a unha, fazendo o que ele quisesse, entendeu? Conversando. Ele falou: ixi, eles batem altos papos lá com as meninas e tal. E o professor, pra mim, ele não falou nem que ele colocou nenhum impedimento, não fez nenhum questionamento. Nem quando elas quiseram, e que já estava rolando e eu nem sabia, né?

Então eu fui percebendo na escola que aquilo que eu imaginava, às vezes, não era bem aquilo. E eu até falei para a minha filha mais nova, eu falei para ela: olha, é assim, o dia que você quiser ir na escola, se você quiser eu vou lá falar, mas se você não quiser também, e quiser, sei lá, unha pintada, cabelo não sei que jeito, roupa, sei lá, tem uniforme, mas algum adereço. Né? Eu falei, assim como eu estou vendo a tua transição, os outros também estão vendo. Você estuda nessa escola desde 3 anos. Sabe, as pessoas reparam. Esses mesmos alunos, tirando um ou outro, a maioria está com você desde pequena. A maioria já percebia isso que eu percebia e blá, blá, blá, blá, blá, blá. E realmente foi o que aconteceu. A hora que ela começou mesmo e tal, ninguém falou nada. Todo mundo já estava ali percebendo.

Exatamente. Eu acho assim, tudo bem, escola particular, é uma escola muito bacana, entendeu? Não é uma escola liberal aqui em Jundiaí. Não é. É uma escola voltada para vestibular. Mas é uma escola que tem um conteúdo mais humano, sabe? Então, aí teve uma vez que ela escreveu numa prova que ela queria se matar, sei lá, que a escola me chamou. Fui lá. Aí estava a psicóloga da escola e um coordenador do ensino médio, que eu não conhecia. Sabe quando você bate o olho, assim, o cara é gay? Não sei se ele sabia, porque ele era casado com uma mulher de afim, mas ele era gay.

Aí, enfim, aí conversei com o cara e tal, né? E aí eu falei pra ele: olha, é assim, ela passa por essa questão de transição de gênero. Isso é um processo, não é assim que você vira um botão e, a partir de hoje, né? Então, assim, esse processo é um processo difícil, é um processo de identificação da própria pessoa, blá, blá, blá, blá, blá, blá. E essa história de eventual suicídio e tudo mais, isso aí já está sendo tratado. Faz um tempão já que ela toma remédio. Eu vou comunicar a psiquiatra, mas, assim, a gente está lidando com isso, está vendo, ela está tomando remédio e tudo mais.

A psicóloga da escola, achei super despreparada na ocasião. Ela ficou: mas ela falou de suicídio. Eu falei: amiga, eu já sei, eu convivo com isso, entendeu? Não é que eu estou baixando a guarda, eu estou desesperada com essa história, mas, né? E eu achei que o coordenador foi muito bom. Ele ainda fez assim com a psicóloga, tipo com a boca. Porque, assim, a situação estava sendo cuidada. Então, assim, teve vários... Não é uma coisa tranquila, mas... Então, na escola, para te falar bem a verdade, não teve nenhum problema. Se teve, eu não fiquei nem sabendo. Tanto em relação aos alunos... Depois eu te mostro a foto da formatura, pra você ver que gata.

Então, assim, ela foi na formatura vestida com tudo, linda, maravilhosa. Então, assim, ninguém... Porque a hora que a gente for chegar na... Sabe quando você fala, ai que linda, ai, ai, ai... A hora que vai chegar você fala, ai, ai, né? Porque tinham pais ali que já levaram os meninos na minha casa pra brincar quando eram pequenos. Então eu fiquei pensando um pouco assim: como que é pras outras pessoas? Uma coisa é ver na escola de uniforme e de brinco. Outra coisa é ver na festa de vestido e tal. Pô, ninguém estava nem aí. Todo mundo curtindo a festa, vivendo.

P: Como você conheceu e se aproximou do coletivo de mães?

Mariana: Olha, eu já tinha ouvido falar, assim, pela TV, sei lá, jornal, né? E eu, inclusive, já tinha vontade de entrar, mesmo sem saber que eu tinha, mesmo sem ter certeza, né? Então, eu já tinha vontade de ir na parada, sabe? Só que eu ficava pensando: eu vou na parada e qual é o meu lugar, assim? Então eu achava que não tinha um lugar pra mim lá, então nunca fui, nunca tinha ido. Agora eu vou todo ano, mas eu nunca tinha ido, né? E, enfim, aí quando a coisa desabou na minha casa e tudo mais, é o que eu te falei, eu falava com amigas, ficava: ah, fulano não toma banho, fulano se corta, fulano... Minhas amigas ficavam horrorizadas e eu percebi, assim, que ninguém vivia a experiência que eu vivia.

Então aí eu entrei em contato com mães. Eu não lembro se foi, acho que pelo Instagram. E aí uma mãe me ligou, que é a equipe de acolhimento, e conversou comigo. E, naquele momento que ela conversou comigo, eu pensei: nossa, realmente tem pessoas que passam pelas mesmas situações, e a coisa no final se acalma e tal, né? E aí eu entrei no grupo.

Aí, no grupo, eu via, eu pensava: nossa, essas pessoas moram na minha casa, não é possível, porque era isso. As histórias que elas contavam eram as mesmas que eu contava. Então aí eu via o que elas falavam uma pra outra, tipo: olha, isso passa, ou então, olha, tenta isso, sem nenhum julgamento, sabe? E aquilo eu pensei: nossa, aqui é o melhor lugar que eu posso estar. Tanto que todas as mães de LGBT e tal, eu sempre falo: entra lá, porque pra mim faz muito sentido.

E aí, o ano passado, eu comecei a fazer parte do acolhimento. Porque era uma coisa que eu sempre, que eu fiquei encantada quando me acolheram da primeira vez. E... que eu queria muito fazer, só que eu precisava esperar a poeira abaixar na minha casa. Ingressei no final de 2021.

P: Que pautas você acha que deve ser prioridade para o coletivo e para você?

Mariana: Ai, é difícil falar isso, viu? Porque, não sei. Eu acho que as lutas são muitas. Então, eu acho que é mais uma questão de respeito mesmo, sabe? Eu não gosto de falar de uma pauta, porque eu vou falar: qual é a pauta? Banheiro? Não, para mim a pauta não é banheiro, entendeu? Banheiro é um efeito, um reflexo do negócio, sabe? O nome, a questão do atendimento, sei lá, médico, né? Eu acho que é um respeito mesmo a quem se é, né? Acho que é um respeito mesmo a quem se é, né?

P: Qual é a sua atuação dentro do coletivo?

Mariana: Tá, o coletivo, ele é grande. Eu não conheço tudo, tá? Então eu não consigo te falar, assim, todos os setores, tudo que faz, porque, de verdade, eu não conheço. Eu sei que tem uma parte meio

jurídica, assim, que vê os projetos de lei, as ações, orienta as mães. Tem a parte das psicólogas. Então, pessoas que estão passando por situações de emergência, elas atendem, ou então elas têm um atendimento regular, com algumas vagas para mães e para filhos e tal. Essas são as coisas que eu conheço.

Eu sei que tem uma parte de gente que está tentando angariar dinheiro, porque custa às vezes passagem aérea, material, enfim. Tem as palestras que algumas mães fazem, de divulgação. E tem a parte do acolhimento. Então eu sempre quis participar do acolhimento, porque é aquela mãe, pai, que estão desesperados e eles entram em contato com a gente, ou pelo Facebook, Instagram, Zap, ou por alguma outra mãe. A gente coloca o nome numa planilha. Então a gente atende pela ordem, só pra, né, pra entender que a pessoa tá numa urgência. E tem casos mais urgentes, menos urgentes, enfim, né?

Mas eu gosto muito do acolhimento. Muito mesmo. Porque você conversa com a pessoa pra entender por que que ela quer entrar, onde ela ficou sabendo, o que que ela sabe do negócio e tudo mais. Você fala com a mãe e ouve a pessoa. Então é muito legal, porque, em geral, a pessoa vai falando e eu vou lembrando também como foi para mim. Tem pessoas que têm caminhos um pouco mais fáceis, um pouco mais difíceis, filhos mais velhos, mais novos, mas é muito legal. E não necessariamente a pessoa vira parte do Mães. Às vezes é só uma coisa de emergência e a pessoa passa, ou não.

P: As pessoas geralmente começam no acolhimento ou começam a participar mesmo?

Mariana: Geralmente começam. Geralmente começam, mas tem algumas. Olha, até hoje, eu vou ser sincera com você, eu não tive nenhuma das que eu conversei, não tive nenhuma que virou pra mim e falou: eu não quero, não me identifiquei. Nenhuma. Só que o que às vezes acontece: tem algumas mães que não preenchem o formulário depois.

Então, depois de um tempo, a chefe do setor de acolhimento entra em contato com a gente e fala: olha, aquela mãe que você atendeu, ela não preencheu o formulário. Você pode falar com ela? Algumas eu mando mensagem e elas falam: desculpa, vou preencher. Tem algumas que eu mando e elas falam: gente, a situação está tão caótica aqui que eu não consigo, eu não quero, eu não consigo uma gota de sangue em lugar nenhum. Aí eu falo: não tem problema. O dia que você quiser, você me fala, preenche.

E tem mais, aconteceu um caso, na verdade, posso falar? Pode falar, né? Não, não, não sei se é genérica, mas, assim, de... de pessoa que eu acho que não precisa às vezes, sabe? Então, assim, mãe que é meio blogueira, sabe? Então, assim, ou a pessoa já tá num outro estágio, então, pra pessoa aquilo lá já não... Ou então mãe blogueira que quer faturar ou, de alguma forma, se promover em cima daquele negócio, sou mãe de fulano. Então, aí a pessoa às vezes não se identifica muito.

P: Eu li o regimento, o estatuto que tem no site, né? E fala que os associados pagam, porque você falou da arrecadação de dinheiro, fala que os associados pagam mensalidade. Isso acontece?

Mariana: Não. Não acontece. Na verdade, é. Então, eles colocaram isso, porque antes não cobrava absolutamente nada, né? Só que tem isso, tem mães que fazem palestras em outros lugares, tem, às vezes, coisas de divulgação e tudo mais. Então eles começaram a fazer recentemente, às vezes eles fazem alguma campanha. Então, por exemplo, sempre na parada a gente não paga o abadá, só que eles arrecadam dinheiro. Então quem pode dá, quem não pode pode não dar e acabou.

E agora, recentemente, teve uma das reuniões que fizeram, que falaram essa questão do dinheiro e tal, e aí fizeram agora uma campanha que é para você ter uma doação mais regulada. Mas, assim, eles colocaram lá no grupo: doa quem quer, não é uma coisa.

O que eu observo muito é que uma percepção minha, eu acho que a maioria das mães são separadas. Muitas acabam não tendo um ganho tão alto. Então, algumas famílias ali têm uma situação, não é de vulnerabilidade, mas de quase vulnerabilidade. Então realmente não teria como pagar. Então eu acho que isso também é importante você ter em mente quando você pensar em ensino. Ali tem pouquíssimos pais. A maioria acabou se separando ou no processo, ou antes, ou não teve nada a ver com a história.

P: Como você acredita que a escola pode ser um espaço acolhedor para questões de gênero e sexualidade?

Mariana: Olha, eu até penso que qualquer dia eu preciso voltar na escola. Estou dando um tempo, assim, porque eu acho que são experiências fortes, né? Mas, para a minha filha do meio, como eu te falei, nem sei.

Agora, para a minha filha mais nova, a escola foi um espaço de acolhimento. Então, quando eu fui falar com o professor da Educação Física, que as aulas eram separadas por gênero, e ele falou: não, faz anos que ela faz com as meninas. Eu falei: nossa, eu não precisei vir falar. Não teve um debate. Eles não me chamaram nem para comunicar que eles estavam fazendo isso. Eles respeitaram a opinião dela e só.

Com relação ao banheiro, por exemplo. Ela falou, eu falei pra ela um dia: aí, como é que tá essa história de banheiro? Aí ela falou: aí, eu tô pensando em falar sobre isso. Eu falei: ah, então. Você quer que eu vá lá falar? Não. Eu que quero. Eu falei: beleza.

E aí você fica com medo, né? O que que vão falar? Será que não é melhor ir junto? Mas aí eu pensei: gente, ela vai ter tantas batalhas na vida. Então, assim, se ela tiver um sucesso nesse primeiro banheiro, depois quando ela for pra faculdade, depois quando ela for pro trabalho, pra qualquer lugar, né? Ela vai ter a mesma conduta. Então é bom que ela tenha essa primeira vitória num lugar, ou derrota, ou sei lá o que, essa experiência, num lugar que ela conhece as pessoas, que ela já vai lá desde os três anos de idade, né? E deu tudo certo, entendeu?

Eles falaram pra ela o seguinte: a gente vai fazer o seguinte. Pra não ter problema com as outras mães, você vai usar o banheiro feminino, só que você vai avisar um assistente. E aí a gente pede pra você usar algum banheiro um pouco mais longe. Então começou o negócio assim. Ela ia com o assistente pra ver se não tinha nenhuma outra menina, porque o medo da escola era de outros pais reclamarem. E era o meu medo também. Então começou assim que ela era de outros pais reclamarem. E era o meu medo também, né? Então, começou assim. Aí, com o passar do tempo, ela foi pro ensino médio, já tava mais andado, aí não dava mais pra usar aquele banheiro longe, né? E aí, tudo bem. Ela começou a usar o perto, só que antes a assistente entrava e tirava todas as meninas. Fazia isso pra evitar.

Então, eu achei assim, que, num primeiro momento, às vezes, isso, assim, pra nós não soa como ideal, né? Mas, se você for pensar, também tem as outras mães, tem as outras... Eu acho que, se tivesse uma reclamação na escola e a escola tivesse que se posicionar, talvez fosse pior, né? Então, eu fui no Santa Cruz, por exemplo, lá em São Paulo. Lá tem o banheiro neutro. Então, eu falei pra eles, eu falei: olha, quando foi essa história do suicídio, que daí eu tive que voltar na escola, eu falei: olha, se a história não funcionar, eu sugiro que vocês façam esse banheiro do lado ali junto, não sabe? Então eu falei: se quiserem, eu chamo alguém do Mães ou eu venho conversar com as outras mães, se tiver algum problema. E eles falaram: não, deixa que a gente lida. E realmente eu nunca tive que me expor lá ou ter que escalar para alguma coisa.

Medidas precavidadas para que tudo funcionasse. Eu acho, assim, um primeiro ato. Eu acho, assim, é um primeiro momento, sabe? Eu acho, assim, hoje em dia minha filha vai para a faculdade, lá não tem um hétero, entendeu? Não tem um cis. Lá é todo mundo, tudo, todo mundo só tem letra, né? Então

eu acho que daí os pais nem sabem, ou, se souberem, é problema deles e tudo mais. Se ela faz uma federal, você imagina, né? Então eu acho que já é um outro momento, mas na escola eu acho que não é um passo atrás, é só um cuidado.

P: Quais são as principais barreiras e potências que você observa na educação básica para estudantes LGBTQIA+?

Mariana: A experiência da minha filha do meio foi diferente. Ela faltou na escola muito e tal, mas eu não atribuo a isso. Eu acho que ela teve um grupo de amigas que foi bastante complicado. Eu não sabia disso. E a coisa era tão confusa na minha casa que eu não queria ficar levantando nenhum fio, sabe? Só que esse ano, que a gente tá com mais calma, estamos só nós duas, um dia eu falei: nossa, aí, por que, né? Porque você tinha aquele grupo de amigas que era tão bom. A outra não tinha amigo, quase. Tinha só uma melhor amiga. E essa não, essa tinha um grupo de amigas que iam na minha casa, iam aqui, viajavam, faziam isso e aquilo lá.

Ela falou: então. Mas naquele grupo, tinha uma que começou a me rejeitar e aí as outras também começaram e não sei o que. Às vezes eu acho que entre grupo de meninas às vezes tem um pouco essas coisas, né? E aí ela falou: eu não queria mais ir pra escola, mas se eu falasse pra alguém ninguém ia acreditar que era aquela menina. Quando ela começou a contar, eu ainda falei: nossa, aquela menina? Ela falou: então.

Então, assim, eu acho que foi um pouco outra história. Foi um pouco a relação dela com o pai, sabe? Eu acho que não teve a ver com a escola propriamente, foi uma outra. Mas aí ela não via a escola como ambiente também agradável para ela estar. No ar, coisa tipo, não tinha nada além daquilo, entendeu? Então é, já acabou com a experiência do espaço, nem? Então tinham outras meninas ali que eram tranquilas.

Então eu falei pra ela, na época, eu não sabia o que estava acontecendo. Eu só sabia que ela tinha se afastado daquelas primeiras. Então eu falei: ah, e essas outras? Conferir as outras pra ir na minha casa, sabe? Fica aquela coisa. E aí eu percebi que ela estava mais feliz com essas outras, mas não tinha tanto, sabe assim? Então ela acabou ficando meio sem espaço.

Eu acho que, assim, pro adolescente, a gente, né, quando é mais velha, você vê a escola como um todo. Quando você é adolescente, você não é amigo daquele. Você tem um ex-amigo na classe. Às vezes isso daí já é o suficiente pra você não conseguir ir pra escola.

Aí eu mudei ela de escola. Quando ela tava no terceiro ano do médio, foi tanta confusão que chegou uma hora que ela falou: então eu quero ir pra outra escola. Eu falei pra ela: não dá, precisa ficar sem ir pra escola? Então, se você não tá bem na escola, vamos mudar pra escola, sei lá, entendeu? E aí tinha uma menina que já tinha estudado com ela, que ela era amiga, e ela falou: ah, então eu quero mudar pra essa outra escola. No meio do terceiro ano, eu mudei ela pra uma escola que eu considero bem mais fraca. Só que não tinha, assim, não era uma escola ruim, mas não tinha nada a ver com os valores, igual tem a outra, né? Mas tudo bem. E aí ela ficou indo pra essa outra escola.

P: Você percebia alguma diferença entre os professores de disciplinas. Teve alguma experiência positiva ou negativa?

Mariana: Olha, lá foi tranquilo, assim, com os professores. As minhas filhas falavam em casa que tinha uma professora de redação, por exemplo. Elas falavam: ah, a professora de redação é lésbica, ela anda com uma outra no refeitório, tá sempre com a outra e tal, né?

Então, sei lá se era ou se não era, sabe? Tinha um professor de gramática que era abertamente gay, então levava um leque, sabe? Aquela coisa, fazia pole dance, punha vídeo na internet. Eu dava risada,

pensando que eu fiz uma. Gente, do céu, imagina se eu faço isso no meu trabalho. Não por ser gay ou não, mas do pole dance, pelo amor de Deus! Acho que a pessoa pode se preservar um pouco. Mas eu não sei, assim, sinceramente, eu não. Eu acho que hoje em dia as escolas estão bem diferentes. Eu imaginava, esse é um ponto, eu imaginava que na minha família o acolhimento ia ser bom e no mundo externo ia ser ruim.

E o que eu vivi foi exatamente o contrário. Foi meu ex-marido causando muito problema, eu ficando sozinha, porque daí elas não queriam mais falar com ele. Tipo, eu fiquei 22 anos casada. Então, assim, de repente eu não tinha marido, eu não tinha o cara que eu conversava todo dia, era o cara que era pai delas. Então, era pessoa que poderia ter mais interesse de eu falar sobre isso, né? A minha irmã do meio, que é a única que mora no Brasil também, sabe?

P: Em relação à matemática, como foi o envolvimento das suas filhas com a matemática ao longo da trajetória escolar?

Mariana: Olha, é assim, como eu te falei, eu gostava, eu gosto muito de matemática. Hoje em dia eu não uso pra quase nada, mas eu gosto muito. Então, né, eu sempre fui bem de matemática, eu sempre achei ok. Meu pai era engenheiro, então sempre quando eu não entendia alguma coisa, meu pai me dava uma aula particular ali. Então, assim, eu sempre fui bem. No ensino médio eu tirava 10, sabe, essas coisas. Então, assim, eu pensei: quando meus filhos nascerem, eu vou criar eles dentro da matemática. Pra mim, matemática é legal e tá tudo certo.

E aí, desde que eles eram pequenos, a gente fazia muita coisa em casa, assim, que eu gostava. Sei lá, receita. Então, quantas xícaras? Aí a gente fazia duas vezes, essas bobaginhas. Mas eu acho que vai te aproximando da matemática de uma forma tranquila, né? E eu me lembro de uma vez que a minha filha do meio virou e falou assim: ah, matemática é chato, porque eles veem todos os desenhos, séries e tudo mais, principalmente as meninas falando que não gostam, que vão mal. Aí eu falei: por que você acha isso? Eu adoro matemática e tal. E eu sempre falei pra eles que tirei 10 no vestibular, porque, assim, eu acho que eles têm também que ver um outro lado, né? E, na minha casa, todo mundo gosta de matemática, todo mundo vai bem de matemática.

A minha filha, ontem, que tá prestando vestibular, ela falando: ah, porque... Ah, esqueci lá que matéria que ela não... tava com uma dificuldade e tal, né? Ela falou: ah, porque matemática tá tranquilo. Eu falei: ah, é, tipo, estatística, né? Porque eu acho análise combinatória tá um pouco mais difícil, essas matérias do vestibular, né? Aí ela: ah, não, isso aí tá tranquilo. Eu pensei: nossa, deixa eu ficar quieta. Se isso tá tranquilo, então, pra mim, tá dando certo, né?

Então, a minha filha, que é trans, e como ela frequentou mais a escola no ensino médio, né, ela tem um monte de medalhas de matemática. Aquela da, eu acho que é o OBMEP, Canguru, essas aí. Então, assim...

P: Você vê alguma maneira de que a matemática poderia contribuir para a luta contra discriminações, desigualdades de gênero e sexualidade?

Mariana: Sim. Eu não sei, assim, como fazer isso. Mas eu acho, assim, que existe um desestímulo geral, um pensamento geral das meninas contra as ciências. Então, uma associação de que ciências não são para as meninas, não só a ciência matemática, mas das biológicas também, tudo mais. Só façam humanas e está tudo certo, de preferência alguma coisa que não seja muito competitiva.

Então eu acho que é mais uma questão de o que você atribui ao outro. E eu, como sempre gostei de matemática e sempre gostei de estudar, então, pra mim, eu não pedi muito isso. Eu sempre gostei mais de humanas, tudo bem, mas sempre gostei muito de exatas também. Então eu acho que é mais uma

questão do construído socialmente. Então eu gostaria muito que isso fosse diferente, mas eu não sei exatamente como.

Eu tinha uma avó que já é falecida, claro, né? Mas ela era dentista. Então a minha avó, ela era uma mulher das ciências. Então ela acordava os filhos à noite, tinha cadeira, cobertorzinho pra ficar olhando o céu, sei lá, falava de matemática, de coisas de biologia e tal. Então eu fui criada nessa família. Então eu falava muito dessa minha avó, sabe? Então eu acho que às vezes falta modelo também. Referências dentro da família, as referências às vezes... Quando eu falo da minha avó, as outras amigas, tal, as avós eram donas de casa, todas. Tipo, né? Todas as avós, bisavós, não sei quem, as até a mãe. Então, é difícil você pensar em você ser outra coisa.

P: Existe algo que você gostaria de acrescentar que não foi mencionado durante a entrevista?

Mariana: Ah, não. Eu te desejo sorte. Acho que seu trabalho é muito importante. Tomara que você chegue em boas análises matemáticas... Análises do geral, da educação.

Fabiana

P: Para começar, apresente-se, diga seu nome, idade e fale um pouco sobre você. Depois, compartilhe como foi a chegada da maternidade em sua vida.

Fabiana: Bom, eu tenho 51 anos, meu nome é Fabiana, sou uma mulher bissexual. Tive uma consciência disso um pouco tarde, porque eu achava que eu era uma mulher lésbica. Primeiro eu achei que eu fosse uma mulher hétero, depois achei que eu fosse uma mulher lésbica e hoje eu sou casada com um homem trans. Então eu me considero uma mulher ou bissexual ou pansexual. E hoje eu sou casada com um homem trans. Então, eu me considero uma mulher ou bissexual ou pansexual, né? Então, isso facilitou um pouco a vida dos meus filhos LGBTs, né? Eu tenho três filhos, né? Dois por inseminação artificial, com sêmen de doador anônimo, que eu tive com uma pessoa, com uma mulher, com quem eu fiquei casada por 16 anos. E eu tinha muita vontade de ser mãe, de todas as formas, tanto engravidando quanto pela via da adoção. Então, meus primeiros dois filhos são dois meninos que eu tive por inseminação artificial com sêmen de doador, numa época em que os médicos ainda não faziam inseminação em casais lésbicas.

O meu filho mais velho foi a primeira criança reconhecida, né, na certidão, que teve na certidão, duas mães na certidão aqui no Rio de Janeiro, né? E a inseminação foi difícil, encontrar um médico, porque os bancos de sêmen não podiam vender o sêmen para casais homossexuais, né? Só podiam vender para mães solo. Então eu tive que... O médico, na verdade, que fez o meu tratamento, foi um médico que se apaixonou pela nossa história, né? E resolveu comprar esse barulho de dizer que eu era uma mãe solo, quando, na verdade, eu não seria, né? Então, eu tive... Eu tenho um filho, de 24 anos, que é um menino hétero, né? Que faz engenharia hoje na UFRJ. Tenho o do meio, que é um menino gay e, desde muito pequeno, assim, já expressava, né? Assim, de forma, primeiro não verbal, depois de forma verbal, né? Ele era um menino homossexual e ele diz que ele é homossexual mesmo, que, assim, não é bi, nada disso. Ele tem uma consciência, assim, ele diz que não quer nem beijar mulheres, né? Ele tem 17 anos, então já ficou com meninos, mas tem essa dificuldade na escola, apesar dele ser super assumido, né, na escola. Mas, assim, de eu entender que as relações dele vão vir mais tardiamente, né? Porque ele é o único menino assumido da escola, né? Então não tem nem com quem ele se relacionar, se não for através de uma de uma de um Tinder, né? De uma situação assim. Então eu percebo nele essa dificuldade, né? Tem muitas amigas e amigo mesmo ele tem somente um e essa dificuldade de se relacionar, apesar dele ser muito sociável, né?

Minha filha é uma menina lésbica, veio para mim pela via da adoção. Adotei ela com seis meses, é uma menina negra não retinta, né? Teve experiências com homens e com meninos. Ela primeiro namorou um menino até muito cedo, com 10 anos, ela se apaixonou por um menino, e eles tiveram um namoro, assim, até mais sério do que eu esperava, né? E depois passou a se reconhecer como uma menina lésbica e hoje eu não sei, assim, ela às vezes diz que ela não é lésbica, que ela é... Na aparência, ela é uma lésbica bem desfeminizada, né? E às vezes passa por menino, o menino mesmo. Digo, nem menino, o menino mesmo, nem menino trans, né? Muitas vezes a gente sai e a pessoa fala assim, meu, seu filho quer, por exemplo, como é que eu vou te dizer? A gente resolveu comer um cachorro-quente na rua, né? E aí ela ficou conversando com o menino que vendia cachorro-quente e o menino que vendia cachorro-quente o tempo todo conversando com ela. Ah, mas você tá perguntando sobre mim, né? A gente vai chegar nessa parte dela. É, não, pode ir falando, pode ir falando. Mas, então, eu vou desviar um pouco dessa parte, tá? Para falar um pouco sobre mim. Eu namorei oito anos com um homem, né? Um menino, foi o meu namoro de escola, né? Mas, assim, sem muitos problemas com... Estou me perdendo muito, gente, eu não sei.

P: Como foi para você o processo de reconhecimento e acolhimento do gênero e/ou orientação sexual do seu filho e da sua filha?

Fabiana: Ah, foi muito tranquilo, né? Não tem nem o que o que dizer, mas, assim, muito tranquilo da minha parte. Por incrível que pareça, a outra mãe teve algumas dificuldades, algumas negações, entendeu? Mas, da minha parte, o meu grande problema foi com relação ao meu filho, né? E foi no meio da pandemia que ele... Voltando um pouquinho atrás, tá? Ele é, assim, muito novo. A gente, eu e a outra mãe, pegamos ele com o tablet vendo homens pelados e filmes pornôs de homens, isso ele muito novinho. Depois desse assunto meio que morreu, né? Morreu mais ou menos, porque nós ainda estávamos casadas, eu e a outra mãe dele, e aí ele estava até comigo, né? Nós fomos na C&A, e aí ele viu uma sandália da Monster High, que era até uma sandália, tipo, uma melissinha, mas, assim, dourada, de saltinho, né? E ele começou a chorar muito, querendo aquela sandália. E eu desesperada, porque eu estava com muito medo da outra mãe, se eu comprasse a sandália para ele. Aí ele começou a chorar no chão. E aí veio uma senhora e falou assim: filha, você tem dinheiro para comprar essa sandália para ele? Eu falei assim: olha, dinheiro não é o problema. O problema é que eu vou vir em casa. E aí a senhorinha falou assim: enfrenta, filha. É pelo seu filho. Compre a sandália pra ele, qual o problema? E aí eu comprei e ele foi pra casa. Ele tava com a roupa do super-homem, mas ele foi com aquela sandália dourada de plástico alta. Chegou em casa também o esporro mesmo. Mas, assim, pra mim, a questão era lidar com as questões da outra mãe, né? Porque, desde pequeno, eu falava: ele é gay. Nem passava pela minha cabeça, eu ainda não tinha essa consciência de mãe pela diversidade, que poderia ser até uma questão de gênero, né? Mas realmente não era, ele é um menino gay, né? Mas poderia ser. Se eu tivesse conhecimento de hoje, eu poderia até pensar que talvez ele fosse uma menina trans, porque ele realmente era muito afeminado, né? Ele até botava as fantasias do irmão, mas ele queria a fantasia da irmã, né? As fantasias de princesa.

Então, assim, eu tive essas questões e, no meio da pandemia, ele arrancou uma unha do pé e aí eu perguntei o que estava acontecendo. Aí ele falou que ele não aguentava mais dormir com a irmã, que a irmã ficava tentando ver o que ele estava vendo no celular. Eu falei: mas o que você vê no celular que você não pode contar? Ele falou: “mãe, eu sou gay, e eu fico vendo homens” e não sei o que. Aí ele já tava o quê? Com 13 pra 14 anos, né? E aí eu até construí um quarto pra ele no meio da minha sala, subi com um drywall, uma parede, pra ele poder ter a privacidade dele. E aí procurei uma psicóloga, né? E ele começou a fazer terapia, mas logo o negócio desenrolou na cabeça dele. Acho que no momento em que ele se assumiu para as amigas, né, e autorizou que as amigas contassem para todo mundo, ele ficou bem mais leve, né? Mas passa por algumas questões.

A filha foi uma surpresa. Com a filha eu tive um pouco mais de dificuldade no sentido da preocupação. Porque, como ela desfeminizou muito e foi de uma hora para outra, e foi depois dela passar por uma grande decepção amorosa com esse menino, eu comecei a ficar um pouco preocupada como é que estava sendo desenrolado isso na cabeça dela. Porque ela começou a se vestir exatamente como o menino que terminou com ela. Cortou o cabelo, fez exatamente o corte dele, quis pintar o cabelo, quis clarear exatamente do jeito dele. Mas tudo, assim, com muita conversa. E um dia, eles moram uma semana comigo e uma semana com a outra mãe. E um belo dia, ela foi para a casa da outra mãe e eu já estava com o meu marido. Mas meu marido ainda não tinha feito a transição. Eu conheci ele como mulher, se apresentando socialmente como mulher. E depois, muito assim, com conteúdos de redes que meus filhos tinham, eles seguiam alguns meninos trans e tudo, eles é que vieram trazendo a consciência pro meu marido, que o meu marido era, na verdade, um homem trans. Isso foi muito bacana, né, assim. Mas aí, a gente começou a falar muito sobre a questão de gênero, que não era uma coisa muito presente na minha vida até então, né? E aí, um dia, ela foi pra casa da outra mãe e me mandou uma mensagem dizendo que tava chorando. E porque ela ia me... Ela

acreditava que ela ia me decepcionar muito. Eu falei: filha, não tem nada que você me fale que vai fazer eu não te amar. Então, por favor, por que você não conversou comigo pessoalmente? Ela falou: é muito difícil o que eu tenho pra te dizer. E aí ela disse que era um menino trans, tá? É, isso pra mim foi realmente um choque, apesar de eu ser uma pessoa LGBT, eu não esperava, né? É, foi tão chocante que eu hoje tá melhor, tá, mas eu tinha uma relação péssima com a mãe deles depois de separação, né? E eu até liguei pra ela, porque ela é psiquiatra, né? E eu liguei pra ela pra dividir isso, né? E aí eu falei: como é que eu faço? Ela falou: deixa, vamos... Aí ela lidou muito melhor do que com a questão do nosso filho. Ela falou assim: vamos deixar livre. Eu falei: então compra as roupas que ela... Vamos comprar as roupas que ela quer. E aí ela começou a comprar só roupa de menino, né? Mas, ao mesmo tempo, quando ela voltou da casa da outra mãe, aí ela falou assim: mãe, me leva no cabeleireiro com você, eu quero parar de fazer unha, quero botar unhas postiças. E tudo bem, eu fui dançando conforme a música. Aí levei, ela botou aquele unhão, parou de falar sobre isso, muito pelo contrário, feminilizou. E aí eu fui seguindo a orientação da outra mãe: vamos dançar conforme a música. Então ela passou uma parte bem feminina, mas mudou de escola e já se entendia como lésbica. Mas aí, aos poucos, ela foi masculinizando de novo, tanto nas roupas quanto corte de cabelo. E hoje eu acho que ela se entende como uma menina que tem dúvidas sobre a sexualidade dela. Não sabe se vai ficar ainda com meninos ao longo da vida, mas tem preferência por meninas. E um estilo de roupa bem masculinizado. Só que vai ter a festa de 15 anos dela no ano que vem e aí a roupa que ela escolheu é uma roupa que vai ser feita por uma costureira, é um vestido vermelho com uma fenda que vai até o meio da coxa. Então, assim, a gente tá vivendo. Ao mesmo tempo, ela tem muito preconceito com a questão, ela é, minha filha tem questões assim de ser bem preconceituosa com as pessoas não binárias, um gênero neutro, sabe? Então, assim, quando chamam ela de, quando acham que ela é um menino, e já aconteceu dela comigo, tá? Uma moça tentar expulsá-la do banheiro, achando que ela fosse um menino, mas aí, no momento que ela disse: não, eu sou uma menina. A moça também amansou e aceitou, então não deu maiores problemas. Mas eu acredito que ela passe muito por isso, entendeu? De, no banheiro, ser olhada como um menino.

P: Que tipos de acolhimento ou rejeição que você sentiu das pessoas próximas a você?

Fabiana: A minha mãe, né? A minha mãe, ela custou muito a me aceitar, mas, assim, não no sentido de me botar para fora de casa, nada disso, mas, assim, de fazer promessa para eu voltar a ser hétero. E ela não entendia, assim, ela me via. Eu sempre fui muito feminina, no sentido de, mesmo, de roupa, de unhas grandes, de ser companhia para ela nesses programas ditos de menina, né? Então, a minha mãe custou a aceitar muito, com medo de eu não realizar o meu grande sonho, que era ser mãe. No momento em que eu engravidei, a minha mãe se assumiu pro mundo, me tirou do armário, saiu do armário, contou pras amigas dela, contou pra família. Só que minha filha tá sendo um desafio, porque ela é masculinizada. E minha mãe, minha filha é louca pela avó e a avó por ela, mas minha mãe fica: filha, olha a sua mãe, você não precisa andar assim, como menino, para ser lésbica, você pode. E aí eu tenho que chamar a atenção da minha mãe, dizer que a minha filha tem o direito de se expressar da forma que ela quiser, né? Então tem essa rejeição aí, da minha mãe, do meu padrasto, que vem um pouco com esse assunto. Fora isso, meus irmãos, numa boa. Escola também. Escola tem questões, tem dificuldades com a questão racial, ou pelo menos tinha bastante. Você vai para a escola, então vamos deixar para depois

P: Como você conheceu e se aproximou do coletivo de mães?

Fabiana: Eu fui numa parada. Primeiro eu tinha mandado um e-mail para o Mães pela Diversidade quando o meu filho arrancou a unha. Só que nunca ninguém me respondeu a esse e-mail. E aí eu fui me virando do jeito... Deixa eu só desligar aqui um pouquinho o ar que está tão frio. Fui me virando

com a psicóloga dele e vi que o Mães pela Diversidade era mais de São Paulo, não sabia que existia o Mães aqui do Rio, e por isso que hoje eu sou coordenadora do Mães aqui do Rio, né? Então, eu faço questão de sempre andar com folder, para divulgar, né, que no Rio também a gente tem hoje uma atuação bem importante, as pessoas sabem bem que existe, mas, assim, eu fui numa parada, né, e LGBT, e aí eu vi as mães pela diversidade e chamei, né? Assim, uma das mães, falei: olha, eu queria entrar no coletivo, eu tenho dois filhos LGBTs. Aí eu já sabia da minha filha também, isso tem o quê? Quatro anos, né? E meu marido começando a transição, né? Então, pra mim, foi muito importante também como esposa, porque eu tive muitas orientações com relação a médicos, ajudou também o meu marido, não só os meus filhos, e aí eu entrei no coletivo e descobri muitas coisas sobre a transição de gênero, que não era uma realidade dos meus filhos, né? Na verdade, eu tenho filha e filho, né? Ah, mas eu, cara, voltando só um pouco à minha filha, eu acho, eu como mãe, tá? Claro que vale a autodeclaração dela, mas, no fim das contas, eu acho que ela seria uma pessoa não binária, porque tem isso, tem dias que ela tá muito feminina, dias muito masculina, né? Esse vestido que ela quer... Mas ela não suporta, ela tem muito preconceito. Então tá, aí voltando para o coletivo. Conhecemos o Mães assim, eu fiquei apaixonada pelo grupo. Ainda tinha uma mistura na minha cabeça, eu entrei para o Mães pela Diversidade, mas também estavam juntas as Mães da Resistência e minha criança trans, todas juntas na mesma corda da parada. Depois eu descobri uma série de desavenças entre as ONGs de mães, que não acontece aqui no Rio, mas acontece muito em São Paulo, né? As ONGs de mães brigam muito por aí, eu não entendo muito isso, né? E aqui no Rio, nós, as três coordenadoras das três ONGs de mães, nós somos muito unidas, né? E a gente procura fortalecer essa luta coletiva a partir da nossa união. Tudo bem que minha criança trans é mais voltada, é mais voltada não, é totalmente voltada para a letra T, né, mães da resistência e mães pela diversidade. Na verdade, as mães da resistência são uma dissidência do mães pela diversidade, não sei se alguém te falou isso em alguma das entrevistas, já chegaram a falar?

P: É, eu gostaria de saber mais o porquê, se fosse possível.

Fabiana: Por que será que... Então, isso é fácil de se explicar, tá? Quando eu entrei para o Mães pela Diversidade, eu não sabia disso, tá? Eu entrei por acaso. Poderia ter sido... Foi Mães pela Diversidade, quando eu conheci na parada, o primeiro contato que fizeram comigo foi do Mães pela Diversidade. Se tivesse sido das Mães da Resistência, talvez eu estivesse hoje nas Mães da Resistência. Mas depois eu vim entender, né? O que que acontece? No Mães pela Diversidade, a gente acolhe qualquer mãe. Pode ser mãe evangélica daquela ferrenha. Porque a gente entende que a gente também tem uma preocupação muito grande com os filhos. Então, assim, os filhos dessas mães fundamentalistas, religiosas, né? Que acreditam que isso seja um grande pecado, são as que mais colocam os filhos na rua. Então, a gente entende que essa mãe também precisa, se ela chega para o Mães pela Diversidade querendo um acolhimento, a gente acolhe, tá? Então, a gente tem realmente bolsonaristas no grupo, entendeu? A gente tem até mães que precisam de um letramento racial no grupo, que a gente percebe, assim, um certo preconceito com as mães pela diversidade negras.

Então, assim, só que o nosso objetivo é realmente acolher e educar, e letrar. Então, não adianta a gente ter só gente da nossa bolha, porque a maioria das mães pela diversidade são mulheres de esquerda. Eu sou uma mulher de esquerda, né? As outras coordenadoras das ONGs também, mas as mães da resistência só aceitam que entre no grupo mães de esquerda. A blusa delas é vermelha, a bandeira delas é vermelha, e o Mães pela Diversidade já é um grupo bem mais diverso. E eu acho rico isso, eu acho muito mais bacana. Eu converso muito com a coordenadora da Mães da Resistência aqui no Rio, porque eu sinto que ela não dá o braço a torcer, mas ela se arrependeu um pouco, sabe, da dissidência, porque ficou um grupo mínimo em que todas falam a mesma língua, então não tem muito espaço para esse crescimento, para essa troca, e a gente aqui não. Eu sinto que é muito bacana

a gente poder conversar e a gente poder, de repente, até abrir um pouco o leque para as pessoas que estão fechadas.

P: Qual é a sua atuação dentro do coletivo?

Fabiana: Então, vão fazer um ano que eu estou como coordenadora. Vou ser bem franca contigo, assim, a antiga coordenadora era infinitamente melhor que eu, porque é uma mulher sindicalista, uma mulher que pega o microfone num carro e fala com a maior desenvoltura, né? Então, assim, e virou uma grande amiga minha, grande amiga mesmo, e ela estava passando por muitos problemas, né? Ela é mãe de um menino trans, né? Então a gente passa por muitas questões de tentativas de suicídio, né? É muito na, tem na letra L, tem na letra G, também tem, tem dentro da população LGBT toda, mas dentro do grupo a gente percebe muito que essas tentativas são das crianças da letra T, né? Então a ex-coordenadora estava passando por uma situação com o filho e muitas situações da vida privada dela. Então, ela já estava na coordenação, acho que há sete anos, e ela quis sair. E aí, nenhuma mãe quis assumir. Todo mundo dizendo que estava com questões da vida particular. Eu também tinha questões da vida particular. Não é mole ser mãe de três filhos. E sou defensora pública. Não falei isso para você lá naquele momento, mas enfim, eu sou defensora pública, também já atuei ajudando muito nos mutirões de requalificação civil de nome e gênero, embora eu nunca tenha sido defensora do núcleo de diversidade da defensoria, porque eu sou apaixonada pela minha área de atuação, eu trabalho há 26 anos em presídio, mas dentro do presídio também ajudo na requalificação de pessoas trans, né, e no acolhimento também de pessoas LGBTs, né? Então, assim, dentro da Defensoria também eu participei do mutirão de requalificação de 106 crianças trans, que foi, assim, pioneiro aqui no Rio, né? Você vê, eu sou uma mãe pela diversidade e participei do mutirão que foi organizado pela minha criança trans, pela outra ONG. E fiz toda a articulação também, participei de tudo para poder fazer esse mutirão acontecer.

Bom, mas voltando para a luta coletiva, eu, como coordenadora, então, como eu tenho em casa uma pessoa trans, uma pessoa lésbica, uma pessoa gay e eu, uma pessoa bi, a gente tem uma diversidade muito grande em casa. Então eu me sinto, assim, apesar de eu não ter a desenvoltura para falar, e ser muito tímida para falar, pegar o microfone e falar, eu gosto muito da parte de rodas de conversa. Se me chamar para uma roda de conversa, aí eu falo o que falo, entendeu? Agora, essa fala mais política, eu estou tendo que vencer esse bloqueio agora. Falei no trio da parada desse ano, mas está sendo difícil para mim.

Mas, por outro lado, as mães das outras ONGs falam que eu consegui uma coisa inédita, que foi reunir essas ONGs, sabe? Porque eu sou muito agregadora, muito festeira, muito carinhosa, muito... Se a gente faz uma festa do Mães, eu sempre falo também com as outras ONGs. Por exemplo, na parada desse ano, nós somos mais numerosas. Da Mãe da Resistência tinham duas. Nós somos mais numerosas, né? Da mãe da resistência tinham duas, da minha criança trans, duas também, três, duas. Eu confundi com a marcha trans. Até na marcha trans, que, por exemplo, seria mais do minha criança trans, às vezes tem mais mães pela diversidade. Então, a mãe pela diversidade realmente é uma ONG muito forte, né? Mas, assim, a gente conseguiu espaço para botar as nossas bandeiras, aí veio a coordenadora da Mães da Resistência. Amiga, arruma um espaço aí para... Vocês podem chegar um pouquinho para lá, para a gente botar a nossa bandeira? Então, assim, são coisas que elas dizem que antes não acontecia. Que, quando a gente ocupava espaço, a gente não dividia. E hoje, então, eu acho que as ONGs de mães têm que caminhar juntas mesmo. E é o que está acontecendo aqui no Rio.

Então, assim, eu fiz de tudo, organizei antes, para que a Parada fosse um evento bem bacana, até para a gente se conhecer mais, porque muitas mães eu não conhecia. E foi muito bonito, porque

aconteceu uma coisa: das mães mais atuantes na ONG, duas quebraram o pé, uma mãe faleceu na semana da Parada, a outra estava com o filho também, teve uma crise, e essas duas eram mãe e vó. Então, costumam ser a sensação da parada. Elas são muito fofas. E todas essas pessoas tiveram problemas. E vieram mães novas. E as mães novas agora estão super engajadas. Então, assim, eu estou feliz com o resultado do meu primeiro ano de coordenação.

P: Que pautas você acha que deve ser prioridade para o coletivo e para você?

Fabiana: Olha, eu acho assim, a questão da evasão escolar, que é gigantesca, gigantesca, né? A questão da saúde, da população, a saúde, a pauta criança trans, não sei se é uma pauta, não é a infância trans e essa resolução do Conselho Federal de Medicina com relação aos bloqueadores, com relação aos hormônios, isso aí acho que tem que ser prioridade. As políticas públicas também, para a população LGBT, a questão da legislação mesmo. Aí estou falando como Fabiana e mãe pela diversidade também, mas Fabiana também defensora pública. A gente não pode passar o resto da vida se apoiando no poder judiciário, a gente precisa de leis, a gente precisa caminhar para isso.

Eu acho também pautas lésbicas também são muito invisibilizadas, e aí eu posso dizer porque eu tive uma vivência lésbica durante milhões de anos, a questão do estupro corretivo, a segurança das mulheres lésbicas, também as filhas. Eu percebo uma preocupação muito grande com as mães de filhas lésbicas. A questão também, nós temos também muitas filhas adultas lésbicas, a questão da regulamentação e dos cuidados com a inseminação caseira, porque eu não fiz inseminação caseira, fiz inseminação em clínicas, mas hoje até a gente encontra clínicas que fazem um preço especial para casais lésbicos, ou parcelam mais, porque sabem que às vezes os casais lésbicos têm menos condição, não sempre, mas muitas vezes, e querem engravidar, mas a questão da inseminação caseira é uma questão de saúde pública muito preocupante.

Primeiro porque aqui no Rio, por exemplo, tem um doador que é um japonês que está engravidando várias lésbicas na mesma região. Então a gente vê casais lésbicos todos com filhos com carinho de japonês. Então é uma questão também importante. Agora essa questão da evasão escolar é uma questão que atravessa todas as classes. A gente tem mães também de várias classes sociais, dentro do Mães pela Diversidade. E troca de escola é uma coisa corriqueira. E esse problema segue até as universidades, de filhos, assim, saindo, largando, às vezes passando por uma universidade pública e largando o curso pelo tanto de transfobia que sofre.

P: Na escola, como você percebeu a experiência, a vivência em relação ao acolhimento da diferença de gênero e sexualidade?

Fabiana: Então, é engraçado, né? Porque eles estudam numa escola que tem um grande acolhimento, ao meu ver, tá? Para a questão de sexualidade e gênero, né? Nós temos uma mãe pela diversidade que o filho estuda na mesma escola, né? Eu estou falando filho porque, na verdade, é filho, tá? É uma pessoa não binária, mas, assim, ele gosta de ser chamado pelo pronome masculino, tá? Mas a expressão, para quem vê, é de uma menina, né? E eu achei que isso fosse ser uma complicação danada para a escola, e a escola super respeita, ele gosta de ser chamado pelas iniciais do nome, né? Na chamada eles não admitem nenhum tipo de desrespeito por parte do professor e, com relação também ao banheiro, também não tem problemas. E o namoro de meninas lésbicas e meninos gays, acho que não tem. Como eu te disse, meu filho é o único assumido da escola inteira. Meninas lésbicas tem uns montes. E é engraçado, né, como as lésbicas se assumem, né? E elas ficam, né, também, tem muita menina que é bi, mas que namora com lésbica, então tem muito no recreio, né? E os limites são

os mesmos, assim: se um casal hétero pode dar um selinho, o casal lésbico também, sem grandes problemas.

O problema que eu tive na escola realmente com a minha filha foi a questão racial, porque a minha filha, na pandemia, passou a assistir aula virtual, e aí as amigas e os amigos falando, perguntando se ela nunca lavava o cabelo dela, e ela tentava dizer que o cabelo dela estava lavado, e aí a professora mandando ela prestar atenção na aula, ela. E aí, o que aconteceu? Eu comecei, eu procurei o Ministério Público, aquilo tudo, e para um termo de ajustamento de conduta na escola, né? Procurei a defensoria também, que é a minha casa, né? E houve um termo de ajustamento de conduta.

Até muito interessante para você, eu acho, tá? Porque eu fui procurada por uma outra mãe, quando eu comecei com esse movimento na escola para a questão racial, né? A outra mãe era da turma do meu filho, que é gay, né? E ela tinha adotado uma menina com sete anos e meio, e já tinha trocado a menina de escola, e ela ficou desesperada, falou: gente, será que eu vou ter que trocar de novo? Porque, numa prova de recuperação de matemática, tem até essa imagem, a questão sobre metragem, tá? A questão sobre metragem, as figuras não eram de negros numa situação comum, não eram negros em festa, jogando capoeira, não era nada disso. Era um capitão do mato, era uma ama de leite, amamentando uma criança branca, e era um negro no tronco, escorrendo sangue, entendeu?

E aí essa mãe se juntou a mim, nesse termo de ajustamento de conduta, né? E a escola teve uma modificação. Eu mudei minha filha de escola, depois ela quis voltar para essa escola, mas aí a escola já tinha passado pela reeducação. Mas minha filha foi até para uma escola que eu tinha um comitê antirracista, mas sofreu racismo lá também, mas voltou para a escola dela e aí a escola, pelo menos, eu reparei, é que a escola realmente foram mais de seis reuniões com o Ministério Público, eles tiveram que contratar professores negros, eles tiveram que adotar literatura de pessoas negras e eles tiveram também que adotar duas comunidades quilombolas. Então minha filha hoje voltou e tem vários amigos negros. E a escola é muito preocupada em não escorregar de novo nessa questão racial.

P: Como você acredita que a escola pode ser um espaço acolhedor para questões de gênero e sexualidade?

Fabiana: Olha só, eu acho que de um modo geral não é, não é mesmo. Aí eu fico vendo o tanto de mudanças no grupo, tanto em escolas particulares quanto em escolas públicas. Não é mesmo, acho que a escola é um ambiente muito hostil, tá? E não ajuda as famílias nesse acolhimento. Isso eu acho que poderia ter mais na escola das minhas crianças, assim, perceber que a criança é LGBT, poderia ter, se chamar assim, esse casal, né, esses pais, esses responsáveis, seja quem for, pra saber como é que está sendo, né, o acolhimento dessa criança em casa também. Acho que poderia haver mais uma dobradinha, mas, enfim, isso eu já acho que exige muito, né? Enfim, já é a visão da mãe pela diversidade. Mas eu sinto que a escola dos meus filhos, por exemplo, se tiver que perder um aluno porque não aceitam uma criança LGBT, eles vão perder, tá? Mas a gente percebe em outras escolas que tem uma dificuldade até de matricular, entendeu? É muito surreal. E a evasão escolar é grande, não é à toa, né? É muito ruim mesmo.

P: Quais são as principais barreiras e potências que você observa na educação básica para estudantes LGBTQIA+?

Fabiana: Eu acho que falta, por incrível que pareça, rodas de conversas com os responsáveis, convidando uma ONG feita a nossa, entendeu? Ou psicólogos, ou pessoas LGBTs, de um modo geral,

para compreenderem melhor a realidade, saberem melhor sobre as demandas. Porque a gente conta nos dedos os professores LGBTs. E num espaço de coordenação, a gente não vê também uma pessoa LGBT. Então talvez isso também, trazer para as coordenações, para os espaços de decisão da escola, pessoas LGBTs, e contratação de professores LGBTs, a mesma coisa que o termo de ajustamento de conduta.

Que serviu para a questão racial, também eu acho que pode ser levado muito para a questão LGBT. Mas essa questão da roda de conversa com pais, a minha filha, por exemplo, agora, namorava uma menina, a mãe mudou a menina de escola, mudou a namoradinha dela de escola, porque descobriu o namoro, entende? Então, assim, são escolas, no meu caso aqui, escola da zona sul do Rio de Janeiro, em que não adianta a escola acolher e ter pais afastando aqueles filhos das nossas crianças, né? Então, acho que poderia haver essa dobradinha, né? Acho que é isso.

P: Você percebia alguma diferença entre os professores de disciplinas. Teve alguma experiência positiva ou negativa?

Fabiana: Olha, com certeza, com certeza. Assim, pelo menos na escola dos meus filhos, a experiência que eu estou tendo é de professores de exatas muito, muito, muito bolsonaristas. Eu não sei nem se eu poderia falar aqui sobre isso, né? Mas, assim, muito de extrema direita e, assim, se colocando como bolsonaristas, né? E muitos também, eu fiquei muito impressionada com isso, evangélicos, assim, ou então aquela vertente católica. Não sei. Uma vertente católica que você não pode nem evitar filhos.

Tem um professor de física que mora aqui no meu prédio. Meus filhos têm horror a ele como professor, entendeu? É um cara estúpido, foi muito estúpido com uma menina que é a melhor amiga do meu filho, que é LGBT, e ela namora uma menina da escola, e os professores sabem, só que essa menina é, assim, gênio, é gênio mesmo, considerada gênio, é uma menina que ele respondeu, assim, de um jeito horroroso, né? Muito. E, assim, mãezonas, e eu sinto até que na questão da disciplina, da compreensão mesmo, né, sobre essa fase da adolescência, o meu filho, que é gay, né, ele é muito curioso, então ele às vezes até atrapalha a aula de tanto que ele pergunta, de tanto que ele fala, entendeu? Já aconteceu dele ser chamado de chato por professor, né? Mas ele gosta demais dos professores de humanas.

P: Essa situação, você comentou lá da metragem, foi de prova de matemática, porque a metragem tem de racial.

Fabiana: Se for te ajudar, até te mando a figura, não sei se eu tenho da questão toda, mas tenho a do negro no tronco.

P: Em relação à matemática, como foi o envolvimento de seu filho e sua filha com a matemática ao longo da trajetória escolar?

Fabiana: Eu tenho um filho que tá em engenharia, ele gostava muito de matemática na escola. Agora, já com engenharia, com cálculo 3, que ele tá pensando para passar, não passou ainda, mas já fez duas vezes, não consegue passar. Mas acho que você está mais perguntando na escola, né? Os dois que estão na escola, uma, a minha filha, né? No caso, como ela teve um período em outra escola, né? Que foi uma escola que eu tive que escolher no meio da pandemia, porque tinha acontecido isso tudo com ela, né? Ela foi para uma escola de uma metodologia muito diferente, que não sei se você já ouviu falar, na escola Parque do Rio. É uma outra forma de ensino da matemática, mais assim,

construtivista. Então, quando ela voltou para essa escola, que é mais tradicional, ela teve muita dificuldade, mas já pegou o ritmo.

Bom, então, mas ela agora está com muita ajuda, teve muita ajuda da escola, tá? Mas ela repetiu um ano por conta da matemática. E ela ainda não está na parte das outras exatas, né? E o meu filho, que está no... passou para o terceiro ano do ensino médio, está chateado aí, porque ele... As duas piores matérias dele são física e matemática, e ele diz que os professores, assim, existe um relato corriqueiro dentro da escola dos meus filhos, dos professores de exatas serem assim, deprimidos e parecendo ter muito de mal com a vida, entendeu? Tem um de matemática que já é professor da escola há anos, que ninguém consegue tirar, mas que a reclamação é o tempo todo, sabe? De, por exemplo, ele não coloca fórmulas, ele não escreve no quadro. Não consigo entender um professor de matemática, um professor de física que não escreve no quadro, entendeu? Eles falam e dizem que não olham no olho, que não é uma aula enérgica, que... Meu filho reclama muito, sabe? E ele fez o ENEM agora para treinar e ele foi muito mal em matemática, sabe?

E ele até passou direto esse ano, mas com muito esforço. E minha filha é a mesma coisa, a mesma reclamação.

P: Você vê alguma maneira de que a matemática poderia contribuir para a luta contra discriminações, desigualdades de gênero e sexualidade?

Fabiana: Eita ferro! Pergunta difícil, hein? Deixa eu pensar aqui. Como professor de matemática, bom, se começar acolhendo um pouco melhor, parar de botar a vida como dessa forma exata, né, se ampliar um pouco o leque, aí eu tô falando da experiência, já é um bom, né? Já é um bom caminho, né? Se flexibilizar um pouco, né? O que eles falam é que são pessoas muito engessadas, que, quando recebem, assim, uma crítica sobre a metodologia, se eles falarem que não estão aprendendo desse jeito, que não seja no quadro, a resposta é: vai me ensinar a dar aula? Foi esse o problema com essa menina.

Ela é monitora da escola. Então, ela falou para o professor: professor, isso tem dado certo na minha monitoria. Bota no quadro, de repente, uma caneta vermelha, fórmula. Ele falou pra ela que botou ela abaixo de zero, entendeu? Não aceitou a crítica. Então, assim, acho que se desengessassem um pouco já seria muito, nem fazer dinâmicas também, né? Talvez se tornasse a matemática um pouco mais aprazível, fizesse mais dinâmicas em grupo, entrosasse mais o aluno LGBT com o outro que não é, poderia, nessa integração também, né? Sim, sim. É isso. Não sei mais o que te falar sobre isso.

P: Existe algo que você gostaria de acrescentar que não foi mencionado durante a entrevista?

Fabiana: Não, eu acho que eu falei bastante, né? Suficiente, foi bom.